

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE ESTUDOS DE LITERATURA
ESPECIALIDADE DE LITERATURAS ESTRANGEIRAS MODERNAS
ÊNFASE DE LITERATURA FRANCESA E FRANCÓFONAS

MARIA INÊS CANEDO ARIGONI

DO JORNALISMO À LITERATURA:
Émile Zola e L'affaire Dreyfus: jornalismo e representações literárias na França
do final do século XIX

Porto Alegre

2019

MARIA INES CANEDO ARIGONI

DO JORNALISMO À LITERATURA:

***Émile Zola e L'affaire Dreyfus: jornalismo e representações literárias na França
do final do século XIX***

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor em Letras, no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Letras, área de concentração: Estudos de Literatura, Literatura estrangeiras Modernas, ênfase de literatura francesa e francófonas.

Orientadora: Beatriz Cerisara Gil

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Arigoni, Maria Inês Canedo
Do Jornalismo à literatura: Émile Zola e L'affaire
Dreyfus: jornalismo e representações literárias na
França do final do século XIX / Maria Inês Canedo
Arigoni. -- 2019.
266 f.
Orientadora: Beatriz Cerisara Gil.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Émile Zola. 2. L'affaire Dreyfus. 3. Jornalismo.
4. Literatura. I. Gil, Beatriz Cerisara, orient. II.
Título.

MARIA INÊS CANEDO ARIGONI

DO JORNALISMO À LITERATURA:

***Émile Zola e L'affaire Dreyfus: jornalismo e representações literárias na França
do final do século XIX***

Tese defendida e aprovada como requisito a obtenção do título de Doutor no programa de Pós-graduação em Letras, área de estudos de literatura, especialidade de literaturas estrangeiras modernas, ênfase de literatura francesa e francófonas.

Prof.^a Dr.^a Maristela G. S. Machado

Prof.^a Dr.^a Regina Zilberman

Prof. Dr. Robert Ponge

Prof. Dr. Rodrigo de Oliveira Lemos

Porto Alegre2019

Dedico este trabalho ao Rogério e à Sofia.

AGRADECIMENTOS

Na figura de Glay Canedo Arigoni, sou grata a todas as mulheres de minha família que me proporcionaram suporte para a conclusão desta pesquisa;

Ao Rogério e a Sofia Arigoni Malinsky pela parceria, paciência e afeto;

Ao meu cunhado e professor, Alysson Bentlin, pelos diálogos com a História;

À Ana Lucia Arigoni de Souza e Joseph Donmall pela tradução do Resumo para o inglês;

À Tania Pereira e Mathilde Tourné, amigas, professoras e consultoras de português e francês;

À minha orientadora, professora Beatriz C. Gil; por suas colaborações;

À professora Regina Zilberman e ao professor Robert Ponge, pelas preciosas considerações no momento da qualificação de minha Tese;

Ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – pela concessão de Bolsa que viabilizou materialmente esta pesquisa;

À direção, aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Letras;

Ao Dionathas permanente consultor de Word;

À colaboração das amigas: Andréia, Jaqueline e Sabrina.

In memoriam:

À Ilzinha, uma menina que desde muito cedo se apaixonou pela literatura; que leu boa parte dos Russos; que julgava H. Balzac um chato; que adorava *Germinal* de É. Zola e que por poucas paginas não concluiu *Dom Quixote* de Cervantes. Mas minha memória estará sempre marcada por sua ousadia, a de ler Sartre: ainda hoje, fecho os olhos e ouço sua voz de menina: - Inês, o que achas que Sartre quis dizer com isso? – referindo-se a trechos *de L'être et le néant*. Durante anos, procurei respostas, não as encontrei e, talvez, jamais as encontrarei.

A raiva é santa. É a indignação de corações fortes e poderosos, o desdém militante daqueles que se irritam com a mediocridade e a tolice. Odiar é amar, é sentir a alma calorosa e generosa, é viver a grandeza do desprezo por coisas vergonhosas estúpidas¹.

(ZOLA, 2012, p. 41)

¹ *La haine est sainte. Elle est l'indignation des cœurs forts et puissants, dédain militant de ceux que fâchent la médiocrité et la sottise. Haïr c'est aimer, c'est sentir son âme chaude et généreuse, c'est vivre largement du mépris des choses honteuses et bêtes.*

RESUMO

A abordagem da pesquisa se inclina sobre o episódio Dreyfus e suas representações nos campos literário e jornalístico, aproximando o leitor ao contexto intelectual, político, social e econômico da segunda metade do século XIX. Trata-se de destacar os aspectos relevantes da injusta condenação do Capitão Alfred Dreyfus por crime de alta traição, e a centralidade da luta midiática de Émile Zola para provar a inocência de Alfred Dreyfus. Zola, autor do artigo *J'Accuse...!*, uma das mais celebres manchetes do jornalismo moderno, combateu ao lado de outras personalidades: intelectuais, jornalistas e escritores, pela reabilitação do oficial judeu. Uma mobilização que demonstrou a energia e a força coletiva necessária para frear uma conjuntura conservadora e nefasta.

O método empregado na pesquisa incluiu revisão bibliográfica, obedecendo a uma orientação analítico-interpretativa do material jornalístico e literário. Com o objetivo de compreender as relações presentes neste episódio, destacam-se a atmosfera jornalística da época - a imprensa Dreyfusista e Antidreyfusista - e seu respectivo papel na formação da opinião pública. Para isso, apresentam-se os principais atores envolvidos no Caso Dreyfus e analisa-se especialmente a produção de Émile Zola para os jornais e as transposições que este romancista fez para a sua obra ficcional: *Vérité*. Procura-se evidenciar as relações da tênue fronteira entre o real, a História, o jornalismo, a opinião pública e a literatura.

Palavras-chave: Émile Zola; *L'affaire Dreyfus*; Literatura; Jornalismo.

RÉSUMÉ

Le point de vue de la recherche se penche sur l'affaire Dreyfus et ses représentations dans les domaines littéraire et journalistique, en rapprochant le lecteur du contexte intellectuel, politique, social et économique de la seconde moitié du XIXe siècle. On met aussi en évidence les aspects pertinents de la condamnation injuste du capitaine Alfred Dreyfus pour le crime de haute trahison, et la centralité de la lutte médiatique d'Émile Zola pour prouver l'innocence d'Alfred Dreyfus. Zola, auteur de l'article *J'Accuse ...!*, l'un des titres les plus célèbres du journalisme moderne, a combattu aux côtés d'autres personnalités: intellectuels, journalistes et écrivains, pour la réhabilitation de l'officier juif. Une mobilisation qui a démontré l'énergie et la force collective nécessaires pour freiner un contexte conservateur et néfaste.

La méthode employée dans la recherche a inclus une révision bibliographique, obéissant à une orientation analytique interprétative du matériel journalistique et littéraire. Dans le but de comprendre les rapports présents dans cette affaire, on met en évidence le contexte journalistique de l'époque - la presse dreyfusiste et antidreyfusiste - et sur le rôle dans le débat et dans la formation de l'opinion publique, en présentant les principaux acteurs impliqués dans l'affaire Dreyfus. On analyse surtout la production d'Émile Zola dans les journaux et les transpositions de ce romancier dans son œuvre de fiction : *Vérité*. On cherche à souligner la relation entre la subtile frontière entre le réel, l'Histoire, le journalisme, l'opinion publique et la littérature.

Mots-clés: Émile Zola ; L'affaire Dreyfus ; Littérature ; Journalisme

ABSTRACT

This thesis examines the Dreyfus Affair and its depiction in the fields of literature and journalism, bringing the reader closer to the intellectual, political, social and economic context of the second half of the 19th century. It highlights relevant aspects of the unjust conviction of Captain Alfred Dreyfus for the crime of high treason, and the centrality of the media campaign led by Emile Zola to prove the Captain's innocence. Zola — author of the article *J'Accuse ...!*, one of the most famous headlines in modern journalism — advocated alongside other contemporary intellectuals, journalists and writers, for the rehabilitation of the Jewish officer. This movement demonstrated the collective energy and strength necessary to counteract a conservative and nefarious atmosphere.

The research method included a bibliographical revision, following an analytical-interpretative study of journalistic and literary material. In order to better understand the dynamics within this episode, focus is drawn to the journalistic narrative of the time – both the Dreyfusist and anti-Dreyfusist press – and its role in influencing public opinion. To this end, the main actors involved in the Dreyfus Affair are presented. Particular emphasis is given to an analysis of Émile Zola's output for the newspapers and his later work of fiction: *Verité*. This thesis seeks to illustrate the relationships in the subtle boundary between reality, history, journalism, public opinion and literature.

Keywords: Emile Zola ; Dreyfus Affaire ; Literature ; Journalism.

Observações

- As traduções dos textos jornalísticos, críticos e literários são traduções livres da autora;
- Os periódicos franceses do Século XIX citados nesta Tese foram consultados no site da Biblioteca Nacional da França² - *Bnf Gallica: Accueil: Presse et Revues: Les principaux quotidiens* ;
- A iconografia que ilustra esta Pesquisa tem como fonte principal a *Bnf, Gallica*, em sua coleção do século XIX, na forma de gravura, desenho, pintura e foto, as demais estão com sua fonte identificada em nota de rodapé;
- A edição do romance *Verdade* de Émile Zola utilizada preferencialmente, nesta pesquisa, não apresenta o ano de sua publicação, por esta razão as citações estão identificadas pelo número de seu volume;
- A edição ***Les Quatre Évangiles: Vérité***. [S.l.] - disponibilizada pela *La Bibliothèque électronique du Québec, v. Collection À tous les vents, Volume 111* - foi empregada, nesta pesquisa, de forma secundária estando referenciada em nota de rodapé.

² <https://gallica.bnf.fr/>

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Lista de Figuras

<i>Figura 1: Coalisção Boulangista</i>	38
<i>Figura 2: Material de publicidade da coalisção Boulangista</i>	39
<i>Figura 3: O suicídio do General Boulanger</i>	42
<i>Figura 4: Estatueta do General Boulanger, peça de sua publicidade.</i>	44
<i>Figura 5: Caderno de Canções do movimento Boulangista.</i>	45
<i>Figura 6: Prospecto de publicidade do General Boulanger.</i>	47
<i>Figura 7: Primeira página do jornal La Bombe</i>	48
<i>Figura 8: Jean-Eugène Buland (1852–1926), Propagande,1889, huile sur toile, Musée d’Orsay</i>	50
<i>Figura 9: Retrato fotográfico do General Boulanger.</i>	52
<i>Figura 10: Coalisção Boulangista</i>	55
<i>Figura 11: Entrevue Photographique, 1889.</i>	56
<i>Figura 12: Entrevue Photographique, 1889.</i>	57
<i>Figura 13: O comitê de imundícies públicas, 1ºde janeiro de 1893.</i>	63
<i>Figura 14: Reprodução jornal L’Aurore - Bnf</i>	82
<i>Figura 15: A efervescência dos jornais na Era do papel</i>	123
<i>Figura 16: Capa do jornal do La France, jornal republicano independente.</i>	177
<i>Figura 17: Panamá militar (Paris) – Cartão. Um grupo de oficiais, entre eles uma dama velada, observa Dreyfus que, carregando uma cruz, dirige-se ao topo de um monte como se se dirigisse a seu calvário.</i>	178
<i>Figura 18: Émile Zola: a máscara do judeu traidor</i>	179
<i>Figura 19: A verdade e a justiça alçada pelo jornalismo dreyfusard.</i>	179
<i>Figura 20: Museu dos Horrores: cartão 4 – Zola, o Rei dos porcos.</i>	180
<i>Figura 21: Museu dos Horrores: cartão 6 – Dreyfus, a Hidra de Lerna.</i>	180

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
<i>PRIMEIRA PARTE: JOGOS CONSTITUCIONAIS, DISPUTAS E CONFLITOS DA PRIMEIRA À TERCEIRA REPÚBLICA</i>	21
SÉCULO XIX: CONTINUIDADE DE CONFLITOS	22
Reflexos da Revolução Francesa	22
Terceira República: crises sem fim	24
Em cena o General Boulanger	35
Popularidade de Boulanger e os jornais	42
Escândalo do Panamá	58
M. Eiffel – solução ou problema?	61
O Canal do Panamá: imprensa e corrupção	66
As consequências do escândalo do Panamá	70
Na Imprensa	70
No parlamento	71
No cenário político	71
Panamá: a preparação ao Episódio Dreyfus	74
<i>SEGUNDA PARTE: L’AFFAIRE DREYFUS: O PROCESSO E A ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DE ÉMILE ZOLA</i>	81
L’AFFAIRE DREYFUS	83
O processo: crime de alta traição	83
Perfil de Alfred Dreyfus	84
O borderô: documento verdadeiro, mas prova falsa	87
A necessidade de um culpado	90
A prisão do capitão Dreyfus	95
A criação de um acontecimento	97
A defesa de Dreyfus	99
A manobra decisiva	104
O veredicto	105
A degradação: janeiro de 1895	108
O primeiro dreyfusard: M. Bernard Lazare	110
O coronel Georges Picquart na seção de estatística	110
Viva Esterhazy!	115
O processo de Émile Zola	118
O fim de uma longa crise e de uma terrível injustiça	121
Episódio Dreyfus e a Imprensa	124
Considerações sobre a Opinião Pública	124

A estratégia jornalística de Émile Zola	127
Uma vida de cristal: Auguste Scheurer-Kestner	128
Le Syndicat	133
Le Procès-verbal.....	134
Lettre à la jeunesse.....	135
Lettre à la France.....	139
J'accuse ...!.....	141
Os campos dreyfusard e antidreyfusard	146
A linha antidreyfusarde	147
Panfletários antidreyfusards	147
Linha Dreyfusarde	152
L'affaire Dreyfus: os intelectuais	162
A imprensa cotidiana parisiense e l'affaire Dreyfus.....	164
 <i>TERCEIRA PARTE: ÉMILE ZOLA E L'AFFAIRE DREYFUS: ENGAJAMENTOS E TRANSPOSIÇÕES LITERÁRIAS.....</i>	 <i>181</i>
ENGAJAMENTOS A SERVIÇO DA LITERATURA	182
L'affaire Dreyfus: personagens dreyfusistas	182
Anatole France: solidário a Émile Zola	184
Octave Mirbeau: a supremacia do indivíduo.....	191
Charles Péguy: a vida na mística; a morte na política.	199
Émile Zola: um homem corajoso em sua vida e em sua obra	201
Ciclo Rougon-Macquart.....	212
Les trois villes : Lourdes, Roma, Paris.....	218
Les quatre évangiles : Fécondité ; Travail ; Vérité ; Justice	221
Vérité: a superioridade de um conflito.....	224
Vérité: resumo da intriga.....	228
Vérité: o espaço ficcional	234
Vérité: o tempo ficcional.....	241
Vérité: figuras actantes	242
Religiosos inquietantes	242
Professores: heróis zolianos.....	244
A problemática judaica na obra de Émile Zola.....	251
CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
BIBLIOGRAFIA	260

INTRODUÇÃO

O interesse da pesquisa inclina-se sobre as relações entre as escritas jornalística e literária. Assim, o presente estudo analisa o engajamento público que envolveu a condenação do judeu Alfred Dreyfus por crime de alta traição, este, um simples oficial do Estado-maior do Exército francês, vítima de uma obtusa conspiração ordinária.

O episódio Dreyfus permitiu que aflorasse o latente antissemitismo no país. Impulsionou os periódicos a se alinharem a favor e contra o oficial francês, resultando nos movimentos Dreyfusista e Antidreyfusista. Um debate que ganhou grandes proporções e pautou a opinião pública.

O significado objetivo e simbólico do artigo *J'accuse...!* de Zola para a História do jornalismo é, entre outros, objeto deste estudo bibliográfico, um texto que teve impacto no processo de *Dreyfus*, na vida de Émile Zola e na conjuntura política e social francesa. Na esfera literária do final do século XIX, o Caso Dreyfus refletiu-se de forma intensa, a citar: a narrativa ficcional *Vérité* de Emile Zola, igualmente foco desta pesquisa.

L'affaire Dreyfus por ser um acontecimento histórico que esteve associado ao agendamento da opinião pública constituiu-se na vida política da França, como uma espécie de ruptura, um evento que impôs a cada indivíduo a necessidade de se posicionar em relação a determinado conjunto de princípios. Acirrando juízos políticos e evidenciando o confronto de duas visões de mundo, de duas concepções de sociedade, de duas escalas de valores.³

Sabe-se hoje que os processos midiáticos devem ser percebidos, em sua esfera específica, como acontecimentos que têm origem diversificada em complexas e plurais interações. Dessas interações surgem mediações e produção de sentidos, textos disponibilizados aos leitores e construídos por diferentes discursos

³ (DENIS, LANGRÉE e VEILLARD, 1995)

informativos ou opinativos. Desse jogo de troca emergem tensões entre diversos campos e atores sociais que disputam a hegemonia da opinião pública.

A apreensão do contexto e a compreensão dos discursos narrativos que construíram a retórica deste episódio parecem ser elementos importantes para futuras reflexões sobre os fenômenos relacionados aos meios de comunicação. Refletir sobre a prática do jornalismo, a partir de seus índices históricos, é necessário. Um exercício relevante e imperativo para se compreender a produção de sentido do material vinculado aos meios de comunicação e, sobretudo, para trilhar o caminho emancipatório de suas representações que, em esferas públicas, por vezes, objetivam única e exclusivamente hegemonizar a opinião pública.

A literatura e o jornalismo estavam em campos cujos limites eram difusos, um cruzamento de superfícies textuais repleto de pontos coincidentes, no qual um texto encontra, na base de outro, um espaço de diálogo. A escrita periódica instrumentaliza a ficcional. Como explicita Thérenty (2007), a escrita jornalística, como expressão do real, visivelmente arrasta quase todas as narrações do século XIX. A função do texto jornalístico na literatura não se reduz, no entanto, a um efeito do real, pode-se dizer que as variações desta representação espelham grande parte da história das relações entre a escrita ficcional e a jornalística.

L'affaire Dreyfus gerou uma vasta literatura jornalística e ficcional que permite uma releitura da realidade histórica a qual não só sublinha acontecimentos, como também articula textos de vários autores. São narrativas ideológicas e estilísticas que se autoinfluenciam e apresentam clichês, motivações dominantes e mitos que fundaram a retórica do episódio.

A pesquisa procurou perceber os elementos que transformaram a prisão do Capitão Dreyfus, ou seja, o seu drama pessoal, em um acontecimento de grande monta que chegou a colocar em xeque importantes instituições do país; pela incapacidade do sistema judiciário de corrigir seu erro e também pela inércia do Estado. A sustentação da condenação de Dreyfus surgia como uma necessidade para o bom funcionamento da estrutura estatal. A não concessão da justa revisão do processo Dreyfus era para a ordem estabelecida fundamental à manutenção dos interesses do Estado; assim, as ações tomadas por grande parte dos poderes judiciário, executivo e legislativo visavam, na concepção de seus representantes, o melhor para Estado; mesmo que para isso a garantia dos direitos individuais fosse

desprezada. Atitudes e não atitudes que se apresentavam para este mesmo Estado como um mal necessário; para a população como um perigo à tirania.

Ilustra-se o contexto político dos anos oitocentos, especialmente de sua segunda metade, suas crises e seus personagens. Destacam-se o movimento Boulangista e o Escândalo do Panamá, pois esses processos geraram uma atmosfera desfavorável à democracia, favorável ao sentimento de antissemitismo e preparatório à tragédia pessoal de Dreyfus, aglutinando setores conservadores. *L'affaire Dreyfus* se mostra como uma síntese de um século em disputa, uma disputa que teve suas raízes no final do século XVIII, com a Revolução Francesa.

Desta forma, o trabalho expõe uma primeira parte que insere o leitor no panorama das principais crises da III República, bem como a disputa continuada que se estabeleceu após a Revolução Francesa.

Na segunda parte da tese, apresenta-se o episódio Dreyfus propriamente dito no conjunto de suas ações: o processo de alta traição de Dreyfus, a necessidade de construir a culpabilidade de Dreyfus, o papel dos jornais – em particular o *L'Aurore* e o *La Libre Parole* - na construção dos movimentos dreyfusista e antidreyfusista – jornalistas, figuras públicas e intelectuais que se empenharam respectivamente na defesa do capitão e na manutenção de sua pena, a estratégia midiática que Zola propõe a favor de Dreyfus e o processo contra Émile Zola por calúnia e difamação. Analisa-se, além disso, o artigo *J'Accuse* e outros escritos jornalísticos de Zola em apoio ao capitão Dreyfus, que compõe a obra zoliana: *Vérité en marche...!*

Na terceira parte da tese, relaciona-se o Caso Dreyfus com o contexto literário, o engajamento de Émile Zola e as transposições do episódio para literatura. A dinâmica que envolveu o episódio Dreyfus foi de mobilização, um movimento no qual a literatura não pode se eximir a essa espécie de energia coletiva. Por esta razão não deixo de citar: Anatole France, Charles Péguy e Octave Mirbeau, figuras importantes no apoio a Dreyfus e igualmente a Zola.

Em *Vérité* (1903), observa-se a vontade zoliana de fazer triunfar os grandes ideais e de assegurar o sucesso absoluto dos homens bons. Zola apresenta-se, nessa narrativa, de forma extremamente positiva. O romance está vinculado a uma cadeia complexa de diversos registros: jornalísticos, históricos, sociológicos, filosóficos e científicos. Seu enredo é marcado pelas discussões sobre ensino, separação entre Igreja e Estado, antissemitismo e luta pela verdade e justiça.

L'affaire Dreyfus, nessa narrativa, está mimetizado, transformado e problematizado. E, como assinala Paul Ricoeur (1983): possibilita ao leitor a captação do irreal, que o conduz aos elementos essenciais da realidade. Essa é magia da literatura.

O romance *Vérité* é a versão ficcional de Émile Zola ao episódio Dreyfus. Zola transporta a fatalidade do capitão Dreyfus para o drama do professor da escola laica, o judeu Simon, ambientando sua narrativa não nas Forças Armadas; mas na Escola. O que está em jogo é o ensino laico frequentemente atacado por instituições de ensino vinculadas à Igreja Católica.

O criador de *Germinal* apresenta uma retórica de persuasão ao transformar esse romance em uma narrativa utópica, uma espécie de tese zoliana, na qual ele apresenta sua proposta, que está ancorada na educação, para a edificação de outra realidade, para a construção do futuro. Uma escrita repleta de trocas entre o real e as utopias. Parafraseando Cosset (1990), utopias que espelham uma sociedade em crise, que são o inverso mágico de um lugar ou de uma situação não satisfatória, onde Zola se propõe reabilitar o sonho de uma sociedade ideal.

Por fim, algumas considerações são tecidas sobre a dinâmica do relacionamento de *L'affaire Dreyfus* com o universo das letras - literatura e jornalismo - que afirma a história de uma mobilização social que se demonstra como uma experiência política, humana e literária. O engajamento de escritores e intelectuais é revelado em seus processos criativos, por intermédio de narrativas que trazem consigo a força coletiva necessária para reagir em um cenário ideologicamente conservador.

PRIMEIRA PARTE: JOGOS CONSTITUCIONAIS, DISPUTAS E
CONFLITOS DA PRIMEIRA À TERCEIRA REPÚBLICA

SÉCULO XIX: CONTINUIDADE DE CONFLITOS

Reflexos da Revolução Francesa

Jaurès⁴ considera a Revolução Francesa como um fato imenso e de uma fecundidade admirável. Em que consiste essa fecundidade admirável? A essa indagação, o autor responde: a Revolução Francesa é fecunda porque alimentou indiretamente a consciência do proletariado e elevou sua autoestima social; porque permitiu que se realizassem nela as duas condições essenciais do socialismo: a democracia e o capitalismo. Jaurès julga que esse processo resultou, objetivamente, na ascensão política da classe burguesa a qual influenciou todos os processos do período seguinte⁵.

A Revolução Francesa (1789-1799) foi um período de ebulição ideológica e social não apenas na França, mas também no mundo. Essa foi a ocasião em que se fundou a Primeira República. A política francesa submeteu-se então a mudanças profundas que investiram contra privilégios feudais da monarquia absoluta que se estendiam da aristocracia até o clero católico. Transformações que foram produto do pensamento iluminista, as quais aspiraram alargar o saber crítico, voltando-se ao maior conhecimento do homem e à promoção de uma cultura capaz de desenvolver as potencialidades da condição humana.

A educação pública, gratuita, laica e obrigatória constava entre as políticas públicas defendidas pela burguesia jacobina. A Convenção aprovou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1793, assegurando o acesso à educação como direito de todos os cidadãos⁶. Segundo Furet e Ozuf⁷, politicamente, os franceses não interagiram com a Revolução de maneira uniforme. Tal desarmonia motivou duas visões: a primeira reuniu os que compreendiam o legado da Revolução como a conquista da liberdade e dos Direitos do Homem e a Queda da Bastilha; a segunda aglutinou os que desejavam ir além com a grande participação das camadas populares, o fim da escravidão, nas colônias francesas, entre outros debates públicos.

⁴ (*História Socialista 1789-1900, 1901*)

⁵ (*História Socialista 1789-1900, 1901*)

⁶ (*FURET e OZUF, 1989*)

⁷ (*Dicionário crítico da Revolução Francesa, 1989*)

Esse período foi atravessado por fenômenos políticos, sociais, culturais de singular complexidade, fenômenos que se estenderam pelo decorrer do século seguinte, ao colocarem na ordem do dia discussões sobre a Igreja ou a descristianização do Estado, o exército, o espírito público, a nação, a república, o sufrágio e a democracia. A Revolução semeou debates que se enraizaram no século XIX, alimentando distintos projetos nacionais para a França.

- Jogos Constitucionais

A primeira metade do século XIX inicia-se, parafraseando Guizot (apud MARX, 1956), com jogos constitucionais: Consulado; Primeiro Império; Restauração Bourbon; Monarquia de Julho; Primavera dos Povos. No Consulado, Napoleão Bonaparte esteve à frente da gestão do país, com mais dois cônsules, passando de primeiro-cônsul a imperador dos franceses. Com o fim da Era Napoleônica (1799-1815), o país retrocedeu ao regime absolutista com o retorno da dinastia Bourbon, estando, no primeiro momento, sob a tutela de Louis XVIII (1815-1824) e, no segundo, sob a de Charles X (1824-1830). A Revolução de 1830 fez cair o último rei absolutista, colocando no comando da França Louis Philippe d'Orleans (1830-1848), o conhecido Rei Burguês. A Primavera dos Povos, também conhecida como Revolução de 1848, foi uma série de insurreições de caráter nacional e socialista, o movimento responsável pela instalação da Segunda República.

Contudo, as disputas, na segunda metade do século XIX, tiveram continuidade: República Presidencialista; Segundo Império; Terceira República. Na Segunda República (1848-1852), com a nova constituição, estabeleceu-se a república presidencialista, na qual, através do voto, Louis Napoléon Bonaparte, sobrinho do primeiro imperador, tornou-se presidente. No entanto, em 1851, ele derrubou a República e passou a ser o imperador Napoléon III, dando início ao Segundo Império (1852-1870) que chegou a seu fim com perda da Batalha de Sedan, durante a guerra franco-prussiana.

Terceira República: crises sem fim

- O desastre de Sedan

Após o desastre de Sedan⁸, com o fim do Segundo Império, nasceu, em 1870, a IIIª República (1870-1940), tendo Adolphe Thiers (1797-1876) como seu primeiro presidente. M. Thiers esteve à frente do jornal *Le National* com Mignet e Varmand Carrel. Esse periódico combateu o absolutismo dos Bourbons e mostrou-se favorável ao duque d'Orleans, reconhecidamente de espírito liberal. Após as jornadas de julho de 1830, Thiers transformou-se em uma personagem pública da mais alta influência⁹.

Para o jornal *Le Constitutionnel*¹⁰ o insucesso de "[...] Sedan era lógico. Era a consequência fatal da leviandade e da ineptidão. O Império desmoronou, infelizmente, o sistema [...] restou de pé" – sentenciava o editorial – "foi em vão que Paris e a província se armaram". A guerra perdida gerou um sentimento que, nos anos seguintes, organizou e mobilizou os franceses: a devoção à pátria – "um único elemento poderia imediatamente suprir aquilo que nos falta e nos devolver nossa aptidão à vitória, este é o patriotismo."¹¹

- A Comuna de Paris

O país viveu o pós-guerra em um clima político de muitas inquietudes. No auge das tensões políticas, em março de 1871, ocorreu a proclamação do governo autônomo da Comuna de Paris. Com o primeiro governo de caráter operário e também como uma forma de resistência popular, surgiu a ideia de autogestão:

⁸A Batalha de Sedan foi um conflito travado em 1º de setembro de 1870, próximo à cidade francesa de Sedan, durante a guerra franco-prussiana. O exército chefiado por Napoleão III e pelo marechal Patrice Mac-Mahon tentou inutilmente romper o cerco. Em 2 de setembro, o imperador, o marechal e 83.000 soldados renderam-se aos alemães. Isso acarretou a captura e a queda de Napoleão III. (LAROUSSE, 1995, p. 5301)

⁹ (LAUBOT, 2012)

¹⁰ (Paris, 17 Février, 1871)

¹¹Sedan est venu, sedan était logique. C'était la conséquence fatale de l'imprévoyance et d'ineptie. L'empire s'écroula ; malheureusement, le système qui l'avait perdu resta debout. Et c'est en vain que la nation s'est levée, c'est en vain que Paris, que la province, se sont armés. Paris et la province, paralysés, écrasés sous ce système ont dû succomber. [...] Un seul élément pourrait suppléer immédiatement à ce qui nous manque et nous rendre nos aptitudes à la victoire c'est le patriotisme. (Paris, 17 Février, 1871)

"Cidadãos, o povo de Paris abalou o jugo que tentavam lhe impor [...]"¹². Por seu caráter fundamentalmente democrático, a Comuna foi considerada por Marx e Lenin como uma forma política totalmente expansiva (apud BOTTOMORE, 1988), uma fórmula para governos revolucionários futuros.

A revolta da população de Paris, com o apoio da Guarda Nacional, instituiu outra forma de gestão: a primeira república proletária com caráter socialista. Essa inédita iniciativa durou, entretanto, apenas 72 dias. Resultado da luta contra a dominação política da burguesia, a Comuna realizou-se em um contexto social e econômico de adensamento das contradições de classe, decorrente da dura derrota sofrida pela França na guerra contra a Prússia.¹³

O estatuto de revolução ou de insurreição da Comuna de Paris ainda necessita de precisão, mas uma certeza persiste: o conjunto de ideais que ela trouxe consigo abriu para homens e mulheres uma nova perspectiva de relacionamento entre cidade e Estado. Na conjuntura nacional, a cidade mostrou-se protagonista:

Paris deve então se declarar CIDADE LIVRE, comuna liberada, cidade republicana, governando-se por ela mesma e realizando, na medida do possível, a teoria do governo direto aplicado na república helvética.¹⁴

Como processo dialético, a Comuna de Paris deve ser compreendida sob o signo de uma mudança profunda e, portanto, como uma ruptura. A negação da ordem e das instituições burguesas é seu maior tributo "É Paris, Paris inteira, que está de pé e que combate por seu direito e por sua liberdade¹⁵ [...]" – escreve Paul Meurice¹⁶. Parafrazeando Marx¹⁷, o movimento retirou sua força de um presente nefasto, para atingir seu próprio conteúdo; não tomou ele sua poesia do passado; permitiu que os mortos enterrassem seus mortos; extraiu, sim, sua poesia do futuro, anunciando o tempo que estava por vir. Anunciava a esperança, a esperança de

¹² *Citoyens, Le peuple de Paris a secoué le joug qu'on essayait de lui imposer. Disponible en: http://classiques.uqac.ca/classiques/commune_de_paris/Journal_officiel_Commune_de_Paris/Journal_officiel_Commune_de_Paris.pdf*

¹³ A Guerra Franco-prussiana, conflito entre a França e Prússia (1870-1871). (MALET, 1922). (LAGANA, 2018)

¹⁴ *Paris doit donc se déclarer VILLE LIBRE, commune affranchie, cité républicaine, se gouvernant elle-même et réalisant dans la mesure du possible la théorie du gouvernement direct appliqué dans la république helvétique.* (VALLÉS, 1871) (*Le Cri du Peuple: Au Peuple de Paris, 1871*) .

¹⁵ *[...] il ne s'agit plus de La Commune [...]. C'est Paris, Paris tout entier, qui est debout et qui combat pour son droit et par sa liberté.* (*La Guerre des rues, 1871*)

¹⁶ (*La Guerre des rues, 1871*)

¹⁷ (*O 18 brumário de Luís Bonaparte, 1956, p. 19*)

cidadãos comuns serem mestres da própria vida.

A Comuna demandou ousadia e coragem de seus atores e, como contrapartida de setores conservadores, teve uma repressão proporcional. A violência empregada para sua destituição foi simétrica à sua intensidade revolucionária. O fuzilamento dos 147 *communards*, em 27 de maio de 1871, contra o muro do cemitério Père Lachaise, se não fosse realidade, seria uma metáfora perfeita da atmosfera da cidade de Paris.

- Um apelo à ordem institucional

M. Thiers, vitorioso em sua estratégia de render os *Communards*, consolidou-se no poder, com a lei *Rivet*: "O chefe do poder executivo tomará o título de presidente da República francesa"¹⁸. A imprensa conservadora e clerical não só abominava as realizações da Comuna, como também tentava construir a ideia de que suas figuras não passavam de um bando de revoltosos que pretendiam retirar a ordem da vida pública francesa. Com a vitória consagrada, o momento, na perspectiva do *Le Constitutionnel*¹⁹, era de evocar os princípios republicanos mesclados com a necessidade de ordem institucional:

No momento em que estamos, os motins, as divergências internas não podem ser senão funestas para a França. Nada, aliás, os motiva. A República, isto é, o princípio o mais oportuno para agrupar, em torno da causa nacional, todos os partidos, está proclamada e ninguém pensa em impedir seu avanço. Aqueles que hasteiam a bandeira da insurreição podem, então, somente servir as paixões contrárias aos legítimos interesses [...]. Unimo-nos, por consequência, ao governo para convidar todos os cidadãos de Paris, não importando a classe a que pertençam, a tomar em mãos a causa da ordem.²⁰

¹⁸ *Le chef du pouvoir exécutif prendra le titre de président de la République française, et continuera d'exercer, sous l'autorité de l'Assemblée nationale, tant qu'elle n'aura pas terminé ses travaux, les fonctions qui lui ont été déléguées par décret du 17 février 1871.*

¹⁹ (Paris, 18 Mars, 1871)

²⁰ *Au moment où nous sommes, les troubles, les dissensions intérieures ne peuvent être que funestes à la France. Rien, d'ailleurs ne les motive. La République, c'est-à-dire, le principe le plus propre à grouper autour de la cause nationale tous les partis, est proclamée, et nul ne songe à enrayer sa marche. Ceux qui arborent le drapeau de l'insurrection ne peuvent donc servir que les passions contraires aux légitimes intérêts [...]. Nous nous joignons, par conséquent, au gouvernement pour inviter tous les citoyens de Paris, à quelques classes qu'ils appartiennent, à prendre en main la cause de l'ordre. (Paris, 18 Mars, 1871).*

A derrota da Comuna, no entanto, não se traduziu em estabilidade política. A França dividida permanecia em um clima de disputas e incertezas e o discurso ufanista aos parisienses fazia-se necessário. Convencê-los de que os tempos de batalha haviam chegado ao fim e de que o momento era de retomada e reencontro com a paz tornava-se essencial. Segundo as palavras do *Le Constitutionnel*:

A ruína material atinge proporções inéditas; mas sem a vitória obtida, a ruína moral seria ainda mais assustadora. “[...] um homem aparece no meio de nossas ruínas, como um reparador e como um salvador: É o soldado que venceu a revolta [...]. O exército da França veio vos salvar – Paris está liberada. [...]. Hoje a luta terminou; a ordem, o trabalho e a segurança vão renascer”. O marechal na França, comandante em chefe, De Mac-Mahon.²¹

Desde a Constituição de 13 de março de 1873, M. Thiers teve seus poderes limitados. Ele enfrentou, na Assembleia Nacional, a coalizão liderada pelo duque Albert de Broglie (1821-1901), o que resultou em sua destituição. O marechal Patrice Mac-Mahon (1808-1893) o sucedeu.²² Depois de aproximadamente dois anos, a França reformulou sua constituição.

- 1875: a república com estatuto definitivo

A Constituição de 1875 estabeleceu o regime parlamentar. Houve a inserção do princípio da responsabilidade dos ministros diante da Câmara de Deputados, o qual os obrigava a governar somente em acordo com os representantes eleitos. Os ministros tornaram-se simplesmente delegados do executivo. O presidente exercia um papel praticamente de representação.

A separação dos poderes legislativo e executivo era aparente. As câmaras, sobretudo a dos deputados, representavam diretamente a população e detinham de fato o poder. O presidente da república, de acordo com esta constituição, era eleito por sete anos irrevogáveis, salvo em caso de alta traição. Ele tinha a prerrogativa de nomear o presidente do Conselho que, com o conjunto dos ministros, compunha *Le*

²¹ *La ruine matérielle atteint des proportions inouïes ; mais sans la victoire obtenue, la ruine morale, serait encore plus effrayante. "[...] Un homme apparaît au milieu de nos ruines, comme un réparateur et comme un sauveur : C'est le soldat qui a vaincu l'émeute et nettoyé les rues de ses immondes souillures [...]. "L'armée de France est venue vous sauveur – Paris est délivrée. Nos soldats ont enlevé, à quatre heures, les dernières positions occupées par les insurgés. Aujourd'hui la lutte est terminée ; l'ordre, le travail et la sécurité vont renaître", Le maréchal en France, commandant en chef, De Mac-Mahon. (Paris, 29 Mars, 1871)*

²² (MALET, 1922, p. 676-700)

Gouvernement, responsável pelas políticas do poder executivo diante da Câmara dos Deputados e do Senado, revestidos de poderes para destituí-los.²³

A Assembleia Constituinte de 1875 conseguiu fazer da república um regime definitivo, apesar de os monarquistas esforçarem-se para restabelecer a monarquia. A república, que era o regime de governo de fato, passou a sê-lo de direito. Vitoriosa, ela ganhou estatuto definitivo. As crises, no entanto, continuaram a sacudir a IIIª República.

- A crise de 16 de maio de 1877

Nas eleições de 1876, os republicanos conquistaram a maioria na Câmara de Deputados, contrariando a expectativa do presidente da república, marechal Mac-Mahon, que esperava a supremacia dos monarquistas. “Em 16 de maio de 1877, o marechal Mac-Mahon tentou um ensaio preliminar de golpe de Estado. Bruscamente destituiu-se sob pretextos fúteis o ministério republicano de Jules Simon, que reunia na Câmara uma maioria de duzentos votos. O novo gabinete, sob a presidência de M. de Broglie, era composto apenas de monarquistas” – escreveu Victor Hugo.²⁴

M. de Broglie ocupou a presidência do Conselho e o Ministério da Justiça e trabalhou, no Senado, para a construção de uma maioria favorável à dissolução da Câmara de Deputados. “O senado, votando a dissolução, compromete a tranquilidade pública e prova que é perigoso. O senado, rejeitando a dissolução, tranquiliza e prova que é necessário [...]” – conclamou Victor Hugo. “No meio de nossas flutuações e de nossas tempestades, na escuridão da luta [...], algo que não pode ser subjugado está agora visível e de pé: é a lei, a eterna lei honesta e justa que sai da consciência pública[...]. Para devolver serenidade à civilização [...]. Voto contra a catástrofe. Recuso a dissolução.” – anunciou o grande poeta romântico.²⁵

Efetivamente, as eleições legislativas de outubro de 1877 reconduziram a maioria republicana. Léon Gambetta, após a dissolução da Câmara, afirmou em Lille: “Quando a França fizer entender sua voz soberana, necessário será se

²³ (MALET, 1922)

²⁴ (Obras Completas: Atos e palavras, 1959, p. 443)

²⁵ (Obras Completas: Atos e palavras, 1959, p. 444)

submiter ou se demittir”²⁶. A célebre expressão de Gambetta realizou-se, quando M. Mac-Mahon demitiu-se, em 30 de janeiro de 1879.²⁷

- A política anticlerical

A partir de 1879, os republicanos praticaram, no interior do país, uma política anticlerical e, externamente, uma política de expansão colonial. O homem que encarnou, por assim dizer, essa dupla tarefa, foi Jules Ferry. À frente das pastas de *L'instructions public* e *Affaires Étrangères*, ele desempenhou relevante papel na revisão constitucional de 1884.²⁸ Como ministro e duas vezes presidente do Conselho de Estado, foi uma figura importante nas discussões relacionadas à liberdade de reunião e à consolidação da lei de imprensa de 29 de julho de 1881, a qual garantia maior liberdade de expressão: "não existe delito especial de imprensa. Todo aquele que faz uso da imprensa ou de outro meio de publicação é responsável segundo o direito comum."²⁹

Jules Ferry participou, de forma decisiva, na organização do ensino primário, público e obrigatório. A iniciativa de Ferry foi julgada inconveniente por setores conservadores e a imprensa a eles vinculada não o poupou das mais estranhas críticas: "A instrução obrigatória tal como a resolução do projeto de lei de Ferry é ineficaz, praticamente impossível, injusta em si mesma, ela constitui o mais grave ataque ao direito mais sagrado das famílias."³⁰ De acordo com Malet³¹, a ofensiva de uma política anticlerical parece ter sido uma espécie de resposta à tentativa de golpe de 16 de maio de 1877 e ao apoio do clero aos inimigos da república. O clero, sempre que possível, insistia em ajudar os monarquistas, o que exigia a diferenciação entre os campos político e religioso, como se evidencia nesse pronunciamento de M. Ferry:

²⁶ *Quand la France aura fait entendre sa voix souveraine, il faudra se soumettre ou se démettre* [...]. (LAUBOT, 2012, p. 229)

²⁷ (MALET, 1922)

²⁸ (MALET, 1922)

²⁹ *Il n'y a pas de délits spéciaux de la presse. Quiconque fait usage de la presse ou de tout autre moyen de publication est responsable selon le droit commun* (GERVILLE-RÉACHE, 1881, p. 1).

³⁰ *L'instruction obligatoire telle qu'elle ressort du projet de loi Ferry est impuissante, pratiquement presque impossible, injuste en elle-même, elle constitue la plus grave atteinte au droit le plus sacré des familles[...].* (France: *Instruction obligatoire*, 1880)

³¹ (L'époque Contemporaine, 1922)

Nós somos instituídos para defender os direitos do Estado contra certo tipo de catolicismo, bem diferente do catolicismo religioso, e que eu chamarei de catolicismo político. Quanto ao catolicismo religioso, que é uma manifestação da consciência de uma tão grande parte da população francesa, ele tem o direito de nossa proteção (...). Sim, nós entramos sem hesitação na luta anticlerical; eu o disse e a maioria republicana me aclamou quando eu afirmei isso. Sim, desejamos nós a luta anticlerical, mas a luta antirreligiosa nunca, nunca.³²

A corrente de pensamento anticlerical havia se desenvolvido depois da Revolução de Julho. Segundo Burns³³, esse movimento não era necessariamente ateu nem mesmo cético, apesar de, em geral, apresentar-se associado a certa dose de hostilidade à fé ou, pelo menos, indiferente a ela. Seus motivos residiam em refrear a influência da igreja (católica) na política e pôr fim a seus privilégios econômicos e à sua supremacia no terreno educacional.³⁴

- Republicanos *versus* republicanos: radicais e oportunistas

A política de expansão colonial foi inspirada por razões políticas e econômicas. Por volta de 1880, começou a se desenhar, em toda a Europa, um movimento protecionista. Para assegurar o desenvolvimento de indústrias nacionais, os estados começaram a interditar o acesso de produtos estrangeiros ao mercado interno, através do estabelecimento de impostos aduaneiros elevados.

Entre os novos concorrentes comerciais estavam a Alemanha e os Estados Unidos. Tornava-se, pois, necessário assegurar o futuro de novos mercados. A política colonial deveria devolver à França confiança para exercer, no mundo, sua legítima influência. Contudo, essa política de expansão não era consenso, sendo combatida pelos monarquistas e pela ala dos republicanos mais à esquerda.³⁵

A política de expansão segmentou os republicanos em dois blocos: *Groupe radical* e *Union républicaine*. Os radicais eram críticos à Constituição de 1875 e reclamavam uma revisão total. A *Union républicaine* defendia uma revisão parcial,

³² *Nous sommes institués pour défendre les droits de l'Etat contre un certain catholicisme, bien différent du catholicisme religieux, et que j'appellerai le catholicisme politique. Quant au catholicisme religieux, qui est une manifestation de la conscience d'une si grande partie de la population française, il a droit à notre protection [...]. Oui, nous sommes entrés résolument dans la lutte anticléricale ; je l'ai dit et la majorité républicaine m'a acclamé quand j'ai tenu ce langage. Oui nous avons voulu la lutte anticléricale, mais la lutte antireligieuse, jamais, jamais. (SÉNAT - UN SITE DES CITOYENS)*

³³ *(História da civilização ocidental, 1956, p. 727)*

³⁴ *(História da civilização ocidental, 1956, p. 728)*

³⁵ *(MALET, 1922, p. 692)*

acreditando que isso acomodaria as demandas existentes. Gambetta, dirigente *da Union républicaine*, acreditava que a totalidade das reformas deveria ser realizada em outro momento, dizia ele: “em um momento oportuno”. Em consequência desse discurso, Gambetta e seus aliados foram denominados oportunistas.

O senhor Gambetta não quer mais nem a liberdade de reunião, nem a liberdade de associação, nem a liberdade absoluta da imprensa, nem da responsabilidade direta dos funcionários, nem da separação da Igreja e o Estado, nem da supressão das concessões, nem da supressão dos grandes salários [...]. Teorias, tudo isso era bom sob o Império; mas sob a República... Pobre República!³⁶

Apesar dos protestos dos radicais, a revisão parcial foi executada durante o último ministério de Jules Ferry. Entre as mudanças aprovadas estavam o fim dos senadores perpétuos e a proporcionalidade entre os habitantes das Comunas e as vagas parlamentares, dando maior poder de influência às cidades. A grande vitória dos republicanos, fossem radicais ou oportunistas, era o estatuto definitivo da república: “a forma republicana de governo não pode ser objeto de proposição de revisão [...]. Os membros das famílias que tenham reinado sobre a França são inelegíveis à presidência da república.”³⁷

- A queda de Jules Ferry

A revisão constitucional de 1884, de um lado, não tinha agradado o suficiente aos radicais. De outro, a expulsão das congregações religiosas do ensino; as despesas com as expedições coloniais e a execução de grandes trabalhos de utilidade pública, como a construção de estradas de ferro e de canais, resultaram em importantes déficits orçamentários e na eclosão de uma crise econômica que geraram, no país, uma atmosfera de descontentamento. Essa intranquilidade política colaborou para a queda do ministro Jules Ferry.³⁸

³⁶ M. Gambetta ne veut plus ni de la liberté de réunion, ni de la liberté d'association, ni de la liberté absolue de la presse, ni de la responsabilité directe des fonctionnaires, ni de la séparation de l'Eglise et de l'Etat, ni de la suppression des octrois, ni de la suppression des gros traitements [...]. Théories, tout cela c'était bon sous l'Empire ; mais sous la République... Pauvre République ! (Le Programme Gambettiste, 1881)

³⁷ “La forme républicaine du gouvernement ne peut faire l'objet d'une proposition de révision. Les membres des familles ayant régné sur la France sont inéligibles à la présidence de la République. Disponible en: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/constitution-de-1875-iiie-republique.5108.html>

³⁸ (MALET, 1922, p. 692-693)

Era um momento de desagravo, os conservadores e a esquerda radical unificaram-se em uma estratégia política e também midiática. A sessão da Câmara em que ocorreu essa desforra política durou cerca de três horas e foi marcada pela dramatização, conforme matéria do *Le Figaro*:

De repente, o senhor Jules Ferry, que entrara com a multidão, dirige-se à tribuna. Imediatamente houve um grande silêncio. Esperavam-se vaias. Nem uma palavra, nem um grito. A palavra que em seguida dirá M. Clemenceau, “um acusado diante de seus juízes”, é profundamente verdadeira. Todos, direita, extrema esquerda, centro, estão mudos, inquietos, severos, quase ferozes, o senhor Ferry sente isso. Ele não ousa olhar diante dele, ele pega, tremendo, algumas folhas escritas anteriormente e lê com uma voz engasgada: O senhor Ferry torna-se lívido [...]³⁹

Segundo *Le Figaro*, M. Ferry fez um chamamento para que os parlamentares, independente de seus assentos, não permitissem que a questão nacional se mimetizasse a fatores de ordem secundária e que, acima de qualquer disputa, colocassem a bandeira da França.⁴⁰

Depois de Ferry se pronunciar, M. Georges Clemenceau assumiu a tribuna. Dominado pela certeza da vitória, ele se manifestou em uma atmosfera de exaltação. Suas palavras iam ao encontro do sentimento de grande parte dos parlamentares e dos que acompanhavam a sessão. O espetáculo seduziu o parlamento:

Todo debate terminou entre nós. Nós não queremos mais ouvir vocês, nós não queremos mais discutir com vocês os grandes interesses da pátria. (aplausos.) Nós não os reconhecemos mais, [...]. (novos aplausos.) Sobre o que vocês disseram ou fizeram até este momento eu quero lançar hoje o véu do esquecimento. (movimentos diversos.) Não são ministros que eu tenho diante de mim, são acusados. (aplausos à direita e à esquerda).⁴¹

³⁹ *Soudain, M. Jules Ferry, qui est rentré avec la foule, se dirige vers la tribune et y monte. Aussitôt un grand silence. On s'attendait à des huées. Pas un mot, pas un cri. Le mot que dira tout à l'heure M. Clémenceau « un accusé devant ses juges » est profondément vrai. Tous, droite, extrême gauche, centre, sont muets, inquiets, sévères, presque féroces, M. Ferry le sent. Il, n'ose pas regarder devant lui, il prend en tremblant quelques feuilles écrites d'avance et lit d'une voix étranglée : M. Ferry devient blême il fait un effort suprême pour achever. (MILLAUD, 1885)*

⁴⁰ (MILLAUD, 1885, p. 1)

⁴¹ *Tout débat est fini entre nous. Nous ne voulons plus vous entendre, nous ne voulons plus discuter avec vous les grands intérêts de la patrie. (Applaudissements.) Nous ne vous connaissons plus; nous ne voulons plus vous connaître. (Nouveaux applaudissements.) Sur ce que vous avez dit ou fait jusqu'à cette heure je veux jeter aujourd'hui le voile de l'oubli. (Mouvements divers.) Ce ne sont plus des ministres que j'ai devant moi, ce sont des accusés. (Applaudissements à droite et à gauche.)” (MILLAUD, 1885, p. 1)*

Deposto por ampla diferença, M. Ferry retornou à tribuna para informar que entregaria sua demissão e a de seu gabinete ao presidente da república. Ao som de aplausos, os ministros levantaram-se como um só homem e colocaram-se em fila para seguir M. Ferry, que se apressou em direção à porta.

Para Rambaud⁴², o pior da sessão da Câmara que depôs M. Jules Ferry estava na rua, uma multidão enorme excitada por caudilhos de partidos reacionários, revisionistas ou demagógicos e exaustivamente estimulada pela violência de uma imprensa intransigente:

[...] grita-se aos ouvidos: “os vendidos, os vendidos” - perplexos, estas vítimas inocentes subtraem-se modestamente. M. Rochefort é objeto de aclamação, quando atravessa o cais d'Orsay [...]. De todas as partes, grita-se, abaixo Ferry, abaixo Ferry!⁴³

Destacou *Le Figaro* o ineditismo do parlamento em conseguir tamanha mobilização de pessoas:

Jamais tínhamos vistos, desde 1870, tal agitação. Em frente ao *Palais-Bourbon*, a multidão é imensa, mais de três mil pessoas estão reunidas, aguardando com ansiedade os resultados da jornada parlamentar. Nos corredores da câmara, circula-se com dificuldade; o congestionamento é tão grande que os próprios deputados têm enormes dificuldades para entrar no *Palais législatif*.⁴⁴

O jornal *Le Gaulois*, que tinha à sua frente o monarquista Arthur Meyer e que detinha apoio da alta burguesia e da influente nobreza, registrou a queda de M. Jules Ferry, exaltando o fato de as pessoas tomarem conhecimento das ocorrências que o envolviam.

Somente ontem, Paris soube das novas adversidades que a França deve ao ministro Ferry e a seus cúmplices. Domingo, a população [...] estava adormecida na ignorância das notícias. Ontem, ela testemunhou, à sua maneira, intensas preocupações e

⁴² (Jules Ferry, 1903)

⁴³ [...] on leur crie aux oreilles « Les vendus, Les vendus » -Ahuris, ces innocentes victimes se dérobent modestement. M. Rochefort est l'objet d'une ovation, quand il traverse le quai d'Orsay [...]. De toutes parts on crie : À bas Ferry, à bas ferry ! (MILLAUD, 1885, p. 1)

⁴⁴ Jamais nous n'avions vu, depuis 1870, une telle agitation. Devant le Palais-Bourbon, la foule est immense plus de trois mille personnes sont assemblées, attendant avec anxiété les résultats de la journée parlementaire. Dans les couloirs de la Chambre, on circule difficilement ; l'encombrement est tel que les députés eux-mêmes éprouvent les plus grandes difficultés à pénétrer le Palais législatif. (MILLAUD, 1885, p. 1)

uma indignação profunda.⁴⁵

Não foi M. Ferry que empreendeu a expedição de Tonkin. Em 1883, ele a encontrou em andamento e acreditou, entretanto, que, apesar de todas as suas dificuldades, não deveria interrompê-la. Pagou por essa expedição um alto preço: a sua popularidade.⁴⁶

L'Intransigeant, sob a direção de Henri Rochefort, com letras garrafais e chamada de primeira página sobre o "desastre Tonkin", utilizou a palavra "assassino" para fazer referência ao ministro deposto, elevando tom:

A guerra do Tonkin, ação sem a autorização prévia das Câmaras, é um ato de alta traição, a qual fez de Ferry, que a perpetrou, um bandido exigido pelo cadafalso. Ora, não se discute com bandido; grita-se: "Ao assassino!" [...].⁴⁷

A imprensa monarquista e a revolucionária competiam em brutalidade e grosseria, ambas insultavam o homem, que, segundo Rambaud⁴⁸, tinha feito da França a segunda potência colonial do mundo e tinha sido, para a educação popular, um criador, um organizador, um administrador vigilante que possuía o senso pedagógico e os dons de um educador. Esteve ele por três vezes à frente do Ministério de Educação, sem deixar de inovar a cada uma de suas gestões, beneficiando desde a *Sorbonne* e o *Collège de France* até a mais humilde escola rural.⁴⁹

Após a queda de Jules Ferry, alguns deputados da minoria conservadora foram surpreendidos, em agosto de 1887, pelo pouco sucesso obtido pelos monarquistas nas eleições dos conselheiros e reorganizaram-se no movimento '*droite constitutionnel*'. O presidente do Conselho, M. Charles de Freycinet, compôs um governo de coalizão parlamentar. Obstinado pela convergência dos republicanos, realizou concessões à extrema esquerda. Para M. Ferry, essas

45 Hier, seulement Paris a su les nouveaux malheurs que la France doit au ministère Ferry et à ses complices. Dimanche, la population la plus nombreuse était couchée dans l'ignorance des nouvelles. Hier, elle a témoigné par son attitude de vives préoccupations et une indignation profonde. On s'est arraché les journaux. Chacun y cherchait avidement des nouvelles des victimes et des coupables. (*Chute du Ministère*, 1885, p. 1)

46 (LAUBOT, 2012)

47 Nous n'insisterons pas sur l'excentricité d'un tel raisonnement. La guerre du Tonkin, entreprise sans l'autorisation préalable des Chambres, est un acte de haute trahison que fait Ferry, qui l'a perpétrée, un bandit réclamé par l'échafaud. Or, on ne discute pas avec un bandit; on crie : "À l'assassin !" [...]. (*A l'assassin!*, 1885)

48 (Jules Ferry, 1903)

49 (LAUBOT, 2012)

prerrogativas eram uma temeridade, explica Rambaud.⁵⁰

Em uma atmosfera de reconciliação, M. de Freycinet havia deixado seu ministro da guerra, general Boulanger, sobressair-se. Este conquistara significativa popularidade, condição que inquietava os mais prudentes republicanos. Jules Ferry percebeu uma espécie de perigo totalitário: “o general Boulanger é um perigo para o gabinete, um perigo para as forças armadas, um perigo para a segurança nacional.”⁵¹

Turbulências, inquietações e tentativas de rearranjos de forças políticas oportunizaram o protagonismo do jovem general Georges Ernest Jean-Marie Boulanger.

Em cena o General Boulanger

Os jornalistas, como "incansáveis voyeurs"⁵², encontraram, na vida do general Boulanger, astúcia, conspiração, euforia e tristeza. Uma trajetória digna de trama romanesca, carregada de peripécias e repleta do que hoje se denomina elemento básico da cultura jornalística: os valores-notícia. Qualidades que se relacionam com o insólito, o extraordinário, o catastrófico, a guerra, a violência, a morte e a celebridade.⁵³

Le Figaro, em 8 de janeiro de 1886, trazia o anúncio do novo ministério do então presidente da república, M. Freycinet. O período em que Freycinet esteve na presidência foi marcado pela tensão política que teve como pivô o movimento identificado pelo nome do próprio general. O boulangismo durou cerca de três anos (1886-1889), agitando profundamente a França e colocando em xeque suas instituições. O general Boulanger valeu-se da conjuntura para dar vazão a suas ambições, saindo como herói para alguns e como vítima para outros.

A reflexão de Marc Angenot⁵⁴ sobre o movimento boulangista contém a ressalva de que esse não foi um partido na concepção moderna, nem mesmo uma

⁵⁰ (Jules Ferry, 1903)

⁵¹ [...] *le général Boulanger est un péril pour le cabinet, un péril pour l'armée, un péril pour la sécurité nationale* [...] (RAMBAUD, 1903, p. 428) apud RAMBAUD, 1903, p. 428)

⁵² (TALESE, 2000, p. 5)

⁵³ (TRAQUINA, 2013)

⁵⁴ Marc Angenot, «Chapitre 33. La propagande boulangiste», *Médias 19* [En ligne], Publications, 1889. Un état du discours social, I. Champ politique, mis à jour le : 08/05/2013, URL : <http://www.medias19.org/index.php?id=12316>.

concentração de grupos amparados por determinada doutrina ou conjunto de princípios, como foram os republicanos ‘parlamentaristas’. Segundo ele, tal movimento foi uma frágil coalizão de forças heterogêneas e de personalidades diversas em torno de uma espécie de programa moralizante, uma coalizão que se forjou por intermédio de enorme propaganda, construtora da imagem de um chefe de Estado que prometia uma república honesta.

- Retrato de um ministro

Oriundo do meio burguês, Georges Ernest Jean-Marie Boulanger nasceu em 29 de abril de 1837, na cidade de Rennes, Bretanha – neto de um pequeno fabricante de chapéus, filho de um advogado, que lhe deixara como herança sessenta mil francos de dívidas, Boulanger precocemente começou a ter ambições. Aos cinco anos de idade, escreveu a seu pai: “[...] eu espero que me vejas com a *croix de l'honneur* e a patente de marechal de *France* [...]”⁵⁵

Boulanger era considerado jovem para ser general e mais ainda para assumir o cargo de ministro da guerra. Homem ágil, de estatura média e tez naturalmente rósea, mas bronzeada pelo sol da Itália, Argélia e Tunísia, anteriormente, com menos de trinta e cinco anos de idade, havia passado por quatro campanhas, sofrido seis ferimentos, obtido o posto de coronel, sob a insígnia de comandante. Boulanger era, conforme Dansette⁵⁶, um admirável soldado, brilhantemente recompensado. Na guerra de 1870, franco-prussiana, o general já era capitão-instrutor a Saint-Cyr e cavaleiro da *Légion d'Honneur*⁵⁷ e logo receberia a condecoração de comandante da mesma ordem. Com essa trajetória de êxito, outra janela abriu-se para sua carreira: a política.

Responsável pela modernização das forças armadas, Boulanger revelou-se um oficial eficiente e ambicioso, ávido de progresso, e, desta forma, tornou-se ministro da guerra, em 1886.⁵⁸ Com alianças amplas que foram de Gambetta ao duque d'Aumale e sem reclamar de seu destino ou de seus superiores, serviu à França e a três regimes diferentes com zelo: o Império, a Assembleia Nacional

⁵⁵ “[...] j'espère que tu me verras avec la croix de l'honneur et les épauettes de maréchal de France [...]” (BOULANGER apud DANSETTE, 1946, p. 20).

⁵⁶ (Le Boulangisme, 1946)

⁵⁷ A ordem nacional da Legião de Honra é a instituição que, sob a proteção do grande chanceler e do grande mestre, está encarregada de atribuir a mais alta condecoração honorífica francesa. Instituída por Napoleão Bonaparte, no dia 19 de março de 1802, desde suas origens, recompensa militares e civis, que prestaram serviços eminentes à Nação.

⁵⁸ (Le Nouveau Ministère, 1886)

inclinada à restauração da monarquia e, ao fim, a República dos Republicanos.

Além de suas qualidades militares, o general revelou-se habilidoso na diplomacia. Viajou, como chefe da missão francesa, aos Estados Unidos, para as comemorações do centenário da York-Town.⁵⁹ Boulanger e Arthur Dillon, militar que o acompanhou aos Estados Unidos, retornaram encantados com a publicidade americana e seus métodos de comunicação e de campanha eleitoral. Dillon, depois de deixar as forças armadas, fez fortuna com a indústria de cabos submarinos para telégrafo, tornando-se o principal arrecadador de fundos para o movimento.

No Ministério da Guerra, o general instituiu o departamento de imprensa, sendo o primeiro a cultivar relações regulares com os jornalistas e a mantê-los informados sobre seus deslocamentos, escreveu Jean-Pierre Rissoan⁶⁰, (Figura 1). Rissoan⁶¹ destaca o pioneirismo do general Boulanger por manter relações permanentes com a imprensa. São muitos os indícios de sua estratégia midiática, com o objetivo de construir uma imagem pública de homem dinâmico.

Em pouco tempo, Boulanger surgiu como uma espécie de herói, um procurador dos descontentes; a corporificação de um sentimento de honra nacional que carregava, em si, a coragem necessária para defender a pátria. Boulanger encarnava o papel de general *Revanche*. Explica o jornalista *Philippe de Grandlieu*: o ex-ministro compreendia que a França humilhada tinha desejo de um príncipe ou, pelo menos, de um soldado e que ele, ao julgar que a nação gostava de penacho, colocou-se a agitar o seu diante da multidão.⁶²

A opinião pública era seduzida por aspectos abstratos como a força, a valentia e a glória militar, O movimento boulangista ou a crise boulangista apresentava-se na personificação de Boulanger. Para isso, o corpo do general ovacionado não era um elemento sem importância, ele era a materialidade de um conjunto de anseios. A imprensa o descreveu, segundo Bertrand Tillier⁶³, como um

59A Batalha de York Town ocorreu em 1781, durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos, entre 26 de setembro e 19 de outubro de 1781. Nessa batalha, forças rebeldes dos Estados Unidos foram apoiadas pelos franceses. Seus principais comandantes foram George Washington e Marquês de La Fayette, pelos americanos, e Lorde Cornwallis pelos ingleses. Disponível: <https://guerras.brasilecola.uol.com.br/seculo-xvi-xix/guerra-independencia-dos-estados-unidos.htm>. Acesso :01/06/2018.

60 (Les médias et l'opinion publique : la crise boulangiste (1886-1889), 2017)

61 (Les médias et l'opinion publique : la crise boulangiste (1886-1889), 2017)

62 Il a compris que la France humiliée avait soif d'un prince ou tout au moins d'un soldat ; et puisque la nation aime le panache, il s'est mis à agiter le sien devant la foule... !" Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k279828r.item>

63 (L'affaire Boulanger et la personnalisation du pouvoir, 1997)

homem de força física, energia, no vigor da idade, magnífico e poderoso. Dentro da estratégia de comunicação, a imagem do corpo do general ganhava espaço, em linguagem direta, era uma mensagem e um meio eficaz de publicidade. O que significa dizer: um meio de gerar a ilusão de um salvador: "[...] uma nação vencida, descontente, desanimada" que "se entrega a um grito de esperança. Boulanger era o Messias."⁶⁴

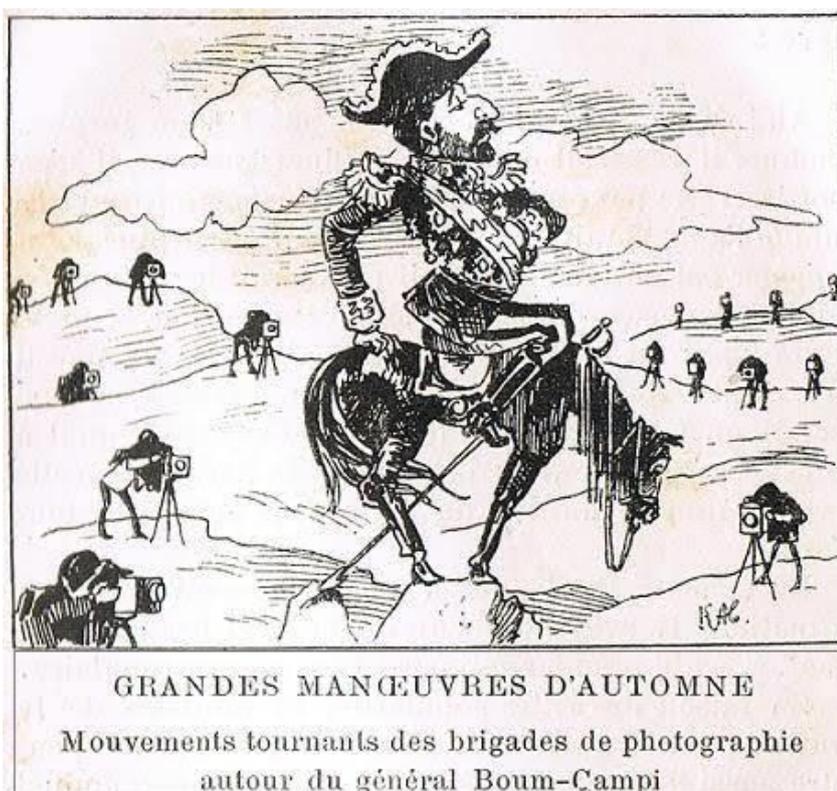


Figura 1: Coalisão Boulangista⁶⁵

64 "[...] une nation vaincue, mécontente, écoeurée, [...] elle se donne en un cri d'espoirs. Boulanger était le Messie". (DANSETTE, 1946, p. 145)

65 Disponível em:

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Boulanger_d%C3%A9masque_ses_batteries.jpg. Acessado em: 26/112019.

- Do Ministério da Guerra à política.

Posto em disponibilidade e, na sequência, reformado pelas forças armadas, Boulanger, em 1888, conquistou uma cadeira no parlamento por Charente-Inférieure e, no ano seguinte, candidatou-se a uma vaga no parlamento de Paris. Entretanto sua carreira encontrou impedimentos. Acusado de liderar um complô contra a república, foi julgado pela Alta Corte.⁶⁶ Entre os delitos imputados ao general estava o de autopromoção. Ele teria feito uso impróprio de suas funções, beneficiando-se com publicidade pessoal, parcialmente financiada com recursos do Estado locados em seu ministério. Encontravam-se no dossiê várias denúncias. Pesou sobre o general uma gestão repleta de arbitrariedades como a não observação do critério da impessoalidade na divulgação de seus atos (Figura 2).

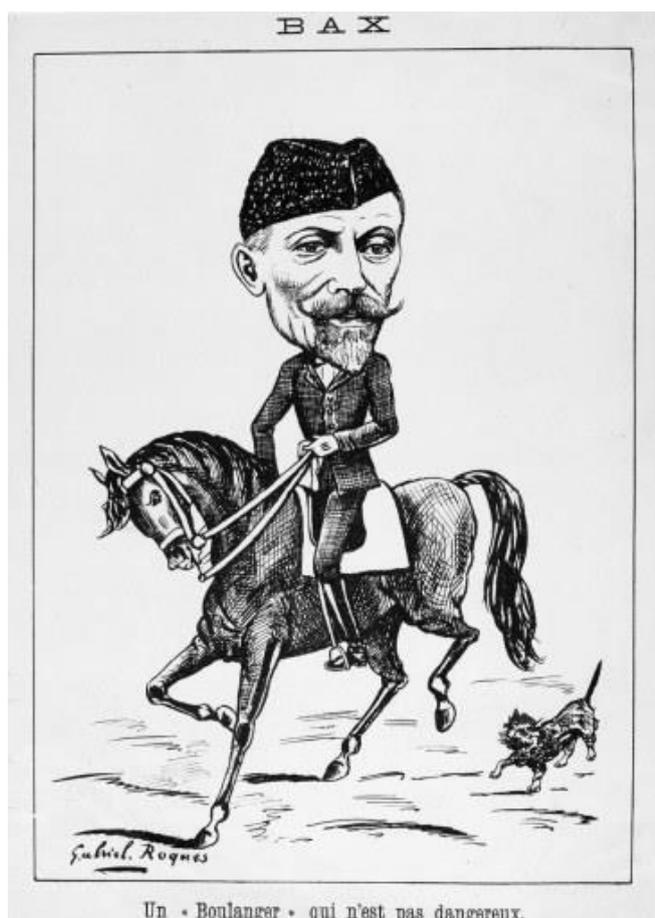


Figura 2: Material de publicidade da coalisão Boulangista⁶⁷

⁶⁶ (DANSETTE, 1946)

⁶⁷ Disponível em : <https://www.histoire-image.org/fr/etudes/boulangisme>. Acesso: 20/09/2019.

O frequente uso de fotografias e gravuras com o objetivo de suscitar a admiração pela pessoa do ministro da guerra constituía, para a procuradoria, um grave delito. O Tribunal citou dois cromos impressos na Alemanha, em outubro de 1888. Um retratava o general a cavalo, em meio a uma batalha, outro apresentava apenas seu busto.

(...) todos estes retratos [...] tinham por objetivo chegar ao resultado final, isto é, não à difusão das luzes, mas dos traços do general e eram destinados, sem dúvida, a produzir manifestações que deviam conduzir fatalmente a um plebiscito.⁶⁸

A condenação justificava-se, para os procuradores, pelo caráter belicoso das imagens que alimentavam ou fomentavam a veneração dos franceses por Boulanger, assim como os incitavam à insubordinação.⁶⁹ Condenado pelo crime de conspiração e alta traição contra o Estado, Boulanger fugiu de Paris para Londres e, mais tarde, exilou-se em Bruxelas.

- O desfecho romanesco de Boulanger

A primeira página do *Le Figaro* de 1º de outubro de 1891 divulgava a notícia do suicídio de Boulanger. Em uma matéria contextualizada, o periódico apresentou testemunhos sobre os últimos momentos do general Boulanger e a repercussão de sua morte entre seus aliados.⁷⁰

A matéria iniciava com uma reflexão sobre a forma como o general escolhera pôr fim à sua vida. O suicídio, segundo o jornal, poderia ser visto sob a ótica cristã ou filosófica, todavia, do ponto de vista humano, a falta de expectativa era uma evidência. Continuava o redator: para Boulanger, que estava no exílio, abandonado e sem esperança de recompor-se em sua carreira política e, sobretudo, sofrendo pela perda de sua amante, Mme. de Bonnemains, o suicídio talvez fosse o único desfecho possível.

Correspondendo aos dramáticos apelos burgueses, o jornal fez uma espécie de idealização da esposa do general. De acordo com o periódico, apesar da traição de seu marido, ela o perdoou e se dispôs a fazer-lhe companhia no exílio.

⁶⁸ [...] tous ces portraits [...] avaient pour but d'arriver au résultat final, c'est-à-dire, non pas à la diffusion des lumières, mais des traits du général et étaient destinés sans doute à produire des manifestations qui devaient conduire fatalement à un plébiscite. (LE PROCÈS BOULANGER, 1889)

⁶⁹ (TILLER, 1997)

⁷⁰ (*Le suicide du Général Boulanger, 1891*)

Há uma mulher de luto (um luto que remonta há vários anos já), é em direção a ela que se voltarão, ternamente e respeitosamente, todos os olhares. É a mulher do general. Flagelada em seu orgulho de mulher, esposa, mãe, ela se recolheu [...] a Versalhes, com sua filha mais velha [...] fugindo dos barulhos e das maldades da multidão, calma, digna, santa, contornando, pela prece, todas as vexações.⁷¹

Com o intuito de emocionar fortemente seu leitor, *Le Figaro* apresentou detalhes do que se passara, em 30 de setembro, por volta 13h15min, no cemitério de Bruxelas. São testemunhos de pessoas que provavelmente assistiram aos últimos movimentos do general e que tentaram socorrê-lo:

[...] operários que trabalhavam no cemitério viram, em torno das onze horas e meia, entrar o general Boulanger. O general dirigiu-se ao túmulo de Madame de Bonnemains. Ao meio-dia e quinze, eles ouviram uma detonação. Eles correram imediatamente e constataram que o general Boulanger acabava de se dar um tiro de revólver na cabeça. [...]. O diretor do cemitério, avisado imediatamente, retirou a arma da mão crispada do suicida.⁷²

Este fim quase romanesco completa a lenda do bravo general, lenda que ele mesmo, por meio da idealização da própria existência, alimentou no imaginário popular. Problemas não lhe faltaram, nem mesmo naquilo que se pode chamar de sua última liturgia: "[...] acredita-se que a cerimônia [...] das honras fúnebres encontrará algumas dificuldades: o clero belga recusa a entrada à igreja de corpos suicidas."⁷³ Tudo parece ser teatral. O belo general, embalado pelas canções de Paulus, com seu cavalo preto e seu chapéu de plumas brancas, agora está morto por amor, não sem antes ter sacrificado sua ambição, sua própria vida por uma mulher. Essa forte imagem sobreviveu na memória de milhares de franceses e na história do jornalismo ilustrado (Figura 3).

⁷¹ *Il y a une femme en deuil (un deuil qui remonte à plusieurs années déjà) vers laquelle se tourneront, attendris et respectueux, tous les regards. C'est la femme du général. Flagellée dans son orgueil de femme, d'épouse, de mère, elle s'est ensevelie dans la retraite, à Versailles, avec sa fille aînée, [...] fuyant les bruits et les méchancetés de la foule, calme, digne, sainte, détournant toutes les avanies par la prière. (Le suicide du Général Boulanger, 1891)*

⁷² *[...] ouvriers qui travaillaient au cimetière heures et demie environ, entrer le général Boulanger. Le général se dirigea vers la tombe de Mme de Bonnemains. À midi un quart, ils entendirent une détonation. Ils accoururent immédiatement et constatèrent que le général Boulanger venait de se tirer un coup de revolver dans la tête. [...] Le directeur du cimetière, prévenu immédiatement, a retiré l'arme de la main crispée du suicidé. (Le suicide du Général Boulanger, 1891)*

⁷³ *On dit que la cérémonie [...] des obsèques rencontrera quelques difficultés : le clergé belge refuse l'entrée à l'église pour les corps des suicidés. (Le suicide du Général Boulanger, 1891).*

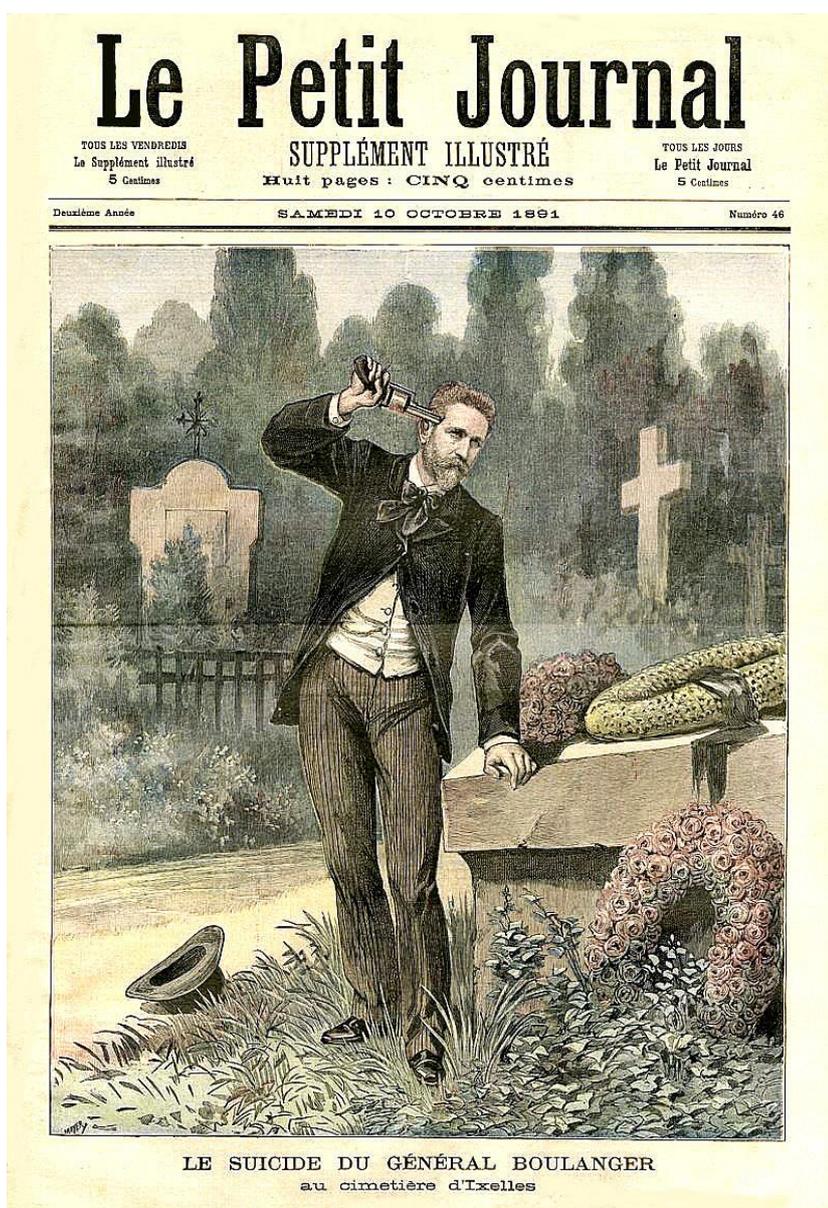


Figura 3: O suicídio do General Boulanger

Popularidade de Boulanger e os jornais

O boulangismo gastou milhões em propaganda, somente em 1889. A propaganda boulangista popularizou o general e pautou os principais jornais franceses. Dansette⁷⁴, em sua obra *Le Boulangisme*, apresenta um quadro evolutivo da imprensa em relação a Boulanger. O autor sintetiza, através de exemplos que julga típicos e simbólicos, as principais tendências políticas e seus respectivos jornais.

⁷⁴ (Le Boulangisme, 1946, p. 382)

Jornais	<i>Fevereiro (1886) Início do Ministério</i>	<i>Maio (1887) Queda de Goblet</i>	<i>Maio (1888) Início da campanha plebiscitária</i>	<i>Janeiro (1889) Eleições de Paris</i>
<i>La République Française (Oportunista)</i>	<i>A favor</i>	<i>Contra</i>	<i>Contra</i>	<i>Contra</i>
<i>La Justice (Radical)</i>	<i>A favor</i>	<i>A favor</i>	<i>Contra</i>	<i>Contra</i>
<i>L'Intransigeant (Radical – Socialista)</i>	<i>A favor</i>	<i>A favor</i>	<i>A favor</i>	<i>A favor</i>
<i>Le Pays (Imperialista)</i>	<i>Contra</i>	<i>Contra</i>	<i>A favor</i>	<i>A favor</i>
<i>Le Figaro (Conservador)</i>	<i>Contra</i>	<i>Contra</i>	<i>Contra</i>	<i>Benevolente</i>
<i>Le Gaulois (Realista)</i>	<i>Contra</i>	<i>Contra</i>	<i>A favor</i>	<i>A favor</i>
<i>Le Soleil (Orleanista)</i>	<i>Contra</i>	<i>Contra</i>	<i>Reservado</i>	<i>A favor</i>
<i>Le Moniteur Universel (Orleanista)</i>	<i>Contra</i>	<i>Contra</i>	<i>Contra</i>	<i>Reservado</i>

Oportunistas rapidamente tornaram-se hostis; radicais, de início inteiramente favoráveis, depois divididos; bonapartistas, favoráveis, a partir da campanha plebiscitária; realistas, divididos: os deputados, favoráveis, em função de sua popularidade, desde a campanha plebiscitária (*Le Gaulois*) e os doutrinários orleanistas resignam-se com dificuldade na adesão (*Le Soléil*, *Le Moniteur Universel*).

A popularidade de Boulanger era inegável. Em proporção gigantesca, multiplicavam-se seus retratos fotográficos (o general em meio primeiro plano⁷⁵ e em plano médio, em pé ou sobre seu cavalo), todos revelavam uma postura majestática, gloriosa ou triunfante. Essas imagens eram vendidas por fotógrafos e impressores que agitavam um comércio paralelo não institucional do movimento boulangista. A verdadeira campanha de Boulanger, contudo, começou após sua demissão do Ministério da Guerra (1887). Ele deixou o ministério gozando de imensa

⁷⁵ Enquadramento da cintura para cima

popularidade. Seus dois desafios eram consolidar a base antecipadamente conquistada e ampliar sua rede de apoio.

A aceitação de Boulanger, ao que tudo indica, foi cuidadosamente construída. Com grande astúcia propagou-se o nome de Boulanger, sendo utilizadas para isso ferramentas extremamente originais, à época e para os franceses. No desdobramento publicitário, não faltaram peças promocionais que visavam ao *marketing*: cachimbos com o rosto do general esculpido; estatuetas do bravo general (Figura 4 e Figura 5); canções que o homenageavam, como a composição de Ami ati – *Ne touche pas à la France!*⁷⁶, entoadas especialmente por cantores ambulantes.



Figura 4: Estatueta do General Boulanger, peça de sua publicidade.⁷⁷

⁷⁶ *Ils alignaient en secret leurs soldats ; Mais c'est alors que la France immortelle vint apporter des mots d'humanité. [...] "paix, silence" [...]. Ne touchez pas à notre belle France. N'y touchez pas, Prussiens, n'y touchez pas.*

Disponível em: <https://hal-ens.archives-ouvertes.fr/CHANSONS-PAPIER-IMAGES/medihal-00530921v2>

⁷⁷ Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:M0354_1951-18-021_4.jpg. Acesso: 10/05/2017.

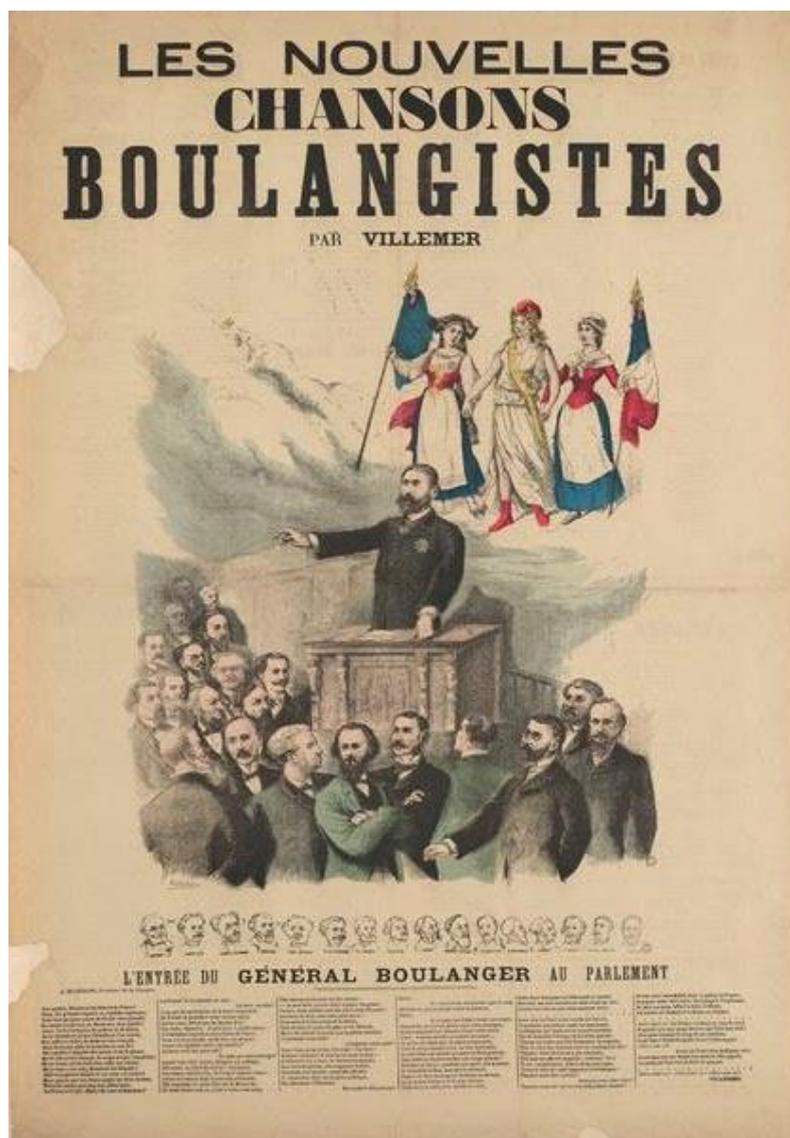


Figura 5: Caderno de Canções do movimento Boulangista⁷⁸.

⁷⁸ Disponível em: <http://histgeobox.blogspot.com/2015/01/292-en-revenant-de-la-revue-1887.html>. Acesso:10/11/2018.

Para Jacques Néré⁷⁹, tudo anunciava uma publicidade massiva à moda americana. Qualquer que fosse o feito, estava lá Boulanger. Sem uma razão precisa, ele ganhou, em pouco tempo, imensa popularidade, sendo esse um elemento essencial para a compreensão do movimento boulangista.

O panfleto que apresentava o *Programme du Général Boulanger*⁸⁰ expressava-se com características narrativas de publicidade (Figura 6). No alto da página, com diagramação destacada, o impresso exibia a ideia de que Boulanger não era homem de um único *slogan*, mas o ponto convergente de um conjunto de anseios dos franceses:

Boulanger é o Trabalho!
Boulanger é a Liberdade!
Boulanger é a Honestidade!
Boulanger é o Direito!
Boulanger é o Povo!
Boulanger, é a Paz!⁸¹

"Espaço ao reformador⁸² que protegendo a indústria, o comércio e agricultura, lhes dará a possibilidade de alimentar suas crianças, de instruí-las e de fazê-las bons e sólidos operários."⁸³ O prospecto boulangista envolvia o leitor em jogo claro de sedução, procurando criar com ele laços de cumplicidade, engajando-o. Para isso, recorria a ideias ou convicções preconcebidas sobre assuntos que atendiam à expectativa popular. Na estratégia de persuasão do general, criaram-se estereótipos que foram consolidados pela técnica da repetição ou da afirmação e identificaram-se os inimigos em comum, os quais foram depois combatidos com a invocação da autoridade de Boulanger.

⁷⁹ (NÉRÉ, 1964)

⁸⁰ (BOULANGER, 1888)

⁸¹ *Boulanger, c'est le TRAVAIL ! Boulanger, c'est la LIBERTÉ ! Boulanger, c'est l'HONNÉTÉTÉ ! Boulanger, c'est le DROIT ! Boulanger, c'est le PEUPLE ! Boulanger, c'est le PAIX !* (BOULANGER, 1888)

⁸² Grifo do autor.

⁸³ *Place au réformateur qui, protégeant l'industrie, le commerce et l'agriculture, vous donnera la possibilité de nourrir vos enfants, de les élever et d'en faire de bons et solides ouvriers* (BOULANGER, 1888)

*Le Serravallo
byoccy*

PROGRAMME

DU

Général BOULANGER

Les trombeurs hypocrites qui nous oppriment depuis trop longtemps, s'évertuent à peindre que le général Boulanger n'a pas de programme, qu'on ignore ce qu'il veut, ce qu'il pense, ce qu'il peut.

A ceux-là nous allons répondre : Vous voulez savoir ce qu'est Boulanger ?

Boulanger, c'est le **TRAVAIL!**
Boulanger, c'est la **LIBERTÉ!**
Boulanger, c'est l'**HONNÉTÉTÉ!**
Boulanger, c'est le **DROIT!**
Boulanger, c'est le **PEUPLE!**
Boulanger, c'est la **PAIX!**

BOULANGER C'EST LE TRAVAIL!

Que voulez-vous, travailleurs ?
Ivre en travaillant !
L'oeil vous manque-t-il ?
Du travail et du pain !
A qui avez-vous le chômage, la ruine et le misère ?
A ceux qui font passer, avant vos intérêts qu'ils devraient défendre, leurs besoins, leurs appétits, leurs ambitions malades et qui voient, d'un oeil sec et d'un cœur léger, l'ouvrier pâlir et mourir de faim !
A eux les places, les honneurs, le luxe, le pouvoir !
A vous le misère !
Il est temps que cela finisse !
Place au vengeur !
Place à celui qui vous débarrassera de ce troupeau de parasites, vivants de vos peines, trahissant votre confiance et qui n'a rien fait pour vous, si ce n'est d'envoyer vos enfants mourir au loin, sans profit pour la France qu'il laissait désarmée !
Place à celui qui redonnera le travail national !
Place au général qui, nous donnant la force, nous donnera la sécurité, sans laquelle il n'y a pas d'entreprise possible !
Place au Réformateur qui, prolongeant l'insécurité, le commerce et l'agriculture, vous donnera la possibilité de nourrir vos enfants, de les élever et d'en faire de bons et solides ouvriers !
Boulanger vous défendra contre la concurrence étrangère.
Boulanger, dont les mains sont pures de tout trafic honteux, ne s'inspirera que de vos intérêts.
C'est parce qu'il est honnête par dessus tout, que ceux qui vous vendent depuis si longtemps, ont essayé de l'habiller et continuent à le combattre avec rage.
Mais vous le soutenez, vous tous qui ne connaissez que le pain honnêtement gagné !
Vous le défendez, ouvriers accablés par ceux qui vous exploitent.
Vous combattez pour lui, par vos votes, travailleurs de tous les métiers qui voulez vivre de votre travail, et qui êtes las de languir inoccupés !
Serrez-vous en masse autour de Boulanger !
Appuyé sur vous, il chassera les vendeurs du temple, et, désormais, ayant à votre tête un homme qui défendra vos légitimes revendications, vous pourrez, protégés contre les ennemis intérieurs et extérieurs, mettre en pratique la devise chère à tous les ouvriers honnêtes, celle pour laquelle vos pères ont combattu :

57 18 9/88
Vivre en travaillant !

BOULANGER C'EST LA LIBERTÉ !

Avec du travail, que désirez-vous ?
Être libres !
L'êtes-vous maintenant ?
Non !
Enfermés dans des loix faites contre vous par des dirigeants qui ont peur de vous, vous êtes tenus en laisse, et c'est à peine si on vous permet d'exhaler vos plaintes.
Mais n'êtes pas plus libres individuellement que collectivement.

De toutes parts ont été relevées les barrières que vous aviez autrefois renversées au prix de votre sang !
De toutes parts vous reconectez des lois restrictives de toute initiative.

Pourquoi ces barrières ?
Pourquoi ces loix ?
Parce qu'on a peur de vous !
Pourquoi a-t-on peur ?
Parce que ceux qui vous oppriment, qui vous lientent sous le joug, savent bien que le jour où vous serez libres, vraiment libres, ils seront perdus.

Boulanger, lui, n'a pas peur de vous !
On ne craint rien quand, comme lui on est franc, honnête et loyal, quand on veut le bien de tous, sans souci de soi-même.
Il ne craint pas que vous soyez libres, parce qu'il n'a rien à cacher, rien autre chose à défendre que vous-mêmes, que vos droits, que vos intérêts, que vos biens, donc !

Boulanger, c'est la liberté !

BOULANGER C'EST L'HONNÉTÉTÉ

L'Honnêteté ! Voilà ce qui fait défaut à ceux qui vous ont trompés jusqu'ici.
Vous l'avez vu, risiblement encore, si c'est avec le rouge de la honte au visage que vous avez assisté à l'éroulement de ceux que votre confiance avait placés si haut.

Probité ! Honnêteté ! ces deux vertus si françaises vous les avez vues un instant, sombrant dans la fange où les avaient plongés des hommes sans pitié, qu'on en vain, essayé de sauver de votre mépris ceux qui devraient être les sévères gardiens de ce bien national.

Français ! Laissez-vous plus longtemps la corruption s'élever cynique et insolente ?
Non ! vous l'avez déjà dit en votant, dans cinq départements, pour le général Boulanger.

Un vous reproche de vouloir un maître.
Mais le régime que vous voulez, que vous appelez de tous vos vœux, c'est le régime de l'Honnêteté. Et qui plus que Boulanger, possède cette libre vertu ?
Qui, mieux que ce soldat instruit, appartenant à notre armée si pure, si digne dans sa parvoté, peut faire enfin apparaître une ère de probité ?
Qui mieux que lui, sau récompenser le vrai mérite, sans se laisser circonvenir par des cocardes et des intrigues ?
L'Honnêteté, voilà la devise qui lui est chère.

Vous tous qui êtes honnêtes !
Vous tous qui avez rougi des honteux trafics récemment dévoilés !
Vous tous qui voulez que à votre tête fasse place au maître, soutenez Boulanger, car Boulanger, c'est l'honnêteté.

BOULANGER C'EST LE DROIT !

Où, il est le droit, car il est le droit ce que vous voulez tout ce dont vous avez besoin.

Porte-drapeau de vos justes revendications, il représente le droit insaisissable qui réside en vous, le droit d'être gouvernés comme vous l'entendez, le droit de remplacer ceux qui ont perdu votre confiance le droit imprescriptible d'imposer votre volonté.

Donc, Boulanger c'est le Droit.

BOULANGER C'EST LE PEUPLE !

Le peuple, c'est-à-dire les Français !
Le peuple qui souffre.
Le peuple qui a faim.
Il souffre de voir la patrie abaissée et humiliée sans cesse ; il souffre de voir notre beau pays suivre dans sa marche vers le progrès !
Il a faim de justice, faim de travail, faim d'honneur et de considération !

*LB 57
9/88*

Le peuple veut que chacun puisse dire de nouveau, avec fierté : Je suis français !
Il ne veut plus courber la tête !
Et Boulanger a ce grand honneur d'être le premier qui a fièrement relevé la tête. Résumant toutes les colères des dernières années, il n'a pas voulu s'incliner toujours et sans cesse.
S'il veut que vous viviez en travaillant, Français, il préfère à la honte d'une lâche soumission mourir avec vous en combattant.
Car, vivre sans honneur, ne peut convenir plus longtemps au Peuple.
Il a vécu presque sans pain.
Il ne veut pas vivre sans dignité.
C'est Boulanger qui, le premier, a su faire entendre à l'étranger la voix de la France.
C'est lui qui, représentant le peuple, a protesté contre la politique d'abaissement.
Il a exprimé vaillamment, français de tous les partis, l'opinion qui vous réunit tous dans une commune pensée. Avec le même dévouement, dans une même aspiration. Il s'est identifié avec vous et c'est pourquoi Boulanger c'est le Peuple !

BOULANGER C'EST LA PAIX !

Oui, c'est la paix, mais la paix honorable !
C'est celle-là que nous voulons !
C'est celle-là qui nous donnera !
C'est en vain que ses déloyaux adversaires ne craignent pas d'écrire que son nom est synonyme de guerre prochaine.
C'est en vain que, poussant l'imprudence jusqu'à ses dernières limites, ces Allemands de l'inférieur affirment que, pour se maintenir, le général sera emporté par un courant irrésistible vers la lutte.
Ils mentent !
Français patriotes, fatigués de courber la tête,
Si vous voulez maintenir la paix,
Soutenez le général Boulanger !
Lui seul vous permettra de ne plus subir les insolentes injonctions du dictateur, car, autant on est insolent avec les faibles, avec les timides, avec les humbles, autant on est respectueux envers les forts, envers ceux qui, sans arrogance, ont la conscience de leur bon droit. Et le bon droit est de notre côté !
Vous tous, ouvriers écrasés par les conséquences désastreuses d'une politique néfaste, qui réduit le travail national !
Vous tous, paysans, qui voulez garder le champ de vos pères et ne pas manger d'un pain honteusement conquis !
Vous, bourgeois et patrons, atteints dans vos intérêts par le chaos au fond duquel grouille le parlementarisme discrédité !
Vous aussi, élite intellectuelle de la nation, humiliée par la fortune insolente des médiocrités sans pudeur !
Soutenez le général Boulanger !
La main sur la garde de l'épée de la France, le général saura faire comprendre à ceux qui nous menacent que le temps des cravates soumissionnistes est passé, et que, dans la balance des destinées de l'Europe, cette épée, retournée par ses soies, peut peser d'un grand poids.
Et alors, confiante dans sa mission de progrès et de civilisation, voyant s'ouvrir devant elle une ère de justice, de calme, d'ordre et de liberté, la France, débarrassée de ceux qui l'asservissent, attendra, impassible et serene, que le Droit, jadis méconnu et violé, prenne sur la Force une éclatante revanche !
Tel est le programme du général Boulanger.
A vous, Français, de lui permettre de l'accomplir !

VIVE LA FRANCE ! VIVE LA RÉPUBLIQUE !

Avril 1898.

9/88

Figura 6: Prospecto de publicidade do General Boulanger.⁸⁴

A arte da palavra, na campanha boulangista, coexistiu com a arte visual. A hostilidade ao regime parlamentarista foi ilustrada, com esmero, pelo jornal *La Bombe*, em 14 de julho de 1889. A ilustração da capa evocava uma grande revolução onipresente, na qual a vitória dos republicanos mostrava-se como lembrança viva, no momento em que se anunciava o centenário de 1789, tendo, como líder, a representação do general Boulanger.

O *slogan* “Dissolução, Revisão, Constituinte” resumia a ideia de que o inimigo do povo francês, o sistema que combatia Boulanger, era o ‘parlamentarismo odioso’, o ‘parlamentarismo encurralado’. A ‘república parlamentar’ não era a verdadeira república. Todos os delitos e crimes estavam representados pelo parlamento, fazia crer a propaganda boulangista. Formava-se a sintética imagem de que o parlamento era devasso, explorava a nação, desacreditava a república e desonrava a França. As sentenças impotência de governar, corrupção, esbanjamento e, finalmente, confusão, anarquia e falência reforçavam a concepção de que o parlamentarismo conduziria a França à ruína moral e material (Figura 7).

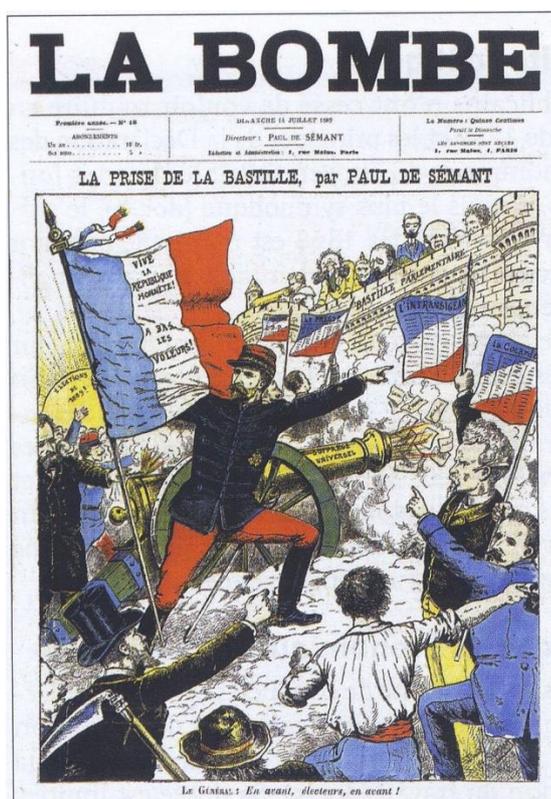


Figura 7: Primeira página do jornal *La Bombe*

A representação gráfica personificava o movimento por intermédio da pintura e das ilustrações, caricaturais ou não. Na tela de Jean Eugène Buland (1852-1926), evidencia-se um conjunto de elementos do discurso imagético boulangista. Essa cena, em estilo realista, representa uma família campesina que recebe um partidário de Boulanger (Figura 8).

No plano principal, da esquerda para direita, encontra-se o chefe da família, um homem velho, de aparência humilde e frágil; à direita, emoldurando a imagem, observa-se o boulangista, homem grande, robusto e bem vestido, que, de pé e com uma mão estendida em gesto de argumentação, impõe-se sobre os outros seis personagens. O visitante traz na lapela de seu casaco as cores da França. Enquanto discursa para o grupo, segura, com sua mão esquerda, o retrato de Boulanger em plano americano. Ao chão, mais duas imagens do general.

A composição do grupo, uma família campesina, apresenta dinamismo e diversidade: o homem velho com as mãos cruzadas; o mais jovem com um dos punhos baixo e cerrado; o de meia-idade com leve desvio no olhar, mas atento. As mulheres: a mais velha, com um cartaz entre as mãos e olhar distante e triste; a de meia-idade expressando um suave sorriso e a mais jovem com ar concentrado.

Os tons sombrios da maioria das vestes ressaltam as cores claras das roupas do chefe da família e da menina, gerando tensão entre o retrato do general que tem o olhar dirigido aos dois personagens. A perspectiva do quadro tem seu ponto de fuga para o velho homem e a jovem menina, o que põe em evidência a amplitude da popularidade de Boulanger. A pintura de Buland evoca os diferentes aspectos do movimento boulangista: a dimensão nacionalista, o assento popular e o amplo leque social.



Figura 8: Jean-Eugène Buland (1852–1926), Propagande, 1889, huile sur toile, Musée d'Orsay.⁸⁵

⁸⁵Disponível em: <http://compediart.com/index.php/2018/01/14/la-IIIeme-republique-en-10-peintures/2/>. Acesso: 26/11/2018.

- Fotografia: uma possibilidade de onipresença

A fotografia foi largamente utilizada pelos boulangistas. A coalisão teria dispensado cerca de 450.000 francos, quantia gasta essencialmente em clichês impressos, na Alemanha e em Bruxelas. O material entrou na França de forma secreta, através do porto de Le Havre.⁸⁶ A difusão dos retratos de Boulanger que ilustravam as paredes de inúmeras residências conferiu à fotografia capital importância e, por essa razão, foi foco de atenção da imprensa:

Agentes boulangistas nos inundam de fotografias de baixo valor do general Boulanger; distribui-se com uma profusão extraordinária. Eu acrescento que os cartazes anunciando sua candidatura ao Conselho Geral estão postos desde ontem.⁸⁷

Boulanger acreditou na eficácia da fotografia, pois ela não somente o representava ou a ele se referenciava, como o homenageava, parafraseando Susan Sontag.⁸⁸ A relação do general com a fotografia foi repetidamente citada por seus acusadores. A fotografia de Eugène Pirou é um ótimo exemplo das imagens difundidas pelo movimento. Nela, seu rosto expressa um ar de solenidade, além de destacar, como em outras gravuras contemporâneas, o esplendor de sua juventude e a imponência de sua farda, repleta de medalhas.

Outra imagem vastamente divulgada foi a fotografia da túnica ensanguentada e dilacerada que ele portara na batalha de Turigo (1859). A interpretação de Tiller (1997) ressalta a ideia de que o corpo do general é uma espécie de atalho para chegar à farda, uma metonímia perturbadora e hábil que propicia o ato de ver e de imaginar simultaneamente construindo a lenda e forjando um mito (Figura 9).

⁸⁶ (TILLER, 1997)

⁸⁷ *Des agents boulangistes nous inondent de photographies à bas prix du général Boulanger ; en distribue avec une profusion extraordinaire. J'ajoute que les affiches annonçant sa candidature au Conseil Général sont posées depuis hier. (La propagande Boulangiste - photographies a profusion, 1889).* Disponível em:
<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k7560856d/f1.image.r=BoulangerGustav%20Seitz>

⁸⁸ (*Ensaio sobre a fotografia, 1981*)



Figura 9: Retrato fotográfico do General Boulanger.⁸⁹

Embora no exílio, Boulanger, com a intenção de reforçar o movimento e evitar o esquecimento, se fazia presente, na França, através de imagens. As fotos de Paul Nadar (1856-1939), publicadas pelo *Le Figaro*, em seu suplemento literário de 23 de novembro de 1889, fez história como a primeira entrevista fotográfica. Essa *photo-interview* reuniu 24 imagens escolhidas pelo próprio general, que se colocava em espetáculo.

⁸⁹ Disponível em: <http://lhistgeobox.blogspot.com/2015/01/292-en-revenant-de-la-revue-1887.html>. Acesso: 26/11/2017.

Boulangier alternava seus gestos, ora a ênfase estava na ação, ora na calma da reflexão; ora posava sentado, ora em pé. A perspectiva das imagens é suavemente monumental, com enquadramento em planos frontais e de baixo para cima (*contra-plongées*). Os ângulos parecem ter sido escolhidos de maneira a não distanciarem muito o general do leitor; de modo a não colocá-lo muito acima nem no mesmo nível de quem observa a imagem. Apontando o dedo, ele evoca a convicção de sua autoridade política; em pé ao lado da poltrona, ele fala de seu futuro político; sentado em sua mesa de trabalho, com a caneta em uma das mãos, ele dá ares de teórico e político ativo.

A recepção da entrevista fotográfica de Boulangier, no entanto, não teve a aceitação esperada. *Le Figaro* foi criticado e acusado de querer aumentar suas vendas além de impulsionar um movimento já esvaziado. Thierry Gervais⁹⁰ destaca que as críticas apoiavam-se na ideia de que a fotografia, por relevante evolução, não poderia ser reduzida a uma experiência a serviço da informação visual.

A exaustiva utilização de material fotográfico por Boulangier comprometeu sua possível eficiência e também o estigmatizou. Alguns dias após o suicídio do general, o ex-ministro da guerra foi representado, de forma irônica, naquela que *Le Petit Journal* denominou como a última pose. Pépin desenhou o general, no cemitério d'Ixelle, apoiado sobre o túmulo de sua amante e com uma pistola sobre a tábua, esperando que o fotógrafo o convocasse com seu olhar atento e operacional (Figura 11 e Figura 12).

- A coalisão boulangista

Os grandes nomes da coalisão boulangista foram Maurice Barrés, Charles Maurras e Édouard Drumont. Essa frente reuniu *blanquistes* e *communards*, ligados ao nacionalismo, sindicalistas *'jaunes'* e também sindicalistas revolucionários, homens da luta social, do movimento socialista ou da terra livre, aqueles que foram um dia *guesdistas* (Jules Bazile Guesde, marxista francês, 1845-1922), membros da esquerda republicana, convertidos ao boulangismo ou ao antissemitismo.⁹¹

⁹⁰ (*L'illustration photographique*, 2007)

⁹¹ (*STERNHELL*, 1972)

O boulangismo, segundo Barrès, é um instante da tradição francesa: "[...] é uma construção espontânea que a malevolência de um partido botou abaixo [...]"⁹² Um momento complexo da história da França que não pode ser explicado por uma simples conjuntura ou por uma série de coincidências.⁹³

Os setores conservadores hesitaram, por algum tempo, em dar sustentação ao general Boulanger, porque ele fora ministro da guerra, em 1886, graças à interferência de Georges Clemenceau, e era apoiado por radicais de esquerda. Contudo, ao se depararem com seu sucesso massivo e também com a falta de controle dos republicanos sobre o general Boulanger, aos poucos os conservadores foram percebendo que ele se apresentava como uma real possibilidade de revanche.⁹⁴

Assim, conferiram ao general o papel de intérprete e vingador de todos aqueles que gritaram contra os republicanos. Este apoio implicou subvenções financeiras e disponibilidade de espaço em seus jornais: "Boulanger é o homem que poderá alargar a brecha pela qual os conservadores poderão conquistar a República."⁹⁵ (Figura 10)

Os católicos não tinham por Boulanger, por não ser ele um dos seus, grande admiração. Isso, no entanto, não significou muito, pois, assim como os monarquistas, ao fim somaram-se ao general que prometia um poder com pulso firme, como o que está na mão de Deus. O Conde de Paris, tal qual Arthur Meyer, diretor do mais influente quotidiano aristocrático, *Le Gaulois*, seguiu o caminho do boulangismo. Verdadeiramente acreditava que Boulanger era o instrumento que poderia conduzir ao fracasso da república e, por essa razão, perguntava-se: como não aplaudir o boulangismo? Arthur Meyer o definiu como uma aspiração vaga e mística de uma nação que unificava todos os descontentes, todos os deserdados, todos os vencidos.⁹⁶ Havia lugar para os monarquistas neste desconhecido e ambíguo espaço político. É assim que estes se somam aos esforços do movimento boulangista.

⁹² (*L'appel au soldat*, 1900, p. IX)

⁹³ (STERNHELL, 1972)

⁹⁴ (DANSETTE, 1946)

⁹⁵ "Boulanger est l'homme qui pourra élargir la brèche par laquelle les conservateurs pourront conquérir la République [...]. (CARASSO, 2002, p. 111)

⁹⁶ Marc Angenot, «Chapitre 33. La propagande boulangiste», *Médias 19 [En ligne], Publications*, 1889. *Un état du discours social, I. Champ politique, mis à jour le : 08/05/2013*, URL : <http://www.medias19.org/index.php?id=12316>.

- Toda a França era boulangista⁹⁷

O apelo a um único homem – um salvador da pátria ou uma figura messiânica – deve ser visto como resultado de certas condições psicossociais. De acordo com Dansette⁹⁸, o movimento boulangista foi uma entre outras manifestações periódicas francesas de tradição autoritária, como uma ameaça à democracia, que, naquele momento, era personificada pelo boulangismo, mas que, em outros, tomou diferentes formas. Essa ameaça é uma intimidação, a qual parece estar subjacente e precipita-se, conforme a circunstância, saindo de seu estado de latência. "*Toute la France était boulangiste*" – essa expressão esclarece a intensidade deste fenômeno e seu poder de contagiar as pessoas.



Figura 10: Coalisção Boulangista⁹⁹

⁹⁷ *Toute la France était boulangiste*

⁹⁸ (*Le Boulangisme*, 1946, p. 370)

⁹⁹ Disponível em:

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Boulangier_d%C3%A9masque_ses_batteries.jpg. Acessado em: 26/112019.

REDACTION DU SUPPLEMENT
A. PÉRIEUX
SECRÉTAIRES
AGENTS MARQUE ET PAUL BONNEMAN
Paris - 20, rue Drozot - Paris

LE FIGARO

SUPPLÉMENT LITTÉRAIRE

Prix de Supplément avec le Journal:
20 CENTIMES A PARIS - 25 CENTIMES A L'ÉTRANGER
Émission spéciale de SUPPLÉMENT LITTÉRAIRE
NOMINÉMENT COMPLET
12 FR. PAR AN

Entrevue Photographique

Tout se renouvelle. En ce temps de tour Eiffel, de fontaines lumineuses, de téléphones et de télégraphes, le journalisme doit suivre les progrès de la science. Il ne peut plus se contenter de valoir par le style et l'emploi des plumes, l'encre, le papier et la mémoire suffisent. Pourquoi le reportage ne se servirait-il point des moyens perfectionnés qui nous ont si longtemps manqué?

Le public d'ailleurs est devenu sceptique; il se méfie de ce qu'on lui raconte. A côté de chaque déclaration importante, il lui faudrait une preuve matérielle. Nous ne demanderions pas mieux que de le mettre en communication, quand nous lui livrons une entrevue, avec un photographe qui lui ferait entendre la voix même du personnage interrogé. Cela serait possible si chaque abonné avait chez soi l'appareil auquel il aurait pu à son tour le dernier vœux imaginés par Edison. En attendant que cet instrument soit devenu d'usage aussi commun que le piano, — ce qui ne saurait tarder, — le Figaro, voulant moderniser la banale interview, a imaginé, non seulement d'en publier le texte, mais encore de faire photographier, gracieux et la scène et les personnages.

Rien de plus simple. M. Nadar n'est-il pas l'inventeur d'un admirable appareil qui prend instantanément le pose, le geste des interlocuteurs? M. Krakow, notre excellent croqueur, n'est-il point capable de faire en un instant les clichés obtenus? Le seul tort du procédé est d'être quelque peu coûteux; mais ce n'est jamais ce détail qui embarrasse le Figaro.

L'idée d'une entrevue photographique une fois admise, il ne s'agissait que de l'exécuter au mieux de l'opportunité.

Il fallait, pour une célébrité de ce genre, montrer sous ses différents aspects un personnage qui lui auez populaire pour que le lecteur pût, pour ainsi dire, reconnaître chacun des mouvements de son corps, avoir, dans ses progrès successifs, la preuve de l'authenticité de l'épouvante.

Le choix était facile. Quel est l'homme qui, depuis trois ans, a le plus soulevé autre l'attention parisienne, qui a été le plus montré et dans nos départements et en Hollande, en Belgique, en Angleterre? On le devine aisément.

Il n'y avait qu'à décider le général Boulanger à se prêter à l'expérience.

En voilà pour Jervis!

Et nous étions le lendemain à l'hôtel de la Pomme d'Or.

— Mon cher général, puisque la conversation que je désire avoir avec vous doit être reproduite dans le Figaro et que conséquemment par le monde entier, il vous sera certainement indifférent de la tenir devant un tiers.

— Un tiers assés par vous ne saurait être un ennemi. C'est une raison de plus pour que je vous demande son nom?

— Paul Nadar.

Et j'explique le but de ma visite.

— Je comprends, me dit Paul. Vous m'interrogez. Vous causez. Vous tâchez d'oublier Nadar pendant que, de temps en temps, il pressera sur une boule et enregistrera sur son appareil le moindre de mes gestes. Savez-vous bien ce que vous me demandez? La possibilité pour vous de tirer un numéro à sensation en me donnant en échange la certitude d'être encore ridiculisé. Eh bien, cela ne me fait rien. Je consens. J'ai avalé tant de crapauds que quelques-uns de plus ne me font pas peur. Aussi bien, il ne me déplaît pas de collaborer à une idée vraiment originale et de faciliter un des progrès du journalisme. Malgré ses injures, je pourrais dire par ses injures, la presse m'a assez servi pour que je n'aie rien à lui refuser. Je vous prêterai seulement de bien réfléchir aux questions que vous me poserez et de me mettre à même de dire une fois de plus toute ma pensée à ceux de mes compatriotes qui ne sont restés fidèles.

On a déjà remarqué que je n'ai point parlé de l'état de santé dans lequel j'ai trouvé le général Boulanger. A quel bon? La photographie le montrera. Premier avantage du procédé. Pas de description à faire.

Je vais chercher Paul Nadar qui dissimule derrière lui son appareil et qui renouvelle connaissance avec le général.

— Nous allons, lui dit l'exilé, demander au propriétaire de l'hôtel un salon plus commode.

— A quel bon? fait le photographe.

— Comment, c'est dans cette petite pièce que vous opérerez? Il ne vous faut pas plus de lumière?

— Celle-ci est très suffisante. Ici nous aurons l'avantage de vous prendre dans votre cadre même. Je n'ai plus qu'à vous prier, mon général, de ne pas faire attention à moi et de causer avec votre Dangeau comme vous avez l'habitude de le faire à l'hôtel du Louvre ou rue Dumont-Durville.

— Eh bien, cher ami, me dit le général, allumons une cigarette, assousons-nous et oublions Nadar.



— Je commentari, mon général, par déplorer avec tous vos amis, que vous soyez installé si loin de Paris. Lorsque vous étiez à Londres, huit heures seulement séparaient de vous les membres de votre parti. Ils pourraient se mettre en route quand ils le voulaient. Quelle différence aujourd'hui! Pour venir à Saint-Hélène, c'est toute une affaire. Il ne part de Graville que deux bateaux par semaine, aux heures les plus diverses.

— J'avais des raisons sérieuses pour ne pas rester à Londres et je vais vous les dire.



— Vous me permettez de photographier, mon général?

— Je vous y invite. Après les grandes dépenses nécessitées par les élections, avant celles que pourra exiger l'imprévu, il m'était indispensable de faire des économies. Or, il ne faut jamais restreindre son train de maison dans l'endroit même où l'on a œuvre sa bourse sans compter. Les familles, les visiteurs y voient une diminution de la personne.

— Mais, d'autre part, ne perdez-vous point à avoir moins de visiteurs?



— Oui, il y aura des défections...
— Dont vous souffrirez cruellement



— Qu'importe! J'apprendrai ici à connaître mes vrais amis.

— Vous me permettez néanmoins de regretter personnellement que vous ne soyez pas retourné à Bruxelles.

— Le gouvernement belge m'aurait imposé les conditions qu'il me faisait autrefois pour y rester: ne jamais convoquer mon comité, ne recevoir que des visites individuelles, ne donner lieu à aucune manifestation, s'enfermer aux jours sabbatiques dans une lettre signée. Bref, un enfermement politique! Ne croyez-vous disposé à me laisser mettre en liberté?



— Voyez-vous, continuait-il, un chef de parti ne doit jamais désarmer. Ne pas agir, c'est se faire oublier. Ici, je présiderai peu de banquets, mais je convoquerai mon comité, je y dînerai avec lui la campagne prochaine.

— Comment! La campagne prochaine?

— Eh oui, cher ami. Combien de fois faut-il donc regretter que le boulangisme vit encore!



Le boulangisme, reprit gaiement le général, a la vie dure. Croquez-moi. Dans toute campagne il y a plusieurs combats. On ne les gagne pas tous. Nous en avons perdu deux, coup sur coup. Est-ce que nos troupes ne sont pas assez solides pour en gagner d'autres? C'est de mes amis qui n'ont tenu sous de nos principes, aucun des dogmes du programme républicain, sont d'une énergie dont vous ne vous doutez pas. Ils sont, dans l'exception la plus large du mot, prêts à tout. Avec de tels hommes, que rien ne saurait abattre, le succès final est certain. Nous aurons le dernier mot, j'en réponds. Nous pourrions dire d'ailleurs que notre défaite est encore une victoire, puisque la Chambre qui ne comptait que 12 boulangistes, en compte maintenant 47. Il y en aurait bien davantage si nous n'avions à nous reprocher des fautes...

Sur ces mots, le général Boulanger se leva, faisant deux ou trois pas, les mains dans les poches. Des reproductions de chacun de ses mouvements ont été prises. Par malheur, toutes n'ont pas été également bien venues, et M. Krakow a gravé que les meilleures.

Celles qu'on verra plus loin sont de dimensions différentes. Il est, croyons-nous, inutile d'en expliquer la raison. M. Nadar, dont nous ne nous occupons point, allait et venait dans la pièce, tantôt s'éloignant, tantôt se rapprochant, se servant sans cesse d'un appareil de poche.

Au moment où nous sommes, le général a la main gauche appuyée sur le dos d'un fauteuil, la main droite sur la hanche. Il semble regarder le passé. Après un silence, il reprend :

Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Figura 11: Entrevue Photographique, 1889.



— Les imprudences commises, je les vois nettement à l'heure présente...



— Notre principale faute, ajoute le général après un nouveau silence, la seule que j'aie à cœur, c'est le renversement du ministère Floquet. Nous l'avons de toutes forces, et à la Chambre et dans les réunions, et dans nos journaux, battu en brèche, quand nous avions au contraire le plus grand intérêt à le garder. Floquet est un solennel, un redondant. Ce n'est pas un malhonnête homme. Jamais il n'a été réuni la Haute Cour. Il parlait beaucoup, il parlait toujours, mais ce n'est pas lui qui aurait remanié à son profit la loi électorale. Tandis que Constance...



Ah, Constance!... Il a tout creusé, tout fouillé, tout inventé, tout obtenu. Il faudrait être vraiment bien injuste, bien ingrat, pour le laisser sans portefeuille.

— On dirait à vous entendre, mon général, que vous le jugez assez intelligent pour le garder vous-même au ministère, si vous étiez en situation de former un cabinet.



— Celui-là, au contraire, il a raison de me faire une guerre à mort, car je ne l'épargnerais pas. Il s'est montré pour moi plus que cruel, venimeux: il a amoncelé autour de moi ignominies sur ignominies. Ah, ne soyez pas surpris de ce que je ferai quand les temps seront changés.



Car j'ai bonne mémoire et les temps changeront peut-être beaucoup plus tôt qu'on ne le croit généralement.



Je sténographiais et je cite textuellement.

Le général s'assit de nouveau.

— Mais ne parlons plus de ces choses, fût-il. Elles ont l'air d'ailleurs de ne plus intéresser vos lecteurs. Ah, on m'arrange bien chez vous! Je vous remercie néanmoins, — et du fond du cœur, — de l'article qu'on vous a permis de consacrer à l'enterrement de mon pauvre oncle. C'était un bien excellent homme... dont l'affection me manquera, à certaines heures surtout... car je n'en ai point fini avec les persécutions. Dix fois nous avons cru que nos ennemis ne trouveraient plus rien à faire et vous avec lui... Aujourd'hui voilà que XX publie sur le boulangisme des inscriptions très désagréables qui sont loin d'être exactes. Il est vrai que la plupart des journaux dénaturent tout ce que nous faisons. En voilà encore un qui répète que je suis brouillé avec Dillon.



Est-ce qu'on se fâche jamais avec un ami d'enfance? Et je serais brouillé avec Rochefort aussi...



Vous comprenez que cela dépasse la mesure.



C'est délicieux, ma parole! mais écoutez donc. J'ai eu une querelle avec Dillon parce qu'il m'a fait aller trop à droite et une autre querelle avec Rochefort parce qu'il m'a fait aller trop à gauche!

Sur ces mots, le général Boulanger jeta le journal et, se mettant à jouer avec son lorgnon :

— Il n'y a, repris-il, aucune raison pour que je me fâche avec mes meilleurs amis. Dillon, depuis deux ans, s'occupe des élections avec une ardeur, un zèle dont je n'ai jamais eu qu'à me louer, malgré l'insuccès des dernières tentatives. Nos dissensions, certainement très grandes, n'ont pas même amené entre nous un commencement de querelle. Le comte dirige toujours nos affaires avec la même activité et c'est pour cela que vous ne le voyez pas auprès de moi. Nos intérêts, ceux de sa famille aussi, qu'il n'a pas le droit de me sacrifier, l'obligent à de fréquents voyages. Le jour où il pourra enfin se reposer à Jersey, sera pour lui comme pour moi, un jour de fête. Quant à Rochefort, il est d'un dévouement à toute épreuve. Il n'a pas craint de se compromettre pour ma cause avec un grand nombre de ses amis; il s'est exposé très audacieusement, sans regret aucun, presque gaiement, à des quolibets, à des outrages dont bien d'autres seraient déjà las. Insiste, je vous en prie, sur la reconnaissance que je lui dois et que je lui ai. Il sait évidemment à quoi s'en tenir, car nous nous écrivons fréquemment, mais je ne serais point fâché de lui rendre un hommage public. Les amis de sa trempe sont rares.

Figura 12: Entrevue Photographique, 1889.

Escândalo do Panamá

A história cultural da ligação do Atlântico ao Pacífico, no continente americano, foi marcada, de forma simbólica e técnica, pela montanha Culebra, no Panamá. Essa montanha representou o principal obstáculo à travessia desse istmo. Foi também a razão relevante de dificuldades técnicas encontradas por Ferdinand de Lesseps, as quais acarretaram grande perda de vidas humanas e, em parte, sua falência. Contudo, a verdadeira disputa a ser vencida não era técnica e sim política. Em um mar de acusações que envolveram parlamentares, ministros, jornalistas e dirigentes da *Compagnie universelle du canal interocéanique de Panama*, um questionamento fica evidente: o que estava oculto nas denúncias do episódio do Panamá? Ao que tudo indica, o que estava camuflado era o confronto entre dois projetos políticos para a França.

- *Le grand français* : Ferdinand de Lesseps

Mais prestigiado que muitos chefes de Estado, poucos homens receberam prêmios e honrarias como De Lesseps, membro da Academia de Ciências e da Academia Francesa. Seu nome esteve ao lado de Hippolyte Taine (1828-1893), Louis Pasteur (1822-1895) e Alexandre Dumas (1802-1870), conforme as palavras de Degos e Hauret.¹⁰⁰

Em 29 de abril de 1859, o primeiro golpe de enxada foi dado no istmo de Suez, na presença de Ferdinand de Lesseps, fundador e presidente da *Compagnie de l'isthme de Suez*. Dez anos mais tarde, após inúmeras dificuldades, o Mediterrâneo estava ligado ao Mar Vermelho por um canal marítimo de 164 quilômetros de comprimento. Um empreendimento que custou por volta de 500 milhões de francos e foi executado graças ao capital francês e ao apoio do vice-rei do Egito.¹⁰¹

O canal de Suez, uma das grandes conquistas do século XIX, foi aberto à circulação marítima, em 1869. Esta via navegável, localizada no Egito, entre o Mediterrâneo e o Mar Vermelho, facilitou relações comerciais. Até aquele momento, as rotas marítimas mundiais de um oceano a outro passavam pelo hemisfério sul. Ao diminuir distâncias, o canal permitiu aos navios acesso à Índia sem necessidade de

¹⁰⁰ (*L'échec du canal de Panama*, 2008)

¹⁰¹ (*Avant le procès - Historique de la société du Panama*, 1893, p. 1)

transitarem pelo Cabo da Boa Esperança.

Bem-sucedido, Ferdinand de Lesseps colocou-se na perspectiva de um segundo empreendimento: a construção do Canal do Panamá. O jornal *Le Matin* anunciou e louvou a iniciativa: "[...] confiante em sua estrela, aquele que chamamos, durante muito tempo, 'Le Grand Français', concebeu o projeto de empenhar seu nome a um trabalho mais gigantesco ainda[...]"¹⁰²: o Canal do Panamá.

- Depois do Egito: a ambição francesa na América

Ferdinand de Lesseps, ao assumir a condução dos trabalhos, estava no auge de sua carreira quando se engajou no novo projeto. A ambição francesa de construir um canal interoceânico na América era antiga, revelada, desde 1860, através do projeto de construção de um canal marítimo interoceânico no istmo de *Darien (Tapón del Darién)*, território pertencente a Nova Granada, futura Colômbia.¹⁰³ A Sociedade Geográfica de Paris, no período de 1876 a 1877, organizou uma comissão para promover a cooperação internacional com o objetivo de realizar estudos geográficos sobre a América Central. Esta iniciativa resultou na *Société civile internationale du Canal interocéanique par l'isthme du Darien*.

- Canal do Panamá: um projeto nacional

De Lesseps, em 1879, decidiu preparar um congresso internacional de estudos interoceânicos, que reuniu, em Paris, cinquenta diferentes projetos apresentados por 98 delegados. Dois projetos preliminares foram selecionados: o Nicarágua e o Panamá. Neste mesmo ano, foi obtido consenso sobre a escolha do projeto e de seu respectivo traçado. Ferdinand aceitou a direção do empreendimento, fazendo o aporte necessário para pagar ao governo colombiano o direito de concessão. Surgiu a *Compagnie universelle du canal interocéanique de Panama*. A empresa seria responsável pelo gerenciamento do projeto e pela obtenção de seu financiamento. Além do apoio oficial do governo francês, ela conseguiu que, em um ano, mais de 100 mil franceses, na maioria assalariados, sustentassem o projeto comprando bônus/títulos emitidos pelo Estado.

Após uma análise superficial, De Lesseps concluiu que o projeto era viável,

¹⁰² C'est alors que, confiant dans son étoile, celui qu'on appela pendant longtemps " le Grand Français" conçut le projet d'attacher son nom à un travail plus gigantesque encore [...]. (Avant le procès - Historique de la société du Panama, 1893)

¹⁰³ <http://catalogue.bnf.fr/rechercher.do?index=AUT3&numNotice=15385909>

pois, quando comparado ao Canal de Suez, envolvia a metade da distância. Entretanto uma enorme dificuldade que não havia sido prevista apresentou-se: o desconhecimento das características do solo. A região do Canal de Suez era plana, bem demarcada e, sobretudo, conhecida dos europeus, contrariamente à do Panamá. Com montanhas, solo instável e clima insalubre, o Panamá revelou-se invencível e a determinação de De Lesseps não foi suficiente para evitar não só seu colapso financeiro como também um escândalo de primeira ordem.¹⁰⁴

A Companhia do Panamá, em oito anos (1880-1888), conseguiu pouco progresso, sua eficiência não estava à altura dos recursos arrecadados, que, na França, durante esse período, chegaram a atingir a cifra de nada menos que 1.335.538.454 francos.¹⁰⁵ O surpreendente não foi tanto o montante, em seu valor absoluto, quanto a disponibilidade da classe média francesa de financiar a proposta de Ferdinand de Lesseps, embora ela fosse muito cautelosa em questão de dinheiro, esclarece Arendt.¹⁰⁶

Mais de um bilhão, emprestados na maior parte por poupadores franceses já tinham sido tragados por esta empresa. Isso não seria o suficiente; seria necessário ainda dinheiro para poder continuar os trabalhos. [...]¹⁰⁷

- As dificuldades técnicas

O projeto do Panamá, sob a liderança francesa, estava ancorado no que a indústria de seu tempo possuía de mais avançado, mas, apesar disso, o êxito não lhe fora garantido. Embora possuíssem um excelente padrão, os técnicos da empresa de Ferdinand de Lesseps, responsáveis pela construção do canal, não conseguiram aproveitar o conjunto de recursos científicos, relacionados à engenharia civil e à indústria construtiva, disponíveis àquela época.¹⁰⁸ Os trabalhos de corte e os aterros iniciaram em janeiro de 1882. Erroneamente, De Lesseps optou pela construção do canal ao nível do mar, desconsiderando as características fisiográficas do sítio. Após três anos de trabalho, somente um décimo do total

¹⁰⁴ (DEGOS e HAURET, 2008)

¹⁰⁵In: *Demokratie und Nationalismus in Frankreich*, Hamburgo, 1933, p. 273, citado por ARENDT, 2016.

¹⁰⁶ (Origens do totalitarismo, 2016)

¹⁰⁷ *Plus d'un milliard emprunté pour la plus grande partie à l'épargne française avait déjà été engouffré dans cette entreprise. Cela ne suffisait pas ; il fallait encore de l'argent pour pouvoir continuer les travaux. (Avant le procès - Historique de la société du Panama, 1893)*

¹⁰⁸ (DEGOS e HAURET, 2008)

estimado do montanhoso terreno havia sido escavado. Frente a esse fracasso técnico, Gustave Eiffel foi convocado.

M. Eiffel – solução ou problema?

O construtor da simbólica torre parisiense decidiu dar seguimento ao projeto do canal com o emprego de eclusas, que foram reduzidas de dez para oito. Não era, todavia, o número de eclusas que estava no centro das discussões, o que estava na ordem do dia era a remuneração de M. Eiffel. O jornal *Le Matin* denunciou:

M. Eiffel recebeu da Companhia, pelos trabalhos por ele executados até 1889, para o Canal do Panamá, a soma de 70 milhões. [...]. Nós pensamos que estes fatos seriam interessantes a nossos leitores, no momento em que o presidente, os membros do conselho de administração *Compagnie de Panama* [...] e o construtor Eiffel vão comparecer diante da primeira *cour d'appel* de Paris, que os julga correccionalmente, sob imputação de fraude, abuso de confiança, no momento em que alguns legisladores, são acusados de ter vendidos seus votos [...]¹⁰⁹

A corrupção e o desvio de recursos por parte de altos responsáveis em Paris e também no Panamá deram o golpe de misericórdia ao projeto. Em 1889, a construção do canal foi suspensa. Diante da impossibilidade de continuar ocultando o que se passava, o escândalo veio à tona e os tribunais assumiram o controle dos ativos da *Compagnie Universelle*. A pressão de todos os trabalhadores que haviam comprado bônus avalizados pelo governo resultou na condenação de vários diretores, inclusive De Lesseps e seu filho. O ‘caso Panamá’ não poupou nem o renomado M. Eiffel.

- M. Eiffel: et les autres?

O debate estava posto e podia ser evidenciado nas páginas dos mais diversos diários. *L'Intransigeant* tomou a defesa de M. Eiffel e perguntou: “*Et les autres?* As desonrosas trapaças e as covardias de consciência que são reveladas por este escandaloso caso do Panamá provocam a repulsa e o desprezo público”,

¹⁰⁹ *M. Eiffel a touché de la Compagnie, pour les travaux par lui exécutés jusqu'en 1889, pour le canal de Panama, la somme de 70 millions. [...] Nous avons pensé que ces faits seraient intéressants pour nos lecteurs au moment où les président et membres du conseil d'administration de la Compagnie de Panama [...] et le constructeur Eiffel vont comparaître devant la première chambre de la Cour de Paris, jugeant correctionnellement, sous l'inculpation d'escroquerie et d'abus de confiance, et au moment où certains des législateurs [...] sont accusés d'avoir vendu leurs votes [...]. (Avant le procès - Historique de la société du Panama, 1893)*

declarou o jornal, chamando atenção às revelações do documento apresentado por M. Eiffel à Comissão Parlamentar. Documento esse em que Eiffel afirma que, pelo apoio de um senador e de seus amigos, pagava a participação de 2%, a qual, segundo Eiffel, rendeu ao político a cifra de aproximadamente 1.700.000,00 francos.¹¹⁰

O jornal satírico *Le Grelot* de 1º de janeiro de 1893 (Figura 13) representou, na primeira página, a corrupção que assolava o empreendimento: o comitê de imundícies públicas.¹¹¹ Em primeiro plano, F. Lessep, o grande francês e seu projeto; em segundo, os jornalistas, Drumont, Rochefort e Delahaye, e os agentes da Companhia, Arton e Cornelius Herz. Em uma mesa está o jornalista Rochefort que tem a seu lado os judeus Herz e Arton, os dois primeiros controlam a lista e o último, o saco de dinheiro de onde tombavam as letras da palavra Panamá.

A legenda da ilustração ironizava: a fina flor da incorruptibilidade.¹¹² No interior do jornal, a coluna de Montretout destacava: a escroqueria colossal.¹¹³ De acordo com o redator, a lama e a podridão parlamentar que surgiam com o Canal Panamá em nada inovavam. Os deputados do período não eram mais canalhas do que os de épocas anteriores. Os fundos secretos, as famosas mensalidades distribuídas por diferentes governos à imprensa eram abomináveis e resultavam em um silêncio comprado a peso de ouro, escrevia o jornal. A crise que atravessava o país, segundo Montretout, era seguramente grave e mais preocupante que a aventura boulangista, contudo era necessário esperar que se saísse dela, senão mais ricos ao menos mais sábios.¹¹⁴

¹¹⁰ (*Et les autres?*, 1893).

¹¹¹ *Le Comité de saletés publiques.* (ANDRIEUX, 1893)

¹¹² *Le gratin de l'incorruptibilité.*

¹¹³ *L'escroquerie colossale.*

¹¹⁴ (MONTRETOUT, 1893)

23^e ANNÉE — N^o 1.134

FRANCE : 15 CENTIMES

1^{er} Janvier 1893

BUREAUX
5, Cité Bergère, 5
PARIS

ABONNEMENTS
FRANCE
UN AN..... 8 fr.
SIX MOIS..... 4
TROIS MOIS..... 2
15 c. le numéro

PARAIT LE DIMANCHE

ADRESSER
Lettres et Mandats à M. J. MADRE
Administrateur.

LE GRELOT

BUREAUX
5, Cité Bergère, 5
PARIS

ABONNEMENTS
ÉTRANGER
UN AN..... 10 fr.
SIX MOIS..... 5
TROIS MOIS..... 2 50
30 c. le numéro

PARAIT LE DIMANCHE

PUBLICITÉ
Les Annonces sont reçues
aux bureaux du Journal.

Voir en tête de la deuxième page les conditions auxquelles on peut recevoir gratuitement le GRELOT

LE COMITÉ DE SALETÉS PUBLIQUES



Le gratin de l'incorruptibilité.

Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Figura 13: O comité de imundícias públicas, 1^o de janeiro de 1893.

- O renascimento: *Compagnie Nouvelle du Canal de Panamá*

O governo colombiano, apesar do clima de instabilidade, não rompeu relações com a França, pelo contrário, para dar continuidade à construção do canal, em 1893, expandiu, através de um novo contrato, o prazo para o término das obras. A empresa, fundada por Ferdinand de Lesseps, que fora dissolvida em 1889, renasceu, em 1894, como *Compagnie Nouvelle du Canal de Panamá*, outra estratégia que visava dar continuidade ao projeto.

Philippe Bunau-Varilla, proprietário do *Le Matin*, passou a ser acionista da nova companhia. Decidido a incentivar os investidores, deslanchou, na imprensa, particularmente em seu periódico, uma campanha afirmativa ao canal por meio de diversos artigos. Com o apoio do primeiro ministro Casimir Perier, Varilla foi à Rússia, convencido de que, naquele país, poderia encontrar suporte econômico para o projeto do canal. Contudo, a crise política que levou o ministério francês à demissão prejudicou sua proposição. Pouco a pouco, as possibilidades de salvar o projeto foram se reduzindo. Duas alternativas para a *Compagnie Nouvelle du Canal de Panamá* apresentavam-se: abandonar o projeto ou vendê-lo. A segunda opção mostrava-se mais viável e sugeria um caminho para superar a falta de êxito.

O advogado e lobista norte-americano William Nelson Cromwell, como conselheiro da *Compagnie Nouvelle du Canal de Panamá*, foi peça fundamental nas negociações da venda da companhia francesa aos americanos, transferência que ocorreu não sem preocupações aos acionistas franceses, fossem eles pequenos ou não:

Os portadores de um bilhão e trezentos milhões de francos de valores da antiga Sociedade vão ficar durante um mês ainda na ignorância dos projetos do antigo Conselho demissionário: Essa situação nos parece intolerável[...]¹¹⁵

¹¹⁵ *Les porteurs d'un milliard trois cent millions de francs de valeurs de l'ancienne Société vont donc rester pendant un mois encore dans l'ignorance des projets de l'ancien Conseil démissionnaire : cette situation nous paraît intolérable[...]. (Canal de Panama, 1900)*

- América: a República Francesa *versus* EUA

O governo colombiano, em 12 de dezembro de 1846, assinara, com os Estados Unidos, o Tratado Mallarino-Bidlack¹¹⁶, denominado oficialmente Tratado de Paz, Amizade, Navegação e Comércio. O acordo concedera aos Estados Unidos o direito de atravessar o istmo do Panamá com suas mercadorias, sem maiores protocolos. Três anos depois, a Colômbia entregou aos americanos a concessão para construção e operação de uma ferrovia transoceânica, que facilitaria o transporte até Nova York do ouro extraído na Califórnia. Como contrapartida, o governo americano garantiria, positiva e eficazmente, a perfeita neutralidade do istmo mencionado e, conseqüentemente, asseguraria, da mesma forma, os direitos de soberania e de propriedade que detinha [a Colômbia] sobre esse território.¹¹⁷

O desconforto americano com as relações da França com o Panamá ficou evidente na mensagem do presidente dos Estados Unidos, Rutherford Birchard Hayes, ao Senado: "Nosso interesse comercial é, por si só, superior ao de todos os outros países, assim como são maiores as relações do canal com nosso poder e nossa prosperidade como nação [...]. Os Estados Unidos têm o direito e o dever de afirmar e manter sua autoridade de intervenção sobre qualquer canal interoceânico que atravesse o istmo."¹¹⁸

A partir da presença dos EUA no Panamá, iniciou-se uma política que afirmava o princípio da 'América para os americanos'. Ela deve ser compreendida sob a perspectiva da Doutrina Monroe, criada, em 1823, pelo presidente James Monroe¹¹⁹, o qual fez uma advertência formal à Áustria, Prússia, Rússia, Inglaterra e França: "A vocês a Europa, a mim a América [...] Aos europeus, o velho continente,

¹¹⁶ Manuel María Mallarino (1808-1872), então presidente da Colômbia, e Benjamin Alden Bidlack (1804-1849), congressista americano.

¹¹⁷ (SELSER, 1962)

¹¹⁸ *Special Message: March 8, 1880: Our merely commercial interest in it is greater than that of all other countries, while its relations to our power and prosperity as a nation, to our means of defense, our unity, peace, and safety, are matters of paramount concern to the people of the United States. No other great power would under similar circumstances fail to assert a rightful control over a work so closely and vitally affecting its interest and welfare. Disponível em:* <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=68534>

¹¹⁹ Foi o quinto presidente dos Estados Unidos, entre 1817 e 1825. Monroe foi o último dos presidentes considerados fundadores dos Estados Unidos e o último presidente da dinastia da Virgínia e da geração republicana.

aos americanos, o Novo Mundo"¹²⁰, deixando evidente que os EUA não tolerariam a influência de potências europeias no território americano.

Os americanos concluíram o grande projeto de Ferdinand de Lesseps, inaugurando o canal em 15 de agosto de 1914.¹²¹ Mais do que um sonho francês frustrado, ele despontou como um referencial econômico e político dos EUA na América Central. Na avaliação de Bispo¹²², o canal proporcionou uma mudança de lideranças político-tecnológicas, tornando-se um marco expressivo do término, na América, da hegemonia europeia em ciência e tecnologia. Entretanto, o que parece sobretudo relevante é que esse episódio demarcou e redirecionou a política externa francesa, a partir de seu contexto político interno.

O Canal do Panamá: imprensa e corrupção

Fatores associados ao financiamento da obra; à febre amarela, que matou milhares de homens em canteiros de obras; às condições geográficas, relacionadas ao solo e ao clima; à gestão de *marketing* e comunicação, entre outros, constituíram reais problemas, os quais impediram a eficiência do projeto francês de construção do Canal do Panamá. Sobretudo a relação de improbidade que se estabeleceu entre o executivo, o parlamento, a imprensa e a própria *Compagnie universelle du canal interocéanique de Panama* denunciou-se como um intransponível obstáculo.

A construção do Canal do Panamá foi geralmente considerada como um serviço público e nacional e não como uma iniciativa de ordem privada.¹²³ Revelava-se como um grande projeto nacional: " além disso, é necessário não esquecer que o Canal do Panamá é obra de um francês, e que este fará, como Suez, a glória da pátria [...] tudo vos diz para ir com confiança!"¹²⁴ Portanto, quando a Companhia foi à falência, ela arrastou a república consigo e sua política exterior sofreu o impacto. A indefinição ou a confusão sobre a natureza do empreendimento e a forma como *Compagnie universelle du canal interocéanique de Panama* criaram vínculos com os jornais e o parlamento foram decisivos na condução de seu destino. A conduta

¹²⁰ À vous l'Europe, à moi l'Amérique [...]. Aux européens, le vieux continent, aux américains le Nouveau Monde.

¹²¹ Os EUA exploraram o Canal do Panamá até o ano de 1999.

¹²² ("Escândalo do Panamá". Crise financeira e reorientação geo-político-cultural nas Américas, 2009)

¹²³ (ARENDE, 2016)

¹²⁴ De plus, faut pas oublier que le Canal de Panama est oeuvre d'un Français et, qu'il fera, comme Suez, la gloire de la Patrie [...] tout vous dit d'y aller de confiance. Allons, prenez du Crédit Foncier, prenez du Panama, et vous m'en remercirez un jour ! (BOQUILLON, 1888, p. 16)

promíscua, dispendiosa e ineficiente resultou em uma enorme pressão no parlamento:

A verdade é que a grande maioria da Câmara, sem distinção de partido, encontrou-se unida pelo desejo de esclarecer e eliminar a razão deste episódio colossal, os hábitos que se tornariam mortais para a boa reputação e o sucesso da França.¹²⁵

Ferdinand de Lesseps possuía uma concepção bem particular de *marketing* e comunicação: ofertava a políticos e a jornalistas viagens ao Panamá, grandes recepções, festas, banquetes, benesses financeiras. Uma política ambígua, que dispensou a jornalistas e parlamentares grande montante de recursos, à qual se poderia nomear tanto publicidade como suborno. Ferdinand de Lesseps, obcecado pela construção do canal, ao que tudo indica, pensava que os fins justificariam os meios. A imprensa e a comissão parlamentar de inquérito chegaram praticamente à mesma conclusão: a Companhia já estava falida há muitos anos.¹²⁶

De Lesseps alimentou sua esperança enquanto pôde. Aguardou por um milagre, acalentou o sonho de que, de uma forma ou de outra, novos fundos viriam para permitir a continuação de sua obra. Apesar de seus esforços e de suas convicções, como demonstra esse trecho da carta de sua autoria, dirigida aos fundadores e aos acionistas de sua Companhia – "O Canal do Panamá se concluíra como se concluiu o Canal de Suez, pela honra e benefício de nossa grande e amada França"¹²⁷ –, seu êxito estava comprometido com uma espécie de trama tecida com os homens públicos – parlamentares e ministros – e também com os jornalistas.

Para conseguir a aprovação de novos empréstimos, De Lesseps foi levado a subornar metade do parlamento e muitas autoridades superiores. Isso exigiu, no entanto, o emprego de intermediários, os quais pediram comissões exorbitantes. Conforme a avaliação de Barrès, a verdadeira problemática de Ferdinand de Lesseps residia nessas relações com o parlamento: "seu empreendimento, não tem problema técnico de engenharia, nem mesmo problema financeiro, propriamente

¹²⁵ *La vérité, c'est que l'immense majorité de la Chambre, sans distinction de parti, s'est trouvée unie pour vouloir éclairer et nettoyer, au sujet de cette affaire colossale, des habitudes qui deviendraient mortelles pour le bon renom et la fortune de la France. (La Justice, 1892)*

¹²⁶ (DEGOS e HAURET, 2008)

¹²⁷ *Le Canal du Panama s'achèvera comme s'est achevé le Canal de Suez, pour l'honneur et le profit de notre grande et chère France ! (Lesseps apud FULIGNI, 2015, p. 10)*

dito, ele se ocupou de resolver as dificuldades parlamentares."¹²⁸.

A descoberta de talões de cheque da *Maison Thierrée*, que tinham sido dados como destruídos, levaram cinco deputados e cinco senadores ao tribunal. *Le Petit Journal*¹²⁹ destacou: “esses fatos têm importância capital, eles terão, em todo o país, enorme impacto, desde ontem o processo parlamentar e judiciário do Panamá entraram em um novo período”.

O apoio do parlamento aos empréstimos, que havia inicialmente inspirado a confiança do público na empresa, tornou-se, no fim, um fator de risco, pois converteu um negócio particular não muito seguro em uma colossal falcatura. Ferdinand morreu, aos 89 anos, em 7 de dezembro de 1894, mais de vinte anos após a inauguração do Canal de Suez, sem ver seu projeto concluído no Panamá e tendo sua fortuna pessoal absorvida pelas despesas dos diferentes processos aos quais teve de responder.¹³⁰

A partir do momento em que Ministério Público (10 de janeiro de 1893) ofereceu denúncia a gestores, engenheiros, banqueiros, homens públicos – associados ao parlamento ou ao executivo –, o caos político instalou-se. As páginas dos jornais foram palco de exaustivos combates, verdadeiro campo minado por algumas verdades, mas também solo fértil para boatarias.

Léon Daudet, em *La vie orageuse de Clemenceau*¹³¹, narra o episódio em que um ‘sutil murmúrio’ começou a circular em diversos ambientes parisienses: “Clemenceau é vendido para a Inglaterra. Ele é remunerado pelo governo inglês.”¹³² A origem do ruído ‘infame e absurdo’ de início era desconhecida, mas logo se soube que ele havia nascido dos meios diplomáticos, particularmente da embaixada alemã, e da sala de redação do *Petit Journal*.¹³³

Quanto mais incerta era a situação da Companhia, mais altas, naturalmente, tornavam-se as comissões. Por fim, o absurdo era tanto que a própria Companhia recebia somente uma pequena parte dos fundos que lhe eram destinados. Herz chegou a receber, por uma única transação intraparlamentar, um adiantamento

¹²⁸ *Son affaire, ce n'est point le problème technique de l'ingénieur, ni même, à proprement dire, le problème financier : il a assumé de résoudre les difficultés parlementaires. (BARRÈS, 1900, p. 78)*

¹²⁹ *(Le procès du Panama, 1893)*

¹³⁰ *(ARENDET, 2016)*

¹³¹ *(La vie orageuse de Clemenceau, 1938)*

¹³² *"Clemenceau est vendu à L'Angleterre. Il est appointé par le gouvernement anglais." (DAUDET, 1938, p. 101)*

¹³³ *(DAUDET, 1938, p. 101)*

premature de nada menos que 600 mil francos de empréstimo que nunca se concretizou.¹³⁴

Entre as acusações feitas à *Compagnie universelle du canal interocéanique de Panama* constavam as de empregar manobras fraudulentas por intermédio de falsas empresas; de aceitar a extorsão de parlamentares com vistas a garantir autorizações de emissão de títulos; de quebrar a confiança dos acionistas frente ao setor financeiro e à imprensa. A guerra de informações que estava posta era permeada por interesses econômicos e políticos, internos e externos ao país. O governo, o parlamento, a imprensa, a justiça e significativa parcela de franceses atuavam sob a mesma lógica: a moderna lógica do dinheiro.

- Dinheiro: um imperativo do homem

O episódio do Panamá surgiu quando os créditos mobiliários, pagáveis ao portador, estavam se tornando uma das formas prediletas de poupança dos franceses. A preferência dos franceses por investimentos imobiliários, conforme Michalet¹³⁵, foi cedendo lugar pouco a pouco, desde a metade do século XIX, às aplicações nas Bolsas de Valores do país ou do exterior. Para o mesmo autor, esse redirecionamento na escala de prioridades de investimentos não pode ser explicado por um fator único. Ele representa uma disposição coerente com a moderna visão de mundo inserida em uma estrutura capitalista, na qual a aquisição de dinheiro passa a ser um imperativo do homem. Dito de outra forma, o dinheiro ganhava *status* moral.

Multiplicavam-se as obras literárias que abordavam a temática do dinheiro. Elas tomavam, como ponto de partida, a atualidade e os diversos incidentes relacionados à esfera financeira: "A especulação alcançou muitas vitórias, mas ela perdeu muitas batalhas. Alegria e tristeza! Salve-se quem pode!"¹³⁶ Émile Zola expôs a imagem de uma aristocracia com o olhar voltado ao passado e de uma burguesia com aspirações rentistas,

¹³⁴ (ARENDETT, 2016)

¹³⁵ (*Les Placements des épargnants français de 1815 à nos jours*, 1968)

¹³⁶ *La spéculation a remporté bien des victoires, mais elle a perdu bien des batailles. Heur et malheur ! Sauve qui peut !* (VALLÉS, 1857, p. 2)

[...] ninguém vive mais da terra. A antiga fortuna patrimonial é uma forma obsoleta de riqueza, que deixou de ter sua razão de existir [...]. É desta maneira que o mundo vai ser renovado, visto que nada seria possível sem dinheiro, dinheiro líquido, que penetra em todos os lugares [...]¹³⁷

Eis um mundo moderno que, de acordo com Péguy¹³⁸, estava inteiramente tensionado pelo dinheiro, uma tensão que contaminava o universo cristão e o fazia sacrificar sua fé e seus costumes em prol da conservação de sua paz econômica e social. A igreja distante do dinheiro, era o que alertava o autor: dinheiro não é Deus e tão pouco pode ser religião: "Não quero nada saber de uma instituição de caridade cristã que estaria em uma constante capitulação ante os príncipes, os ricos e o poder do dinheiro."¹³⁹

As consequências do escândalo do Panamá

Na Imprensa

As críticas erguidas contra a venalidade da imprensa, a cada escândalo, estruturavam o debate no fim do século XIX. A *Revue Bleue*, em 1897, reuniu um grupo de intelectuais, entre eles Zola, Barrès, Drumont, com o objetivo de apresentar um diagnóstico sobre as crises relacionadas à imprensa e aos vícios do jornalismo.¹⁴⁰ Os jornalistas, em grande número, foram assaltados por graves acusações de corrupção e isso se refletia sobre a credibilidade do conjunto da imprensa.¹⁴¹

Os diversos escândalos financeiros tiveram desdobramentos para a imprensa. Os depoimentos, nas comissões de inquérito, revelaram a extensão e a intensidade das práticas duvidosas de pessoas vinculadas ao jornalismo. Tratava-se, em primeiro lugar, de chantagem que periódicos – seguros da impunidade assegurada pela lei de liberdade imprensa de 1881– exerciam sobre os bancos e as empresas, os ameaçando com campanhas capazes de arruiná-los: "toda uma fauna de *pequenos vigaristas* vivia de uma extorsão de pequena envergadura, da qual as

¹³⁷ [...] *personne ne vit plus de la terre. L'ancienne fortune domaniale est une forme caduque de la richesse, qui a cessé d'avoir sa raison d'être [...] C'est ainsi que le monde va être renouvelé, car rien n'était possible sans l'argent, l'argent liquide qui coule, qui pénètre partout [...]* (ZOLA, *Œuvres complètes*, 1968, p. 5676)

¹³⁸ (*Notre jeunesse*, 1957)

¹³⁹ *Je ne veux rien savoir d'une charité chrétienne qui serait une capitulation constante devant les princes, et les riches, et les puissances d'argent.* (PÉGUY, 1913, p. 69)

¹⁴⁰ (FERENCZI, 1996)

¹⁴¹ (LEMIEUX, 2000)

instituições financeiras não tinham a possibilidade de se proteger." ¹⁴²

Esse cenário abriu e alimentou o debate sobre a moral da imprensa e a ética de seus profissionais, o que resultou, no início do século XX, na edição de uma carta de princípios normativos a profissionais de comunicação – a "*Charte des devoirs professionnels des journalistes français*". Essa sistematização foi coordenada pelo *Syndicat unifié des journalistes* e seu resultado ecoou para além do episódio do Panamá, forjando novas formas de agir. Entre as recomendações, a separação entre anúncio comercial e artigo passava a ser uma exigência: um jornalista digno não assinaria seu nome em itens de publicidade comercial e financeira.

No parlamento

O Relatório Final da Segunda Comissão de Inquérito do Canal do Panamá concluiu:

É necessário que a Câmara diga claramente que admite censurar [...] as participações e ingerências (imiscuições) sempre deploráveis de homens políticos nos negócios financeiros submetidos ao poder público, como repudia igualmente todo adiantamento, toda doação de dinheiro feita ao Governo da República para sustentar sua política [...].¹⁴³

Foram expressas as seguintes diretrizes: os políticos não devem ser empresários; a política não deve se beneficiar de financiamento privado. Esses princípios, até o escândalo do Panamá, estavam subentendidos, mas, a partir daquele momento, foram normatizados e isso pôde sustentar claramente os julgamentos.¹⁴⁴ As sanções impostas às interferências entre atividade comercial e mandato eletivo sinalizavam avanços no campo da política.

No cenário político

A exigência de uma reorganização das denúncias mostrava um horizonte de transformações políticas e sociais radicais. Mobilizações impactaram duas correntes políticas, as consolidando: os socialistas, de um lado, e a direita nacionalista, de outro. Esses dois grupos tiraram proveito do episódio Panamá e solidificaram tanto

¹⁴² *Toute une faune de petits escrocs vivait d'un racket de faible envergure, mais auquel les établissements financiers ne pouvaient se soustraire. (RUELLAN, 1997, p. 35)*

¹⁴³ *Il faut que la Chambre dise nettement qu'elle entend blâmer [...] les participations et immixtions toujours fâcheuses des hommes politiques dans les affaires financières soumises au contrôle des pouvoirs publics, comme elle répudie également toute avance tout don d'argent fait au Gouvernement de la République pour soutenir sa politique [...]. (ROUANET, 1898, p. 271)*

¹⁴⁴ (BLIC, 2005)

suas identidades como suas presenças. O escândalo passou a ser visto como um acontecimento exemplar e sustentou a necessidade de renovação nas instituições. Seus atores enxergaram a urgência de discutir os temas que produziram e trouxeram à luz a desordem nas relações entre parlamento, executivo e imprensa. O momento era de reavaliação:

Como o Império, como a Monarquia de Julho, como todos os regimes que, há um século, representaram somente a dominação de uma casta privilegiada e parasitária, o oportunismo naufraga com toda a sua força, [...] na lama - Panamá – ameaçando arrastar em sua ruína a pátria e a República [...]. A salvação somente pode surgir de vocês, povo trabalhador da cidade e do campo, retomando o controle de seus destinos.¹⁴⁵

Para Jaurès, a aplicação resoluto e metódica da política socialista era condição única para pôr fim aos escândalos que foram a consequência natural e necessária do regime econômico àquela época. O deputado socialista, ao anunciar o esgotamento de uma forma de atuação, sinalizava com o desafio de reconstrução: "Isto não é um estreito Processo de Instrução contra alguns homens entre paredes estreitas de um tribunal. É o julgamento da ordem social que chega ao fim, [...] estamos aqui para substituí-la por uma [...] mais justa."¹⁴⁶ O episódio do Panamá, de acordo com Drumont, era uma fase que se encerrava em um momento dramático: "o que vemos não é apenas o fim de um mundo, seria mais justo dizer que é o fim de um tempo."¹⁴⁷

O escândalo, por sua magnitude, representava, para aqueles que o denunciavam, uma oportunidade de enormes dimensões, que, de maneira imprevista, poderia gerar transformações radicais ou recompor um corpo social e político desarticulado.¹⁴⁸ Essa dimensão construtiva foi fartamente destacada por Barrès, para quem o escândalo, ao fim, desempenhou o papel de catarse por indiciar as 'figuras esverdeadas, aniquiladas' de deputados oportunistas que tremiam

¹⁴⁵ *Comme l'Empire, comme la Monarchie de Juillet, comme tous les régimes qui, depuis un siècle, n'ont représenté que la domination d'une caste privilégiée et parasitaire, l'opportunisme sombre à son tour [...] dans la boue – Panama – menaçant d'entraîner dans sa chute la patrie et la République. [...] Le salut ne peut sortir que de vous, peuple travailleur des villes et des campagnes, reprenant en main ses destinées. Manifesto assinado por: Cluseret, Millerand e Lafargue. (CLUSERET, MILLERANT e LAFARGUE¹⁴⁵ apud ZÉVAËS, 1931, p. 181)*

¹⁴⁶ Disponível em: <http://www2.assemblee-nationale.fr/decouvrir-l-assemblee/histoire/1914-1918/hommage-a-jean-jaures>

¹⁴⁷ *Ce que nous voyons n'est point seulement la fin d'un monde, il serait plus juste de dire que c'est la fin d'un Temps. (DRUMONT, p. IV)*

¹⁴⁸ (BLIC, 2005)

ao ver seus nomes rotulados como corruptos.

Drumont empolgou-se com o episódio do Panamá, pois com ele surgira a possibilidade de dar visibilidade à desonra daqueles a quem ele denominava um bando de políticos que oprimem e arruinam a querida França.

Para alguns membros do campo republicano, era o momento de usufruir desta força catártica e mobilizadora, que resultou do Panamá¹⁴⁹: "escandalosas crises como aquelas do Panamá, longe de enfraquecer a vitalidade de um país, ao contrário, fortalecem; se delas tiramos proveito para explorar o mal em suas profundezas medindo a intensidade e os prejuízos"¹⁵⁰, denunciava Rouanet.

O escândalo do Panamá, conforme J. Bouvier¹⁵¹, foi apenas um pequeno acidente que nada mudou. Torna-se, todavia, importante refletir sobre aquilo que estava posto. Nesse roteiro de análise, é necessário registrar que, por um lado, as mobilizações puderam tomar seu assento, porque sabiam que estavam apoiadas sobre bases normativas amplamente compartilhadas. Por outro, havia o sentimento coletivo da população francesa, portanto a reestruturação política operada não era simplesmente conjuntural, mas era um anseio de muitos.

O episódio foi tratado como uma palavra de ordem. Panamá foi um vocábulo que ganhou outro significado, o de improbidade. Diversas forças políticas nele se encontraram e aí viram a oportunidade de afirmar sua presença. Como incidente político-financeiro, o escândalo proporcionou discussões que resultaram em uma relevante produção que tinha por objetivo a renovação de suportes normativos e de convenções práticas, especialmente em relação à imprensa e ao parlamento.

Se as sucessivas revelações lideradas especialmente pelo *La Libre Parole* de Drumont transformaram o escândalo do Panamá em uma crise política e judiciária de grande amplitude, a vontade de expulsar os corruptos da Câmara e do Senado oportunizou um espaço de construção de lutas ideológicas. O Panamá, por nutrir fortemente o antissemitismo, foi um estágio preparatório ao episódio Dreyfus, uma espécie de teste ou balão de ensaio de novas formas de propaganda, e testemunhou a imersão dos franceses na cultura midiática.

¹⁴⁹ (*Rapport fait au nom de la commission d'enquête sur les dossiers du Panama*, 1898, p. 271)

¹⁵⁰ *Les crises scandaleuses comme celles de Panama, loin d'affaiblir la vitalité d'un pays, le retrempe au contraire, si on les met à profit pour sonder le mal dans ses profondeurs, en mesurer l'intensité et les ravages.*

¹⁵¹ (*Les deux scandales de Panama*, Paris, 1964, p. 8)

Panamá: a preparação ao Episódio Dreyfus

Não havia judeus entre os membros subornados do parlamento nem na diretoria da Companhia. Contudo, isso não significava que eles não desempenhavam um papel no esquema. Eles não estavam na linha de frente é verdade, mas operavam como suporte para angariar apoios e abrir linhas de conversação, mesmo que para isso fosse necessária uma contrapartida monetária. Foram M. baron Jacques de Reinach e M. Cornélius Herz, ambos judeus, que disputaram a honra de distribuir propinas entre os membros da Câmara.

Reinach atuava sobre a ala da direita dos partidos burgueses e Cornélius Herz, sobre os radicais, que compreendiam os partidos anticlericais da pequena burguesia.¹⁵² Segundo testemunho do ex-ministro Rouvier, na Comissão de Inquérito, Reinach tinha sido conselheiro do governo, durante os anos 80, e, entre outras funções, estava encarregado de mediar as relações com a Companhia do Panamá. O papel de Herz era de servir a Reinach como elemento de ligação com alas radicais do parlamento, às quais este não possuía acesso. Contudo, Reinach transformou-se em alvo das chantagens do próprio Herz.¹⁵³

- O trágico fim de M. Reinach

A edição do jornal *Le XIX Siècle*, de 22 de novembro de 1892, publicou a notícia, divulgada pela Agência Havas, do falecimento de M. baron Jacques de Reinach, aos 56 anos. A nota informava que sua morte ocorrera na madrugada de sábado para domingo, em sua residência. O diário, em primeira página, especulava sobre o possível suicídio de Reinach:

Uns diziam que M. Reinach, encarregado de parte da publicidade do Panamá, havia se suicidado, dando-se um tiro de revólver [...]; outros, que ele tinha morrido naturalmente e que havia uma simples coincidência entre o seu fim e o anúncio das perseguições[...]¹⁵⁴

¹⁵² (SUAREZ, 1930,)

¹⁵³ (ARENDE, 2016)

¹⁵⁴ *Les uns disaient que M. de Reinach, qui avait été chargé d'une partie de la publicité du Panama, s'était suicidé, se tirant un coup de revolver, [...]; d'autres, qu'il était mort naturellement, et qu'il n'y avait qu'une simple coïncidence entre sa fin et l'annonce des poursuites. (Mort de M. de Reinach: bruits de suicide, 1892)*

Atormentado pela chantagem de Herz, Reinach chegou a recrutar o auxílio de ex-inspetores de polícia, oferecendo 10 mil francos pela cabeça do rival.¹⁵⁵ O desacordo entre eles dava ao escândalo do Panamá um ar de gangsterismo incomum no século XIX.

- *La Libre Parole*: a voz do antissemitismo

Um pouco antes de morrer, Jacques de Reinach havia tomado uma providência cujas consequências para a população judia da França foram das mais infelizes: fornecera ao *La Libre Parole*, diário antissemita de Édouard Drumont, uma lista de membros do parlamento subornados, os chamados 'homens da remessa'. Ele impôs uma única condição ao jornal: este deveria protegê-lo pessoalmente quando publicasse a denúncia.¹⁵⁶

Apesar das primeiras campanhas da imprensa visando alertar o público para a corrupção que acompanhara a aventura da construção do Canal do Panamá, nada muito sério se produziu antes da publicação, no *La Libre Parole*, da série de artigos intitulada "Os segredos do Panamá", assinados pelo pseudônimo *Micros*.¹⁵⁷ A partir de 3 de setembro de 1892, foram publicados sete artigos de *Micros*, que se apresentava como um conhecedor dos negócios da Companhia. Seu nome verdadeiro era Ferdinand Martin, antigo banqueiro de Nyons, falido, que havia sido encarregado de organizar a compra de alguns votos na Câmara. Por quinze dias, os artigos de *Micros* somaram-se aos editoriais de Drumont, espalhando informações sobre o funcionamento da companhia e a organização da suposta corrupção. Assim, toda uma literatura contra os capitalistas do Panamá construía um cenário de crise: Os milhões do Panamá; Os saqueadores do Panamá; Os estranguladores do Panamá; Os nomes; Os homens.¹⁵⁸

O *La Libre Parole* de Édouard Drumont transformou-se, da noite para o dia, passando de pequena publicação politicamente insignificante a um dos mais influentes jornais do país, com circulação de 300 mil exemplares. A oportunidade ofertada por Reinach foi utilizada com habilidade. A lista dos culpados foi publicada em pequenas doses, de modo que centenas de políticos viviam em constante

¹⁵⁵ (SUAREZ, 1930,)

¹⁵⁶ (ARENDETT, 2016)

¹⁵⁷ (MOLLIER, 2009)

¹⁵⁸ *Les millions du Panama; Les naufrageur du Panama; Les étrangleurs de Panama. Les noms. Les hommes.* (PASSARD, 2015)

tensão, dia após dia.

Depois de Drumont, vários jornais publicaram e repercutiram a lista dos beneficiários de recursos oriundos da Companhia do Panamá. *Le Petit Parisien*, no final de 1892, publicou não só a lista dos nomes envolvidos como também extensas matérias: “corrupção, perversidade, traição.”¹⁵⁹ O debate sobre improbidade se estabeleceu por intermédio da imprensa: corruptores e corrompidos, como destaca *L'Intransigent*¹⁶⁰, a curiosa história de meio milhão e os papéis de M. Reinach.

Logo as calçadas de Paris foram inundadas pelas narrativas de Léon Hayard, principal editor de literatura antipanamista. Um exército de camelôs, aos gritos, anunciava: “O escândalo do Panamá. Tristes revelações. Cento e cinquenta milhões reencontrados. Os nomes e sobrenomes dos ladrões. Os papéis reencontrados na casa do barão Reinach.”¹⁶¹

O jornal de Drumont, e com ele toda a imprensa e os movimentos antissemitas, emergiu finalmente como uma força perigosa na Terceira República.¹⁶² Ressaltou Zola, em 1901, que a contribuição do escândalo do Panamá para a constituição do antissemitismo foi determinante: “duas aventuras nefastas são obra única do antissemitismo: o Panamá e o episódio Dreyfus.”¹⁶³

De fato, promotores do antissemitismo procuraram evidenciar que o escândalo do Panamá era a demonstração da autenticidade de suas teses. Seus argumentos ganhavam contornos de legitimidade no fato de os três principais agentes de corrupção de parlamentares franceses – Reinach, Herz e Arton – não só serem judeus como também estrangeiros.

O denominado Arton, encarregado pela Companhia e especificamente pelo Barão de Reinach, vangloriava-se de ter dispensado 1,34 milhões de francos entre 104 deputados. Ele citava nomes e cifras, que variavam de acordo com a resistência e a importância da personagem.
164

¹⁵⁹ (TRISTAN, 1892)

¹⁶⁰ (ROCHEFORT, 1892)

¹⁶¹ *Le scandale du Panama. Tristes révélations. Cent cinquante Millions de retrouvés. Les noms e prénoms des voleurs. Les papiers retrouvés chez le baron de Reinach.*

¹⁶² (ARENDE, 2016, p. 148)

¹⁶³ *Deux aventures néfastes sont l'œuvre unique de l'antisémitisme : le Panama et l'affaire Dreyfus.* (ZOLA, 1999, p. 90)

¹⁶⁴ *Le nommé Arton, délégué par la Compagnie et plus spécialement par le baron de Reinach, se vante d'avoir dispersé un million trois cent quarante mille francs entre cent quatre députés. Il cite les noms et les chiffres, qui variaient suivant la résistance et l'importance du personnage.* (BARRÈS, 1900, p. 512)

Henri Rochefort escreveu, no *L'Intransigent*, que não havia nenhuma sombra de dúvida de que o presidente do Conselho, M. Charles Floquet, exercera, na infeliz administração da Companhia, pressão para extorqui-la, atitude denominada chantagem, claramente tipificada no código penal. O diário ironizou o grande argumento de M. Floquet que admitia ter recebido dinheiro, mas que dele não se beneficiara: “Meus jornalistas devoraram todos os meus fundos secretos e demandam mais. Se eu recuso satisfazer seus apetites, estes glutões são capazes de me abandonar para ir jantar em algum lugar [...]”¹⁶⁵

A companhia do canal ofertava a alguns jornais, dirigidos por parlamentares, valores de publicidade desproporcionais a suas tiragens – eis a acusação de uma parte da imprensa. O tom crítico não era, porém, unanimidade. *L'Intransigent* e *Le Petit Parisien* encontraram, no periódico *Des Debats*¹⁶⁶, uma voz dissonante, pois este partilhava de outra avaliação: “Como duvidar, que o governo tenha tido razões graves para fazer o que fez? Em todo caso, ele tem mostrado vigor próprio para suscitar confiança aos mais exigentes [...]”¹⁶⁷

O deputado Georges Clemenceau foi questionado, em 1892, sobre o episódio do Panamá. O primeiro ataque surgiu de Gaston Calmette, em dezembro de 1892, através de um artigo publicado no *Le Figaro*. O texto era uma provocação sobre um encontro, à véspera da morte de Jacques de Reinach, entre Clemenceau, Maurice Rouvier e Cornélius Herz.

O que podemos dizer [...] é que ele estava intimamente ligado às negociações que M. Jacques de Reinach estava encarregado de estabelecer com o parlamento [...]. Em 19 de novembro, véspera da morte, o barão Reinach passou a maior parte de sua jornada com M. Cornélius Herz, M. Clemenceau, que acompanhava M. Rouvier [...]. Por que estas conferências supremas? Por que estas discussões de que se fala? Quais são as causas misteriosas desta partida repentina?¹⁶⁸

¹⁶⁵ *Mes journalistes ont déjà dévoré tous mes fonds secrets et ils en redemandent. Ce sont des goinfres très capables de me lâcher pour aller dîner ailleurs, si je refuse de donner : satisfaction à leur appétit. (ROCHEFORT, 1892)*

¹⁶⁶ *(Bulletin du jour, 1982)*

¹⁶⁷ *Comment douter, que le gouvernement ait eu des raisons graves pour faire ce qu'il a fait ? En tout cas, il a montré que vigueur propre à inspirer confiance aux plus exigeants [...]. (Bulletin du jour, 1982)*

¹⁶⁸ *Ce que l'on peut dire, parce que ces détails sont connus de tous, c'est qu'il a été intimement lié aux négociations que M. Jacques de Reinach était chargé de nouer dans le Parlement [...]. Le 19 novembre, veille de la mort, le baron de Reinach a passé la majeure partie de sa journée avec M. Cornélius Herz et, M. Clémenceau, qu'accompagnait M. Rouvier [...]. Pourquoi ces conférences*

Era uma disputa política na qual a imprensa desempenhava um papel estratégico. O boulangista Maurice Barrès, o jornal antissemita *La Libre Parole*, *Le Petit Journal* de Ernest Judet, todos faziam um esforço para associar Clemenceau à Herz: "O doutor Herz, em seguida, comandou *La Justice* dirigido por M. o deputado Clemenceau. Em 26 de fevereiro, M. Clemenceau lhe cedeu a metade de suas ações quitadas com pagamentos antecipados [...]"¹⁶⁹ A intenção do grupo liderado por M. Judet era propiciar a abertura de processo contra Clemenceau, mas a fragilidade das provas frustrou a iniciativa, não sem deixar a imagem de Clemenceau desgastada.

Após a denúncia de corrupção oferecida por *La Libre Parole* a uma centena de deputados, supostamente 'comprados' pela empresa de Ferdinand de Lesseps, a polêmica estava instalada simultaneamente no judiciário e no parlamento (nesse o 'negócio de Panamá' foi objeto de duas comissões de inquérito). A imprensa firmava-se como uma caixa de ressonância, um espaço onde os fatos ganhavam amplitude desproporcional. O resultado podia ser visto nas ruas com a proliferação de folhetos, cartazes e canções de café.¹⁷⁰

Assim, se quer acreditar em mim:
 Não precisamos mais de grrrgrandes frrranceses!
 Quando o país votar,
 Saberá pôr em quarentena
 Todos os vendidos do Panamá.¹⁷¹

A política e os periódicos possuíam mútua dependência, o jornalismo se fazia militante e partidário. Em cenário definido e claro, estavam, de um lado, os governistas e, de outro, a oposição e seus estratégicos jornais. Atuavam como organizadores e defensores dos interesses de determinado projeto político, viabilizando disputas ideológicas. O esclarecimento do experimentado deputado radical M. Andrieux é exemplar, suas razões para divulgar a lista de parlamentares que haviam sido corrompidos no órgão boulangista, *La Libre Parole*, evidenciam interesses:

suprêmes ? Pourquoi ces discussions dont on parle ? Quelles sont les causes mystérieuses de ce départ soudain ? (CALMETTE, 1892)

¹⁶⁹ *Le docteur Herz commandita ensuite La Justice dirigée par M. le député Clémenceau. Le 26 février 1883, M. Clémenceau lui céda la moitié de ses actions libérées en paiement des avances [...]"* (*Le procès du Panama - Un peu de lumière*, 1892)

¹⁷⁰ (MOLLIER, 1991)

¹⁷¹ (MOLLIER, 2009, p. 186)

Quanto a mim, eu não dissimulo que encontrei um interesse político [...]. Não é um mistério para ninguém que sou o adversário de uma fração do Partido Republicano [...] (após derrotar Boulanger) tentei atingi-los e quando me ofereceram armas, não me preocupei muito em saber de onde elas vinham nem a pureza da fonte: eu as tomei.¹⁷²

O Panamá proporcionava certa ideia de revanche por ofertar a segmentos derrotados em um passado recente a possibilidade de se reorganizarem: "Apesar das solicitações do general Boulanger, M. Cornélius Herz não quis segui-lo na campanha boulangista. Hoje ele paga por isso [...]"¹⁷³

Os recursos de persuasão foram utilizados pelos jornais de oposição em um fluxo contínuo de informações, com o objetivo de transferir para a população uma imagem negativa de Cornélius Herz. Depois de atingir esse objetivo, fazia-se necessário vincular essa imagem ao governo e à sua base parlamentar. *Le Petit Journal*¹⁷⁴ foi habilidoso e insistente na tarefa: "[...] no começo de seus empreendimentos, seu primeiro associado foi precisamente seu vizinho, M. Adrien Hébrard, diretor do *Le Temps*, senador, um dos espíritos mais perspicazes e um dos mais importantes do Partido Republicano."¹⁷⁵

Como jornalista, senador de centro-esquerda e presidente do Sindicato da Imprensa Parisiense, M. Hébrard era uma autoridade incontestada no universo da comunicação. O diretor do *Le Temps* renunciou à carreira política em favor do jornalismo. Discreto, raros foram seus pronunciamentos. Em três de julho de 1880, seu engajamento fez história, quando propôs, em grande estilo, a lei de anistia aos condenados da Comuna de Paris.¹⁷⁶

*Le Temps*¹⁷⁷ não hesitou em evidenciar os interesses que estavam postos de forma oculta na bandeira da improbidade: "o Panamá era somente o pretexto, tratava-se, acima de tudo, de atacar o governo, o parlamento e, por consequência, a

¹⁷² *Ce n'est un mystère pour personne que je suis l'adversaire d'une fraction du parti républicain [...] (après sa victoire contre Boulanger) j'ai cherché à l'atteindre, et lorsqu'on m'a offert des armes, je ne me suis pas préoccupé autrement de savoir d'où elles venaient ni de la pureté de la source : je les ai prises. (Enquête de Panama - Rapport Général, 1893, p. 18). (VALLÉ, 1893)*

¹⁷³ *Malgré les sollicitations du général Boulanger, M. Cornélius Herz n'a pas voulu le suivre dans la campagne boulangiste. Il le paie aujourd'hui. (BARRÉS, S/D, p. 149)*

¹⁷⁴ *(Le procès du Panama - Un peu de lumière, 1892)*

¹⁷⁵ *"Son premier associé dans les entreprises du début fut précisément son voisin, M. Adrien Hébrard, directeur du Temps, sénateur, l'un des esprits les plus déliés et les plus larges du Parti Républicain" (1892)*

¹⁷⁶ *Disponível em: http://www.senat.fr/senateur-3eme-republique/hebrard_adrien0092r3.html*

¹⁷⁷ *(Bulletin du jour, 1892)*

república, a fim de se associar à bandeira monarquista [...]”¹⁷⁸ Um cenário de manipulação política que habilmente Émile Zola soube julgar:

Que nos recordemos por quais delações, por quais abomináveis mexericos, por quais publicações de peças falsas ou roubadas, a imprensa imunda fez do Panamá uma úlcera que consumiu e debilitou o país durante anos. Ela tinha enlouquecido a opinião; toda a nação pervertida, embriagada de veneno, tinha um acesso de cólera, exigia contas, demandava a execução em massa do Parlamento [...].¹⁷⁹

Como resume H. Arendt¹⁸⁰, o escândalo revelou o emaranhamento não só do mundo parlamentar e das empresas, mas também e sobretudo, de intermediários entre a iniciativa privada e os dispositivos do Estado.

¹⁷⁸ "le Panama n'était que le prétexte et qu'il s'agissait, avant tout, d'attaquer le gouvernement, le Parlement et, par conséquent, la République, afin de rallier au drapeau monarchiste [...]" (Bulletin du jour, 1892).

¹⁷⁹ Qu'on se souvienne par quelles délations, par quels abominables commérages, par quelles publications de pièces fausses ou volées, la presse immonde a fait du Panama un ulcère affreux qui a rongé et débilité les pays pendant des années. Elle avait affolé l'opinion ; toute la nation pervertie, ivre du poison, voyait rouge, exigeait des comptes, demandait l'exécution en masse du Parlement [...]. (ZOLA, 1999, p. 90).

¹⁸⁰ (ARENDR, 2016)

*SEGUNDA PARTE: L'AFFAIRE DREYFUS: O PROCESSO E A
ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DE ÉMILE ZOLA*



Figura 14: Reprodução jornal *L'Aurore* - Bnf

L'AFFAIRE DREYFUS

O processo: crime de alta traição

O episódio Dreyfus foi um acontecimento marcante na república francesa, um acontecimento que esteve inserido em contexto político-econômico de grandes embates, aglutinando diversas forças políticas: revolucionárias, progressistas e também conservadoras. As discussões pautaram-se em valores éticos fundamentais – justiça, verdade – e foram instrumentalizadas pela imprensa.

Na ocasião, organizou-se, em um campo político, aquilo que foi denominado 'os intelectuais'. O uso corrente desse vocábulo, sob a forma substantivada, pode ser relacionado – na cultura francesa, no espaço e no tempo – ao episódio Dreyfus, explicam Sirinelli e Ory¹⁸¹. Esses autores consideram, como ocasião de seu batismo, a divulgação da carta de Émile Zola dirigida ao presidente da república Félix Faure, publicada pelo jornal *L'Aurore Littéraire, artistique, sociale*, em 13 de janeiro de 1898. O título de intelectual foi visto pelos anti-Dreyfus como pejorativo e pelos partidários de Dreyfus, como elogioso, sintetizando para estes últimos que a ação, na arena pública, justifica-se pela ética e ação racional, não pelas considerações políticas.

Pode-se pensar o episódio Dreyfus como um corriqueiro caso de espionagem, o qual poderia ser tratado em segredo e sem nenhuma consequência, se não fosse, desde seu início, seriamente impregnado por um sentimento antissemita. Sob o olhar das autoridades, o acusado possuía a vantagem de ser judeu, razão que levou o processo a ser influenciado tanto por inverdades, afirmadas pelo Coronel Henry, como por crimes cometidos pelo estado-maior do exército e pelo Ministério da Guerra, através da atuação do general Mercier.

Alfred Dreyfus, em dezembro de 1894, foi conduzido ao Conselho de Guerra,

¹⁸¹ (2002)

condenado à degradação e ao exílio forçado. A base da acusação apoiava-se em um dossiê secreto, ao qual somente os juízes militares tiveram acesso. Em 5 de janeiro de 1895, em ato público, no pátio de *L'École Militaire*, Dreyfus foi degradado e, no mês seguinte, deportado à Guiana Francesa, sendo aprisionado na Ilha do Diabo, onde permaneceu por cinco anos.

Perfil de Alfred Dreyfus

Alfred Dreyfus nasceu, em 9 de outubro de 1859, em Mulhouse,¹⁸² foi o nono filho do casal Raphaël Dreyfus e Jeannette Libmann. A família Dreyfus teve, de uma geração para outra, uma eficiente ascensão social. Com a morte de Raphaël, os herdeiros partilharam uma herança de 800.000 francos, cuja essência era uma sociedade anônima de fiação e tecelagem de algodão, empresa formada por Raphaël Dreyfus com patrocínio de banqueiros de Basileia (Suíça) e do fornecedor de máquinas André Kœchlin. Desde então, o controle acionário da empresa passou a ser da família e o conselho de administração da S.A. ficou sob a responsabilidade de Jacques, Leon e Mathieu, irmãos de Alfred Dreyfus.

Raphaël Dreyfus, com o objetivo de evitar que os filhos menores, Mathieu e Alfred, fossem convocados a servir o exército alemão, os transferiu, em 1872, para a Basileia (Suíça). O casal Dreyfus, o primogênito Jacques, Léon, as irmãs Louise e Rachel ficaram em Mulhouse. A irmã mais velha de Alfred Dreyfus, Henriette, espécie de segunda mãe para ele, casara-se um pouco antes em Carpentras.¹⁸³

Após um ano, Mathieu e Alfred deixaram a Suíça e retornaram à França, para dar continuidade, em Paris, a seus estudos. Em 1874, no entanto, Mathieu, foi servir o exército francês e, depois, continuou seu destino junto aos negócios da família. Alfred seguiu para Carpentras, onde morou com a irmã. Depois se transferiu com Henriette para Grenoble. O encorajamento de Henriette foi crucial para que ele seguisse a carreira militar. Alfred destacava-se em matemática, característica que o conduzia naturalmente à Escola Politécnica.¹⁸⁴ As forças armadas representavam para os judeus franceses, cidadãos desde a Revolução Francesa, patriotas e

¹⁸² Cidade francesa situa-se a aproximadamente 30 km ao norte de Basileia, na Suíça, a 15 km da fronteira franco-alemã e a 120 km ao sul de Estrasburgo. Mulhouse é a maior comuna do departamento Haut-Rhin e constitui um centro industrial, com importante função no ramo da pesquisa científica (universidade, escolas superiores de química e engenharia têxtil).

¹⁸³ (DREYFUS, 1995)

¹⁸⁴ (DREYFUS, 1995)

frequentemente laicos, uma via de excelência republicana e uma maneira elevada de servir a república.¹⁸⁵

Alfred Dreyfus tinha 21 de idade quando ingressou na Escola de Aplicação *Fontainebleau*. Nela permaneceu durante dois anos, obtendo boas notas. No início de outubro de 1882, foi designado tenente para 31º regimento de artilharia, aquartelado em *Le Mans*. Em 1883, foi escalado para a bateria montada da primeira divisão de cavalaria em Paris. Nas avaliações que recebeu, é descrito como inteligente, zeloso, consciencioso e muito ativo. Nos anos seguintes, Alfred continuou a obter excelentes avaliações, decidindo, em 1888, preparar-se para a Escola de Guerra. Foi nomeado, em 1889, capitão do regimento 21º artilharia.¹⁸⁶

Na capital francesa, Alfred Dreyfus conheceu Lucie Hadamard, uma jovem judia, filha de um negociante de diamantes. Seduzida pelo oficial de futuro promissor, Lucie casou-se com Dreyfus, no mesmo ano em que este ingressou na Escola de Guerra. Nos dois anos e meio de Escola, Dreyfus trabalhou obstinadamente. Suas notas revelavam seu zelo e a satisfação de seus superiores tornava-se evidente. Com boa saúde, apesar de ser míope, revelava-se um ótimo oficial: caráter fácil; bem educado; ótima aparência; cultura geral extensa; boa cultura militar teórica; excelente montador; conhecimentos sólidos da língua alemã. Sua aptidão ao serviço do Estado Major manifestava-se pela maneira dedicada pela qual se relacionava com o trabalho. Dreyfus deixou a Escola, tendo obtido a nona posição entre 81 alunos. Seu desempenho garantiu-lhe um convite para estágio no estado-maior do exército.¹⁸⁷

Dreyfus, pai jovem e brilhante oficial, descreveu os primeiros anos que sucederam a seu casamento, como anos destinados à felicidade. A carreira militar facilmente abria-se para ele de forma luminosa; o futuro mostrava-se promissor. Após as jornadas de trabalho, ele encontrava o repouso e o encanto da vida familiar. Estavam todos felizes, sem preocupações materiais e com laços afetivos sólidos: a vida parecia lhe sorrir.¹⁸⁸

- Os judeus e as forças armadas

¹⁸⁵ (DUCLERT, 2006)

¹⁸⁶ Disponível em: <http://www.dreyfus.culture.fr/fr/dreyfus-et-les-siens/les-cheminements-d-une-famille-alsacienne/des-filateurs-prosperes.htm>

¹⁸⁷ (BREDIN, 1995)

¹⁸⁸ (*Cinq Années de Ma Vie*, 1901)

Bredin problematiza: será que Dreyfus percebe suas singularidades? Sua voz, mal colocada, podia parecer antipática. Era alsaciano e falava alemão, o que para alguns não era problema e para outros inspirava enormes desconfianças. Era filho de uma burguesia industrial, recente, rica e que não se escondia mais. Isso o diferenciava enormemente de grande parte de seus colegas que possuía recursos medíocres ou fortunas imobilizadas em casas ou terras. Para Bredin, a fortuna de Dreyfus poderia incomodar, por ser visível; poderia inquietar, por testemunhar a ascensão de uma nova burguesia, mas, acima de tudo, o que mais importunava era o fato de ele ser judeu¹⁸⁹.

Os oficiais judeus eram acusados de obstruir os caminhos do progresso, de povoar a Escola Politécnica, de ocupar o lugar dos oficiais católicos e de preparar o caminho para a traição – julgamentos alimentados por uma imprensa antissemítica. O periódico *La Libre Parole* desencadeou uma furiosa campanha contra a presença de oficiais judeus no exército. Em nome de cerca de trezentos oficiais israelitas que pertenciam ao exército francês, o capitão Ernest Crémieu-Foa desafiou Édouard Drumont para um duelo, tentando reparação. Em 1892, houve diversos duelos entre oficiais judeus e antissemítas. Em um deles, o Marquês de Morés, oficial demissionário e próximo de Drumont, matou o capitão Mayer.

“Quem não sentiu o drama deste pobre capitão Mayer que encontrou a morte?”¹⁹⁰ Drumont, no *La Libre Parole*, ao comentar a morte do capitão, registrou sua tristeza, entretanto não deixou de justificar o tenso contexto das forças armadas:

Durante quinze anos, *La Lanterne* tinha arrastado para a lama nossos oficiais franceses, culpados somente de ir à missa, chamando-os, a cada manhã, de “clérifards”, “Pierrots de igreja”, “polichinelo de sacristia”. Escravos da disciplina, os infelizes oficiais estavam obrigados a tudo suportar.¹⁹¹

¹⁸⁹ (1995)

¹⁹⁰ Qui n'a présent à l'esprit le drame dans lequel trouva la mort ce pauvre capitaine Mayer ?

¹⁹¹ Pendant quinze ans, *La Lanterne* avait trainé dans la boue nos officiers français coupables seulement d'aller à la messe, elle les appelait chaque matin "Cléricafards, Pierrots d'église, Polichinelles de sacristien ". Esclaves de la discipline, les malheureux officiers étaient obligés de tout subir.

Em 23 de junho de 1892, em Paris, o oficial judeu Armand Mayer (1857-1892) teve sua vida interrompida em um duelo com um dos mais notórios antissemitas da época, o marquês Amédée de Morès (1858-1896). Para choque e indignação de parte da sociedade francesa, o desfecho foi trágico: a morte do jovem capitão. Filho de um rabino, Mayer gozava de prestígio. Ele era tido como competente republicano e, sobretudo, um cidadão irrepreensível. Muito estimado em Paris, sua morte causou considerável comoção para além do círculo israelita.¹⁹² As palavras de Drumont iluminam este cenário e tentam justificar o injustificável:

[...]. Sabemos o restante. O Capitão Mayer tomba, em um combate nobre, pela defesa de raça. É sempre assim: os inocentes pagam pelos culpados [...]. Experimentei de minha parte uma profunda tristeza com este acontecimento, visto que não tenho *Peau-Rouge*: sou sensível e bom, e é somente a raiva da opressão que tem me tornado violento pela defesa de meu direito e tem me ensinado a ser grosseiro quando necessário.¹⁹³

O borderô: documento verdadeiro, mas prova falsa

O único documento acusador de Dreyfus ficou conhecido como 'borderô', texto informativo endereçado ao coronel Maximilien Von Schwartzkoppen (1850-1917), adido militar alemão que dirigia o serviço secreto de espionagem.¹⁹⁴ A correspondência anunciava o envio de diversos documentos relativos às forças armadas. Esta correspondência em forma de relatório foi o ponto de partida do episódio Dreyfus.¹⁹⁵

Desde dezembro de 1893, o general Mercier (1833-1921) passou a ser o titular do Ministério da Guerra. Ex-aluno da Escola Politécnica, havia feito uma carreira lenta. Construíra, porém, reputação de oficial inteligente e moderado. Passava por republicano e até mesmo ser aberto às ideias liberais, algo incomum em seu meio.. Era um homem alto, muito magro, reservado, severo. Mantinha sempre os olhos meio fechados e o sorriso um pouco forçado. Falava pouco, era cortês, muito enérgico e dotado de memória admirável. Sua nomeação para o

¹⁹² (DUCLERT, 2006)

¹⁹³ *On sait le reste. Le capitaine Mayer tomba, dans un combat royal, pour a défense de sa race. C'est toujours ainsi : les innocents payent pour les coupables [...].*

J'éprouvais, pour ma part, une profonde tristesse de cet événement, car j' n'ai rien d'une Peau-Rouge : Je suis né sensible et bon, et C'est la haine seule de l'oppression qui m'a rendu violent pour la défense de mon droit et qui m'a appris à être grossier quand il le faut. (DRUMONT, p. 13-14)

¹⁹⁴ (REINACH, 1901, *Histoire de l'affaire Dreyfus*, vol. 7, p.235)

¹⁹⁵ (BREDIN, 1995)

Ministério da Guerra, no governo de Jean Camisir-Perier (1847-1907)¹⁹⁶, fora bem acolhida pelo corpo dos oficiais.¹⁹⁷ Contudo, segundo Reinach, a postura e os atos de Auguste Mércier sinalizavam uma transformação: “Há algum tempo, uma mudança revelava-se nele. Ele decidia sobre tudo, seco, altivo, com uma presunção provocante e infalível [...]” Ainda, na avaliação de Reinach, “Nada pior que uma ambição que vem tardiamente, após uma primeira carreira, lenta e difícil”.¹⁹⁸

No fim de setembro de 1894, o general Mércier foi avisado que a seção de estatística interceptara um documento de grande relevância, com origem na embaixada da Alemanha. O documento lhe foi entregue imediatamente. Tratava-se do famoso relatório do qual veio a nascer o episódio Dreyfus. O borderô informava:

Senhor, embora sem notícias que deem mostras de que me quereis ver, eu vos envio, contudo, algumas informações interessantes:

- 1º uma nota sobre o freio hidráulico de canhão 120 e sobre o respectivo desempenho;
- 2º uma nota sobre as tropas encarregadas da cobertura (o novo plano fará algumas modificações);
- 3º uma nota sobre as modificações nas formações da artilharia ;
- 4º uma nota relativa a Madagascar;
- 5º o projeto do Manual de Tiro da Artilharia em campanha (14 de março de 1894).

Este último documento é extremamente difícil de ser encontrado e só pude tê-lo à minha disposição por alguns dias. O Ministério da Guerra enviou-o a um número determinado de corpos do exército, sendo estes corpos responsáveis pelo documento. Cada oficial que o recebia devia devolvê-lo depois das manobras. Se, no entanto, quiserdes pegar somente o que interessa e depois deixá-lo à minha disposição, irei buscá-lo. A menos que desejais que o copie *in extenso* e o vos envie. Vou partir para as manobras¹⁹⁹.

A emoção de Mercier ao ler o documento, escreve Reinach, foi imensa bem como sua irritação. A carta missiva, desde a primeira frase, indicava um tráfico de informações já antigo, uma traição que, após um período de interrupção, estava sendo retomada voluntariamente por seu autor. O traidor, desta vez, era incontestavelmente um oficial e, rapidamente, surgia a concepção de que ele pertencia ao ministério. A ideia fixa da existência de um traidor revelava-se quase como uma neurose e ancorava-se na mente de Mercier que se exasperava na

¹⁹⁶ *Presidente da república francesa de 27 de junho de 1894 a 16 de janeiro de 1895, data de sua demissão.*

¹⁹⁷ (REINACH, 1901, p. 1-2)

¹⁹⁸ *Depuis quelque temps, un changement paraissait en lui. Il tranchait de tout, sec, hautain, d'une infatuation provocante, infaillible [...]. Point de pire ambition que celle qui vient sur le tard, après une première carrière, lent et difficile.* (REINACH, 1901, p. 1-2)

¹⁹⁹ (BREDIN, 1995, p. 62)

própria obscuridade, esclarece Reinach.²⁰⁰ No percurso de sua cólera, Mercier interrogou: “O quê! Para que serve este custoso escritório? Que faz o general Gonse, subchefe do estado-maior, que está diretamente sob suas ordens? E o próprio Boisdeffre?”²⁰¹ O ministro, mais do que todos, deu-se conta do quanto sua situação política e militar era precária. Temia que a imprensa e o parlamento fossem convocados e imputassem a ele a responsabilidade por uma eventual negligência.

Custe o que custar – Você compreende, Gonse! E você, Boisdeffre! – é necessário descobrir o traidor. O círculo de investigação é pequeno, está circunscrito ao estado-maior. Procurem, encontrem!²⁰²

Esse se tornou um dos motivos para que as buscas pelo traidor se iniciassem. A procura durou exatamente três dias. Em 26 de setembro, o general Renouard, substituindo o chefe do estado-maior, mostrou o borderô a chefes de diferentes escritórios e serviços. Todos esses oficiais declararam que a escritura não lhes recordava nada. Sandherr solicitou a Tomps, seu fiel agente a serviço do ministério, que fotografasse a peça. Em seguida, M. Renouard distribuiu as reproduções fotográficas aos chefes de vários escritórios, orientando a compararem a escritura do borderô com a dos oficiais que estavam sob suas ordens. Os oficiais assim o fizeram, porém não se observou nenhuma semelhança que os autorizasse a menor suposição.²⁰³

Até a data de 28 de setembro, a questão do borderô, que fora chamado de carta missiva, era conhecida somente pelos grandes chefes e por alguns oficiais. A partir do momento em que a questão expandiu-se, a emoção foi extrema. Tal como os grandes chefes, os subordinados não tinham dúvidas de que se tratava de uma traição e que o traidor estava no estado-maior, seria, portanto, um deles. Boisdeffre, à frente do estado-maior, pressionava o diretor da artilharia, o qual, depois de numerosas comparações entre escrituras, nada concluiu. Todas as pesquisas foram em vão.²⁰⁴

²⁰⁰ (*ibid.*, p. 39)

²⁰¹ *Quoi ! À quoi sert ce coûteux office ? Que fait le général Gonse, sous-chef d'État-Major, qui l'a directement sous ses ordres ? Et Boisdeffre lui-même ? (Ibid., p. 39)*

²⁰² *A tout prix, - vous l'entendez, Gonse ! Et vous, Boisdeffre ! – il faut découvrir le traître. Le cercle des recherches est petit, circonscrit à l'État-Major. Cherchez, trouvez ! (Ibid., p. 39)*

²⁰³ (*ibid.*, p. 53)

²⁰⁴ (*ibid.*, p. 54)

A necessidade de um culpado

No início de outubro, quando as pistas haviam se esgotado, o tenente-coronel d'Aboville, que retornava ao ministério depois de uma licença, mudou o rumo das investigações. Na sala de seu chefe, o coronel Fabre, d'Aboville afirmou, ao examinar atentamente a fotocópia do relatório, que se ele fosse encarregado de encontrar o culpado, o faria facilmente. De que maneira o faria, interrogou o coronel Fabre. D'Aboville ressaltou que a variedade das informações registradas no relatório mostrava, incontestavelmente, que o culpado passara pelas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª seções do ministério. Isso só era possível aos estagiários, ou seja, aos oficiais do estado-maior recém-diplomados, pois, antes de serem nomeados, eles passavam alguns meses em cada uma das seções. O coronel Fabre os conhecia pessoalmente. Alfred Dreyfus estava entre eles. Fora o próprio coronel que, no segundo semestre de 1893, dera um parecer desfavorável a Dreyfus: "Oficial incompleto, muito inteligente e bem dotado, mas pretensioso, não atendendo, sob o ponto de vista do caráter, da consciência e do modo de servir, as condições necessárias para exercer alguma função no estado-maior do exército."²⁰⁵

Esse oficial incompleto chamou a atenção do Coronel Fabre e do tenente-coronel d'Aboville que ficaram felizes por terem uma pista a seguir. Segundo as informações que obtiveram sobre Dreyfus, este era um judeu apátrida: uma parte de sua família ficara na Alsácia anexada. Precisavam somente de uma amostra de sua letra como prova e isso foi facilmente encontrado. Ao compararem um formulário preenchido por Dreyfus, a semelhança os impressionou. Haviam encontrado o culpado, mas ainda faltava um detalhe para os dois oficiais. O autor do relatório afirmava que viajaria em manobras. Viajara Dreyfus, recentemente, em manobras? Verificaram que não. Nenhum estagiário do estado-maior viajara, nem iria viajar para manobras. Entretanto, os oficiais estavam convencidos. Encontraram então a pista de uma viagem do estado-maior para o leste, no mês de julho, na qual Dreyfus tomara parte. Isso bastava para eles.²⁰⁶

²⁰⁵ Officier incomplet, très intelligent et très bien doué, mais prétentieux, et ne remplissant pas, au point de vue du caractère, de la conscience et de la manière de servir, les conditions nécessaires pour être employé à l'état-major de l'armée. (REINACH, 1901, p. 58)

²⁰⁶ (BREDIN, 1995)

Joseph Reinach²⁰⁷, citando o advogado Fernand Labori²⁰⁸, esclarece que “desde a primeira hora, opera-se um fenômeno que dominará todo o episódio. Não são os fatos controlados, as coisas examinadas com atenção, que formam a convicção; é a convicção preestabelecida, soberana, irresistível, que deforma os fatos e as coisas.”²⁰⁹

A explicação oficial do Ministério da Guerra sobre como o relatório chegara à seção de estatística era a de que o documento fora encontrado, na cesta de lixo de M. Maxilien von Schwartkoppen, por Mme Bastian, uma agente secreta, que se fazia passar por doméstica na embaixada da Alemanha. Fora ela quem levava o documento ao comandante Hubert-Joseph Henry (1846-1898). O relatório fazia parte de uma entrega de diversos documentos, que foram imediatamente reconstituídos e estudados. Pelo percurso normal de tramitação, ele chegara às mãos do comandante Henry. Não são poucos os historiadores que se recusam a admitir esta tese, vista como simples e até mesmo simplista, observa Bredin.²¹⁰

Reinach, em *Histoire de l'affaire Dreyfus* (1901), assegura que o relatório teria sido roubado do alojamento do porteiro da embaixada da Alemanha pelo agente de contraespionagem Brücker. Este teria apanhado a carta, que havia sido despachada pelo correio, no escaninho de M. Schwartzkoppen, quando o adido da embaixada alemã estava em licença em Berlim. Tal tese parece ter sido a do próprio Dreyfus:

A chegada do borderô ao ministério: ele teria chegado através de Brücker em vez da ‘via ordinária’, quer dizer, pela mulher de Bastian. O fato pode ser verdadeiro, mas não está estabelecido autenticamente.²¹¹

- Alfred Dreyfus: o traidor

A situação de Dreyfus agravou-se quando o coronel Fabre fez um relato ao subchefe do estado-maior, general Gonse, e este alertou o chefe dessa instituição, general Goisdeffre, de que, ao que tudo indicava, Alfred Dreyfus parecia ser culpado.

²⁰⁷ (1901, p. 62)

²⁰⁸ Fernand Gustave Gaston Labori (1860 - 1917) foi advogado e defensor do anarquista Auguste Vaillant ; de Mme Dreyfus no processo de Esterhazy; de Émile Zola em 1898 ; de Alfred Dreyfus, no Conselho de Guerra, no Processo de Rennes (1899) onde foi vítima de uma tentativa de assassinato, em companhia de M. Charles Demange , também advogado de Dreyfus.

²⁰⁹ Dès cette première heure s'opère le phénomène qui va dominer toute l'affaire. Ce ne sont plus les faits contrôlés, les choses examinés avec soin, qui forment la conviction ; c'est la conviction préétablie, souveraine, irrésistible, qui déforme les faits et les choses. (REINACH, 1901, p. 62)

²¹⁰ (1995)

²¹¹ (DREYFUS, 1995, p. 320)

Goisdeffre, o qual conhecia e apreciava Dreyfus, solicitou reserva sobre assunto. Chamou para si a tarefa de avisar o ministro da guerra. Entretanto, Gonse convocou o coronel Sandherr, chefe do Serviço de Informações, um 'antisemita fanático', e o pôs a par da situação.²¹² À noite, uma dezena de oficiais graduados não só sabiam o que se passava como também estavam convencidos da culpabilidade de Dreyfus.²¹³ Boisdeffre, Gonse, Sandherr, d'Aboville, Fabre e A. du Paty Clam estavam seguros e perguntavam-se como não haviam pensado nisso antes.

A semana entre a suposta descoberta do culpado e a prisão de Dreyfus foi muito agitada. Como a embaixada da Alemanha estava envolvida, o episódio transformou-se, imediatamente, em um problema de Estado. O general Mercier tomou providências. Consultou a mais alta autoridade militar do país, o generalíssimo Félix-Gustave Saussier (1828-1905), governador militar de Paris e, de fato senão de direito, comandante supremo das forças armadas francesas em tempos de guerra.

Saussier era um homem prudente, realista, que procurava sempre chegar a um acordo. Muito se falava de sua vida pessoal. Circulavam boatos, que este homem solteiro mantinha uma possível relação amorosa com a esposa do oficial judeu Maurice Weil.²¹⁴ Ao ser consultado, M. Saussier desaconselhou o ministro da guerra a prosseguir com o caso, afirmando que o exército não ganharia nada com a denúncia pública de um oficial colaborador da Alemanha.

Mesmo assim, Mercier, ao final de reunião do Conselho de Ministros, interrogou M. Eugène Guérin (1849-1929), ministro da justiça, sobre o nome de um perito em caligrafia. O nome sugerido foi o de Alfred Gobert. Convocado pessoalmente, M. Gobert compareceu ao ministério.

Na sequência, M. Mercier solicitou uma entrevista ao presidente da república, Casimir-Perier, com objetivo de colocá-lo a par do assunto. O chefe de estado, em seu depoimento no processo Dreyfus²¹⁵, afirmou que o ministro da guerra esforçou-se para minimizar os fatos:

²¹² (REINACH, 1901)

²¹³ (BREDIN, 1995)

²¹⁴ (THOMAS, 1961)

²¹⁵ Processo Rennes (cass., I, 328: Rennes, I, 61) (REINACH, 1901, p. 18)

O oficial suspeito não era estimado, os documentos, que tinham sido entregues, eram sem importância [...] Seria suficiente para reparar o mal tomar algumas medidas no Ministério da Guerra.²¹⁶

O general da guerra advertiu o presidente do Conselho, Charles Dupuy, ambos acordaram agir com discrição. A quinta-feira, 11 outubro de 1894, foi para Alfred Dreyfus um dia-chave. No Ministério do Interior, um pequeno grupo composto pelo presidente do Conselho e pelos ministros da justiça, da guerra e dos negócios estrangeiros deliberou sobre a questão. A reunião do reduzido corpo deliberativo realizou-se dentro do previsto. O general Mercier informou a existência do borderô resgatado do cesto de lixo do adido militar alemão e entregue à seção de estatística. Esclareceu que, por ter sido rasgado em pedaços, fora reconstituído e, posteriormente, fotografado. Mercier informou ainda que fora possível, por intermédio de análise caligráfica, descobrir o traidor, contudo não declarou o nome. Ao concluir seu informe, o ministro da guerra pediu opiniões sobre o que fazer.²¹⁷

- Esforço para conciliação

O presidente do Conselho e o ministro da justiça examinaram as diferentes atitudes que poderiam ser tomadas. Não se decidiram por nenhuma delas. M. Gabriel Hanotaux (1853-1944), ministro dos negócios estrangeiros, teve coragem de tomar posição. De seu ponto de vista, qualquer incidente, por menor que fosse, deveria ser evitado.²¹⁸ O ministro destacou os riscos de se abrir um inquérito judicial fundamentado em um único documento, roubado da embaixada, em detrimento da lei, envolvendo, forçosamente, agentes diplomáticos razoavelmente dignos de crédito. Ele ainda ponderou sobre as dificuldades diplomáticas entre a França e a Alemanha.

- O plano em ação

M. Dupuy, presidente do Conselho, tentou construir um acordo, fazendo com que Mercier garantisse que abandonaria as diligências se não fossem descobertas outras provas além do relatório. Tal promessa, conforme Thomas²¹⁹, está na origem da organização do dossiê secreto. Preocupado o ministro dos negócios estrangeiros,

²¹⁶ *L'officier soupçonné n'était pas aimé, [...] les documents, qui avaient été livrés, étaient sans grande importance [...]. Il suffirait pour réparer le mal, de prendre quelques mesures au ministère de la guerre. (REINACH, 1901, p. 78)*

²¹⁷ (REINACH, 1901, p. 79)

²¹⁸ (BREDIN, 1995, p. 71)

²¹⁹ (THOMAS, 1961, p. 141)

nessa mesma noite, dirigiu-se à casa de Mercier para tentar dissuadi-lo. Hanotaux argumentou, sem êxito. O general, ministro da guerra, contra-argumentou, citando a lei e o risco de escândalo, uma vez que os oficiais que tinham conhecimento poderiam vaziar as informações. Um cenário parecia estar sendo meticulosamente construído para envolver as instituições francesas, a partir de uma decisão individual. Para Bredin, M. Mercier já havia se decidido pela prisão do capitão Dreyfus e tomava para si as providências necessárias.²²⁰

Nenhuma pressão deveria interromper nem mesmo retardar o plano. O general Mercier enviou M. Nicolas Auguste Sandherr (1846-1897), M. Henry e M. Armand du Paty de Clam (1853-1916) ao chefe de polícia Lépine, para certificar-se da colaboração deste último. O perito Gobert, convocado em caráter de urgência, ao chegar ao Ministério da Guerra, encontrou uma espécie de tribunal de oficiais, ocupado em examinar as semelhanças da caligrafia. Todos tratavam de transmitir suas entusiásticas e unânimes convicções da culpabilidade de Alfred Dreyfus. Gobert, que desconhecia o nome do suposto culpado, tinha levado os elementos para análise. O ministro, sem aguardar o resultado da perícia, pediu ao chefe de polícia a opinião de outro perito, pois temia pelos escrúpulos de Gobert. O chefe do serviço de identidade judiciária da chefatura de polícia, Alphonso Bertillon²²¹, foi então convidado a emitir seu parecer, sem esperar o resultado da perícia de M. Gobert.

No mesmo dia 12 de outubro de 1894, à noite, o general Boisdeffre convocou o comandante A. du Paty Clam e anunciou-lhe que seria designado oficial da polícia judiciária para proceder à prisão de Alfred Dreyfus. Apesar de sua resistência e de seu pressentimento do que aconteceria no futuro, M. Paty de Clam executou sua missão com zelo.

²²⁰ (1995)

²²¹ Inventor da antropologia métrica, método que tinha como objetivo classificar os sinais físicos das pessoas detidas, relacionando-os em uma lista (BREDIN, 1995, p. 72)

- A perícia técnica

Gobert apresentou suas conclusões: as duas letras eram do mesmo tipo gráfico, entretanto apresentavam diferenças importantes que deveriam ser levadas em conta:

Devo ressaltar que o documento em questão não foi escrito com uma letra disfarçada, mas bem ao contrário, de uma maneira natural, normal e muito rápida; esse último detalhe exclui a possibilidade de uma dissimulação ou de um disfarce gráfico.²²²

O relatório poderia ser de outra pessoa que não o suspeito. O general Mercier convocou, na mesma noite, Bertillon para que fornecesse o resultado bem-aventurado de seu trabalho técnico:

[...] se excluimos a hipótese de um documento forjado com muito cuidado, está bem claro para nós que foi a mesma pessoa que escreveu os documentos que nos foram trazidos e o documento incriminador.²²³

Como Bertillon era um perito notável, sua opinião representava um salvo conduto. Restava somente detalhar o projeto traçado pelo general Mercier. A tarefa foi executada por M. du Paty de Clam. Ele organizou e aprovou, no grupo, o roteiro: o culpado seria convidado a comparecer no Ministério da Guerra sob o pretexto de inspeção geral. Com o objetivo de facilitar sua estada na prisão, seria recomendado que viesse em trajes civis; seria preparado minuciosamente um texto para ser ditado, o qual, por conter as mesmas palavras do borderô, conduziria o culpado a confessar o crime. O comandante Henry estaria escondido atrás de uma cortina e um espelho refletiria a imagem de Dreyfus, para que três pessoas testemunhassem o rosto do traidor. Assim, o capitão Dreyfus seria pego, através de um plano não somente delirante como também absurdo.²²⁴

A prisão do capitão Dreyfus

Durante o domingo, 14 de outubro, enquanto Alfred Dreyfus passava, alegremente, com a esposa e os filhos, suas últimas horas em liberdade; acontecia uma grande agitação. Um bilhete fora entregue ao comandante Forzinetti, diretor da prisão do Cherche-Midi, informando-o de que, no dia seguinte, 15 de outubro, um

²²² (BREDIN, 1995, p. 73)

²²³ (BREDIN, 1995, p. 73)

²²⁴ (BREDIN, 1995)

oficial superior ligado ao estado-maior geral do exército se apresentaria para lhe fazer uma comunicação. Foi o tenente-coronel d'Aboville quem teve de cumprir a missão de preparar as condições de encarceramento de Dreyfus, expedindo uma ordem expressa de sigilo absoluto.²²⁵

O roteiro foi revisto muitas vezes, especulou-se sobre as possíveis reações de Dreyfus. Du Paty perguntou: – E se ele preferir morrer? Após um período de silêncio, o ministro inclinou a cabeça e disse: – Sim. Ficou acertado, portanto, que o revólver da ordenança, carregado com uma bala, seria colocado próximo a Dreyfus, com o objetivo de que ele pudesse fazer justiça a si mesmo, se assim o desejasse. Atitude que, segundo o julgamento de Cochefert²²⁶, o único civil presente, estaria de acordo com as tradições de honra do exército.²²⁷

O plano executado envolveu e dividiu os personagens em várias atuações. Converter Alfred Dreyfus em um traidor foi o que juntos haviam planejado e o que juntos executariam. Uma espécie de pacto inconsciente firmava-se, o qual os uniria a partir daquele momento.

Na segunda-feira, 15 de outubro de 1894, às 9 horas da manhã, o capitão Dreyfus foi surpreso pela convocação inusitada. Apresentou-se ao Ministério da Guerra comparecendo à sala do chefe do estado-maior. Du Paty, o qual alegou estar com a mão enfaixada, ao demandar que Dreyfus escrevesse, em seu lugar, uma carta na qual constavam algumas palavras do borderô. Era a famosa cena do 'ditado'. Dreyfus tremia ligeiramente em função do frio que sentia nas mãos. Os oficiais viram nisso uma confissão e o prenderam. Durante alguns minutos, deixaram-no só na sala com um revólver à vista, porém o suicídio não estava nos planos do capitão. Sem nada compreender foi conduzido secretamente à prisão Cherche-Midi.²²⁸

Na residência de Dreyfus, sem nada revelar à esposa do capitão, foram realizadas buscas, durante as quais foi encontrada uma carta de seu irmão (*lettre du buvard*). Com esta carta, *lettre du buvard*, Bertillon construiu sua teoria de decalque do borderô: Dreyfus, sabedor da vigia à qual estava submetido, teria, para escrever o borderô, utilizado um gabarito composto de sua escritura associada à de seu

²²⁵ (REINACH, 1901, p. 93)

²²⁶ *Commissaire aux délégations, puis chef de la Sureté* (REINACH, 1901, Vol. 7, p. 54)

²²⁷ (REINACH, 1901, p. 102)

²²⁸ (DUCLERT, 2006)

irmão. Esta teoria permitiria atribuir o borderô a Dreyfus, apesar do afastamento das duas escrituras. A densidade pseudocientífica da demonstração de Bertillon seduziu o estado-maior.²²⁹

A criação de um acontecimento

A informação sobre a prisão de Dreyfus chegara ao jornal *La Libre Parole*. As peritagens contraditórias começavam a abalar o moral de Du Paty e de todos que lutavam contra Dreyfus.²³⁰ O estado de saúde do capitão se agravava, segundo as palavras do diretor da prisão Cherche-Midi, M. Forzinetti:

Este oficial está em estado indescritível. Desde seu último interrogatório, [...], ele tem desmaios e frequentes alucinações, chora e ri alternadamente, não cessa de dizer que sente que seu cérebro desaparece. Ele protesta todo o tempo sua inocência [...]²³¹

Em 29 de outubro de 1894, *La Libre Parole* registrou a prisão de um oficial francês por razão de espionagem e exigiu posicionamento imediato das forças armadas sobre o fato.

Por uma estranha coincidência, quando a acusação parecia vacilar, a imprensa apoderou-se do episódio. Até 29 de outubro, nada havia sido publicado, nem sobre as investigações nem sobre a prisão de Alfred Dreyfus. Porém, neste dia, o jornal de Drumont publicou uma pequena nota provocadora:

É verdade que, recentemente, foi feita uma prisão importante por ordem das autoridades militares? O indivíduo preso seria acusado de espionagem. Se a notícia é verdadeira, por que as autoridades militares guardam silêncio absoluto? Uma resposta se impõe.²³²

²²⁹ *L'idée lui vint alors de superposer au mot intérêt de la lettre du buvard les mots adresse et quelques autres du bordereau ; et, comme la superposition des jambages réussit à peu près, comme la similitude des tracés lui paraît " dépasser ce que le hasard peut offrir dans ce genre d'observations", il s'empare du mot intérêt pour y faire aussitôt les plus étonnantes découvertes : "Régularité des pulsations, équidistance des lettres ; longueur du mot égale à 12 millimètres et demi, c'est-à-dire à celle du kilomètre sur la carte de l'État-Major, au Kutsch, et, en outre, au rayon de la pièce de 5 centimes." Donc, le mot intérêt est l'équation du rythme, la clef du système. Or, toutes ces observations, données comme exactes, sont encore fausses : les superpositions ne sont qu'approximatives, les " pulsations " du mot intérêt sont. (REINACH, 1901)*

²³⁰ (REINACH, 1901, p. 192)

²³¹ *Cet officier est dans un état mental indescritible. Depuis son dernier interrogatoire, [...] il a des évanouis [...] et des hallucinations fréquentes, il pleure et rit alternativement, ne cesse de dire qu'il sent son cerveau s'en aller. Il proteste toujours de son innocence [...]. (REINACH, 1901, p. 188)*

²³² *Est-il vrai que récemment une arrestation fort importante ait été opérée par ordre de l'autorité militaire ? L'individu arrêté serait accusé d'espionnage. Si la nouvelle est vraie pourquoi l'autorité militaire garde-t-elle un silence si absolu ? Une réponse s'impose. (Une question, 1894)*

Quem seria a fonte do *Libre Parole*? Para Joseph Reinach não havia nenhuma coincidência, havia a intenção, por parte do estado-maior, de impulsionar a condenação de Alfred Dreyfus através da imprensa. Reinach assegurou possuir a cópia de uma carta, que levava a assinatura de Henry, dirigida a um dos colaboradores do *La Libre Parole*, o jornalista Papillaud:

Caro amigo:
 Bem que lhe disse. É o capitão Dreyfus, aquele que mora na Av. du Trocadéro nº 6, quem foi preso [...] por espionagem e que está na prisão do Cherche-Midi. Dizem que está viajando, mas estão mentindo porque querem abafar o caso, Israel inteiro se movimenta. Com dedicação.
 Henry.
 Fazer com que minha pequena investigação seja contemplada o mais rápido possível.²³³

Marcel Thomas observou que a letra não era a do comandante Henry, colocando em dúvida os motivos da indiscrição.²³⁴ Para Reinach, o comandante Henry teria tomado esta atitude para evitar que o ministro da guerra recuasse em relação à acusação do crime de alta traição que pesava sobre Alfred Dreyfus.²³⁵

O episódio ganhou a esfera pública. Em 31 de outubro de 1894, *L'Éclair*, informado por outra fonte, confirmou a prisão de um oficial, todavia não de um oficial superior. *La Patrie* noticiou, no mesmo dia, a prisão de um oficial israelita ligado ao Ministério da Guerra. *Le Soir*, com data de 1º de novembro, revelou à opinião pública que o oficial em questão chamava-se Dreyfus, tinha 35 anos, era capitão da artilharia e ligado ao Ministério da Guerra. Às 22 horas, do mesmo dia, a agência Havas confirmou a prisão sem revelar o nome do prisioneiro.²³⁶ Quando *La Libre Parole* publicou, também em 1º de novembro, com letras garrafais e em primeira página: “Alta traição. Prisão do oficial judeu A. Dreyfus”, a notícia já era de domínio público.²³⁷

Todos os jornais noticiaram a prisão de Dreyfus. Alguns ministros foram pegos de surpresa, tomando ciência do episódio por intermédio da imprensa. Em caráter de urgência, foi convocado um conselho de gabinete. O ministro dos negócios estrangeiros relembrou suas objeções. O general Mercier compareceu com uma

²³³ (Henry apud BREDIN, 1995, p. 81)

²³⁴ (1961)

²³⁵ (BREDIN, 1995)

²³⁶ (WEIL, 1930)

²³⁷ (BREDIN, 1995, p. 81)

cópia do borderô, apresentou detalhes sobre a perícia, descreveu como a investigação chegara a Dreyfus, a cena do ditado, o tremor da mão do Dreyfus e a semelhança entre as letras. Por unanimidade, decidiram abrir uma instrução judiciária. A partir deste momento, o governo empenhou-se na ação, com o intuito de se proteger das críticas da imprensa nacionalista, avalia Bredin.²³⁸

A defesa de Dreyfus

Em 1º de novembro, pela manhã, o irmão do capitão, Mathieu Dreyfus, foi chamado, com urgência, por sua cunhada. Em poucas palavras, cada uma delas revelando-se como um terrível golpe, Mathieu soube da prisão de seu irmão e da acusação de crime de alta traição que lhe fora imputado: “Fiquei arrasado: meu irmão, a honra em pessoa.”²³⁹

A família Dreyfus conhecedora da reputação M. Waldeck-Rousseau (1846-1904), grande advogado e também homem político, muito influente junto à maioria de centro que governava o país naquele momento, acreditou que ele poderia defender o capitão Dreyfus. Entretanto M. Waldeck-Rousseau, depois de receber Mathieu Dreyfus, hesitante, pediu alguns dias para pensar. Justificando-se que prometera a si que não faria mais defesas criminais, declinou o convite, com um tom pesaroso, mas não sem recomendar a Mathieu o advogado Edgar Demange (1841-1925).²⁴⁰ Na avaliação de Bredin, as ambições políticas de Waldeck-Rousseau e a conjuntura do país colocavam-no em um quadro embaraçoso.²⁴¹

M. Demange era amigo, de longo de tempo, de M. Waldeck-Rousseau. Sem ter feito política ativa, pertencia, por suas escolhas e relações, ao mundo do Império, era amigo fervoroso das Forças Armadas e um cristão devoto. Segundo Reinach, fazia parte de uma geração de advogados que cultuavam a liberdade e a justiça.²⁴² M. Demange consentiu em defender Alfred Dreyfus, mas com a condição de estudar antecipadamente o dossiê. Ele afirmou: “se eu nele encontro o menor objeto de dúvida de sua inocência. Se (minha) consciência me impossibilitar de defendê-lo,

²³⁸ (1995)

²³⁹ (DREYFUS, 1978, p. 19)

²⁴⁰ (REINACH, 1901, p. 324)

²⁴¹ (1995)

²⁴² (REINACH, 1901, p. 324)

minha recusa será conhecida, comentada. Serei eu o primeiro juiz de seu irmão.”²⁴³

Condições postas e acordadas, Demange tinha pouco o que fazer, pois o processo de instrução corria em segredo. Somente na véspera da audiência, ele pôde ver Alfred Dreyfus e acessar o dossiê do processo. Depois de encontrar o capitão na prisão Cherche-Midi, reafirmou suas condições para defendê-lo e estudar o processo de instrução. Pareciam evidentes a M. Demange as violações das leis, a fragilidade das provas relacionadas ao delito imputado a Dreyfus e o risco de terrível erro judiciário.

- O Conselho de Guerra

O general Saussier, governador militar de Paris, mesmo avaliando ser uma temeridade uma ação judiciária fundamentada em elucubrações da seção de estatística, não possuía outra opção a não ser a de iniciar o inquérito. O comandante d’Ormescheville foi o relator junto ao primeiro Conselho de Guerra do processo de instrução que teve doze interrogatórios e durou de 7 de novembro a 3 de dezembro de 1894. Um processo que, segundo Bredin, foi um requisitório e explorou, em cada linha, os poucos elementos reunidos e visou, principalmente, eliminar o que poderia ir contra a acusação.²⁴⁴ O relatório de M. Gonsen inocentando Dreyfus foi assinalado como inválido ou, no mínimo, suspeito. A cena do ditado foi descrita de maneira interpretativa.

Depois de comparecer perante o primeiro Conselho de Guerra, de o processo não estar mais sob sigilo, de o capitão conseguir permissão para escrever somente a sua esposa e de o relatório ser desfavorável, Dreyfus mantinha-se otimista em relação à reparação. Quanto mais próximo estava o dia de seu julgamento, maior era sua confiança: “A verdade acabará por se revelar, a despeito de todos os obstáculos. Nós não estamos mais em um século em que a luz possa ser asfixiada [...] Minha confiança é absoluta.”²⁴⁵

Em 19 de dezembro de 1894, reuniu-se o primeiro Conselho de Guerra para julgar o capitão Dreyfus. A precariedade da acusação era evidente, existindo materialmente somente o relatório e as comparações de caligrafia que não eram

²⁴³ [...] si j’y trouve le moindre sujet de douter de son innocence. Si [ma] conscience m’interdit de le défendre, mon refus sera connu, commenté. Je serai le premier juge de votre frère. (Demange apud REINACH, 1901, p. 325).

²⁴⁴ (1995, p. 93)

²⁴⁵ La vérité finira par se faire jour, envers et contre tous. Nous ne sommes plus dans un siècle où la lumière puisse être étouffée. [...] Ma confiance est absolue. (REINACH, 1901, p. 329)

conclusivas. Na seção de estatística, sob as ordens do coronel Sandherr, o comandante Henry juntou todos os documentos que haviam chegado à seção nos últimos anos, entre eles o bilhete de M. Schwartzkoppen ao coronel italiano Panazzardi. Na mensagem rapidamente separada, constava o seguinte: “Estarei de volta dentro de oito dias. Anexo 12 planos diretores de Nice, que o ‘Canalha D ...’ forneceu-me com a intenção ...”²⁴⁶

Este texto não possuía uma significação precisa, contudo a inicial D. poderia ser usada contra o capitão. Boletins informativos, informações e correspondências foram selecionados com o objetivo de produzir novos materiais para reforçar a acusação. Falsificações que, para Marcel Thomas²⁴⁷, não poderiam ter sido produzidas somente por Guénée, agente de contraespionagem e responsável pelo levantamento da vida pessoal de Alfred Dreyfus.²⁴⁸ A iniciativa e a responsabilidade de tais adulterações indiciavam o protagonismo de M. Henry e de M. Sandherr. Foram eles que as organizaram e as executaram em suas respectivas seções. Para Bredin, a seção de estatística percorria, assim, o caminho do crime, ficando estabelecida uma cumplicidade, reforçada pelos acontecimentos, entre M. Sandherr, M. Henry, M. Guénée e, talvez, o general Mercier.²⁴⁹ A obrigação de serem solidários, desde aquele momento, se impôs.

Enquanto a seção de estatística agia, de maneira silenciosa, em sua estratégia para condenar Dreyfus, Mathieu e Lucie procuravam organizar a defesa. M. Demange interveio junto ao amigo Waldeck-Rousseau, que prometeu discutir o assunto com o presidente da república, Casimir-Perier.²⁵⁰

O episódio Dreyfus era apenas mais uma dificuldade na vida do presidente, o qual, suportando mal a adversidade, sentia-se cercado por inimigos. Atacado pela imprensa de esquerda, sentia o descrédito crescer em torno de si, na mesma proporção da raiva do povo.²⁵¹ A saída para o presidente não era fácil nem óbvia. Para Joseph Reinach, M. Casimir-Perie confessou seu desejo de renúncia: “ele estava decidido a solicitar sua demissão. Isso ele me disse em 12 de outubro, e eu

²⁴⁶ (REINACH, 1901, p. 359)

²⁴⁷ (1961, p. 168)

²⁴⁸ (REINACH, 1911)

²⁴⁹ (1995, p. 99)

²⁵⁰ (REINACH, 1901, p. 137)

²⁵¹ (REINACH, 1901, p. 137)

procurei em vão dissuadi-lo.”²⁵²

M. Casimir-Perier cedia às vontades de M. Charles Dupuy (1851-1923), que sucumbia ao ministro da guerra, general Mercier, e este deixava M. Sandher e M. du Pay agirem.²⁵³ Essas concessões tiveram consequências dramáticas para o capitão Dreyfus. Não obstante esse cenário, Dreyfus, na prisão, acalentava a esperança de que seus dias de sofrimento chegassem ao fim com o julgamento. Confiava em sua absolvição.

- As audiências

Os debates iniciaram-se, em 19 de dezembro de 1894, ao meio-dia. O Conselho de Guerra, presidido pelo coronel Maurel, foi composto por seis juízes da infantaria e um da cavalaria. Atrás do Conselho, estavam sentados os juízes suplentes, o comandante Picquart, indicado pelo ministro da guerra e M. Lépine, chefe da polícia. Com muito esforço, Mathieu e um de seus irmãos conseguiram lugar na pequena sala do Cherche-Midi, em meio ao público, que ficara de pé.²⁵⁴ Depois de abrir a audiência, coronel Maurel ordenou que entrasse o acusado. Alfred Dreyfus avançou aparentemente calmo, sério e, ao mesmo tempo, frágil: as costas um pouco arqueadas, a pele embaçada, o olhar fixo de míope sob o permanente lornhão²⁵⁵, os cabelos grisalhos e curtos. Depois de ter saudado o Conselho de Guerra, o presidente do Conselho perguntou seus dados e, na sequência, convidou-o a se sentar.²⁵⁶

Quando o escrivão terminou de chamar as testemunhas, o delegado do governo, comandante Brisset, demandou que a audiência fosse conduzida a portas fechadas, alegando que a publicidade dos debates poderia oferecer perigo à ordem e à defesa nacional. M. Demange não ficou surpreso com a solicitação, pois, há dias, a discussão sobre audiência privada agitava a imprensa.²⁵⁷

Os jornais *La Patrie*, *L’Intransigeant*, *L’Éclair* e, especialmente, *Le Petit Journal* exigiam sigilo:

²⁵² [...] il était résolu à donner sa démission. Il me le dit le 12 de octobre, et je cherchai en vain à l’en dissuader. (REINACH, 1901, p. 137)

²⁵³ (BREDIN, 1995)

²⁵⁴²⁵⁴ (BREDIN, 1995, p. 102)

²⁵⁵ Par de lunetas, usadas sobre o nariz, que se prende a um cabo lateral e se compõe de duas lentes adaptadas a uma armação sem hastes.

²⁵⁶ (REINACH, 1903, p. 386-387)

²⁵⁷ (REINACH, 1901, p. 388-389)

O Conselho de Guerra, que julgará quarta-feira o capitão Dreyfus, deve ter ampla autoridade e completa independência tanto diante do estrangeiro como diante de seus compatriotas, que esperam dele a verdade e a justiça. Temos mostrado a importância capital do *huis clos*. Os alemães ficarão no banco dos réus. E nós respeitaremos a sentença suprema.²⁵⁸

Le Siècle, *Le Figaro* e *L'Écho de Paris* haviam tomado um posicionamento oposto, advogando pela transparência do processo:

E eu não hesito em publicar os resultados de nossa enquete, que colocamos, desde já, à disposição do ministério público com a intenção de protestar sobre o *huis clos*. Seria um detestável expediente. Se o Conselho de Guerra condena o capitão Dreyfus a portas fechadas, poder-se-á crer que este oficial entregou ao estrangeiro documento de uma importância excepcional, e a opinião pública será justamente alarmada. Se o Conselho de Guerra absolve o capitão Dreyfus a portas fechadas, não faltarão alusões a uma ou outra pretensa pressão oficial e o acusado, mesmo inocente, não obterá a reabilitação que lhe seria legitimamente devida.²⁵⁹

M. Demange tentou ler suas conclusões, que, em parte, eram dirigidas à imprensa, com a intenção de tornar público que o capitão Dreyfus sofria perseguição com base em um único documento, refutado por ele e cuja autenticidade havia sido contestada. O coronel Maurel o interrompeu. Ao questionar se suas considerações seriam aceitas, M. Demange foi ordenado a depositá-las sem as ler. O advogado, à revelia da orientação, deu procedimento à leitura. Quando o presidente do Conselho bradou que o impedia de continuar e informou que o pedido de audiência fechada passava a ser considerado, a defesa protestou. Em nome de seu poder discricionário, M. Maurel orientou que os juízes se retirassem. Estes retornaram, passados quinze minutos, informando que, por unanimidade, haviam decidido que os debates teriam sequência a portas fechadas.²⁶⁰

²⁵⁸ *Le conseil de guerre qui jugera, mercredi, le capitaine Dreyfus doit être le maître chez lui ; pour que son indépendance- soit complète aussi bien devant l'étranger que devant ses compatriotes ; qui- attendent de lui 'la vérité et la justice, nous avons montré l'importance capitale du huis clos. Les ' Allemands resteront sur 'la sellette, mais ils n'auront qu'à s'incliner. Et nous respecterons la sentence suprême. (TRISTAN, 1894)*

²⁵⁹ *Et j'hésite d'autant moins à publier, dès à présent, les résultats de notre enquête, que l'on prête au ministère public l'intention de réclamer le huis clos. Ce serait un détestable expédient. Si le Conseil de guerre condamne le capitaine Dreyfus à huis clos, on pourra croire que cet officier a livré à l'étranger des documents d'une importance exceptionnelle, et l'opinion publique sera justement alarmée. Si le Conseil de guerre acquitte le capitaine Dreyfus à huis clos, on ne manquera pas de faire allusion à une prétendue pression officielle ou autre, et l'accusé, même innocent, n'obtiendra pas la réhabilitation qui lui serait légitimement due. (L'affaire Dreyfus - L'autre version, 1894)*

²⁶⁰ (REINACH, 1901, p. 397-399)

O público foi retirado da sala de audiência, ficando, na linha de frente os juízes, o acusado e a defesa. Atrás destes, estavam M. Lépine, chefe de polícia, e M. Picquart, encarregado por M. Mercier e M. Boisdeffre de relatar as peripécias do processo. O comandante Picquart observava atentamente as repostas de Alfred Dreyfus, quando interrogado. O coronel Maurel interrogou o acusado sem complacência, sem grosseria, corretamente, e as respostas, claras e precisas, impressionaram o Conselho de Guerra.²⁶¹ A inconsistência da acusação tornava-se evidente.

As testemunhas foram ouvidas e os debates ocorreram em considerações moderadas e discretas, como se fosse um episódio corriqueiro. Os militares Gonse, Fabre e d'Aboville pressionaram Dreyfus. Du Pay explicou suas buscas e descreveu em detalhes a cena do ditado. O comandante Henry, destacado pelo ministro da guerra para depor em nome da seção de estatística, esforçou-se para demonstrar a culpabilidade do capitão. Dreyfus intervinha frequentemente de maneira colaborativa, o que fazia o chefe de polícia, M. Lépine, acreditar em uma provável absolvição. O comandante Picquart informou ao ministro da guerra que a sessão não estava se desenvolvendo como havia sido previsto.²⁶²

A manobra decisiva

Em uma estratégia da acusação, o comandante Henry conspirou com um dos juízes para que ele pudesse fazer um segundo depoimento. Neste depoimento, ele seria questionado sobre a presença de um oficial traidor na 2ª seção. Acordo feito, o comandante Henry ganhou outra possibilidade para se manifestar. Em tom confessional, declarou que necessitava contar tudo o que uma pessoa honrada lhe relatara. Em março, tomara conhecimento de que um oficial do ministério estaria envolvido em um jogo de traição. Em junho, a mesma pessoa renovara-lhe o alerta, acrescentado que o traidor era da 2ª seção. M. Henry finalizou sua manifestação de forma teatral. Dirigindo-se a Dreyfus, declarou: “É o traidor, eis aqui.”²⁶³

Alfred Dreyfus protestou e M. Demange interveio com veemência, condenando o horror de uma denúncia anônima. Ao intimar M. Henry a dizer a verdade, teve como resposta: “existem segredos na cabeça de um oficial que seu

²⁶¹ (REINACH, 1901, p. 403)

²⁶² (REINACH, 1901, p. 416)

²⁶³ “Et ce traître, le voici” (REINACH, 1901, p. 417)

quepe deve ignorar.”²⁶⁴ Ao ser questionado pelo presidente do Conselho, M. Maurel, se este traidor era Dreyfus, M. Henry empenhou sua honra pela afirmação de sua fonte, cujo nome não poderia ser revelado. Elevando a mão em direção a Cristo e com uma voz retumbante, respondeu: “Eu o juro!”²⁶⁵ Essa declaração do chefe de polícia no julgamento foi o golpe que derrubou Dreyfus, foi o surgimento do justiceiro. Havia, na sala, somente uma pessoa que tinha conhecimento de que a intervenção de M. Henry tinha sido preparada, era o comandante Picquart.²⁶⁶

Depois da encenação de Henry, foram ouvidos os peritos. Bertillon expôs sua tese: autofalsificação. Referindo-se a Dreyfus como culpado, apresentou aos juízes um fabuloso diagrama. Atestou que o capitão Dreyfus usara, no mínimo, três caligrafias diferentes: a sua, a de seu irmão e a de sua mulher. O perito Goldbert, que manteve suas conclusões favoráveis a Dreyfus, parecia constranger a acusação.²⁶⁷

Na sequência, foram ouvidas as testemunhas da defesa, que tiveram como foco de seus depoimentos a moralidade. Eram alsacianos que tinham vindo reafirmar a honradez da família e o patriotismo do capitão, que agira sempre como um soldado bom e leal. Por fim, o rabino Dreyfuss, o filósofo Lévy-Bruhl, o doutor Vaucaire, o industrial Amson, todos exprimiram estima tanto pelo oficial, como pelo homem e pelo pai de família: Alfred Dreyfus.²⁶⁸

O veredicto

O acusado mantinha-se confiante. Seu advogado estava apreensivo. O que preocupava M. Demange não era tanto a audiência em si, mas a agitação que a circundava: os vai e vem dos oficiais, as longas conversas em que se percebiam colóquios mal disfarçados entre testemunhas da acusação, acusadores e juízes.²⁶⁹ A estratégia da defesa, julga Reinach, ancorava-se no Preceito de Lachaud²⁷⁰ que lançava a dúvida no espírito dos jurados e a deixava agir.²⁷¹ Os juízes militares,

²⁶⁴ *Il y a des secrets dans la tête d'un officier que son képi doit ignorer* (REINACH, 1901, p. 418)

²⁶⁵ *Je le jure !* (REINACH, 1901, p. 418)

²⁶⁶ (REINACH, 1911, p. 420)

²⁶⁷ (REINACH, 1901, p. 422)

²⁶⁸ (REINACH, 1901, p. 498)

²⁶⁹ (1901, p. 570)

²⁷⁰ Charles Lachaud (1817-1882) foi um ilustre advogado bonapartista do século XIX que atuou em grandes processos do período. Disponível em: https://data.bnf.fr/fr/13339349/charles_lachaud/. Acesso: 10/02/2018.

²⁷¹ (1901, p. 570)

entretanto, eram mais simplistas que os civis, a dúvida não os abalava.

“A absolvição parecia-me estar garantida. Fui condenado.” – escreveu o capitão Dreyfus.²⁷² O comandante do Paty de Clam mandou entregar ao presidente do Conselho de Guerra, da parte do ministro da guerra, um envelope lacrado, afirmando que este continha uma ordem superior urgente e que deveria ser repassado aos juízes, no momento da deliberação. O ministro da guerra, M. Mercier, não falara a ninguém dessa comunicação sigilosa: nem ao presidente da república, nem ao presidente do Conselho, nem a nenhum membro do governo. Obediente a ordens superiores, o coronel Maurel rompeu o lacre do envelope²⁷³ e ali encontrou alguns documentos reunidos pela seção de estatística, seguido de um breve comentário com o objetivo de facilitar a compreensão dos documentos para imputá-los a Dreyfus.²⁷⁴ O material foi lido e discutido, apesar de o procedimento ser uma transgressão à lei (Código Militar) e aos preceitos de justiça, a deliberação prosseguiu, tomando, porém, mais tempo do que o previsto. Por unanimidade, o Conselho de Guerra declarou Dreyfus culpado, sua pena: a deportação perpétua em uma fortificação e a degradação militar.

- Exército francês: um caso encerrado

Maurice Paléologue²⁷⁵ relatou, em *Journal de l'affaire Dreyfus: 1894 – 1899*, que, na manhã do dia 23 de dezembro de 1894, toda a imprensa parisiense – da esquerda radical à extrema direita, desde as folhas clericais e monarquistas até os periódicos do socialismo mais avançado – comentava o veredito do Conselho de Guerra em uma nota de aprovação, alívio, reconforto e alegria – uma alegria triunfante, punitiva e feroz.²⁷⁶ Um resultado que, segundo a avaliação de Paléologue, teria surpreendido até os assinantes do *La Libre Parole* que jamais ousaram esperar a unanimidade. Nessa espécie de euforia midiática, escreve J.

²⁷² (1995, p. 116)

²⁷³ Após o pronunciamento do veredito, o coronel Maurel, presidente do Conselho, devolveu o envelope ao comandante do Paty. Este o restituiu à seção de estatística (REINACH, 1901, p. 450-451)

²⁷⁴ (REINACH, 1901, p. 271)

²⁷⁵ Maurice Paléologue (1859-1944). *Descendant de la lignée d'empereurs de Byzance et Constantinople, Maurice Paléologue entra au ministère des Affaires étrangères en 1880. Après avoir été secrétaire d'ambassade successivement à Tanger, à Pékin et à Rome, il fit un passage par le cabinet du ministre avant d'être nommé ministre plénipotentiaire en 1901 puis se vit confier entre 1907 et 1912 la légation de Sofia. Disponible em: <http://www.academie-francaise.fr/les-immortels/maurice-paleologue>*

²⁷⁶ (1950, p. 31)

Cornély, em *Le Matin*:

O capitão Dreyfus foi condenado [...].
Portanto, não existe mais hesitação a sentir nem discussões a sustentar, o capitão Dreyfus era culpado. O público confiava antecipadamente nos sete oficiais do Conselho de Guerra. Tinha fé neles; fé em sua perspicácia, fé em sua independência. Havia-os encarregado de ser sua consciência e [...] renunciava por eles a suas desconfianças [...]²⁷⁷

O redator Saint-Genest do *Le Figaro* sentenciou:

O veredito foi proferido, não se trata mais de um homem suspeito de atos criminais, não se trata mais de um judeu perseguido pelos clamores da multidão. Não, trata-se de um oficial que veio a ser condenado por seus pares, convencidos do mais assustador crime que um soldado possa cometer.
Ah como! O general Boulanger foi condenado à deportação perpétua porque tinha simplesmente tomado parte em umas conspirações políticas!
E pena de morte não existe para o oficial que traiu sua pátria? É incompreensível, isto revolta a consciência!²⁷⁸

O general Mercier, talvez impulsionado pelo sucesso, entregou à Câmara, três dias após a condenação de Dreyfus, um projeto de lei que restabelecia a pena de morte para o crime de alta traição.²⁷⁹ Na exposição de motivos, o ministro da guerra fazia alusão a Dreyfus e à insuficiente pena aplicada ao traidor.²⁸⁰ Em meio às discussões sobre a pena de morte e a estratégia do ministério para votar o projeto em regime de urgência, o Conselho de Revisão, em 31 de dezembro, negou a apelação de Alfred Dreyfus. A sentença era definitiva.

²⁷⁷ *Le capitaine Dreyfus a été condamné [...].*

Donc, il n'y a plus d'hésitation à avoir ni de discussions à soutenir. Le capitaine Dreyfus était coupable. Le public s'en remettait d'avance aux sept officiers du conseil de guerre. Il avait foi en eux ; foi en leur perspicacité, foi en leur indépendance. Il les avait en quelque sorte chargés d'être sa conscience, et, pour eux, il s'était départi des méfiances que lui inspire parfois l'intelligence du jury ou l'impartialité de la magistrature. (La condamnation du Capitaine Dreyfus, 1894) (Chatiment, 1894)

²⁷⁸ *Le verdict est rendu, il ne s'agit plus d'un homme soupçonné d'actes criminels, il ne s'agit plus d'un juif poursuivi par les clameurs de la foule. Non, il s'agit d'un officier qui vient d'être condamné par ses pairs, et convaincu du plus effroyable forfait qu'un soldat ait jamais pu commettre.*

Eh quoi ! Le général Boulanger a été condamné à la déportation perpétuelle parce qu'il avait simplement pris part à des conspirations politiques !

Et la peine de mort n'existe pas pour l'officier qui a trahi sa patrie, [...] C'est incompréhensible, cela révolte la conscience. (Le Figaro [23/12/1894], 1894) (La condamnation du Capitaine Dreyfus, 1894)

²⁷⁹ *O projeto, adotado pela comissão das forças armadas, foi votado pela Câmara, 06/07/1895, sem debate, apesar dos protestos veementes de quase toda a imprensa. O Senado recusou-se a votar esta lei de circunstância, modificando radicalmente o texto (REINACH, 1901, p. 477).*

²⁸⁰ *(Chatiment, 1894)*

O comandante Armand du Paty Clam, no mesmo dia em que foi rejeitado o recurso, visitou o capitão Dreyfus em nome do ministro da guerra. Sua intenção era obter uma confissão, no entanto houve novamente a declaração de inocência:

- Sou inocente, e seu dever é prosseguir suas investigações.
- Se você é inocente, é o maior dos mártires de todos os séculos!
- Sim, sou um mártir, e espero que o futuro lhe prove isso.²⁸¹

O capitão Dreyfus imediatamente escreveu a M. Mercier, contando-lhe da entrevista com Armand du Paty. Ele afirmava que não esperava favores, somente a demonstração de inocência:

Fui condenado; não tenho favor a demandar; mas, em nome de minha honra, que espero me seja restituída um dia, tenho o dever de lhe pedir que prossiga suas investigações. Mesmo depois que eu tiver partido, investigue sempre, é o único favor que solicito.²⁸²

A degradação: janeiro de 1895

A degradação ocorreu em 5 de janeiro de 1895, Alfred Dreyfus escreveu: “passei por esse suplício sem fraquejar. Fiquei por uma hora na sala do adjunto de guarnição na escola militar. Durantes esses longos minutos, preparei todas as minhas forças [...]. Entre quatro homens e um oficial, fui conduzido ao centro da praça e, logo depois da leitura do julgamento, dirigi-me às tropas e gritei: – Soldados, estão degradando um inocente; soldados! estão desonrando um inocente. Viva a França, viva o Exército[...]. Mas a agonia deste longo dia estava apenas começando [...]”²⁸³

- A renúncia do presidente Casimir-Perier

A cena política apresentava-se complexa. Na quarta-feira, 16 de janeiro, Maurice Paléologue foi informado por um empregado que o presidente Casimir-Perier teria renunciado apesar das súplicas de sua família.²⁸⁴ O episódio Dreyfus havia aumentado seu mal-estar e reforçado seu projeto de deixar a presidência.²⁸⁵ A

²⁸¹ *Je suis innocent, et votre devoir est de poursuivre vos recherches.*

- *Si vous êtes innocent, vous êtes le plus grand des martyrs de tous les siècles !*

- *Oui, je suis un martyr, et j'espère que l'avenir vous le prouvera ! (REINACH, 1901, p. 484)*

²⁸² *Je suis condamné ; je n'ai pas de grâce à demander ; mais, au nom de mon honneur qui, je l'espère, me sera rendu un jour, j'ai le devoir de vous prier de vouloir bien poursuivre vos recherches. Moi parti, qu'on cherche toujours ; c'est la seule grâce que je sollicite (REINACH, 1901, p. 486)*

²⁸³ (DREYFUS, 1995, p. 126)

²⁸⁴ (1950, p. 50)

²⁸⁵ (BREDIN, 1995)

agência Havas, na noite do dia 15, anunciou para todos os jornais a renúncia do presidente francês²⁸⁶: “Se aceitamos um cargo no momento de perigo, somente mantemos a dignidade se temos a convicção de poder servir o país”²⁸⁷, escreveu Casimir-Perie.²⁸⁸ Os parlamentares, por intermédio dos jornais, tomaram conhecimento da última mensagem do presidente:

O respeito e o interesse que tenho por meu país não me permitem admitir que se possa insultar, todo dia, os melhores servidores da pátria e aqueles que, aos olhos do estrangeiro, a representam. Não me resigno a comparar o peso das responsabilidades morais que pesam sobre mim com a impotência à qual estou condenado. Tenho fé, apesar das tristezas da hora, em um futuro de progresso e justiça [...]²⁸⁹

O novo presidente passou a ser M. Felix Faure (1895-1899), de 54 anos de idade. Ele foi eleito à presidência por 430 votos contra 361, segundo dados de M. Henri Brisson²⁹⁰. O jovem Felix Faure, filho de um marceneiro, trabalhara em curtição de couro e estabelecera, em Havre, uma peleteria. Tinha fama de inteligente e prudente, sabendo cativar profundas simpatias. Possuía boa saúde, bom humor e bonita presença. Após a guerra de 1870, seus negócios prosperaram. Após oito anos, em 1878, ele conquistou seu primeiro mandato de deputado.²⁹¹

[...] nós assistimos a este espetáculo curioso: condes, barões e marqueses da direita conferindo a primeira magistratura do país a um antigo operário de curtume, que chegou à fortuna e à notoriedade pela inteligência e pela boa conduta. E os farsantes que se pretendem representantes das classes trabalhadoras vão um homem saído das fileiras do povo [...] cuja elevação prova [...] a permeabilidade extrema de nossa sociedade [...]²⁹²

²⁸⁶ (*Démission de M. Casimir-Perier, 16/01/1895*)

²⁸⁷ *Si on ne refuse pas un poste au moment du danger, on ne conserve une dignité qu'avec la conviction de servir son pays. (Le message d'hier à la Chambre, 1895)*

²⁸⁸ (*Le message d'hier à la Chambre, 1895*)

²⁸⁹ *Le respect et l'ambition que j'ai pour mon pays ne me permettent pas d'admettre qu'on puisse insulter, chaque jour, les meilleurs serviteurs de la patrie et celui qui la représente aux yeux de l'étranger. ... Je ne me résigne pas à comparer le poids des responsabilités morales qui pèsent sur moi et l'impuissance à laquelle je suis condamné. J'ai foi, malgré les tristesses de l'heure présente, dans un avenir de progrès et de justice. Je dépose sociale sur le bureau du "Sénat et de la Chambre des députés ma démission des fonctions de Président de la République. (LE FIGARO, 16/01/1895) (Le message d'hier à la Chambre, 1895, p. 1)*

²⁹⁰ (CALMETTE, 1895)

²⁹¹ (*M. Felix Faure intime, 1895*)

²⁹² [...] nous avons assisté à ce spectacle curieux : les comtes, barons et marquis de la droite conférant la première magistrature du pays à un ancien ouvrier tanneur, qui est arrivé à la fortune et à la notoriété par l'intelligence et la bonne conduite. Et les farceurs qui se prétendent les représentants des classes laborieuses conspuant un homme sorti des rangs du peuple [...] dont l'élévation prouve [...] la perméabilité extrême de notre société [...]. (*M. Felix Faure intime, 1895, p. 1*)

M. Felix Faure se propôs a fazer um governo de união republicana e de progresso democrático, em outras palavras, um governo de centro, habilmente dosado no primeiro instante, mas que, segundo Bredin, logo se transformaria em uma arrasante maioria.²⁹³ O ministro da guerra, M. Mercier não possuía nenhuma ilusão em relação ao cargo. Com a certeza de que deixaria o ministério, ele tomou algumas precauções. Informou M. Saussier, governador militar de Paris, que, pela importância do processo, este ficaria no Ministério da Guerra e não na Praça de Paris; convocou o coronel Sandherr e, em sua presença, consultou o dossiê secreto e retirou o comentário escrito por A. du Paty Clam; ordenou ao coronel Sandherr que separasse o material e as partes fossem devolvidas às diferentes caixas de sua origem. Desta maneira, M. Mercier avaliava que podia se afastar com segurança e assim o fez, retomando o comando do 16º corpo do exército.²⁹⁴

O primeiro dreyfusard: M. Bernard Lazare

No fim de fevereiro, Mathieu Dreyfus, por sugestão de seu cunhado, procurou M. Bernard Lazare, que o recebeu e afirmou acreditar na inocência do capitão Dreyfus. Lazare redigira um artigo no *L'Écho de Paris*, em dezembro de 1894, condenando o aproveitamento antissemita do episódio.²⁹⁵ Este encontro pode ser considerado como um marco na luta pela liberdade de Dreyfus. Depois de Mathieu Dreyfus revelar a existência de um dossiê secreto e convidar Lazare para assumir a causa do irmão, como advogado, e, sobretudo, como jornalista, surgiu o primeiro *dreyfusard* que não seria único.

Alfred Dreyfus deixou a França em março, seu destino era a Guiana Francesa, especificamente o arquipélago *Salut*. Na sequência, foi transferido para a Ilha *Royale*, onde ficou até ser prisioneiro na Ilha do Diabo, onde foi alojado em uma cela de quatro metros quadrados, na qual ficou incomunicável por quatro anos, sendo vigiado permanentemente.

O coronel Georges Picquart na seção de estatística

O coronel Picquart continuava convencido da culpabilidade de Alfred Dreyfus, quando substituiu, na seção de estatística, seu colega M. Sandherr, vitimado por

²⁹³ (1995, p. 125)

²⁹⁴ (BREDIN, 1995, p. 126)

²⁹⁵ (DREYFUS, 1995)

uma paralisia. O substituto natural de Sandherr seria seu adjunto, o comandante Cordier, no entanto este não aceitou ser o titular da seção. O comandante Henry, que, conforme Bredin, dirigia de fato a seção, sonhava com o cargo, todavia lhe faltava envergadura.²⁹⁶ O general Raoul de Boisdeffre (1839-1919), chefe do estado-maior persuadiu o novo ministro da guerra, general Émile Zurlinden (1837-1929), que o comandante Picquart estaria apto para a pesada responsabilidade.²⁹⁷

Georges Picquart era de origem alsaciana. Seu pai, nascido na Alsácia, era um funcionário encarregado da cobrança de impostos, Sua mãe, igualmente alsaciana, era musicista, dela Picquart herdou o gosto pela música. A família pertencia a uma burguesia católica, tradicional e rigorosa. Aos trinta e três anos, Picquart era chefe de batalhão e professor na Escola de Guerra. Era um oficial inteligente, muito dotado e trabalhador, discreto e com qualidades intelectuais raras. Teve reconhecimento por sua competência e dedicação.²⁹⁸

O trâmite normal do trabalho de M. Picquart na seção o levou a descobrir um segundo caso de traição. Outro oficial traidor estava em liberdade. Sem nenhuma razão, colocando-se acima de seu dever, o coronel não contou nada a seus superiores, esse silêncio forneceu, mais tarde, elementos que ameaçaram sua carreira.²⁹⁹

- Um novo personagem: Walsin-Esterhazy

Georges Picquart começou sua investigação. Descobriu, através do anuário militar, que o comandante Walsin-Esterhazy (1847-1923) fora designado ao 74º regimento de linha, na ocasião, aquartelado em Paris. O comandante Curé, oficial superior deste regimento, era seu conhecido, Como possuía intimidade com ele e o encontrava frequentemente, convocou-o ao ministério, tendo o objetivo de lhe fazer algumas perguntas sobre M. Esterhazy. Ouviu impressões que não eram em nada positivas. Na opinião de seu amigo, este indivíduo parecia levar uma vida dissoluta, jogar frequentemente na bolsa de valores e, conseqüentemente, estar sempre sem dinheiro.

²⁹⁶ (1995)

²⁹⁷ (BREDIN, 1995, p. 158)

²⁹⁸ (BREDIN, 1995)

²⁹⁹ (REINACH, 1903, p. 247)

M. Curé recordou-se de que Esterhazy procurava frequentemente obter informações confidenciais relacionadas à artilharia e a tiros e que, por duas vezes, havia sido escalonado para as escolas de tiros. Seu interesse pela artilharia era enorme, continuamente solicitava cópias de matérias, especialmente ao soldado Écalle. Resumindo: era intrometido, bisbilhoteiro e indiscreto. O comandante Picquart pediu a M. Curé uma amostra da letra de Esterhazy, pedido de rotina, contudo Curé lhe disse não possuir nenhuma e recusou-se a consegui-la pessoalmente.³⁰⁰

Depois de ter se aconselhado com M. Henry, M. Picquart confiou a dois delegados especiais, destacados do Ministério da Guerra, a missão de fazer uma discreta investigação sobre Esterhazy. Segundo a investigação, o Benfeitor³⁰¹ enfrentava graves problemas financeiros; mantinha uma amante, Marguerite Pays; tinha diversos credores e era mau pagador; compartilhava a intimidade do oficial judeu Maurice Weil; mantinha relações com o jornalista Édouard Drumont; estava em negociações para fazer parte do conselho de administração de uma sociedade inglesa. O delegado destacou ainda que não se notava nada de suspeito em aspectos relacionados à questão nacional, somente que, há algum tempo, seu humor havia se tornado um pouco sombrio. Dias depois, o mesmo policial, ao acaso, encontrou Picquart e informou-lhe que M. Esterhazy havia sido visto, por duas vezes, entrando na embaixada da Alemanha. Durante o mês de maio, M. Picquart, ao encontrar o comandante Curé, na saída do ministério, perguntou-lhe sobre o oficial Esterhazy e ouviu como resposta outra pergunta: “– Continuas suspeitando dele?”, a resposta de M. Picquart foi contundente: “– Não tenho suspeitas, tenho certezas.” M. Curé aconselhou-o: “– Sê prudente, tu tens um caso muito maior do que tu.”³⁰²

Todos estavam mais precavidos depois do evento Dreyfus. As investigações pareciam ter sido em vão. Em agosto de 1896, M. Picquart aguardava informações sobre Esterhazy, as quais não chegavam. Nesse momento, escolheu relatar a seus superiores as suspeitas que repousavam sobre Esterhazy. Picquart decidiu escrever ao general Boisdeffre para solicitar uma entrevista urgente. Ambos encontraram-se na estação Lyon, dentro do carro do estado-maior. O chefe da seção de estatística

³⁰⁰ (REINACH, 1903, p. 249)

³⁰¹ Pseudônimo dado a Esterhazy.

³⁰² *Sois prudent, tu as affaire a plus fort que toi.* (REINACH, 1903, p. 249)

afirmou acreditar que acabava de encontrar outro traidor e citou o nome do oficial Walsin-Esterhazy. Este nome não significava nada ao chefe do estado-maior. Sem sofrer nenhum tipo de recriminação, foi autorizado a prosseguir com as investigações. Calmamente, o general Boisdeffre, autorizou M. Picquart a falar com o ministro da guerra.

O encontro de Picquart com o general Jean-Baptiste Billot (1828-1907), na ocasião, ministro da guerra, ocorreu no dia seguinte. O ministro, que estimava M. Picquart, o escutou com atenção e, aprovando sua prudência, recomendou-lhe prosseguir a investigação, mas não o autorizou a solicitar um exemplar da letra de Esterhazy. Apesar de não ter grande estima por M. Esterhazy, não desejava outro episódio Dreyfus.³⁰³

Enquanto isso, Esterhazy, depois de ter fracassado junto à companhia inglesa, empenhava-se em ser nomeado para o Ministério da Guerra. Para atingir seu objetivo mobilizou o deputado Jules Roche, que era vice-presidente da comissão do exército na Câmara. M. Roche escreveu ao ministro da guerra recomendando o oficial Esterhazy. O oficial Maurice Weil (1845-1924) também interveio a favor de Esterhazy. Ambos multiplicaram suas diligências e mantiveram farta correspondência. Obviamente, Picquart, que ordenou interceptar as cartas de Esterhazy, foi alertado em relação à correspondência de M. Weil e M. Roche, assim como M. Boisdeffre, chefe do estado-maior, e o general Billot, ministro da guerra. O ministro demandou que as cartas interditas de Esterhazy fossem encaminhadas para a seção de estatística.³⁰⁴

No fim de agosto, seguindo orientações de seu superior, general Billot, M. Robert Calmon, chefe de gabinete do ministério, fez com que duas cartas de Esterhazy chegassem às mãos de M. Picquart: uma dirigida ao comandante Thevenet, amigo de Maurice Weil e vinculado ao gabinete de Billot; outra, ao próprio M. Calmon – eram duas cartas com solicitações veementes. M. Picquart havia encontrado o exemplar que tanto procurava. Sua satisfação era evidente. Realizando a comparação entre a escrita de Esterhazy e a escritura do borderô, concluiu: “Isso não é mais similitude, é igualdade.”³⁰⁵ A evidência era enorme e a conclusão óbvia: o relatório não havia sido escrito por Alfred Dreyfus, era obra de

³⁰³ (REINACH, 1903)

³⁰⁴ (REINACH, 1903)

³⁰⁵ “Ce n’est plus la similitude, c’est l’identité !” (REINACH, 1903, p. 290)

Esterhazy.

Sempre metódico e prudente, o comandante Picquart tomou algumas precauções antes de relatar sua descoberta a seus superiores. Demandou a um de seus auxiliares que fotografasse as duas cartas de Esterhazy, cobrindo as partes do documento que identificavam tanto o remetente como os destinatários. Solicitou que, em uma das cartas, fosse trocada a expressão “Meu caro camarada” por “Caro Senhor”: pois isto permitiria mostrar as cópias dos documentos sem revelar os destinatários.³⁰⁶

No fim de agosto, Picquart convocou o comandante Armand du Paty Clam. Mostrou-lhe as cópias preparadas previamente e o interrogou: “– O senhor vê alguma analogia?” “– Mas é a letra de Mathieu Dreyfus”. A peculiar resposta não oferecia a Picquart nenhum esclarecimento. Bredin problematizou: será que du Pay evocava o sistema de Bertillon, o qual sustentava que o relatório escrito por Dreyfus havia sido forjado, em parte, por imitação da letra de Mathieu?³⁰⁷

Dias depois, o chefe da seção de estatística chamou a seu gabinete M. Bertillon e mostrou-lhe as cópias das cartas de Esterhazy. O perito exclamou, sem hesitar: “– É a letra do relatório Dreyfus!” M. Picquart o questionou: “– Se eu lhe disser que foram escritas recentemente?” “– Então, replicou o perito, os judeus exercitaram alguém, durante um ano, para imitar essa letra.” Essa tese seria retomada, mais tarde, de diversas formas, pelos partidários do oficial Esterhazy.³⁰⁸

- A convicção do erro judiciário

O tenente-coronel Picquart terminara de se convencer: o relatório não fora escrito por Alfred Dreyfus. As palavras de M. Sandherr, ao deixar a seção, vieram-lhe à mente: “– O senhor somente precisará pedir ao comandante Henry o dossiê que foi passado aos juízes, na sala do Conselho. Ao abri-lo, encontrará, em seu interior, os documentos convincentes.”

Quando M. Henry ausentou-se da seção de estatística, M. Picquart solicitou ao oficial que o substituiu o pequeno dossiê que estava no cofre de M. Henry. Com expectativa de encontrar fatos graves, M. Picquart foi surpreendido com o ‘nada’.

³⁰⁶ Lauth, subordinado de M. Picquart, foi encarregado tanto de fotografar as cartas como de fazer a alteração, ele explorou este fato no processo contra Picquart, afirmando que o chefe da seção de estatística agiu como um falsário, ao alterar as cartas de Esterhazy (BREDIN, 1995).

³⁰⁷ (1995, p. 183)

³⁰⁸ (BREDIN, 1995)

'Nada' que para a defesa era tudo. O documento 'canalha D' não podia ser aplicado a Dreyfus. A 'carta Davignon'³⁰⁹ não dizia nada. Repassando os papéis, M. Picquart relembrou os dias do processo, veio-lhe à cabeça a imagem de Dreyfus ao fundo do tribunal e o questionamento: o traidor ou o inocente? Após refletir durante várias noites, somente a certeza de que houvera um grave erro judiciário lhe era conclusiva.³¹⁰

Tomado por suas convicções, redigiu um relatório ao chefe do estado-maior, general Boisdeffre. Descreveu o conjunto dos elementos essenciais de sua investigação e anexou os respectivos documentos necessários à compreensão e à comprovação. Seus adversários, no entanto, o acusariam de falsificar e até mesmo de forjar o *petit bleu* para acusar Esterhazy.

Ao reunir-se com M. Picquart, o general Boisdeffre o escutou impassivelmente, demonstrando ligeira surpresa, mas, quando foi evocado o dossiê secreto, teve um sobressalto, perguntando-se, em voz alta, por que este material não havia sido queimado, conforme as orientações da época. Boisdeffre, no outro dia, orientou o tenente-coronel Picquart que expusesse o caso ao subchefe do estado-maior, general Gonse, pois desejava conhecer a opinião deste por julgá-la preciosa e séria.

O encontro de M. Picquart e M. Gonse ocorreu fora de Paris, pois este estava em licença saúde. Depois de ouvir, por duas horas, os relatos, somente pronunciou as palavras: “– Então, fomos enganados?”³¹¹ Gonse orientou o chefe da seção de estatística para não tratar os dois episódios como um só, para separá-los em caso Dreyfus e caso Esterhazy. Essa demanda não fazia sentido para M. Picquart. Como tratar um sem citar o outro? Contudo, M. Boisdeffre referendou a opinião de M. Gonse. Os dois episódios seriam tratados de maneira fragmentada.³¹²

Viva Esterhazy!

O julgamento do comandante Esterhazy ocorreu nos dias 10 e 11 de janeiro de 1898, os debates foram coordenados pelo general Charles Luxer, na ocasião, presidente do Conselho de Guerra. A discussão se as audiências deste processo

³⁰⁹ A carta Davignon, anexo 40 do processo contra Dreyfus, é uma correspondência escrita pelo coronel Panizzardi a seu amigo coronel von Schwartzkoppen, que a menciona o nome do tenente-coronel Davignon, encarregado da comunicação com os adidos militares.

³¹⁰ (REINACH, 1903, p. 290)

³¹¹ *Alors, on se serait trompé ?* (REINACH, 1903, p. 298)

³¹² (REINACH, 1903, p. 298-299)

seriam a portas fechadas ou não estava na ordem do dia e dividia opiniões.

O *Le Temps*³¹³ informou que não havia consenso entre os jornais. *Le Petit Parisien* declarou-se contra, assegurando que, na sociedade moderna, as ideias associadas à justiça eram refratárias a todo e qualquer mistério: “a luz confere autoridade ao julgamento; a sombra, dúvida”. *L’Aurore* reclamou a publicidade dos debates: “faz dois dias que o processo teve andamento e ainda não se conhece o teor das acusações”. *Le courrier du soir*, por intermédio do advogado de Esterhazy, lembrou que os crimes de alta traição normalmente eram julgados a portas fechadas e propôs, como solução, as discussões serem parcialmente abertas. *Le Siècle* demandou a abertura dos debates ao público.

O Conselho de Guerra adotou a solução intermediária que o general Billot propôs: Esterhazy e as testemunhas civis seriam ouvidas em audiência pública, as testemunhas militares, o advogado *Louis Lebois* e os peritos, a portas fechadas. Para Bredin, o essencial seria garantido pelo estado-maior: a imprensa não tomaria conhecimento do depoimento do Coronel Picquart, peça-chave para a defesa Alfred Dreyfus.³¹⁴

Em 10 de janeiro, depois de fazer entrar o público, as testemunhas civis e os militares, o general Charles Luxer ordenou que entrasse o acusado. Esta foi a primeira vez que Mathieu Dreyfus encontrou-se com Esterhazy, o autor do relatório que condenara seu irmão.

O interrogatório de Esterhazy foi executado com aparente normalidade. O acusado respondeu as perguntas com uma voz calma e seca. Desempenhando com desenvoltura o papel de guerreiro caluniado, concluiu declarando que tudo aquilo que dissera era tão verdade como sua inocência (REINACH, 1903). O público composto em sua maioria por oficiais não deixou de manifestar sua simpatia por Esterhazy.

Em contrapartida, o depoimento de Mathieu Dreyfus, ouvido como testemunha, sofreu, diversas vezes, interrupções por risos e gritos, especialmente quando Mathieu afirmou que defenderia seu irmão em toda e qualquer parte. O depoimento do senador Scheurer-Kestner foi escutado com atenção até o momento em que ele disse possuir a certeza de que não fora Dreyfus o autor do relatório. A sessão a portas fechadas foi instalada após os depoimentos de Marguerite Pays,

³¹³ (*L'affaire Dreyfus: La question du huis clos, 1898*)

³¹⁴ (1995)

visivelmente aflita, e de Maurice Weil que nada declarou.

Assim, M. Picquart forneceu suas explicações a portas fechadas. Calmo, preciso, sem emoção aparente, relatou tudo o que sabia. Quando pronunciou o nome dos oficiais Billot, de Boisdeffre, de Mercier, o general Georges-Gabriel de Pellieux (1842-1900), calado até aquele momento, interveio, proibindo o depoente de envolver nomes importantes do Ministério da Guerra.³¹⁵

A hostilidade a M. Picquart era tão evidente que um dos juízes interpôs a pergunta se M. Picquart era o réu. M. Henry, em sua fala, atacou duramente o chefe da seção de estatística, uma violência premeditada, mas que M. Picquart soube muito bem responder. Sua precisão fez com que M. Henry se perdesse em relação a algumas datas, precisando o general Pellieux intervir.

Esterhazy escutava distraidamente, com ar de espectador entediado que assistia a uma representação teatral de má qualidade.³¹⁶ Após o pronunciamento de cinco horas do advogado de defesa, os juízes retiraram-se para deliberar. Em menos de cinco minutos, as portas foram abertas ao público e o general Charles Luxer pronunciou a sentença: “Por unanimidade, o comandante Esterhazy foi absolvido”. Os aplausos e os gritos eclodiram: “Viva o Exército!”, “Viva a França!”, “Morte aos judeus!”, “Abaixo o sindicato!”³¹⁷

Aproximadamente 1500 pessoas estavam no entorno do Cherche-Midi, elas aguardavam aquele que triunfara, quando o viram sair da prisão, com as mãos estendidas. Uma voz forte se fez escutar: “Tirem os chapéus diante do mártir dos judeus!”³¹⁸. O julgamento de Esterhazy configurava-se como a extensão ou o segundo julgamento de Alfred Dreyfus.

³¹⁵ (BREDIN, 1995)

³¹⁶ (REINACH, 1903, p. 213)

³¹⁷ (REINACH, 1903, p. 215)

³¹⁸ *Chapeau bas devant le martyr des Juifs!* (REINACH, 1903, p. 216)

O processo de Émile Zola

Em 13 de janeiro de 1898, dois dias após a absolvição de Esterhazy pelo Conselho de Guerra, Émile Zola publicou, em seis colunas, em *L'Aurore*, a conhecida carta ao presidente da república Félix Faure: *J'accuse!*. Um ato de acusação contra dirigentes políticos e altos oficiais.

Trezentos mil exemplares de *L'Aurore* foram vendidos rapidamente, pelo jornaleiros que urravam o título. Todo mundo, em Paris, leu *J'accuse* ou a ouviu. Passeatas formaram-se nas ruas, aos gritos de “Morte a Zola!”³¹⁹ Uma luta que se fazia nas calçadas.

Mais de quinze publicações anti-Dreyfus e anti-Zola foram lançadas nas ruas da capital e mascateadas em todo o país, entre janeiro e fevereiro de 1898. A ‘livraria de calçada’ atingia verdadeiros recordes de vendas. A *Réponse de tous le Français à Zola* (15 de janeiro), apenas dois dias depois do artigo de Zola no *L'Aurore*, teve tiragem de duzentos mil exemplares e reimpressão de igual quantia, em 12 de fevereiro, para o dia do julgamento de Zola.³²⁰ Havia pequenos cartazes com o texto: “A única resposta dos verdadeiros franceses ao italiano Zola: merda!”. O desenhista Louis-Henri Forain (1824-1904) arriscou uma caricatura, representando um alemão escondido atrás de um judeu que portava a máscara de Zola, em outra, Zola está se enforcando e, ao mesmo tempo, estendendo a um prussiano a carta *J'accuse*.

Os títulos atribuídos a Zola eram os mais diversificados: ‘fiel escudeiro do rei’; ‘grande latrineiro’; ‘rufião de Nana’; ‘Zola, a derrocada’. Os boatos e as injúrias surgiam de forma torrencial: ‘o dinheiro roubado dos honestos franceses pelos judeus seria utilizado para provocar, na rua, manifestações a favor do traidor’. Como resposta a este clima de ódio, escritores, artistas, cientistas juntaram-se a Zola e reivindicaram a revisão do processo de Dreyfus: Anatole France, Otacve Mirbeau, Claude Monet, Eugène Carrière, Victor Margueritte, Marcel Prévost, Jean Ajalbert, Marcel Proust, entre outros. Eles também sofreram o desprezo de parte da população.

³¹⁹ (TROYAT, 1992)

³²⁰ (MOLLIER, 2009)

O governo desejava, mais do que nunca, encerrar o processo. Havia, porém, setores, principalmente os conservadores, que estavam enfurecidos. O ministro da guerra, general Billot, impossibilitado de recuar, aconselhado por juristas e com o consentimento do Conselho de Ministros, decidiu denunciar Zola.

A imputação de crime tomou somente quinze linhas, trecho em que o criador de Rougon-Macquart acusou o Conselho de Guerra de ter inocentado Esterházy ‘por ordem’ e de ter ‘cometido o crime jurídico de absolver conscientemente um culpado’.

A manobra destinava-se a desarmar Zola que, muito provavelmente, não poderia conseguir a prova do que ele expunha. Graças a esse subterfúgio, descartou-se tudo o que dizia respeito ao processo Dreyfus, propriamente dito, para evidenciar o caso de Zola, o Conselho de Guerra o acusando de ter agido ‘por ordem’ e não ‘conscientemente’.

Em 7 de fevereiro de 1898, Zola compareceu diante dos juízes. Antes de chegar ao Palácio da Justiça, na companhia de seu advogado, M. Labori, de seu editor, M. Fasquelle, e de seu primo, M. Desjardins, declarou ao *Le Temps*:

Eu apresentarei então diante do júri uma perfeita serenidade da alma. Mas eu me defenderei, porque esta defesa é necessária à manifestação da verdade. Eu não tenho nenhum laço com a família Dreyfus. Eu jamais vi Mathieu Dreyfus e muito menos conheço Mme Dreyfus.³²¹

Na Praça Dauphine, uma parte da multidão gritava: ‘Abaixo Zola Abaixo crápula! Morte aos judeus!’ e outra: ‘Viva Zola’. O autor do Rougon-Macquart entrou na sala de audiência e sentou no banco dos réus.³²² Entre o público, identificou Jaurés, Rochefort, Gonse, Esterházy, Raymond Poincaré, inúmeros militares fardados, advogados, jornalistas, comediantes.

Os doze jurados foram sorteados. A primeira testemunha foi Lucie Dreyfus. Na noite da primeira audiência, a tensão aumentou. Zola pediu proteção ao prefeito de polícia para sair do tribunal. Nos dias seguintes foram ouvidos os militares. O general de Boisdeffre afirmou, o tempo todo, que não havia dúvida da culpabilidade de Dreyfus – estratégia utilizada pelos generais Gonse e Mercier. O comandante A. du Paty de Clam cumprimentou o tribunal; manteve um silêncio desdenhoso ao

³²¹ *J'apporterai donc devant le jury une parfaite sérénité d'âme. Mais je me défendrai, parce que cette défense est nécessaire à la manifestation de la vérité. Je n'ai aucun lien avec la famille Dreyfus. Je n'ai jamais vu M. Mathieu Dreyfus et je ne connais point Mme Dreyfus. (LE TEMPS, 8/02/1898) (Le procès Émilie Zola, 1898)*

³²² *(Le procès Émilie Zola, 1898)*

longo interrogatório. O coronel Henry alegou estar doente, exibindo um atestado médico, e obteve permissão para se retirar sem depor.³²³

O julgamento de Zola foi um acontecimento que colocou os franceses em movimento. Como uma espécie de prolongamento daquele de Dreyfus, dividiu a França. Mobilizou paixões. Marcel Proust, em seu romance autobiográfico *Jean Santeuil*, evidencia esta atmosfera: “Viva fulano, Abaixo Fulano [...]”. Os votos, atos de presença, as visitas indispensáveis, as negociações, os gritos [...]”³²⁴ Santeuil “[...] saía de manhã cedo para ir assistir no Tribunal do Júri o processo Zola, levando apenas alguns sanduíches e um pouco de café num cantil, lá permanecendo excitado, apaixonado [...]”³²⁵ O narrador proustiano descreve o momento em que Picquart entra na sala de audiência: “[...] com um pouco de deslumbramento e surpresa avançou até o presidente diante de quem parou com uma saudação, não militar, mas com um misto de timidez e de franqueza como alguém cujos gestos nada têm de formal e de aparatoso [...]”³²⁶ O depoimento do coronel Picquart estava sendo muito aguardado pela defesa de Zola.

Durante mais de uma hora, com voz tranquila, Picquart relatou o que tinha descoberto sobre Esterhazy, as manobras das quais fora vítima e sua tristeza por ter sido afastado do exército. Os revisionistas aclamaram-no publicamente. Depois de uma pausa, Picquart foi confrontado com seus antigos subordinados.³²⁷ Bertillon ofereceu ao tribunal de jurados algumas horas de verdadeira distração, explicando por que o relatório era, certamente, obra de Dreyfus. Diante de um lousa, defendeu seu famoso diagrama.³²⁸

Esterhazy só depôs no fim processo. Durante as audiências, ele profetizou que as ruas de Paris seriam cobertas por cem mil cadáveres antes da conclusão desse miserável caso. Afirmou que, se Dreyfus colocasse os pés na França, haveria cinco mil mortos nas ruas, advertindo que tinha projeto não só de falar, mas também de agir. Depois de insistentes conversas com o general Pelliex, que se tornara seu protetor, Esterhazy concordou em ficar calado quando interrogado. Compareceu

³²³ (TROYAT, 1992)

³²⁴ **Fonte bibliográfica inválida especificada.**

³²⁵ **Fonte bibliográfica inválida especificada.**

³²⁶ **Fonte bibliográfica inválida especificada.**

³²⁷ (BREDIN, 1995)

³²⁸ (BREDIN, 1995, p. 290)

para depor, escutou, mas não respondeu.³²⁹

Depois de condenar Dreyfus e inocentar Esterhazy, era hora de condenar Émile Zola pelo crime de difamação. A condenação do criador de Rougon Macquart foi consequência de sua relevante atuação na batalha pela revisão do processo Dreyfus. Uma luta que teve a escrita como instrumento e os jornais como suporte.

O fim de uma longa crise e de uma terrível injustiça

A última fase do episódio Dreyfus foi marcada pela libertação do capitão e por sua reabilitação final, em 1906, graças aos esforços de Jean Jaurès. Perdoado, em 19 de setembro de 1899, pelo presidente da república M. Émile Loubet, a partir desse momento, o primeiro-ministro M. Waldeck-Rousseau coordenou a elaboração de uma lei de anistia, a qual foi aprovada em dezembro de 1900.

Zola, Mirbeau e Joseph Reinach denunciaram, com vigor, a estratégia da presidência e do governo francês, a qual, sob o pretexto de pacificar os espíritos e restaurar o acordo, sacrificava, com a anistia, a justiça. Os defensores da verdade, mesmo tendo Dreyfus aceitado o perdão, continuaram a lutar pela anulação da sentença de Rennes.

A retomada do episódio foi discreta, a França estava cansada de uma guerra que se estendia por mais de dez anos. Na tarde de 12 de julho, o Capitão A. Dreyfus foi proclamado inocente. Sua luta terminou em julho de 1906, quando foi reintegrado às forças armadas.³³⁰

A relação de forças acabou se invertendo. À medida que as provas da inocência de Dreyfus surgiam e os republicanos moderados começavam a perceber que os verdadeiros inimigos da república não eram os defensores de Dreyfus, mas os nacionalistas antisemitas, outra realidade se impôs.

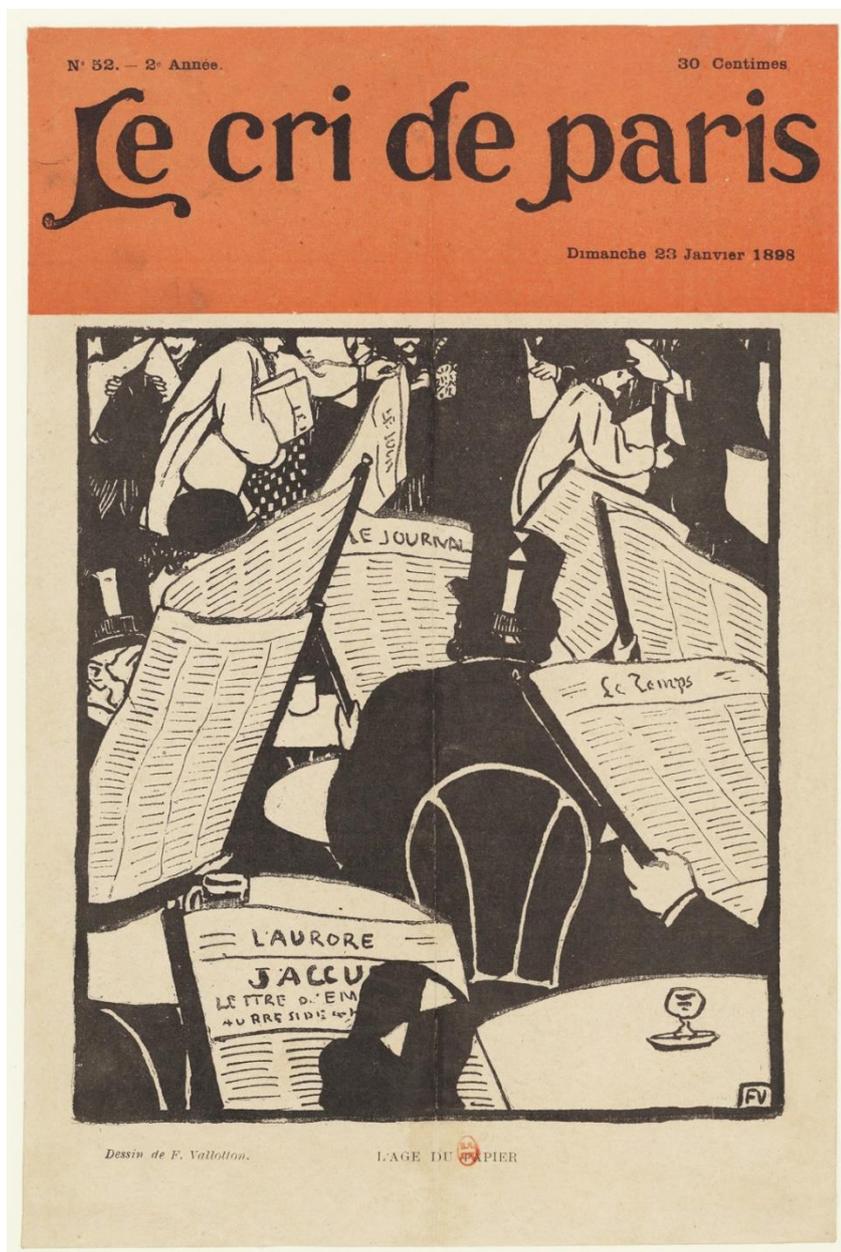
O novo ministro da guerra, Godefroy Cavaignac, descobriu, ao acaso, em agosto de 1898, que o documento que sustentara a condenação de Dreyfus era uma falsificação de autoria de Joseph Henry. Este foi preso e encontrou, oportunamente, em 31 de agosto de 1898, o 'suicídio' como desfecho.

³²⁹ (BREDIN, 1995, p. 290)

³³⁰ (DREYFUS, 1995)

O pedido de revisão interposto pela esposa de Dreyfus foi declarado admissível, em 29 de outubro, apesar das manobras processuais que tinham por objetivo retardar a decisão. Um novo julgamento de Dreyfus foi marcado, em Rennes, em agosto de 1899. Embora Walsin Esterhazy tenha confessado ser o autor do falso borderô que sustentara toda a acusação do capitão, a condenação de Dreyfus foi mantida com circunstâncias atenuantes. O veredito injusto e absurdo contribuiu para desacreditar a república francesa no mundo.

Os anos anteriores ao desfecho do episódio Dreyfus propiciaram uma transformação na relação da literatura com a política: para os escritores que se envolveram na batalha de Dreyfus, a questão do engajamento tornou-se indissociável da atividade literária. O papel do escritor desdobrava-se em um apelo à razão, que estaria mimetizado na figura do intelectual dreyfusista.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Figura 15: A efervescência dos jornais na Era do papel.

EPISÓDIO DREYFUS E A IMPRENSA

Considerações sobre a Opinião Pública

Opinião pública: mas ela existe? São muitos os sentidos atribuídos ao conceito de opinião pública. Em sentido subjetivo, ela pode ser compreendida como a avaliação do público, referindo-se a um conjunto de sujeitos que expressam o mesmo pensamento. Em sentido objetivo, é possível entendê-la como aquilo que é notório, designando opinião visível ou transparente. Pode-se pensar também em seu sentido instrumental: aquele que a equipara aos meios de comunicação, sendo tal expressão vinculada à imprensa ou à mídia de massa, identificada como um produto criado e formatado para ser hegemônico.

A discussão sobre a opinião pública está, frequentemente, associada à racionalidade, ao ideal de homem inteligente e bem informado, que se utiliza da crítica e da reflexão para obter conclusões racionais em relação a controvérsias. Esse justo equilíbrio entre razão e emoção, entretanto, não se constitui, muitas vezes, de forma plena, há, por consequência, fatores que o frustram, como o meio cultural, os valores sociais, a personalidade, a hereditariedade, a possibilidade ou impossibilidade de ter acesso à informação.

A expressão opinião pública com o significado de participação popular em eventos de interesse coletivo surgiu, segundo Candido Teobaldo de Souza Andrade³³¹, com Jean-Jacques Rousseau, na metade do século XVIII. Quando Rousseau, em *Do Contrato Social*, escreve que a vontade do povo é a única origem da soberania e das leis, ele coloca, no centro de lutas políticas, tal vontade que facilmente se pode relacionar ao que se conhece como opinião pública.

Eu teria nesta altura muitas reflexões a fazer sobre o simples direito de votar em todo ato de soberania, direito que ninguém pode subtrair ao cidadão, e sobre o direito de opinar, de propor, de dividir, de discutir, que o governo, com grande cuidado, sempre

³³¹ (Mito e realidade da opinião pública, 1964)

procura reservar apenas a seus membros.³³²

O século XIX iniciou sob a influência do pensamento democrático. Nesse contexto, a expressão opinião pública começou a ganhar a noção de um espaço abstrato disputável. O exercício da imprensa submetia-se a uma série de questionamentos filosóficos que demonstravam seu duplo desafio, o qual se inscreve no fato de viver do conflito e de tecer, no seio da comunidade, juízo, seja político ou não. O papel do jornalismo revela-se, então, como um interessante enigma da democracia que coexiste em duas cenas – a de ação e a de representação – a segunda oferecendo abertura simbólica aos conflitos que agem sobre a primeira, como problematiza Géraldine Muhlmann.³³³

Muitas vezes, a opinião da imprensa é confundida com a opinião pública, pelo poder de influência de jornalistas e/ou proprietários de veículos cujo acesso ao conteúdo difundido e seu controle sobre ele são totais, transformando em opinião pública a expressão dos opinantes: jornalistas e proprietários da mídia. Eis um desequilíbrio de forças, parafraseando Rousseau³³⁴, que, quando se apresenta, transforma a vontade geral em opinião vencedora, a qual tão somente é uma opinião particular imposta ao todo.

A problemática da opinião pública, dentro de um sistema ideias, indicia um debate, simultaneamente, arcaizante e moderno. Segundo Guibert: “A opinião pública é uma força nascida aproximadamente nos nossos dias [...] uma força invisível, uma força que não tem exército, nem tesouros, nem constância material e física como se fosse quimera.”³³⁵ Para Lippmann, a opinião pública está associada a “imagens mentais” veiculadas pela imprensa, as quais estão subjacentes à ação individual, “[...] assumimos que o que cada homem faz é baseado não em um conhecimento direto e certo, mas em imagens feitas por si próprio ou que lhe são dadas”³³⁶ – portanto uma inexistência. Conforme Bourdieu, a opinião pública não

³³² (ROUSSEAU, 2002)

³³³ (*Du journalisme en démocratie de*, 2004)

³³⁴ (*Do contrato Social*, 2002)

³³⁵ “*L’opinion publique est une force née presque de nos jours [...] une force invisible, une force qui n’avoit ni armées, ni trésors, ni constance matérielle et physique, paroissoit une chimère [...].*”

(GUIBERT, M.DCC.XC, p. 178)

³³⁶ (*Opinião Pública*, 2008)

existe, o que existe são opiniões constituídas e mobilizadas, grupos de pressão organizados em torno de um sistema de interesses explicitamente formulados³³⁷.

É possível pensar, segundo o pensamento de Pierre Bourdieu, que a opinião pública de fato não existe tal como foi concebida em um contexto democrático.³³⁸ O que se evidencia é o uso político de seu conceito. Embora tenha sido criado e desenvolvido na esteira de um pensamento teórico democrático, seu principal vetor – a participação de todos – foi se transformando. A apropriação simbólica do conceito de opinião pública modificou-se, à medida que ela passou a ter o sentido de vontade política do conjunto da sociedade e começou a ser mimetizada pela ideia de democracia ou com ela confundida.

A interpretação da sociedade moderna como sociedade de massa – na qual as pessoas estão expostas a um amplo sistema comunicacional – pode ser concebida através da crítica às condições vividas pelos indivíduos, especialmente nas aglomerações urbanas. A transformação urbana faz emergir um novo estágio para os meios de comunicação. Ela coloca em cena o discurso de grande alcance que impacta as pessoas: são textos e também imagens que agem sobre os leitores. As linguagens manifestam-se como potentes estruturas midiáticas, o que significa dizer que atuar sobre elas e no interior delas é atuar sobre pessoas.

Rousseau, na segunda *Carta a Malesherbes*, critica a opinião pública de seu tempo. Para ele esta corresponde à concepção de filósofos e de homens de letras, uma autêntica perversão do que deve ser a opinião pública, por ser composta por todas as pessoas de uma classe superior e todos os homens de crédito, escolhidos cuidadosamente.

Por consequência, a opinião pública, ao invés de ser uma força interna, autônoma, criada por e para todos, evidencia-se como uma força externa, resultado da opinião de apenas uns poucos que chamam para si a tarefa de serem porta-vozes da vontade geral. Traz consigo uma parcial uniformidade, não autorizando que cada um se manifeste tal como é, criando a necessidade de que todos tentem se aproximar de parâmetros e gostos impostos por uma minoria que detém prestígio e controle social.

³³⁷ (*L'opinion publique n'existe pas, 1984*)

³³⁸ (*L'opinion publique n'existe pas, 1984*)

Conforme Elisabeth Noelle-Neumann, os indivíduos, ao perceberem – ou imaginarem – que a maioria das pessoas pensa diferente, optam, no primeiro momento, pelo silêncio, e, posteriormente, por adaptarem, ainda que, muitas vezes, apenas verbalmente, suas opiniões às dos que eles imaginam formarem maioria.³³⁹ Disso resulta que, na verdade, a opinião pública não é necessariamente a opinião da maioria.

Com a consciência de que comunicação é um dos mecanismos pelos quais a sociedade organiza-se, de que as relações humanas existem e desenvolvem-se graças a ela, de que do domínio do espaço e do tempo resulta da comunicação³⁴⁰, explicitam-se alguns elementos sobre o episódio Dreyfus. Uma reflexão que relaciona processos políticos a atividades jornalísticas. Abordagem que se mostra fundamental, porque, como escreve Mattelart, a comunicação transforma o universo em uma imensa comunidade e a gerencia de forma invisível.³⁴¹

A estratégia jornalística de Émile Zola

Nos dias que se sucederam à degradação, a imprensa começou a publicar supostas confissões de Dreyfus, em versões diversas. Era a construção definitiva de sua culpabilidade. A cidade de Paris foi tomada por boatos e rumores de que Dreyfus havia confessado seu crime. A origem dessas falsas notícias foram os oficiais que teriam conversado com M. Lebrun-Renaud da guarda republicana, depois da cerimônia de Alfred Dreyfus.

Enquanto o capitão Dreyfus aguardava o ato público de degradação, trocou algumas palavras com o capitão da guarda republicana, M. Lebrun-Renaud, com o objetivo de romper o silêncio. Um diálogo propositalmente confuso que envolvia as palavras: confissão e suicídio: “O capitão Lebrun-Renaud, com rara leviandade, criou ou deixou que se criasse a lenda da confissão, de cuja existência só vim a saber em janeiro de 1899.”³⁴²

³³⁹ (A Espiral do Silêncio, 2017)

³⁴⁰ (MATTELART, 2001, p. 40)

³⁴¹ (Comunicação mundo - História das ideias e das estratégias, 2001)

³⁴² (DREYFUS, 1995, p. 126)

- *Le récit d'un témoin* : boatos de uma confissão

Os boatos ganharam estatura formal, quando o próprio Lebrun-Renaud, em um baile público no *Moulin-Rouge*, na companhia de amigos, deixou de lado a prudência. Orgulhoso do papel que desempenhara, contou a Eugène Clisson, jornalista do *Le Figaro*, a conversa que tivera com Dreyfus.

O redator, depois de ouvi-lo, correu à sede do jornal para redigir a matéria: *Le récit d'un témoin*.³⁴³ As bravatas de M. Lebrun-Renaud tornaram-se, a partir desse momento, um problema de Estado. O presidente da república, M. Casimir-Perier, após reunião do Conselho, não escondeu seu descontentamento e ordenou pessoalmente a Lebrun-Renaud que nenhuma palavra mais fosse pronunciada a respeito da presumida confissão de Dreyfus.³⁴⁴ No dia seguinte, o mesmo jornal publicou nota desmentindo a entrevista de M. Lebrun-Renaud³⁴⁵: o esclarecimento chegou à redação através da Agência Havas:

O Ministro da Guerra interrogou o capitão da guarda republicana Lebrun-Renaud (*sic*) sobre as informações que, por certos jornais, lhe são atribuídas, relativas a uma conversa com o ex-capitão Dreyfus. O Capitão Lebrun-Renaud garantiu ao ministro que não havia feito qualquer relato a nenhum organismo nem representante da imprensa.³⁴⁶

***Uma vida de cristal*³⁴⁷: Auguste Scheurer-Kestner**

Um período de silêncio estabeleceu-se até ser delineada a segunda fase do processo Dreyfus, no outono de 1897. As descobertas de Mathieu Dreyfus e do coronel Picquart marcaram um novo momento para *L'affaire Dreyfus*. Por caminhos diferentes, os dois perceberam indícios que apontavam o comandante Esterhazy como o verdadeiro autor do borderô. Esse período compreendeu igualmente o julgamento de Esterhazy com sua respectiva absolvição e o exílio de M. Picquart na Tunísia, orientado a permanecer em silêncio.

³⁴³ (CLISSON, 1895, p. 2)

³⁴⁴ M. Casimir-Perier afirmou isso, em seu testemunho, no processo de Rennes.

³⁴⁵ (AGENCE HAVAS, 1895, p. 1)

³⁴⁶ Agence Havas a communiqué hier à la presse la note-suivante. Le ministre de la guerre a interrogé le capitaine de la garde républicaine Lebrun-Renault sur les affirmations qui lui sont attribuées par certains journaux relativement à une conversation avec l'ex-capitaine Dreyfus. Le capitaine Lebrun-Renault a certifié au ministre qu'il n'a fait aucune communication à aucun organe ni représentant de la presse. (AGENCE HAVAS, 1895, p. 1)

³⁴⁷ *Une vie de cristal* " (ZOLA, 1999, p. 40)

A resistência de Auguste Scheurer-Kestner (1833-1899), à época vice-presidente do Senado, em acreditar na culpabilidade de Dreyfus traduziu-se em um empenho que tanto emocionou como estruturou estrategicamente a defesa. Para o senador, a opção era lutar, o que lhe restava de força e de vida estaria a serviço da inocência de Dreyfus. Com a segurança de que não estava só, sua convicção era da justa e inevitável reparação.

O que me resta de força e vida coloco a serviço do inocente. Mas eu não estou só, vejo no entorno de mim numerosos amigos que estimo e que me aprovam. Nós esperamos, com nossa consciência segura, a justa, a inevitável reparação.³⁴⁸

Em novembro de 1897, Émile Zola recebeu, em sua residência, à rue Bruxelles, Paris, um cartão de visita com a seguinte mensagem: “Scheurer-Kestner, vice-presidente do Senado, clama a M. Émile Zola que lhe conceda o prazer de almoçar sábado, 13 de novembro, ao meio-dia.”³⁴⁹ Na resposta, enviada imediatamente, sobre o mesmo cartão, o autor de *Rougon Macquart*, afirmou estar muito contente em aceitar o amável convite. Nada poderia se deduzir das vagas palavras, impregnadas de polidez: esse era hábito comum. Essa troca de mensagens anunciava, no entanto, uma entrevista cujas consequências seriam decisivas para os desdobramentos do episódio Dreyfus.³⁵⁰

Sábado, 13 de novembro, a alguns passos do Champs-Élysées. Na residência situada ao número 8, da rue Pierre-Charron, Zola encontrou três pessoas que, como ele, haviam sido convidadas: o advogado Louis Lebois com o colega Louis Sarrut (1850-1927) e o romancista Marcel Prévost (1862-1941). A cena foi descrita pelo senador em seu livro de memórias. M. Scheurer-Kestner, então com a idade de 65 anos, químico de formação, pertencia a uma família bem-sucedida de industriais alsacianos e estava no auge de sua carreira política.

A refeição era de excelente qualidade, no entanto Zola comeu pouco. Recusou o licor e bebeu água. No fim do almoço, deslocaram-se até a sala. M. Lebois tomou a palavra para contar tudo o que ficara sabendo sobre as investigações de Picquart: os novos fatos descobertos, suas suspeitas e também a

³⁴⁸ *(Une lettre de M. SCHEURER-KESTNER, 1898, p. 2)*

³⁴⁹ *Scheurer-Kestner, vice-président du Sénat, prie M. Émile Zola de lui faire le plaisir de venir déjeuner samedi 13 novembre à midi. [...] Très heureux d’accepter l’aimable invitation à déjeuner de M. Scheurer-Kestner” (PAGÈS, 2008, p. 37)*

³⁵⁰ *(PAGÈS, 2008)*

última entrevista de Picquart com Esterhazy. Falou sobre as inúmeras advertências aos generais Boisdeffre e Gonse e, em especial, sobre a troca de cartas entre o chefe da seção de estatística e M. Gonse, nas quais o general reconhecia o problema, mas recomendava prudência na revelação da verdade até o exílio, na Tunísia, de M. Picquart.³⁵¹

Durante nossos relatos, Zola mergulhava na poesia.
É comovente! Dizia ele de tempo em tempo.
Seu pequeno corpo parecia subir nas cortinas para melhor
entender e melhor ver
E ele se exclamava:
É apaixonante! É horrível! É um drama terrível!³⁵²

O senador evocou uma longa conversa que tivera, em 30 de outubro, com o general Billot, seu amigo de longo tempo, na qual lhe suplicou que tomasse a situação em suas mãos. M. Billot, segundo as palavras do senador, pediu um prazo de 15 dias, passados os quais, ele nada fez. Por esta razão, Scheurer-Kestner considerou-se liberado para se engajar, tendo a intenção de fazê-lo por meio de uma carta aberta, confiada aos jornais.³⁵³

O senador relatou ainda a descoberta de Mathieu Dreyfus. Por intermédio do banqueiro Castro, o irmão do capitão Dreyfus soubera quem era o autor do borderô (idem). M. Castro, ao acaso, folheando seus papéis, encontrara a reprodução do *fac-símile* publicado pelo *Le Matin*³⁵⁴, em 10 de novembro de 1896, e identificara a letra como sendo a de um de seus clientes.³⁵⁵ M. Scheurer-Kestner explicou, por fim, quais eram suas razões, para reunir dois homens de letras: Émile Zola e Marcel Prévost. Ele desejava tomar conselhos com pessoas habituadas a se dirigir às massas, dois romancistas célebres e situados em domínios diferentes. Após a exposição dos fatos, Zola explicou sua estratégia:

[...] é necessário que M. Scheurer-Kestner dirija-se ao público, ao grande público. É preciso que se movimente a massa, dizendo-lhe

³⁵¹ (SCHEURER-KESTNER, 1988)

³⁵² *Zola nageait dans la poésie pendant nos récits :*

C'est empoignant ! disait-il de temps en temps.

Son petit corps paraissait monter dans les rideaux pour mieux entendre et mieux voir.

Et il s'exclamait : (SCHEURER-KESTNER, 1988, p. 179)

C'est passionnant ! C'est horrible ! C'est un drame épouvantable ! (SCHEURER-KESTNER, 1988, p. 179)

³⁵³ (SCHEURER-KESTNER, 1988)

³⁵⁴ (*La preuve*, 1896)

³⁵⁵ (REINACH, 1903, p. 678)

simples, mas claramente o que fez e o que pretende fazer. A hora é essa. Sua carta será um grande passo à frente
 – Mas em paralelo à carta de M. Scheurer-Kestner, continua Zola, é necessário ocupar o público com narrações ofertadas em pequenas doses, dia a dia.³⁵⁶

A partir desse momento, os acontecimentos desenvolveram-se rapidamente. No dia seguinte, *Le Figaro* publicou as revelações de Emmanuel Arène(1856-1908), redator do periódico e também deputado. No texto assinado com o codinome ‘Vidi’, o episódio Dreyfus foi apresentado através dos principais argumentos que jogavam a favor da revisão processo. Provocando uma espécie de suspense, o artigo não citou o nome de M. Esterhazy. Com um tom oficial, passou a ideia de que leitor deveria esperar progressivamente pela verdade e concluiu que sua intenção era a de informar e não a de comentar.³⁵⁷

A provocação surtiu resultado, o campo adversário não tardou a se manifestar. Através do *La Libre Parole*, utilizando o pseudônimo ‘Dixi’, M. Henry e M. Esterhazy, em 15 de novembro, refutaram os argumentos em artigo do *Le Figaro*. *Le Temps*³⁵⁸, no mesmo dia, publicou o artigo “*L’affaire Dreyfus - L’enquête de M. Scheurer-Kestner*”. No dia 17, todos os jornais publicaram um texto de Mathieu Dreyfus que lançava o nome Esterhazy:

M. Mathieu Dreyfus, o irmão do detido na Ilha do Diabo, enviou, ontem à noite, ao ministro da guerra [...] Eu tenho a honra de lhe informar que o autor desta peça é M. le comte Walsin-Esterhazy, comandante da infantaria, colocado na reserva por enfermidade temporária, na última primavera.³⁵⁹

A estratégia de Émile Zola dava sinais de sucesso. O assunto voltava a ser pauta. *Le Figaro* publicou um comunicado de Esterhazy divulgado pela Agência.³⁶⁰ *Le Gaulois* explicou que uma nova fase do *L’affaire Dreyfus* se estabelecia – a do

³⁵⁶ – *Ce qu’il faut faire, dit Zola quand nous avons eu terminé d’expose les fait, c’est que M. Scheurer-Kestner s’adresse enfin au public, au grand public. Il faut qu’il remue la masse en lui disant simplement mas carrément ce qu’il a fait et ce qu’il compte faire. Il n’en est que temps. Sa lettre fera un grand pas en avant [...].*

– *Mais à côté de la lettre de M. Scheurer-Kestner, poursuit Zola, il faut occuper le public par des récits donnés en petites tranches, au jour le jour. (SCHEURER-KESTNER, 1988, p. 180)*

³⁵⁷ (Le dossier de M. Scheurer-Kestner, 14)

³⁵⁸ (1897)

³⁵⁹ M. Mathieu Dreyfus, le frère du détenu de l’Ile de Diable, a envoyé, hier soir, au ministre de la guerre [...].

J’ai l’honneur de vous faire connaître que l’auteur de cette pièce est M. le comte Walsin-Esterhazy, commandant d’infanterie, mis en non-activité pour infirmités temporaires, au printemps dernier. (LE TEMPS, 17/11/1897) (Lettre de Mathieu Dreyfus, 1897)

³⁶⁰ (L’affaire Dreyfus: La journée d’hier, 1897)

comandante Esterhazy.³⁶¹ *Le Petit Journal* esclareceu: o ministro da guerra – guardião das forças armadas, encarregado de velar pela defesa nacional e a segurança do país – não faltaria com seu dever.³⁶² O incidente estava fechado.

Zola acompanhou os acontecimentos dia a dia. Ele havia ficado tocado pelo drama de Alfred Dreyfus, porém, quando estivera na residência do vice-presidente do Senado, não havia assumido nenhum tipo de compromisso. A determinação do senador o comovia e reforçava sua admiração, no entanto a forma como M. Lebois movimentava-se deixava Zola pouco à vontade.³⁶³

Zola hesitava. Lembrava-se da visita de Bernard Lazare, no início de novembro, quando este publicara sua segunda brochura, com a análise da escritura do borderô feita por especialistas internacionais. O autor naturalista mantinha certa distância, apesar de ter dito a François Coppée que acreditava na inocência Dreyfus.³⁶⁴

Em carta para Alexandrine (1839-1925), sua esposa, o autor de Rougon Macquart afirmou que não interviria porque não tinha nenhuma qualidade para fazê-lo. A Alfred Bruneau (1857-1934), compositor e chefe da orquestra francesa, Zola declarou: “ignoro o que farei. Mas farei seguramente alguma coisa [...] como não tentar impedir esta iniquidade?”³⁶⁵

Em 23 ou 24 de novembro, Zola confessou à sua esposa que havia redigido um artigo sobre Scheurer-Kestner e o *l'affaire* Dreyfus: “Estou assombrado, não durmo mais, é necessário que eu me liberte. Sinto-me covarde por me calar. Por pior que sejam as consequências, sou suficientemente forte, eu enfrento tudo.”³⁶⁶ Surgia a necessidade de as palavras do criador de Rougon Macquart libertarem-se.

Émile Zola assim o fez. Sua primeira intervenção foi publicada em 25 de novembro de 1897, por meio de um artigo no *Le Figaro*, intitulado “M. Scheurer-Kestner”, o qual terminava com a sentença famosa e profética que congregou os aliados de Dreyfus: ‘A verdade está em marcha e nada a deterá!’³⁶⁷ Afirmando não poder entrar em detalhes sobre o episódio Dreyfus, defendia que a justiça deveria

³⁶¹ (*Une nouvelle phase L'affaire Dreyfus: le commandant Esterhazy*, 1897)

³⁶² (*L'affaire Dreyfus*, 1897)

³⁶³ (PAGÈS, 2008)

³⁶⁴ (REINACH, 1903, p. 680)

³⁶⁵ *J'ignore ce que je ferai, mais je ferai sûrement quelque chose [...] comment ne pas essayer d'empêcher cette iniquité ?* (BRUNEAU, 1932, p. 112) (apud BRUNEAU, 1932, p. 112).

³⁶⁶ *J'étais hanté, je n'en dormais plus, il a fallu que je me soulage. Je trouvais lâche de me taire. Tant pis pour les conséquences, je suis assez fort, je brave tout.* (apud PAGÈS, 2008, p. 43)

³⁶⁷ *La vérité est en marche, et rien ne l'arrêtera !* (ZOLA, 1999, p. 44)

seguir seu curso. Sua intenção era defender a pessoa de M. Scheurer-Kestner, vítima de uma campanha de calúnias. “Quero testemunhar: uma vida de cristal, a mais transparente, sem vício, sem a menor fraqueza. Uma mesma opinião, constantemente seguida, sem ambição militante.”³⁶⁸ A expressão ‘vida de cristal’, que homenageava o senador, inscreveu-se na memória coletiva: os partidários de M. Scheurer-Kestner a reproduziram com entusiasmo, a ponto de os inimigos do senador a ridicularizarem, associando-a não à nitidez ou à transparência, mas à fragilidade de um copo que pode ser feito em pedaços.³⁶⁹

Como a maior parte dos apoiadores de Dreyfus, Zola possuía uma visão romanesca do episódio, a qual se apoiava na lógica de uma narrativa, em que seria suficiente, para tudo estar terminado, apenas o conhecimento do traidor. Ninguém imaginava que as coisas pudessem se prolongar. A tomada de consciência tanto da duração como da profundidade da crise moral que agitava o país havia chegado, especialmente quando o debate público se reestabelecera pela intervenção de Zola.

Le Syndicat

Nas discussões públicas de dezembro de 1897, a reflexão sobre os acontecimentos ganhou uma força para além de participações ou atitudes individuais. O artigo: *Le Syndicat*, de autoria de Zola, publicado no *Figaro*, em 1º de dezembro, exemplifica essa outra característica. Era uma ação coletiva, um complô: uma poderosa organização na sombra. Uma conspiração para glorificar o traidor e afundar a França. Os judeus, escreve Zola, ironizando, fizeram dinheiro e com isso compraram a honra de seus cúmplices, a portas abertas: “Meu Deus! não imagino o que eles já podem ter gasto!”³⁷⁰

Ao evocar a tese do ‘sindicato’ que, conforme a imprensa nacionalista, financiaria a campanha dos defensores do capitão traidor, o romancista construiu sua argumentação de maneira provocativa. Obviamente, o sindicato zoliano não era uma congregação real que reunia judeus endinheirados, ele existia, no imaginário antidreyfusard, em sua força moral abstrata. Zola tirou proveito da ideia dos acusadores do capitão.

³⁶⁸ [...] *une vie de cristal, a plus nette, la plus droite. Pas une tare, pas la moindre défaillance. Une même opinion, contentement suivie, sans ambition militante [...].* (ZOLA, 1999, p. 40)

³⁶⁹ (PAGÈS, 2008)

³⁷⁰ *Mon Dieu! je ne sais pas ce l qu'ils ont pu dépenser déjà.* (ZOLA, 1999, p. 48).

Um sindicato para agir sobre a opinião pública, para curá-la da demência em que a imprensa ignóbil a lançou, para reconduzi-la à sua grandeza e à sua generosidade seculares. Um sindicato para repetir, toda manhã, que nossas relações diplomáticas não estão em jogo, que a honra das forças armadas não está em causa [...]. Um sindicato para conduzir uma campanha até que a verdade seja feita, até que a justiça seja restituída [...] A esse sindicato, ah! sim, sou filiado e espero que todos os homens corajosos da França se filiem!³⁷¹

A família Dreyfus defendeu o criador de Rougon-Macquart, pois tinha todo e qualquer direito ou mesmo o dever de advogar por um dos seus. Afirmando também ser indecente que os jornais lançassem injúrias a Mathieu Dreyfus simplesmente por ser ele irmão do suposto traidor da pátria.

Le Procès-verbal

Em 5 de dezembro, Zola publicou outro artigo: *Le Procès-verbal*. Sua ideia era apresentar os elementos que haviam construído uma atmosfera de angústia e de generosa cólera, um verdadeiro espetáculo capaz de lançar o burguês pacífico ao martírio. A ação da imprensa que excitava as paixões. Os jornais populares aproveitaram as circunstâncias para aumentar as vendas e agitar as multidões. Zola não lhes poupou críticas:

Mas que tristeza esses cérebros de polemistas envelhecidos, agitadores alienados, patriotas estreitos, transformados em condutores de homens que cometem o mais nefasto dos crimes, o de obscurecer a consciência pública e desencaminhar todo um povo!³⁷²

Em contraste com essa imprensa corrompida, estava o que Zola denominou de a grande imprensa, que não era grande pelo volume de sua tiragem, mas, sobretudo, por ser séria e honesta. Nesta imprensa, os jornais concentraram-se a

³⁷¹ *Un syndicat pour agir sur l'opinion, pour la guérir de la démence où la presse immonde l'a jetée, pour la ramener à sa fierté, à sa générosité séculaires. Un syndicat pour répéter chaque matin que nos relations diplomatiques ne sont pas en jeu, que l'honneur de l'armée n'est point en cause [...]. Un syndicat pour démontrer que toute erreur judiciaire est réparable et que s'entêter dans une erreur de ce genre, sous le prétexte qu'un conseil de guerre ne peut se tromper, est la plus monstrueuse des obstinations, la plus effroyable des infailibilités. Un syndicat pour mener campagne jusqu'à ce que la vérité soit faite, jusqu'à ce que la justice soit rendue, au travers de tous les obstacles, même si des années de lutte sont encore nécessaires.*

De ce syndicat, ah ! oui, j'en suis, et j'espère bien que tous les braves gens de France vont en être ! (ZOLA, 1999, p. 54)

³⁷² *Mais quelle tristesse, ces cerveaux de polémistes vieillis, d'agitateurs déments, de patriotes étroits, devenus des conducteurs d'hommes, commettant le plus noir des crimes, celui d'obscurcir la conscience publique et d'égarer tout un peuple !* (ZOLA, 1999, p. 58)

registrar tudo – tanto a verdade como o erro – com apurado escrúpulo e sempre tomaram, segundo o conceito zoliano, o partido da humanidade.

O antissemitismo do momento cegou os espíritos. Os clamores patrióticos jogaram com o medo da opinião e impediram que a verdade surgisse. A análise de Émile Zola evidenciou-se, de forma lúcida, ao detalhar as motivações que conduziram a cisão da opinião pública em dois grandes polos. Tocando a lógica da argumentação nacionalista, o autor tirou o véu do discurso antissemita associado ao religioso.

Eu já disse o quanto essa campanha bárbara, que nos conduz a mil anos atrás, revolta meu desejo de fraternidade, minha paixão pela tolerância e pela emancipação humana. Retornar às guerras religiosas, recomeçar as perseguições [...], querer que uma raça extermine a outra [...] parece-me, sobretudo, imbecil.³⁷³

Lettre à la jeunesse³⁷⁴

Lettre à la jeunesse foi publicada em formato de brochura, posta à venda em 14 de dezembro de 1897. Zola decidira continuar sua campanha através de uma série de brochuras. De início, teve a ideia de lançar uma por semana, regularmente, em dia fixo. Depois, preferiu decidir ele mesmo as datas de publicação, de modo a poder escolher o tempo apropriado e a intervir apenas nos assuntos que julgasse úteis e somente nos dias que considerasse oportunos.³⁷⁵ A forma de publicação relacionava-se mais com o desejo do autor de estar absolutamente livre para escrever do que com a dificuldade de encontrar jornais que aceitassem seus artigos.

Nessa carta aberta, Zola dirigiu-se diretamente à juventude e demandou-lhe não somente se engajar, como também se indignar. Apoiando-se na razão e nos sentimentos, o autor mostrou, por intermédio de sua escrita, a esperança inerente e necessária que a juventude porta em si. O texto foi uma resposta ao contexto ambíguo do movimento de jovens intelectuais.

O episódio Dreyfus mobilizou a juventude parisiense. Uma mobilização que foi contra e pró Dreyfus. O processo Zola (de 7 de fevereiro a 2 de abril de 1898) sensibilizou a juventude dreyfusista. A antidreyfusista demonstrou seu entusiasmo

³⁷³ *J'ai déjà dit combien cette campagne barbare, que nous ramène de mille ans en arrière, indigné mon besoin de fraternité, ma passion de tolérance et d'émancipation humaine. Retourner aux guerres de religion, recommencer les persécutions religieuses, vouloir qu'on s'extermine de race a race [...] me semble surtout imbecile.* (ZOLA, 1999, p. 60)

³⁷⁴ *Carta à juventude.*

³⁷⁵ (ZOLA, 1999, p. 66)

com a petição do Monumento Henry. Os estudantes antidreyfusards movimentaram-se quando Charles Maurras, em seu jornal, *La Gazeta de France*, lançou uma campanha que tinha como objeto o Monumento Henry. A proposta era transformar o coronel Henry em mártir.³⁷⁶ Em dezembro de 1898, o *La libre Parole* promoveu uma subscrição que tinha igualmente a finalidade de restabelecer a honra “do oficial francês morto, assassinado pelos judeus”. O abaixo-assinado foi um triunfo. Em menos de um mês, o jornal de Drumont arrecadou 131 mil francos e recolheu 25 mil assinaturas, a maioria de operários e artesãos, especialmente das indústrias de confecções, onde a presença dos judeus era importante, mas também de oficiais e de estudantes. Cerca de 9% das assinaturas eram de jovens portadores de sentimento antissemita.³⁷⁷

Jovens antissemitas, então isso existe? Há então cérebros novos, almas novas, que esse veneno imbecil já desequilibrou? Que tristeza, que inquietude para o século XX que vai se abrir!³⁷⁸

A mobilização não era uma novidade, visto que havia uma tradição de os estudantes se mobilizarem. O inédito era o nascimento de um movimento estudantil de direita, violento e orgânico, que permaneceria estruturado inclusive no século seguinte. Até então, os incidentes de rua, nos quais estavam implicados estudantes, possuíam uma orientação de esquerda ou de combate à autoridade estabelecida. Com o episódio Dreyfus, desenvolveu-se a contestação ao regime em nome de um autoritarismo maior. Essa motivação, no entanto, estava longe de ser a única desses jovens. O ineditismo das manifestações, que ilustraram a evolução do episódio, também foi uma oportunidade para denunciar pequenos poderes.

Alguns professores que haviam se declarado a favor da causa da revisão do processo Dreyfus foram alvo de protestos. O professor Victor Basch³⁷⁹ (1863-1944), por exemplo, foi objeto de uma manifestação de estudantes em Rennes, em 23 de janeiro de 1898. Em fevereiro do mesmo ano, a *École des Chartes*³⁸⁰ publicou um desagravo que apoiava o arquivista Robert Lasteyrie (1849-1921) contra o filólogo

³⁷⁶ (BACHOLLET, 2007)

³⁷⁷ (BREDIN, 1995, p. 398)

³⁷⁸ Des jeunes gens antisémites, ça existe donc, cela ? Il y a donc des cerveaux neufs, des âmes neuves, que cet imbécile poison a déjà déséquilibrés ? Quelle tristesse, quelle inquiétude, pour le vingtième siècle qui va s'ouvrir ! (ZOLA, 1999, p. 74)

³⁷⁹ <http://www.dreyfus.culture.fr/fr/bio/bio-flash-victor-basch.htm>

³⁸⁰ A *École des Chartes* é uma importante instituição francesa de ensino constituinte da PSL- Université de Paris, fundada em 1821 por Louis XVIII. Disponível em: <http://www.chartes.psl.eu/en>. Acesso: 11/01/2020.

M. Paul Meyer (1840-1917), e o bibliotecário Auguste Molinier (1851-1904), especialistas citados no processo Zola.³⁸¹

Foi neste contexto que Zola tomou a palavra em seu nome, empregando a primeira pessoa, descrevendo no passado o papel da juventude:

Ah! quando eu era jovem, eu a vi estremeando todo o *Quartier Latin* com dignas paixões da juventude, o amor à liberdade, o ódio à força bruta, que esmaga os cérebros e comprime os espíritos. Eu a vi, durante o Império, fazendo sua brava obra de oposição, por vezes até injusta, mas sempre em um excesso de livre emancipação humana.³⁸²

O romancista não esqueceu os que estiveram antes dele nessa luta. Para este registro, o autor escolheu empregar a primeira pessoa do plural, transformando-se em porta-voz de um coletivo que ultrapassava sua figura – os defensores de Dreyfus:

Nós, os veteranos, os mais velhos, nós te deixamos o formidável conjunto de nossa apuração, muitas contradições e obscuridades talvez [...] os fundamentos [...] deste vasto edifício da ciência que debes continuar a construir por tua honra e tua felicidade.³⁸³

Em *Lettre à la jeunesse*, Zola colocou-se em ação com o objetivo de incidir no cenário que estava se configurando entre os jovens, especialmente em relação às recentes mobilizações críticas ao senador Scheures-Kestener. Seu apelo possuía direção certa: a juventude intelectual do Quartier Latin: “Ó juventude, juventude! Suplico-te, pensa na grande tarefa que te espera!”³⁸⁴. O autor evocou o presente dividido entre as conquistas do passado e as projeções do futuro.

Então é verdade, todo o grande e leal passado desmoronou para M. Scheurer-Kestner. [...] a juventude de nossas escolas oferece ao mundo o espetáculo de vaiar M. Scheurer-Kestner [...]. [...] que aflitivo sintoma tal movimento, por mais restrito que seja, poder se

³⁸¹ (CHARLE, 1996, p. 73)

³⁸² *Ah ! quand j'étais jeune moi-même, je l'ai vu, le Quartier latin, tout frémissant des fières passions de la jeunesse, l'amour de la liberté, la haine de la force brutale, qui écrase les cerveaux et comprime les âmes. Je l'ai vu, sous l'Empire, faisant son œuvre brave d'opposition, injuste même parfois, mais toujours dans un excès de libre émancipation humaine. (ZOLA, 1999, p. 68)*

³⁸³ *Nous, les vieux, les aînés, nous te laissons le formidable amas de notre enquête, beaucoup de contradictions et d'obscurités peut-être [...] les fondements [...] de ce vaste édifice de la science que tu dois continuer à bâtir pour ton honneur et pour ton bonheur. (ZOLA, 1999, p. 75)*

³⁸⁴ *Ô jeunesse, jeunesse ! Je t'en supplie, songe à la grande besogne qui t'attend. (ZOLA, 1999, p. 75)*

produzir nesta hora no *Quartier Latin*!³⁸⁵

A narrativa zoliana propunha-se ao diálogo, a uma alternância de vozes desejando ser, sobretudo, escutado. A escolha da segunda pessoa do singular para organizar parte de sua construção textual clama a necessidade de a juventude de estar atenta, de tomar consciência de seu passado, de suas responsabilidades e de seus desafios. Zola realiza uma espécie de personificação da juventude, imprimindo com sua estratégia textual, um ar de familiaridade e proximidade: “És construtora do futuro, vais lançar os alicerces do próximo século [...]”; “Se tu te sentes independente, se podes ir e vir à vontade, expor na imprensa o que pensas, ter opinião e exprimi-la publicamente, é porque teus pais deram sua inteligência e seu sangue para isso”; “tu não nasceste sob a tirania, tu ignoras o que é despertar a cada manhã com a bota de um patrão sobre o peito, tu não combatestes para escapar do sabre do ditador [...]”; “se a ideia de justiça se obscurecer em ti, tu correrás todos os perigos; mas tu, tu, que ainda choras, que és sensível a todas as misérias, a todas as piedades, por que não assumes o sonho cavalheiresco, se em algum lugar existir um mártir que sucumbe ao ódio, de defender sua causa e de libertá-lo?” “Quem, senão tu, tentará a sublime aventura [...] enfrentando uma multidão em nome da justiça ideal?”³⁸⁶

Tratava-se de tocar as sensibilidades, de emocionar as consciências – “Juventude, juventude! Sê humana, sê generosa” –, de buscar engajamento para seu combate. O apelo zoliano revela-se ora como conselho, ora imperativo: “Juventude, juventude! Permanece sempre com a justiça!”³⁸⁷

³⁸⁵ *Alors, c'est vrai, tout le loyal et grand passé a dû s'écrouler chez M. Scheurer-Kestner. [...] la jeunesse de nos écoles donne au monde ce spectacle d'aller huer M. Scheurer-Kestner, [...] quel symptôme affligeant qu'un pareil mouvement, si restreint qu'il soit, puisse à cette heure se produire au Quartier latin !* (ZOLA, 1999, p. 73-74)

³⁸⁶ *"Tu es l'ouvrière future, tu vas jeter les assises de ce siècle prochain [...] ". " Si tu te sens indépendante, si tu peux aller et venir à ton gré, dire dans la presse ce que tu penses avoir une opinion et l'exprimer publiquement, c'est que tes pères ont donné de leur intelligence et de leur sang. Tu n'es pas née sous la tyrannie, tu ignores ce que c'est que de se réveiller chaque matin avec la botte d'un maître sur la poitrine, tu ne t'es pas abattue pour échapper au sabre du dictateur [...] ". " Si l'idée de justice s'obscurcissait en toi, tu irais à tous les périls ". " [...] mais toi, toi, que pleures encore, qui dois être acquise à toutes les misères, à toutes les pitiés ! Comment ne fais-tu pas ce rêve chevaleresque, s'il est quelque part un martyr succombant sous la haine, de défendre sa cause et de le délivrer ? " Qui donc, si ce n'est toi, tentera la sublime aventure [...] tiendra tête à un peuple, au nom de l'idéale justice ? " (ZOLA, 1999, p. 75-77)*

³⁸⁷ *Jeunesse, jeunesse ! Sois toujours avec la justice.* (ZOLA, 1999, p. 76)

O impulso de Zola era para que a juventude se comovesse com o drama da condenação de Dreyfus e com a angústia dos que o defendiam, dos que tinham consciência do erro judiciário. Era um chamamento à dúvida – “Que admita um só instante o possível erro, diante de um castigo tão desmedido”–, para o reencontro com a natural tarefa dos jovens de apaixonarem-se por uma causa e colocarem-se em posição de, em meio à discórdia, de construírem o amanhã, de prepararem a chegada do novo século, um século à altura da França: “Vamos à humanidade, à verdade, à justiça!”.³⁸⁸

Lettre à la France³⁸⁹

Lettre à la France, comercializada em 6 de janeiro de 1898, foi editada por Fasquelle, no formato de brochura, tal qual a *Lettre à la jeunesse*. Era a segunda da série. Os acontecimentos prosseguiam e Zola os esperava, decidido a dizer tudo, a lutar até o momento em que a verdade se impusesse e a justiça fosse feita.³⁹⁰ Nela o autor apresentou sua avaliação sobre o que chamou de terríveis dias de turbulência – um momento em que a consciência pública parecia escurecer: “É a ti que eu me dirijo, França, à nação, à pátria”.³⁹¹ Zola queixou-se, com veemência, do que julgava ser importuno à alma do povo, a ponto de considerar como inimigos os homens que não se colocavam na missão de procurar a verdade. Acreditava na urgência de salvar o país das paixões cegas que o empurravam ao erro judiciário.

Sobre a questão do borderô, o escritor afirmou que alguns jornais chegaram a dizer que ele seria descartado, que nem sequer se falaria dele diante do tribunal. Então, Zola perguntou-se: – “Mas do que se falará e por que montar um tribunal?” A

³⁸⁸ *Jeunesse, jeunesse ! Sois humaine, sois généreuse. Si même nous nous trompons, sois avec nous, lorsque nous disons qu'un innocent subit une peine effroyable, et que notre coeur révolté s'en brise d'angoisse. Que l'on admette un seul instant l'erreur possible, en face d'un châtement à ce point démesuré, et la poitrine se serre, les larmes coulent des yeux. Certes, les gardes-chiourme restent insensibles, mais toi, toi, qui pleures encore, qui dois être acquise à toutes les misères, à toutes les pitiés ! Comment ne fais-tu pas ce rêve chevaleresque, s'il est quelque part un martyr succombant sous la haine, de défendre sa cause et de le délivrer ? Qui donc, si ce n'est toi, tentera la sublime aventure, se lancera dans une cause dangereuse et superbe, tiendra tête à un peuple, au nom de l'idéale justice ? Et n'es-tu pas honteuse, enfin, que ce soient des aînés, des vieux, qui se passionnent, qui fassent aujourd'hui ta besogne de généreuse folie ?*

— *Où allez-vous, jeunes gens, où allez-vous, étudiants, qui battez les rues, manifestant, jetant au milieu de nos discordes la bravoure et l'espoir de vos vingt ans ?*

— *Nous allons à l'humanité, à la vérité, à la justice ! (ZOLA, 1999, p. 76-77)*

³⁸⁹ *Carta à França*

³⁹⁰ (ZOLA, 1999, p. 80)

³⁹¹ *c'est à toi que je m'adresse, France, à la nation, à la patrie ! (ZOLA, 1999, p. 81)*

centralidade do caso estava toda ali: se Dreyfus fora condenado com base em peça escrita por outro e isso fora suficiente para condená-lo, então a revisão se impunha com uma lógica irresistível, concluiu o romancista. Quando seria provado que o borderô, a única peça conhecida, confessada, era da mão de outro? Por que se acumulavam tantas mentiras em torno do borderô, que era, em resumo, todo o episódio?

Émile Zola, ao observar o processo do antissemitismo, constatou que os ideais de liberdade sofriam um doloroso eclipse. A república, afirmou, estava invadida por reacionários. O parlamento mostrou um lado obscuro: lamentavelmente este caso acontecera no fim de uma legislatura, quando havia somente três ou quatro meses para preparar a próxima. Os deputados, esclareceu o romancista, queriam naturalmente se reeleger, conseqüentemente assumiam uma postura de desinteresse, pouco corajosa, fingiam nada saber, temendo perder a estima do povo que julgavam antissemita. – “Ah, se as eleições já tivessem passado, veriam o governo e o parlamento resolver a questão Dreyfus em 24 horas.”³⁹²

O ministério, na avaliação zoliana, ao ficar em silêncio, assumiu, sem constrangimento, uma má conduta, deixando o país agonizar sob a impostura. Esqueceu que deveria revelar a verdade e a opinião pública acabou ficando refém do desejo do sabre, da reação clerical e da ambição voraz dos que governavam o país.

O autor de Rougon-Macquart não poupou a imprensa. Fez virem à memória as delações, os abomináveis mexericos, as publicações de peças falsas ou roubadas, através dos quais a imprensa fez do Escândalo do Panamá uma úlcera que corroeu e debilitou o país durante anos. Uma imprensa que desnor-teou a opinião pública. A nação pervertida, envenenada, furiosa exigia contas, pedia a execução em massa do parlamento, relativizava o valor da democracia. Para Zola, os jornais, ao saturarem a opinião pública com o episódio Dreyfus, estavam desenhando outro crime social: o antissemitismo.

A república estava em perigo. O apelo de Zola a todos os filhos honestos da França, os espíritos livres, os corações generosos foi para que esses se somassem na tarefa de esclarecer a opinião pública: “[...]os pequenos, os humildes, os que

³⁹² *Ah ! si les élections étaient faites, vous verriez le gouvernement et le Parlement régler la question Dreyfus en vingt-quatre heures ! " Et voilà ce que la basse cuisine du parlementarisme fait d'un grand peuple ! (ZOLA, 1999, p. 90)*

foram envenenados e que fazem delirar! A alma da pátria, sua energia e seu triunfo estão apenas na equidade e generosidade”.³⁹³

Nada impediria, segundo o autor, a História de ser escrita, ela seria escrita e nenhuma responsabilidade, por menor que fosse, deixaria de ser cobrada.

J'accuse ...!³⁹⁴

J'accuse...! é um texto polêmico, produzido em um momento estratégico da luta pela revisão do processo de Alfred Dreyfus. Direcionado claramente aos adversários ou aos que se omitiram em relação à condenação de capitão, ele se inscrevia em um horizonte ideológico de enfrentamento entre os que exaltavam as forças armadas e os que reservavam à França o protagonismo do processo civilizatório.

Quando se analisa o artigo *J'accuse*, identifica-se uma argumentação demonstrada por intermédio de uma lógica interna de encadeamentos, que possui grande potencial de convicção. As certezas de Émile Zola manifestaram-se em uma espécie de provocação, criando condições para que o autor pudesse, em um espaço textual, discorrer sobre as falhas do processo que afastou Dreyfus do exército e da França.

Os dados objetivos que Zola apresentou mimetizavam-se em seu desejo de conquistar aliados. Sua escrita não era um ato de informar em estado puro, tinha um propósito inicial, o de convencer e persuadir. Estava a serviço de um objetivo, o da luta por justiça. O criador de Rougon Macquart pretendia a revisão do processo Dreyfus.

Em *J'accuse...!* Émile Zola construiu seu texto com uma perspectiva discursiva que se organiza e dialoga com o modelo de retórica clássica: exórdio; narração; prova; epílogo.

Perelmam³⁹⁵, filósofo do direito cujos estudos de retórica estão sob a influência aristotélica, ressalta que a ação (o fazer) é primordial à persuasão: para quem se importa com o resultado, persuadir deve ser mais do que convencer, pois a

³⁹³ [...] *les petits, les humbles, ceux qu'on empoisonne et qu'on fait délirer ! L'âme de la patrie, son énergie, son triomphe ne sont que dans l'équité et la générosité. L'âme de la patrie, son énergie, son triomphe ne sont que dans l'équité et la générosité.* (ZOLA, 1999, p. 92)

³⁹⁴ *Eu acuso...!*

³⁹⁵ (2004, p. 58)

persuasão adiciona à convicção a força imprescindível e única que conduz o homem ao movimento. Conforme o mesmo autor, convencer é apenas a primeira fase desse processo, o essencial é persuadir, é tocar a alma para que o receptor da mensagem aja em conformidade com a convicção que com ele foi compartilhada.

O preâmbulo de *J'Accuse...!*, direcionado ao presidente Félix Faure, vai ao encontro do que teorizou Aristóteles³⁹⁶, é o início do discurso, é a preparação do caminho para o que se apresentará, afirma o elogio e concomitantemente o desfaz:

Sr. Presidente,
O senhor saiu são e salvo das baixas calúnias, conquistou corações. Surge radiante [...] à França, e se prepara para presidir o solene triunfo de nossa Exposição Universal, que há de coroar nosso grande século de trabalho, de verdade e de liberdade. Mas que mancha de lama em seu nome – eu ia dizer em seu reinado – esse abominável episódio Dreyfus!³⁹⁷

A narração dos fatos, na qual Zola expõe a verdade sobre o processo e a condenação de Dreyfus, pontua os relevantes eventos ocorridos até a condenação do capitão, chegando à participação de Esterhazy. O autor apresenta, na justa medida, os principais fatos, articulando-os somente o necessário para que leitor perceba a injustiça e o jogo dos adversários.

Uma organização textual que se estrutura através de um espaço, com um narrador e as principais figuras que protagonizaram o *l'affaire Dreyfus*. Como espaço, encontram-se as forças armadas; como personagens, identificam-se não só a vítima, mas também os heróis e os vilões; como narrador, observa-se, apesar do uso da primeira pessoa, um ser que se mostra onisciente, porque detém um conhecimento quase absoluto em relação ao que relata.

O autor de Rougon Macquart, em seu artigo, apresenta o episódio com competência de romancista, a lógica de sua narração possui um encadeamento que oferece legibilidade. Um texto que pode ser visto como uma narrativa completa do episódio Dreyfus. Dividido em duas partes, reúne os episódios Dreyfus e Esterhazy. O desfecho é a prova da inocência de Dreyfus, que se revela à medida que a culpabilidade de Esterhazy torna-se visível pela exposição dos elementos.

³⁹⁶ (2005, p. 279)

³⁹⁷ *Vous êtes sorti sain e sauf de basses calomnies, vous avez conquis les cœurs. Vous apparaissez rayonnant [...] pour la France, et vous vous préparez à présider au solennel triomphe de notre Exposition universelle, qui couronnera notre grand siècle de travail, de vérité et de liberté. Mais quelle tache de boue sur votre non – j'allais dire sur votre régné – que cette abominable affaire Dreyfus ! Un conseil de guerre vient, par ordre, d'oser acquitter un Esterhazy, Soufflet suprême à toute vérité, à toute justice. (ZOLA, 1999)*

Paradoxalmente, Zola afirma ao leitor que sua expectativa é a de esclarecer tudo. Adverte, entretanto, que o episódio é de extrema complexidade e reconhece ter consciência, ao mesmo tempo, de que não poderá explicar tudo. Lançando um desafio aos homens honestos, o autor convida seu leitor a ler outros artigos, a acessar as mais diversas informações contraditórias ou não, publicadas pela imprensa, para que possa percorrer o mesmo caminho que ele, Zola, percorreu, para que, comparando pacientemente as múltiplas fontes de informação, permita-se a dúvida.³⁹⁸

A aposta de Zola é a mesma que a teorizada por Aristóteles³⁹⁹: joga com a inclinação natural dos homens à verdade. Esta disposição, na maior parte das vezes, permite ao homem acreditar que ser capaz de discernir o plausível é ser capaz de discernir a verdade.

Já demonstrei que o episódio Dreyfus foi uma questão interna de escritórios do Ministério da Guerra, um oficial do estado-maior denunciado por seus colegas do estado-maior, condenado sob a pressão dos chefes do estado-maior.⁴⁰⁰

J'accuse...! Distingue-se e simultaneamente aproxima-se de um panfleto: distancia-se, quando metodicamente se propõe a demonstrar a inexistência de prova, assemelha-se, quando denuncia o grave erro judiciário: “Ah! A nulidade desse ato de acusação! Que um homem possa ser condenado com base nele é um prodígio de iniquidade. [...] Não se encontrou em sua casa nenhum papel comprometedor.”⁴⁰¹

Segundo Aristóteles, é importante refutar as provas do oponente, destruindo-as e despedaçando-as.⁴⁰² Mas o que fazer quando elas não existem? O vazio de prova transforma-se na prova da injustiça. A inexistência de prova é um componente interessante de ser observado na argumentação zoliana por ser paradoxal. Apesar

³⁹⁸ (ZOLA, 1999, p. 101)

³⁹⁹ (2005)

⁴⁰⁰ *Je l'ai démontré d'autre part : l'affaire Dreyfus était l'affaire des bureaux de la Guerre, un officier de l'état-major, dénoncé pas ses camarades de l'état-major, condamné sous la pression des chefs de l'état-major.* (ZOLA, 1999, p. 108)

⁴⁰¹ *Vous êtes sorti sain e sauf de basses calomnies, vous avez conquis les cœurs. Vous apparaissez rayonnant [...] pour la France, et vous vous préparez à présider au solennel triomphe de notre Exposition universelle, qui couronnera notre grand siècle de travail, de vérité et de liberté. Mais quelle tache de boue sur votre nom – j'allais dire sur votre règne – que cette abominable affaire Dreyfus ! Un conseil de guerre vient, par ordre, d'oser acquitter un Esterhazy, Soufflet suprême à toute vérité, à toute justice* (ZOLA, 1999, p. 73)

⁴⁰² (2005, p. 292)

de não haver materialidade que comprometesse Dreyfus, este argumento ocupa o centro do discurso dreyfusista, que, forçosamente, empenha-se para reconstruir, peça por peça, conferindo à sua argumentação um ar de cientificidade. Inocentar o capitão judeu passava por encontrar o culpado e a prova de sua culpabilidade.

E chegamos ao caso Esterhazy. Três anos se passaram, muitas consciências permanecem profundamente perturbadas, inquietam-se, procuram saber e acabam por se convencer da inocência de Dreyfus.⁴⁰³

Há em *J'accuse...*! dois níveis de discurso argumentativo: a reflexão sobre os fatos e o argumento de autoridade. Dreyfus não foi defendido por uma pessoa qualquer, ele foi defendido pelo vice-presidente do Senado e pelo reconhecido escritor naturalista. *J'accuse...*! retoma a discussão tanto sobre a loucura antisemita como sobre a questão do patriotismo já abordadas por Zola em *Procès-verbal*, *Lettre à la jeunesse* e *Lettre à la France*. Não sendo essa luta somente sua, Zola pronuncia-se em sua condição de homem de letras, em nome de uma ideia. Com isso, coloca-se em uma perspectiva de imparcialidade. Ele erguia a bandeira de M. Bernard Lazare e M. Scheurer-Kestner, esperando ter ascendência sobre os que decidiriam sobre o destino de Dreyfus. Era sua notoriedade de intelectual – do grande Émile Zola, criador da saga dos Rougon Macquart, ex-presidente da *Société de Gens de Lettres* – somando-se à autoridade de quem conhecia detalhadamente os fatos:

Ah! Esse primeiro caso é um pesadelo, para quem o conhece em seus detalhes verdadeiros! [...] desejo mostrar como foi possível o erro judiciário, como ele nasceu das maquinações do comandante A. du Paty de Clam.⁴⁰⁴

Dreyfus não era defendido por pessoas que o conheciam. Zola, ele próprio, só encontrou pessoalmente com o capitão quando este já estava em liberdade. Tal argumento se fazia muito presente, desejando que a opinião pública soubesse que *l'affaire Dreyfus* não era somente uma bandeira de judeus. *J'accuse...*! ilustra essa tese com a figura do oficial Picquart, militar que se opôs ao complô das forças

⁴⁰³ *Et nous arrivons à l'affaire Esterhazy. Trois ans se sont passés, beaucoup de consciences restent troublées profondément, s'inquiètent, cherchent, finissent par se convaincre de l'innocence de Dreyfus.* (ZOLA, 1999, p. 103)

⁴⁰⁴ *Ah ! Cette première affaire, elle est un cauchemar, pour qui la connaît dans ses détails vrais ! [...]* *Je voudrais faire toucher du doigt comment l'erreur judiciaire a pu être possible, comment elle est née des machinations du commandant du Paty de Clam.* (ZOLA, 1999, p. 100)

armadas e que encarnava a autoridade moral da imparcialidade, por trazer, em si, sentimentos antissemitas.

Picquart, o único a cumprir seu dever, vai ser a vítima, que se humilhará e se punirá. Ó justiça que terrível desesperança [...], mas grande Deus! Por quê? Com que objetivo? Deem um motivo. Será que este também é pago pelos judeus? O bonito da história é que ele era, justamente, antissemita. Sim!⁴⁰⁵

O tom do epílogo é de transgressão, de veemência. Zola pronuncia-se como um panfletário, apoiado na polêmica, mas apresenta-se, sobretudo, com a consciência aristotélica de que “é no epílogo que tem de atacar, para que permaneça melhor na memória” de seu leitor.⁴⁰⁶ Para isso, Zola faz uso do processo gramatical conhecido como anáfora: impõe uma denúncia nominativa, potente e precisa como uma bala de prata.

Acuso o tenente-coronel du Paty de Clam de ter sido o artífice diabólico do erro judiciário [...].
 Acuso o general Mercier de ter-se tornado cúmplice [...].
 Acuso o general Billot de ter tido nas mãos as provas certas da inocência de Dreyfus [...].
 Acuso o general de Boisdeffre e o general Gonse de terem se tornado cúmplices do mesmo crime [...].
 Acuso o general Pellieux e o comandante Ravary de terem feito um inquérito criminoso [...].
 Acuso os três peritos em caligrafia, os senhores Belhomme, Varinard e Couard, de terem feito relatórios mentirosos e fraudulentos [...].
 Acuso o Ministério da Guerra de ter conduzido na imprensa, particularmente no *L'Eclair* e no *L'Echo* de Paris, uma campanha abominável [...].
 Acuso, por fim, o primeiro Conselho de Guerra de ter violado o direito, condenando um acusado a partir de uma peça que permaneceu secreta [...], e acuso o segundo Conselho de Guerra de ter [...] acobertado essa ilegalidade [...].⁴⁰⁷

⁴⁰⁵[...] *Picquart, qui seul a fait son devoir, va être la victime, celui qu'on bafouera et qu'on punira. Ô justice, quelle affreuse désespérance [...]. Mais, grand Dieu ! Pourquoi ? Dans quel but ? Donnez un motif. Est-ce que celui-là aussi est payé par les juifs ? Le joli de l'histoire est qu'il était justement antisémite. Oui !* (ZOLA, 1999, p. 107)

⁴⁰⁶ (ARISTÓTELES, 2005, p. 282)

⁴⁰⁷ *J'accuse le lieutenant-colonel du Paty de Clam d'avoir été l'ouvrier diabolique de l'erreur judiciaire [...].*

J'accuse le général Mercier de s'être rendu complice [...].

J'accuse le général Billot d'avoir eu entre les mains les preuves certaines de l'innocence de Dreyfus [...].

J'accuse le général de Boisdeffre et le général Gonse de s'être rendus complices du même crime [...].

J'accuse le général de Pellieux et le commandant Ravary d'avoir fait une enquête scélérate, [...].

J'accuse les trois experts en écritures, les sieurs Belhomme, Varinard et Couard, d'avoir fait des rapports mensongers et Frauduleux [...].

*J'accuse les bureaux de la guerre d'avoir mené dans la presse, particulièrement dans *L'Eclair* et dans *L'Écho* de Paris, une campagne abominable, [...].*

Essa reiteração enunciativa é, de certa maneira, uma postura que traz consigo talvez uma arrogância. Uma arrogância proporcional ao risco a que se expôs Zola como cidadão e como homem de letras, proporcional à revolta da pessoa que se julga honesta e acredita estar ao lado verdade. Um epílogo pleno de ousadia, uma ousadia anunciada: “Já que ousaram, eu ousarei também.”⁴⁰⁸

Os campos dreyfusard e antidreyfusard

De um lado, estavam os partidários de Dreyfus, defensores da revisão do perverso julgamento ao qual fora submetido o capitão. Este alinhamento teve o pioneiro protagonismo de Bernard Lazare (1865-1917), o primeiro defensor de Dreyfus, fora do círculo familiar do capitão. Lazare foi um entre diversos ativistas associados ao pensamento anarquista.

A herança positivista influenciou os debates do episódio Dreyfus e especialmente a estratégia dos *dreyfusard*, os quais construíram seus argumentos em torno de valores próprios do cientificismo, valorizando o rigor da análise dos fatos. Para eles, o erro jurídico deveria ser demonstrado para que a verdade pudesse ser provada metodicamente, as obras de Jaurès e de Bernard Lazare – respectivamente *Preuves*⁴⁰⁹ e *Une erreur judiciaire e La vérité sur l'affaire Dreyfus*⁴¹⁰ – exemplificam essa concepção. Tratava-se acima de tudo de afirmar a supremacia da razão, na herança da filosofia das *Lumières*, em oposição ao culto do instinto defendido por Barrès.⁴¹¹

De outro lado, estavam os anti-Dreyfus, integrantes de setores importantes e orgânicos da vida institucional francesa: parte do governo, alguns parlamentares, numerosos militares, segmentos majoritários da igreja católica e da justiça, além de relevantes jornais nacionais e regionais. Maurice Barrès, tradicionalmente vinculado ao que os historiadores chamam de ‘nacionalismo dos nacionalistas’, ‘nacionalismo

J'accuse enfin le premier conseil de guerre d'avoir violé le droit, en condamnant un accusé sur une pièce restée secrète, et j'accuse le second conseil de guerre d'avoir couvert cette illégality [...] en commettant à son tour le crime juridique d'acquitter sciemment [...] (ZOLA, 1999, p. 111-113)

⁴⁰⁸ “Puisqu'ils ont osé, j'oserai aussi, moi” (ZOLA, 1999, p. 81)

⁴⁰⁹ Publié en septembre 1898 dans *La Petite République*, réed. en 1981 aux éditions Le Signe.

⁴¹⁰ Éditée à Bruxelles par les éditions Veuve Monnom en 1896 puis rééditée par Stock la même année.

⁴¹¹ (KETTANI, 2010)

fechado ou nacionalismo de exclusão'⁴¹², foi um ator importante e de visibilidade no alinhamento *antidreyfusard*.

A linha antidreyfusarde

Os anti-Dreyfus estavam longe de ser um grupo uniforme, reunia extremistas, antirrepublicanos, monarquistas, nacionalistas, antisemitas, belicistas (Drumont, Barrès, Déroulède, Guérin) e também republicanos ditos moderados, os quais viam a agitação Dreyfus como uma maneira de desprestígio à república e às forças armadas. No entanto, em sua maioria, identificavam uma oportunidade para discutir e reafirmar seu projeto político conservador.

A linha *antidreyfusard* transformou a culpabilidade de Dreyfus em fonte para suas verdades, entre os anos de 1894 e 1898. Por intermédio das discussões do processo Dreyfus, os *antidreyfusards* consolidaram um sistema de dogmas simples e intangíveis: as forças armadas, a nação, a autoridade.

Ideias que conquistaram forte adesão popular, atração reveladora tanto de sua força política como de sua capacidade de influenciar a opinião, apesar de sua fragilidade numérica e de suas contradições teóricas. A nação *antidreyfusard* reerguia a bandeira 'a França para os franceses'.

Panfletários antidreyfusards

Os panfletários extraíam sua eficácia retórica da ideia de que a realidade não era aquela que o poder estabelecido fazia crer. Acreditavam também em uma oculta verdade das coisas e dos seres que animava o mundo político. Eles escolheram a transgressão das versões autorizadas.⁴¹³ Honoré de Balzac, em sua *Monographie de la presse parisienne (1843)*, faz referência à categoria do redator panfletário como umas das oito subcategorias dos profissionais de comunicação, à qual denomina publicista. Para o autor *da Comédie humaine*, o panfletário pode ter unicamente duas faces: ou é radical ou é monárquico.⁴¹⁴ Na sequência, apresentam-se duas figuras do jornalismo da segunda metade do século XIX que dialogam com este conceito balzaquiano: Édouard Drumont e Henri Rochefort.

- Édouard Drumont

⁴¹² (KRULIC, 2007)

⁴¹³ (PASSARD, 2015)

⁴¹⁴ (BALZAC, 1991)

O autor da *France juive, essai d'histoire contemporaine* (2 vols., 1886), fundador e editor do jornal *La Libre Parole*⁴¹⁵, Edouard Drumont (1844-1917), teve papel preponderante no alinhamento *antidreyfusard*. Este jornalista, homem de temperamento exaltado, personifica e exemplifica os fenômenos populistas do fim do século XIX, que iam ao encontro de um público que buscava formulações simplistas que lhe explicassem as adversidades. Segundo Grégoire Kauffmann⁴¹⁶, os arquivos jornalísticos de Drumont o revelam como um polemista alucinado, um homem de negócios implacável, às vezes ingênuo e astuto, estimulado por uma vaidade jamais satisfeita e uma megalomania doentia.

O antissemitismo assim descobria seu profeta na figura de Édouard Drumont. Sua obra experimentou grande sucesso, antes mesmo de seu jornal. Com ela, Drumont acusava as famílias israelitas de serem perigosas potências de dinheiro, as quais acabavam por corromper as tradições nacionais. O jornal *La Libre Parole*, quotidiano nacionalista e antissemita, que revelara os bastidores do escândalo do Panamá, lançava-se contra Dreyfus. Com o apoio do prefeito de Alger e de lideranças antissemitas da África do Norte, Drumont elegeu-se deputado. Nesta função presidiu, na Câmara, o grupo parlamentar antijudeu⁴¹⁷, consolidando-se como uma liderança antissemita.

Drumont, aos 17 anos, vivenciou um drama que marcou seu futuro. Seu pai, funcionário do *Hôtel de Ville de Paris*, que lhe concedeu uma educação mais republicana que católica, foi internado no asilo de *Charenton*. Para garantir o próprio sustento, o de sua mãe e de sua irmã, ingressou precocemente no mundo do trabalho, empregando-se no mesmo local de seu progenitor, porém em um posto subalterno. Sentindo-se desconfortável, ele abandonou suas funções no *Hôtel de Ville de Paris* e separou-se de sua mãe e de sua irmã, passando a viver de expedientes e, logo, de sua escrita. Esses fatos, associados à experiência da guerra de 1870, período em que serviu à Guarda Nacional, contribuíram, de maneira determinante, segundo Benjamin⁴¹⁸, para suas percepções apocalípticas sobre o futuro.

⁴¹⁵ *Jornal que circulou de 1892 a 1910.*

⁴¹⁶ (2008)

⁴¹⁷ (KAUFFMANN, 2008)

⁴¹⁸ (2011)

As portas da imprensa católica foram abertas a Drumont por *Henri Lasserre*⁴¹⁹. Desde então, ficou embevecido por um sentimento de antijudaísmo, muito impregnado na Igreja àquela época, um caminho natural e consequente. Assim, Drumont, que inicialmente mostrara-se defensor da igreja católica por sua utilidade social, conduzia-se a outro patamar de conversação com o catolicismo, no âmbito de praticante. O convívio com *Père Du Lac*⁴²⁰ foi de vital importância, consolidando a ideologia desse líder conservador.

A escrita de Drumont transformou-se em uma arma política contra a república laica. Seu discurso imputava aos judeus a responsabilidade pelas escolhas errantes da sociedade moderna: os abusos do capitalismo e a descristianização.

Drumont vinculou-se ao meio literário, especialmente a Alphonse Daudet. Conforme Kauffmann, a experiência literária de Drumont ficou restrita à crônica, pois se ensaiou no teatro e no romance, sem o menor sucesso. Não se pode esquecer, todavia, que a *France juive, essai d'histoire contemporaine* (1886), publicada com o apoio de Daudet, uma sustentação que passou tanto pela releitura como pelo aporte financeiro, tornou-se um formidável sucesso editorial.⁴²¹ A escrita de Drumont conduz o leitor ao íntimo universo do antissemitismo e a seu papel repleto de chantagens, escroqueras, manipulações policiais, duelos, sessões de espiritismo, galanteios de fim de século.⁴²² Esquecido, após o episódio Dreyfus, Drumont voltou a ser lembrado pelos colaboracionistas da 2ª Guerra Mundial (1940-1944).

- Henri Rochefort

Rochefort tornou-se um grande panfletário, conheceu um sucesso de magnitude difícil de mensurar atualmente. Pode ser visto quer como um herói popular, por seu relevante papel de oponente ao Segundo Império, quer como inimigo público, por sua atuação no *Affaire Dreyfus*, esclarece Passard.⁴²³ Em sua

⁴¹⁹ *Joseph-Henri Lasserre de Monzie (1828-1900) foi jornalista e escritor católico, nascido em Carlux, Dordogne, publicou diversas biografias e artigos sob o pseudônimo de 'Henriaur. Conselheiro da Cour de Cassation. (REINACH, 1911)*

⁴²⁰ *DU LAC, Stanislas (1835-1809) foi um padre que pertenceu à Companhia de Jesus. Foi mestre de Mirbeau no colégio jesuíta de Vannes, dirigiu a escola Sainte-Geneviève, em Paris, e organizou a resistência às leis que estabeleciam o ensino laico. Expulso da França, em 1880, ele viveu dez anos na Inglaterra, onde dirigiu um colégio católico em Canterbury. Retornou à França (1890), quando exerceu importante papel na aliança da espada e do clero que teve influência no episódio Dreyfus. Disponível em:*

http://mirbeau.asso.fr/dicomirbeau/index.php?option=com_glossary&id=75

⁴²¹ (GENGEMBRE, 1998)

⁴²² (KAUFFMANN, 2008)

⁴²³ (2015)

trajetória, a nota constante é a de oposição a quem quer que seja. Sua evolução política desloca-se em escala que vai da esquerda radical à extrema direita – um socialista revolucionário que esteve ao lado de Jules Vallès, do general Boulanger e também nas fileiras *antidreyfusards*.

Marquês Vermelho, como também era chamado, descendia de uma família nobre, arruinada pela Revolução. Henri Rochefort (1831-1913) cresceu em núcleo familiar desunido. Seu pai era legitimista e vinculou-se ao universo da escrita. Fez carreira como autor de comédia (*vaudevilliste*) e como redator em periódicos realistas. Entretanto, seu modesto sucesso não assegurou à família uma vida confortável. O casal Rochefort não partilhava as mesmas ideias políticas. O pai do proprietário do jornal *L'Intransigeant* era conservador, sua mãe, uma republicana convicta, filha de um soldado da Revolução.

Henri Rochefort formou-se como bacharel em Letras, em 1849. Ingressou no mundo trabalho como funcionário da prefeitura de polícia de Paris. Sua carreira de homem de letras nasceu ligada intrinsecamente ao jornalismo. O sucesso de *La Lanterne*, em 1868, construiu sua reputação de panfletário. Seus artigos resultaram em condenações que obrigaram Rochefort a se exiliar em Bruxelas, na residência de Victor Hugo.

Candidato, mesmo no exílio, a uma eleição parcial à Belleville, Rochefort foi eleito deputado de esquerda radical (socialista revolucionário), em novembro 1869. Esta eleição permitiu seu retorno à França. Foi assim que ele fundou o quotidiano *La Marseillaise*, que atacava contundentemente o Segundo Império. Desprovido de sua imunidade parlamentar, o jornalista foi preso em *Sainte-Pélagie*, em decorrência de um duro artigo.

Em 4 de setembro de 1870, Rochefort reconquistou sua liberdade e passou a ser membro do *Gouvernement de Défense Nationale*. Em fevereiro de 1871, lançou outro jornal: *Le Mot d'Ordre*. Reeleito deputado de Paris, demitiu-se, em março, após ter se recusado a votar o tratado de paz que previa a perda da Alsace-Lorraine. Frente à Comuna de Paris, a atitude de Rochefort mostrou-se um pouco confusa, visto que, através de seu jornal, sua posição em relação a alguns membros evidenciava-se severa. Suas críticas a Adolphe Thiers resultaram em nova condenação, em setembro 1871, desta vez com pena de deportação em prisão

fortificada. Enviado, em 1873, à Nouméa⁴²⁴, Rochefort conseguiu se evadir, em 1874, e passou a viver no exílio, inicialmente na Inglaterra, depois na Bélgica, por fim na Suíça, onde publicou uma nova série de *La Lanterne*.

Anistiado em 1880, com a queda do presidente Mac-Mahon, Rochefort retornou triunfalmente a Paris, em 11 de julho, e fundou, no mesmo mês, o jornal *L'Intransigeant*. Este jornal, no início, tomou uma posição nitidamente socialista e de crítica aos republicanos, rotulados por Rochefort como oportunistas. Reeleito deputado no ano de 1885, demitiu-se, mais uma vez, em fevereiro de 1886. Rochefort tornou-se uma das principais sustentações do general Boulanger.

A condenação de agosto de 1889 obrigou-o a regressar a Londres, onde ficou até conquistar a anistia em 1895. Nesse período, Rochefort jamais deixou de publicar *L'Intransigeant*. Entretanto seu jornal sofreu uma mudança em sua linha editorial, transformando-se em antiparlamentar, nacionalista e *antidreyfusard*.⁴²⁵

Quando o redator-chefe do *L'Intransigeant*, em 28 de fevereiro de 1898, retornou à prisão *Sainte-Pélagie*, apesar de sua popularidade dar sinais de declínio, uma multidão de pessoas encarregou-se de saudá-lo com vibrantes aclamações. A matéria de Paul Mathiex, em *La Presse*, explicava que cinco dias de detenção não seriam nada para quem, ao todo, já havia cumprido dezesseis anos entre prisão, deportação e exílio.⁴²⁶ O jornalista manteve-se incansavelmente em sua atividade de panfletário até sua morte, em 1913.

O antissemitismo de Rochefort não era novidade, a figura desse jornalista, sublinha Passard, pode ser considerada como uma espécie de esquerda reacionária ou de direita revolucionária, representando o que estava por vir: o fascismo.⁴²⁷ No entanto, existe perigo de interpretar seu percurso político de maneira anacrônica, à sombra daquilo que Rochefort veio a ser. É preciso lembrar que até o *Affaire Dreyfus*, ele fora considerado um homem político de esquerda, simbolizando a rebelião contra o Império e a tradição da Comuna, conclui Passard.⁴²⁸

⁴²⁴ Nouméa é a principal cidade e capital do território francês da Nova Caledônia.

⁴²⁵ (PASSARD, 2015, p. 64-65)

⁴²⁶ (Henri Rochefort a Sainte-Pélagie - *La Manifestation*, 1898)

⁴²⁷ (2015)

⁴²⁸ (2015)

Linha Dreyfusarde

A Linha *Dreyfusarde* era uma coletividade estreita, solidária e heterogênea que não ultrapassava, em 1898, mais do que 500 militantes. Ela evocava uma forma de ação que tinha como meta a proteção de conquistas do passado (a herança revolucionária) e também do presente (a república), além de reafirmar a justiça como exigência coletiva, a justiça por Dreyfus, a justiça social, em resumo, a justiça como um valor universal e necessário à humanidade. Na prática, o grupo representou e demonstrou o engajamento *dreyfusard* em uma escala social e nacional. Os defensores de Dreyfus, esclarece Duclert, distinguiram-se entre os independentes, os advogados, os membros da *L'École de Chartes*, os jornalistas dos periódicos *L'Aurore*, *Droit de l'homme*, *La Petit République*, *Radical* e *Siècle*; as redatoras do *La Fronde*.⁴²⁹

- Dreyfusardes, dreyfusistas e dreyfusiens

Frequentemente confundidos em sua significação, os termos *dreyfusardes*, *dreyfusistas* e *dreyfusiens* tiveram suas origens durante o episódio e designavam diferentes formas de engajamento. Os *dreyfusards* reuniam o grupo de defensores de Alfred Dreyfus que somaram forças, de 1896 a 1899, com o objetivo de reconstituir publicamente as circunstâncias do processo de 1894, visando provar a inocência de Dreyfus.

Ser *dreyfusiste* consistia em tomar o episódio Dreyfus como um fato que explicava a sociedade, como um evento de referência para construir outra política, como um princípio de formação da cidadania sonhada. A imagem da linha *dreyfusarde* recrutou apoiadores independentes de sua origem social ou política, que agiram com uma poderosa unidade.

Os *dreyfusiens*, que surgiram somente em dezembro de 1898, no momento em que o enfrentamento entre *dreyfusards* e *antidreyfusards*, dreyfusistas e nacionalistas tornou-se tão intenso que oferecia risco ao regime parlamentar e à promoção das elites republicanas. Os *dreyfusiens*, na defesa de Dreyfus, procuravam somente uma ocasião para colocar fim ao episódio, com o objetivo de poder retornar à normalidade e lutar contra o duplo perigo clerical e nacionalista. Como as estruturas sociais, laicas e políticas estavam enfraquecidas, essa ameaça

⁴²⁹ (DUCLERT, 2006, p. 79)

revelava-se com uma revigorada força. A política *dreyfusienne* de Waldeck-Rousseau obteve sucesso porque se sustentou sobre este poderoso impulso conservador, trazido publicamente pelo *L'appel à l'Union*, lançado no jornal *Le temps*, em 23 de janeiro de 1899.

Foi-nos comunicado o seguinte apelo. Não se trata de uma nova liga, mais de reunir, por uma declaração comum, os amigos da legalidade e da paz pública.

Os abaixo-assinados lamentam os apelos repetidos à ilegalidade, à violência e ao ódio, convencidos de que, no momento presente, o dever de todos os franceses é trabalhar para a conciliação e o apaziguamento.

Igualmente respeitoso com a magistratura, guardiã da justiça sem a qual nenhuma sociedade poderia se manter; e com forças armadas, escola de devotamento e sacrifício necessária à nação pela defesa de seu território e de seus direitos.

Afirmando a igualdade de todos os franceses diante da lei, concordam em declarar que agitação atual, funesta aos interesses vitais da pátria, somente pode ter fim se todos os bons cidadãos se inclinarem antecipadamente face à decisão, qualquer que seja, da Corte de Cassação, tribunal supremo do país.⁴³⁰

Appel à l'union foi uma iniciativa em resposta à fundação, em 31 de dezembro de 1898, da *Ligue de la Patrie Française*. O manifesto afirmava a justiça e as forças armadas não como instituições opostas e demandava aos franceses trabalhar pela conciliação e pela pacificação. Esse instante político foi um marco favorável à revisão do processo de 1894. Os intelectuais que, em sua maioria, ainda não estavam organizados, levantaram a bandeira capital da luta pela verdade e pela justiça.

- Bernard Lazare: na direção do 'sindicato'

Autor das primeiras brochuras que sustentaram a inocência de Dreyfus, Bernard Lazare, originário de uma família judia, nasceu em Nîmes, no dia 14 de junho de 1865. Em sua vida adulta foi crítico e poeta simbolista, depois se tornou

⁴³⁰ *On nous communique l'appel suivant Il ne s'agit pas d'une nouvelle ligue, mais de rallier, par une déclaration commune, les amis de la légalité et de la paix publique.*

Les soussignés, déplorant les appels répétés à l'illégalité, à la violence et à la haine, persuadés qu'à l'heure présente le devoir de tous les Français est de travailler à la conciliation et à l'apaisement ;

Également respectueux de la magistrature, gardienne de la justice sans laquelle aucune société ne saurait subsister ; et de l'armée, école de dévouement et de sacrifice nécessaire à la nation pour la défense de son territoire et de ses droits ;

Affirmant l'égalité de tous les Français devant la loi; s'accordent pour déclarer que l'agitation actuelle, funeste aux intérêts vitaux de la patrie ne peut prendre fin que si tous les bons citoyens s'inclinent par avance devant la décision, quelle qu'elle soit, de la Cour de cassation, tribunal suprême du pays.

(Appel à l'union, 1899, p. 2)

um combatente do movimento anarquista e, posteriormente, um sionista convencido. Lazare , em 17 de novembro de 1894, por intermédio do artigo: *Le nouveau ghetto*, publicado em *La Justice*, denunciava a atmosfera antisemita que se espelhava por conta de espíritos simplistas que estabeleciam relações de causalidade entre fenômenos que eram somente conexos.⁴³¹

Lazare combateu os pensamentos simplistas presentes nos discursos *antidreyfusards*, através de sessenta e nove artigos publicados em *L'Écho de Paris*, entre novembro de 1894 e agosto 1896. Mathieu Dreyfus confiou-lhe a responsabilidade de reunir elementos que demonstrassem a inocência de seu irmão, embora se sentisse distante do perfil da família Dreyfus, tipicamente capitalista, Lazare aceitou o desafio.⁴³²

Desejou, sobretudo, fustigar os tribunais de exceção, o Estado triturador de cidadãos e a infalibilidade do exército e da Igreja. A brochura *L'Erreur judiciaire: la vérité sur L'affaire Dreyfus* (1896) foi expedida de Bruxelas a 3500 personalidades. Em sessenta e quatro páginas, Lazare solicitou a revisão do processo, argumentando em nome de uma justiça que lhe era desconhecida. Em sua segunda publicação: *Une Erreur Juciaro, L'affaire Dreyfus*, ele desmontou a maquinação. Ao tomar conhecimento dos textos, O capitão Dreyfus elogiou o estilo simples como os fatos até então conhecidos tinham sido expostos.

Enquanto defensores de Dreyfus valorizavam os méritos de Picquart e Zola, Lazare lembrava que, em um momento de indiferença da opinião pública, fora ele o primeiro a se erguer em defesa de um judeu mártir e que o fizera como um judeu que sabia a qual povo de párias pertencia.

Bernard Lazare morreu no verão de 1903, um ano depois de Émile Zola. Em carta à Isabelle Lazare, Lucie Dreyfus reverenciou a coragem, o devotamento permanente, o ardor com o qual seu marido lançara-se, de forma pioneira, na luta pela revisão do processo Dreyfus. A morte Lazare foi recebida pelo Capitão com muito pesar, afirmando que perdia um excelente amigo, leal e bom entre tantos outros mortos desde o processo de Rennes. Eram enormes tristezas acumuladas.⁴³³

⁴³¹ (FOULON, S/D)

⁴³² (FOULON, S/D)

⁴³³ (DREYFUS, 1995)

- Jean Jaurès: uma nova força política

Poucos defensores da humanidade contra o capitalismo foram tão espoliados como o líder socialista francês Jean Jaurés, assassinado em 31 de julho de 1914, no Café do Croissant, em Paris, escreve Febbro.⁴³⁴ Resistiu ao voraz apetite financeiro de um capitalismo que o fundador do socialismo francês considerava, no início do século XX, como um ente contrário à ideia da justiça e, por princípio, da humanidade.⁴³⁵

Jaurés nasceu em 03 de setembro de 1859, em uma modesta família de classe média. Brillhante estudante tornou-se professor universitário, possuidor de um amplo espectro de interesse. Foi também escritor e orador fluente. Dedicou-se muito cedo à política, elegendo-se para a Assembleia de sua região, o departamento de Tarn, em 1885 e em 1893. Neste último período, definitivamente como socialista e candidato eleito dos mineiros de Tarn, que haviam enfrentado uma longa greve.⁴³⁶

Derrotado nas eleições legislativas de maio de 1898, ele se dedicou ao jornalismo, colaborando para os veículos *La Petit Republique* e *La Justice*, garantindo recursos para subsistência. Jaurès manteve-se ativo no mundo editorial até retornar a seu mandato em 1902. Para Félix Faure, Jaurès era mais perigoso fora do parlamento do que dentro. Transformou-se em grande liderança da causa *dreyfusarde*, animador de campanhas socialistas, aquele que elaborava a doutrina do socialismo, esta nova força política, fincando-a solidamente no terreno republicano e na herança da Revolução Francesa.⁴³⁷

Republicano e democrata esteve à frente da defesa Alfred Dreyfus e na campanha pela separação entre Igreja e Estado. Através de uma série de artigos, intitulada *Les Preuves* (1898), Jaurés desconstruiu o discurso antidreyfusista.

Jean Jaurés fundou o jornal *L'Humanité*. O nome dessa publicação sintetiza todo o seu sonho: não era um dogmático, um criador de sistemas, mas um homem que queria reabilitar a humanidade. O jornal estava aberto a todos os socialistas. Jaurès o criou com o apoio da burguesia dreyfusarde e foi seu diretor político.⁴³⁸ No editorial de seu primeiro número (18 de abril de 1904), Jaurés escreveu: "o sublime esforço do proletário internacional consiste em reconciliar os povos mediante a

⁴³⁴ (2014)

⁴³⁵ (FEBBRO, 2014).

⁴³⁶ (BOTTOMORE, 1988)

⁴³⁷ (CANDAR, 2011)

⁴³⁸ (CANDAR, 2011)

justiça social universal. Então, e só então, haverá uma humanidade refletindo sobre sua unidade superior na diversidade viva das nações amigas e livres.”⁴³⁹

Como patriota, idealizou, no começo dos anos 1900, um plano de reforma do exército, com o objetivo de torná-lo mais eficaz e democrático, e instituir o serviço universal de curta duração. No entanto, Jaurès era, sobretudo, um pacifista, um eloquente defensor da paz e este foi o motivo que levou um nacionalista fanático a assassiná-lo.⁴⁴⁰

- Séverine: um espírito libertário

A jornalista Séverine constituiu uma figura ímpar no século XIX. Saída da burguesia, Caroline Rémy (1855-1929), seu verdadeiro nome, conheceu, em 1879, Jules Vallès, tornando-se sua confidente, secretária e discípula. Séverine, através de um subsídio proporcionado por seu companheiro, Adrien Gebhard, auxiliou Vallès a relançar o jornal *Le Cri du peuple*, em 28 de outubro de 1883. Neste periódico, ela publicou seus primeiros artigos sob o título: *Les idées d'une Parisienne*. Após a morte de Vallès, a gestão dos conflitos ideológicos no *Le Cri du peuple* tornou-se complexa pela fragmentação dos socialistas, o que acabou levando Séverine, em 29 de agosto de 1888, a abandonar o jornal.⁴⁴¹

Sem se distanciar do jornalismo, ela passou a contribuir com os mais diversos quotidianos, impondo como único critério para sua colaboração a total liberdade de escrita: “O que eu vou fazer agora é *L'école de buissonnière*⁴⁴² da Revolução. Irei pela direita ou pela esquerda, seguindo o acaso da vida, sempre defendendo as ideias que me são caras, mas as defendendo sozinha, sem outra responsabilidade que não seja a advinda de meu nome assinado”.⁴⁴³

Séverine colaborou com *Le Gaulois* (onde assina como René), com Gil Blas (sob o pseudônimo de Jaqueline), com *Le Journal* e com *La Libre Parole*. Em todos esses jornais ela obteve, seguidamente, a melhor colocação, no alto da primeira coluna, tradicionalmente reservada aos homens. Em 1890, o jornalista George Labruyère, com quem ela mantinha estreita relação, foi acusado de ter cooperado

⁴³⁹ (Jaurès apud BOTTOMORE, 1988)

⁴⁴⁰ (BOTTOMORE, 1988)

⁴⁴¹ (KALIFA, RÉGNIER, et al., 2011)

⁴⁴² *Flanar*,

⁴⁴³ *Ce que je vais faire maintenant, c'est l'école buissonnière de la révolution. J'irai de droite ou de gauche suivant les hasards de la vie; défendant toujours les idées qui me sont chères, mais les défendant seule, sans autre responsabilité que celle de ce qu'aura paraphé mon nom.* (Séverine apud KALIFA, RÉGNIER, et al., 2011, p. 1287).

para a fuga de um anarquista polonês. Séverine, por esta razão, foi afastada de *Le Gaulois*. Imediatamente, *Le Éclair* a contratou. Ela foi uma das jornalistas mais ativas do quotidiano feminista *La Fondre*.⁴⁴⁴ Esse periódico, a partir de 1897, travou um combate ferrenho pela causa de Dreyfus com *Les notes d'une fondrese*.⁴⁴⁵

Para Françoise Blum⁴⁴⁶, a atitude de Séverine era sentimental, romântica e politicamente pouco realista. Postura que, segundo Blum, colaborou para a morte de *Le Cri de Peuple*, jornal que tinha sido um espaço de liberdade e de sonhos. Sonhos, compartilhados com Jules Vallès, que Séverine jamais abandonou. Engajando a serviço dos oprimidos seu talento jornalístico, formado na escola de Vallès, Séverine não adotou as escolhas de Rochefort, com quem, apesar de algumas diferenças, possuía muitas afinidades. A jornalista foi boulangista como Rochefort. Mas seu boulangismo, contrariamente ao de Marguerite Durand que era totalmente engajado, estava coerente com seu modo de pensar: libertário e antiparlamentar, hostil não à república, mas à república hipócrita que explorava os pobres, quando não os assassinava.

Séverine somou-se à causa Dreyfus, embora não admirasse os grandes judeus nem mesmo o espírito judaico. Encontram-se, na escrita de Séverine, humores antissemitas, no entanto é necessário destacar que ela recusou o antissemitismo teórico e sistemático de Drumont, que se revelou uma espécie de mito ou de visão de mundo. Sua colaboração com o jornal *La Libre Parole* não resultou em uma adesão às teses racistas, mas em uma convergência de circunstâncias, inclinada a uma espécie de inconsciente político.⁴⁴⁷

A jornalista declarou-se indiferente ao suporte de seus textos. Para ela, importava a condição de escrever livremente. O que a conduziu ao dreyfusismo foi seu caráter mais libertário que socialista, pois se ocupava pouco da teoria e das sutilezas da luta de classes. Considerava relevante o homem em sua individualidade, fosse culpado ou inocente, o homem só, diante de o aparelho militar, judiciário e do Estado todo poderoso. Séverine conquistou a reputação de defender acusados, célebres ou não. Em 1887, conduziu uma campanha a favor do

⁴⁴⁴ *Jornal francês fundado fundado por Marguerite Durand em 1897.*

⁴⁴⁵ (KALIFA, RÉGNIER, et al., 2011)

⁴⁴⁶ (1993)

⁴⁴⁷ (BLUM, 1993)

anarquista Clément Duval⁴⁴⁸; em 1893, por Auguste Vaillant⁴⁴⁹; em 1894, por Félix Fénéon⁴⁵⁰. Defendeu igualmente o anarquista Ravachol, executado em 11 de julho de 1892. Entretanto, os anarquistas não foram os únicos acusados pelos quais Séverine mobilizou-se, através de sua escrita. Ela defendeu Georges Clemenceau, no *Affaire Norton*⁴⁵¹; Ferdinand de Lesseps, no Escândalo do Panamá; desconhecidos, vítimas de causa sem glória; rebeldes contra a autoridade militar; soldados, desertores e refratários.

O problema, para Séverine, não residia na culpabilidade ou na inocência. Criticava os socialistas, afirmando que estes deveriam se fazer defensores e não juízes:

Passamos nossa vida a dizer aos humildes [...] que eles são roubados, explorados, assassinados lentamente; que eles são moídos pela máquina; que suas filhas se prostituirão; que seus filhos servirão de bucha de canhão... Então eles cometem algum ato insensato ou condenável...⁴⁵²

As responsabilidades, na visão de Séverine, não eram individuais; eram coletivas. Caberia aos políticos, escritores ou jornalistas não somente denunciá-las como também convocar a revolta. Existe, no texto jornalístico de Séverine, um senso agudo de responsabilidade.

⁴⁴⁸ Clément Duval (Sarthe, março de 1850 - Nova York, 29 de março de 1935) foi um anarquista que fez parte do grupo La Panthère des Batignolles, adepto da Propaganda pelo Ato. Suas reflexões sobre os direitos individuais foram consideravelmente importantes para a conceituação da vertente anarquista da qual fazia parte. (WEBER, 1988)

⁴⁴⁹ Auguste Vaillant (Mézières, 1861 — Paris, 5 de fevereiro de 1894) foi um anarquista francês que se tornou conhecido por ser o autor de um atentado a bomba à câmara de deputados francesa, em 9 de dezembro de 1893. Ele foi condenado à morte e executado aos 33 anos, em 5 de fevereiro de 1894. Disponível em: <https://www.universalis.fr/encyclopedie/auguste-vaillant/>

⁴⁵⁰ Félix Fénéon (22 de junho de 1861, Turim, Itália – 29 de fevereiro de 1944, Châtenay-Malabry) foi anarquista parisiense e crítico de arte durante o final do século XIX. Ele cunhou o termo 'neo-impressionismo', em 1886, para identificar um grupo de artistas liderados por Georges Seurat, e os promoveu ardentemente. (FÉNÉON, 2018)

⁴⁵¹ Norton ou Louis-Alfred Véron (1850-1894), em 1893 foi o autor de falsos documentos diplomáticos britânicos, em cumplicidade com nacionalistas, que tinham por objetivo desacreditar alguns jornalistas e políticos, particularmente Georges Clemenceau. Disponível em: [https://fr.wikipedia.org/wiki/Louis-Alfred_V%C3%A9ron#L'affaire_Norton_\(1893\)](https://fr.wikipedia.org/wiki/Louis-Alfred_V%C3%A9ron#L'affaire_Norton_(1893))

⁴⁵² Nous passons notre vie à dire aux humbles [...] qu'ils sont volés, exploités, assassinés lentement; qu'ils sont de la chair à machine, que leurs filles seront de la chair à plaisir, que leurs fils seront de la chair à canon... alors ils commettent quelque acte insensé ou coupable [...]. SÉVERINE apud BLUM, 1993, p. 97).

A redatora criticou fortemente Émile Zola durante o processo do anarquista Émile Henry⁴⁵³, sentenciado à morte, com apenas 21 anos, em abril de 1894, por dois atentados na cidade de Paris:

[...] esquece você que sou sua criatura, que o herói de *Germinal*, não é Etienne nem Maheu – sou eu! Você me ofertou um grande papel, senão um belo papel, em seu drama social. Eu assusto – mas não me despreze...⁴⁵⁴

Entretanto o desacordo entre Séverine e Émile Zola se desfez no período subsequente. A redatora do *La Fondre* elogiou o engajamento do escritor que a seus olhos mostrava-se corajoso. Era um homem célebre que sacrificava sua popularidade a serviço de uma causa. “Como Zola triunfante, aclamado, rico, pacífico resolveu se lançar nisso e se lançou a corpo perdido.”⁴⁵⁵

Quando o episódio Dreyfus instalou-se, Séverine já estava familiarizada com os processos e era conhecedora dos mecanismos judiciais por ter acompanhado muitos deles. Possuía consciência da responsabilidade de sua escrita, do poder da imprensa e dos perigos da manipulação que esta praticava. Coerentemente com sua postura de defesa sistemática das vítimas da sociedade – culpadas ou não –, Séverine tomou partido, construiu sua crítica apoiada na ruptura das normas internas da justiça republicana: “Inocente, não inocente, não se sabia nada. Protestava-se apenas contra a violação das regras usuais a respeito de qualquer que fosse o acusado.”⁴⁵⁶ Quando *L'affaire Dreyfus* chegou ao fim, a jornalista escreveu: “a conquista moral é imensa [...]. Esta revolução aqui vale duas revoluções porque não foi sanguinária e emancipou espíritos.”⁴⁵⁷

- Georges Clemenceau: um republicano de batalha

⁴⁵³ Émile Henry (1872-1894) foi o anarquista francês responsável por dois atentados a bomba, o mais notório destes, no Café do Hotel Terminus, na Gare Saint-Lazere, onde uma pessoa morreu e outras vinte ficaram feridas. Embora sua participação no Movimento Anarquista tivesse sido breve, recebeu destaque por suas ações, motivo de grande aflição às elites e aos governantes da época. (WEBER, 1988)

⁴⁵⁴ Oubliez-vous que je suis votre créature, que le héros de *Germinal*, ce n'est pas Etienne ni Maheu — c'est moi ! Vous m'avez donné un grand rôle, sinon le beau rôle, en votre drame social. J'épouvante — mais on ne me méprise pas... (L'échange de correspondance entre Séverine et Zola est publié dans *L'Echo de Paris*, novembre 1892.) SÉVERINE apud BLUM, 1993, p.97

⁴⁵⁵ [...] comment Zola triomphant, acclamé, riche, paisible, résolu de s'y jeter, et s'y jeta à corps perdu. (SÉVERINE, 1900, p. 50)

⁴⁵⁶ Innocent, pas innocent, on n'en savait rien. On ne protestait que contre la violation des règles en usage à l'égard d'un accusé quel qu'il soit ! (SÉVERINE, 1900, p. 34)

⁴⁵⁷ La conquête morale est immense Cette évolution-là vaut deux révolutions car elle ne fut pas sanguinaire et affranchit les cerveaux. (SÉVERINE, 1900, p. 462)

Georges Clemenceau ficou sem mandato pelo longo período de treze anos, mas nunca distante da política. Nesta fase, dedicou boa parte de suas energias ao jornalismo. Residindo em um modesto apartamento na *rue Franklin*, Paris, consagrou-se à luta pela reabilitação do capitão Dreyfus, ocupando papel central, ao lado muitos outros *dreyfusards*: escritores, políticos, jornalistas e intelectuais. A obra jornalística de Clemenceau está associada, em grande parte, à defesa do capitão Dreyfus. Até o restabelecimento de Dreyfus foram nada menos que 665 artigos.⁴⁵⁸

Georges Benjamin Clemenceau nasceu em 28 de setembro de 1841, em *Mouilleron-em-Pareds (Vendée)*. Ele foi o segundo dos seis filhos do casal Sophie-Emma Gautreau e Benjamin Clemenceau. Sua família paterna pertencia à burguesia local. Seu pai era médico e um republicano engajado. Benjamim, progressista e ateu, exerceu grande influência sobre Clemenceau, transmitindo-lhe os ideais revolucionários e a raiva contra a monarquia. Nos Estados Unidos, em 1865, Georges ocupou o cargo de professor de francês em uma escola para moças em Stamford e foi correspondente do jornal *Le temps*. Casou-se, somente no civil, com uma de suas alunas, Mary Plummer⁴⁵⁹, e com ela teve seus três filhos: Michel, Madeleine e Thérèse-Juliette.

Clemenceau era um orador respeitado, foi um dos promotores da laicidade e da separação entre Igreja e Estado. Formou-se em medicina, porém o jornalismo e a política marcaram sua vida. Como político francês, iniciou sua carreira nas fileiras dos republicanos radicais. Em janeiro de 1870, em Versalhes, o rei da Prússia foi proclamado imperador da Alemanha. O armistício foi assinado oito dias depois. Georges Clemenceau, então prefeito de *Montmartre* e deputado de Paris, recusou-se a aprovar a perda do território nacional, a *Alsace* e a *Moselle*. Em março desse mesmo ano, sem aderir à Comuna, ele saudou a revolta dos parisienses e, depois, colocou-se na perspectiva de conciliar versalheses e *communards*, porém fracassou

⁴⁵⁸ <http://www.musee-clemenceau.fr/clemenceau/biographie/#block14>

⁴⁵⁹ Após ficar sabendo da ligação de Mary Plummer com o preceptor de seus filhos, o radical Clemenceau a enviou, por 15 dias, à prisão Saint-Lazare pelo crime de adultério, apesar dele mesmo ser um homem reconhecidamente adúltero. Durante o período de encarceramento de Mary, Clemenceau demandou o divórcio. Depois de obtê-lo, encarregou-se de embarcá-la aos Estados Unidos com um bilhete de terceira classe, não sem antes fazê-la perder sua cidadania francesa e guarda de seus filhos. Mary morreu em Paris, em setembro de 1922. Escreve Clemenceau a seu irmão Albert: "O sofrimento de tua ex-cunhada acabou. Nenhum de seus filhos estava lá. A cortina se fechou". (*Ton ex-belle-soer a fini de souffrir. Aucun de ses enfants n'était là. Un rideau à tirer*) (CLEMENCEAU, 2008, p. 639).

em sua tentativa.⁴⁶⁰

Em 1876, elegeu-se novamente deputado de Paris, pelo *XVIII^e arrondissement*. Pouco depois do sucesso dos republicanos em 1877, afastou-se de Gambetta, político e republicano oportunista. Membro do *Gouvernement de la Défense nationale*, em 1870, chefe da oposição nos anos seguintes, Clemenceau foi, nos primeiros anos da III^a República, uma personalidade política das mais importantes, sendo seu papel determinante para a perenidade do Regime Republicano, após a queda do Segundo Império.

Presidiu a Câmara dos Deputados (1879-1881), depois foi presidente do Conselho e ministro dos *Affaires étrangères*, no período de 14 de novembro a 30 de janeiro 1882. Ao lado de Victor Hugo e outros, fez campanha pela anistia dos *communards*. Reeleito, em 1882, com um programa radical, ele se tornou chefe da oposição de esquerda radical. Na Câmara, hostil à política de colonização, sua eloquência contribuiu para queda de sucessivos ministérios, destacando-se a queda de Jules Ferry, seu principal adversário.⁴⁶¹

Em 1893, às vésperas das eleições legislativas, Clemenceau foi objeto de uma violenta campanha, tanto no legislativo como na imprensa. Os ataques repousavam sobre suas estreitas relações com M. Reinach e o apoio financeiro que este concedeu a *La Justice*, periódico que fundou e dirigiu:

Após uma longa prova, eu me apresento diante de vocês. É o destino dos homens políticos – eu falo de homens de combate – serem expostos a todas as surpresas e a todos os atentados [...]. Há trinta anos, eu sou um republicano de batalha.⁴⁶²

Aos cinquenta e dois anos, as consequências do Escândalo do Panamá revelaram-se na trajetória parlamentar de Clemenceau. Ele não conquistou um novo mandato, o que o conduziu ao jornalismo em tempo integral. Ficando longe da vida parlamentar por treze anos.

Clemenceau retornou à vida política parlamentar, somente em 1902, como senador. O século XX devolveu a centralidade política a Clemenceau. Como presidente do Conselho (outubro de 1906), enfrentou, com energia, a agitação

⁴⁶⁰ *Idem*.

⁴⁶¹ Disponível em: <http://www.musee-clemenceau.fr/clemenceau/biographie/#block14>

⁴⁶² *Après une longue épreuve, je me présente devant vous. C'est le sort des hommes politiques - je parle des hommes de combat - d'être exposés à toutes les surprises, à tous les attentats. [...] Depuis plus de trente ans, je suis un républicain de bataille.* CLEMENCEAU apud BRODZIAK, 2015, p. 120)

social que sublevou os trabalhadores de vinho do sul (1907) e os operários da região parisiense (1908-1909). Essa atitude política o distanciou da esquerda socialista de Jean Jaurès.⁴⁶³

Afastado em julho de 1909, Clemenceau fundou o jornal *l'Homme Libre*, através do qual revelou seu patriotismo impetuoso, sua crítica aos derrotistas e aos pacifistas. Durante a Primeira Guerra Mundial, em função da censura, *L'Homme Libre* passou a circular com o nome de *l'Homme Enchaîné* (1914).⁴⁶⁴ Em um clima de angústia nacional, em novembro de 1917, Raymond Poincaré, presidente da república, chamou Clemenceau para formar *Le Gouvernement*, acumulando ele a presidência do Conselho e o Ministério da Guerra.

O Tigre, como era também conhecido, conduziu, com pulso firme, o país à vitória no período de guerra. Como presidente da Conferência para a Paz (1919), reuniu as condições para que a Alsácia fosse devolvida à França e, com isso, ganhou o título de *Le Père de la Victoire*. Apesar de estar no apogeu de sua popularidade, Clemenceau não teve êxito em sua candidatura à presidência da república, foi derrotado por Paul Deschanel, no ano de 1920. Esse insucesso marcou sua saída da vida pública.

L'affaire Dreyfus: os intelectuais

Sartre define o intelectual como alguém que pretende contestar o conjunto das verdades existentes e as condutas inspiradas nessas verdades, em nome de uma concepção totalizante do homem e da sociedade. No senso comum, a palavra intelectual está associada ao produtor de saber e de cultura que possui certa notoriedade em sua área de conhecimento.

No entanto, esta definição não estava presente do século XIX. É importante destacar que o substantivo intelectual passou a ser utilizado, na língua francesa, a partir do episódio Dreyfus, com a intervenção determinada, a favor de Dreyfus, de figuras vinculadas a grandes escolas, institutos de ensino e pesquisa e às artes. Neste momento histórico, a palavra 'intelectual' popularizou-se. O episódio Dreyfus testemunhou a ação precoce e firme de numerosos intelectuais. "Parece-me que o sindicato cresceu", ironiza Clemenceau em seu artigo:

⁴⁶³ Jean Jaurès est un homme politique français, né à Castres (Tarn) le 3 septembre 1859 et mort assassiné à Paris le 31 juillet 1914. Orateur et parlementaire socialiste, il s'est notamment illustré par son pacifisme et son opposition au déclenchement de la Première Guerre mondiale.

⁴⁶⁴ (Grande Enciclopédia Larrouse Cultural, 1995, p. 1450)

A virtude da ação é tão grande que de pontos opostos do horizonte chegam adesões a Zola, de Allemane a Gabriel Séailles, de Jaurès a Paul Desjardins, de Louise Michel a Duclax, a Anatole France, a Eugénie Carrière, a Claude Monet. É necessário dizer, para honrá-los, que os homens de pensamento colocaram-se primeiro em ação. É raro que, nos movimentos de opinião pública, esses homens de puro labor intelectual manifestem-se na linha de frente.⁴⁶⁵

Duclert⁴⁶⁶ esclarece que, apesar dos esforços da Liga da Pátria Francesa, em mobilizar a inteligência do país, à exceção do matemático Camille Jordan e do físico Pierre Duhem, o meio científico optou pela defesa de Dreyfus. Vários cientistas renomados estiveram à frente das lutas dreyfusistas, ora no Comitê da Liga dos Direitos do Homem, ora na tribuna de suas salas de conferência. A cada declaração, texto de combate e artigo de fundo, afirmava-se a dimensão cívica e a missão social da ciência, revelando uma ligação direta entre a ciência pura e o engajamento cívico, entre as práticas do saber e a consciência de cidadania.

A expressão intelectual passou a ter uma dimensão social, construída a partir de um circuito de publicações – *Revue Blanche* e *L'Aurore* – que permitiu aos escritores a livre expressão e o desenvolvimento de suas ideias. Esse circuito alternativo de mídia conferiu organicidade à luta. Foi um meio de experimentar discursos e avaliar seus impactos; de construir a consciência de ação como prática literária; de colaborar para o envolvimento dos escritores nos debates políticos.

O livro representa uma força muito grande. Ele cativa e emociona, encanta e instrui. As ideias que ele contém penetram lentamente nas massas. Elas fazem sua passagem à maneira das toupeiras, depois, um belo dia, a passagem feita, elas chegam ao grande sol.⁴⁶⁷

O drama pessoal do capitão Dreyfus, segundo Kettani, não parecia ser a força motriz de alinhamento à causa.⁴⁶⁸ Os escritores partilhavam um entusiasmo pelo ato de engajamento que se sustentava na tomada de consciência do papel dos

⁴⁶⁵ *Il me semble que le syndicat " grandit. La vertu de l'action est si grande que, des points opposés de l'horizon, d'Allemane à Gabriel Séailles, de Jaurès a Paul Desjardins, de Louise Michel à Duclaux, à Anatole France, à Eugène Carrière, à Claude Monet, les adhésions arrivent à Zola. Il faut le dire à leur honneur, les hommes de pensée se sont mis en mouvement d'abord. Il est rare que, dans les mouvements d'opinion publique, les hommes de pur labeur intellectuel se manifestent au premier rang. (G. CLEMENCEAU, 1898)*

⁴⁶⁶ (2006)

⁴⁶⁷ *Le livre représente une force très grande. Il intéresse et émeut ; il charme et il instruit. Les idées qu'il renferme pénètrent lentement dans les masses. Elles font leur trou à la façon des taupes ; puis, un beau jour, le trou est fait : elles arrivent au grand soleil. (Zola ne sera pas Député, 1897, p. 2)*

⁴⁶⁸ Kettani (2010)

homens de letras na sociedade. Um encantamento que respondia a uma sensibilidade preexistente e também ao gesto de Émile Zola. Essa sensibilidade política crescente e precedente aos anos do episódio Dreyfus permite pensar no surgimento de uma espécie de rede literária, que edificou a luta dos dreyfusistas e proporcionou a mobilização coletiva, caracterizada como o movimento dos intelectuais.

Sob uma perspectiva, Joseph Reinach, em *Historie de l'affaire Dreyfus*⁴⁶⁹, explica que, antes mesmo do episódio Dreyfus, a palavra intelectual já era adotada, entretanto com significação pejorativa, sendo associada a uma espécie de diletantismo, a uma atitude elitista e ao desprezo ao cidadão comum:

A palavra atraía, há algum tempo, nas pequenas revistas literárias, jovens críticos da política institucionalizada para marcar sua superioridade em relação ao restante dos humanos.⁴⁷⁰

Sob outra, Pascal Ory e Jean-François Sirinelli consideram, em sua obra *Les intellectuels en France – De l'affaire Dreyfus à nos jours (2002)*, que o uso corrente do termo intelectual como substantivo estava situado exatamente no espaço da cultura francesa e no tempo do episódio Dreyfus. Sendo, por isso, o manifesto dos intelectuais, publicado no *L'Aurore*, em 14 de janeiro de 1898, seu marco fundador.

O pensamento cientificista expandia sua esfera tocando profundamente o campo artístico. A ciência e a literatura uniam-se para além de um modismo, evidenciando que se tratava objetivamente de conferir autoridade aos homens cujo exercício de refletir construía seus julgamentos. Era a imagem do homem sábio, do indivíduo dotado de saber e de sensibilidade, apto a tirar conclusões pelo que estava posto à sociedade.

A imprensa cotidiana parisiense e l'affaire Dreyfus

Quando se investiga o episódio Dreyfus, emergem dois aspectos: um puramente judicial, iniciado, em 1894, com a prisão do Capitão, e finalizado, em 1906, com sua reabilitação; outro, um acontecimento político, que envolveu a luta pela revisão do processo de Dreyfus de outubro de 1897 a setembro de 1899.

⁴⁶⁹ *Historie de l'affaire Dreyfus* (1901, p. 246)

⁴⁷⁰ *Le mot traînait depuis quelque temps dans les petites revues littéraires, de jeunes contempteurs de la politique de l'appliquant pour marquer leur supériorité sur le reste des humains. (REINACH, 1903, p. 246)*

Durante estes dois anos, os jornais apropriaram-se do assunto desenvolvendo e amplificando opiniões.

- A Era do Papel

No final de 1898, um dos grandes colecionadores daquele período, John Grand-Carteret, propôs uma síntese dos meses transcorridos desde a publicação de *J'accuse...!* e a intitulou *L’Affaire Dreyfus et l’image*. No prefácio de sua obra, Grand-Carteret elege o culpado pela agitação e pela perturbação dos espíritos: o papel, “*Le papier marche, rien ne va plus.*”⁴⁷¹ Ao citar *La Papeterie: Bulletin officiel de la Chambre des papiers en gros*, lembra a excitação que se apoderou desse setor, na ocasião quando todos queriam saber tudo a respeito da querela que cindia a opinião pública. As previsões suplementares de papel necessário para a tiragem dos jornais, explica Grand-Carteret, chegaram a cifras diárias enormes. Esse montante, segundo o mesmo autor, foi confirmado pela revista dos fabricantes de papel, que, no início de 1899, diariamente recolhia, através de 30 mil catadores de papel, duzentas toneladas deste material, quantia que se intensificou no período do processo de Rennes.⁴⁷² O pintor e gravurista suíço, associado com *Les Nabis*⁴⁷³, Félix Vallotton (1865-1925), no jornal *Cri de Paris* de 23 de janeiro de 1898, denominou esta época como ‘Era do Papel’.

Com o objetivo de subsidiar a análise em relação à imprensa parisiense, aqui desenvolvida, se reproduz a sistematização de Janine Ponty⁴⁷⁴, em seu artigo *La presse quotidienne et l’affaire Dreyfus en 1898-1899: Essai de Typologie*. Tal estudo apresenta um quadro comparativo de três importantes acontecimentos: processo Esterhazy-Zola; suicídio do coronel Henry; processo de Rennes. Nessa análise, Ponty⁴⁷⁵ apresenta números sobre a tiragem dos principais jornais e também uma classificação do posicionamento de importantes periódicos em 1898:

⁴⁷¹ (GRAND-CARTERET, 1898, p. 6)

⁴⁷² (GRAND-CARTERET, 1898, p. 7)

⁴⁷³ Grupo de jovens artistas pós-impressionistas da última década do século XIX.

⁴⁷⁴ (*La presse quotidienne et l’affaire Dreyfus en 1898-1899. Essai de Typologie*, 1974)

⁴⁷⁵ (*La presse quotidienne et l’affaire Dreyfus en 1898-1899. Essai de Typologie*, 1974)

QUADRO DE TIRAGEM DOS JORNAIS DE PARIS		
<i>Grande imprensa de informação</i>		
	1898	1899
Le Petit Journal	1.075.000	1.120.000
Le Petit Parisien	700.000	770.000
Le Journal	450.000	500 000
Le Matin	70.000	78 000

<i>Imprensa monarquista e bonapartista</i>		
	1898	1899
Le Gaulois	25.000	30.000
Le Soleil	40.000	25.000
L'Autorité	25.000	

<i>Imprensa de tendência nacionalista</i>		
	1898	1899
La Libre Parole	100.000	
L'Intransigeant	30 à 50.000	
La Patrie	80.000	
L'Éclair	50.000	
L'Écho de Paris	60.000	
La Presse	35.000	

<i>Imprensa Católica</i>		
	1898	1899
La Croix	170.000	

QUADRO DE NUANCES DO CAMPO JORNALÍSTICO ANTIDREYFUSISTA	
A1	<i>Raivoso e antissemita</i>
A2	<i>Raivoso sem ser antissemita</i>
A3	<i>Não violento</i>
A4	<i>Socialista</i>
R	<i>Revisionista</i>
D	<i>Dreyfusard</i>
I	<i>Imparcial</i>

A imprensa parisiense, no início de 1898, era largamente antidreyfusista. Pensa-se que talvez esta posição estivesse relacionada à não relevância do caso, isto é, para uma parte significativa da população o caso não possuía nenhuma importância. A saturação do assunto era evidente e um questionamento inevitável se fazia presente: Por que estamos a falar sobre isso novamente? Por que este assunto ainda está em pauta? Dreyfus foi condenado por unanimidade e nenhuma voz o defende à exceção de sua família.

Para alguns, este assunto não deveria ressurgir, visto que mantê-lo como um caso encerrado era necessário, pois a França da Revolução Francesa, respeitadora dos Direitos dos Homens, jamais seria capaz de condenar alguém ilegalmente. Eis aí uma condição, um elemento essencial para se entender a fragilidade e a falta de ação das instituições à época.

QUADRO EVOLUTIVO DO POSICIONAMENTO DOS JORNAIS

	<i>Janeiro 1898 processo Esterhazy Fevereiro 1898: Processo Zola</i>	<i>setembro 1898: suicídio Cel. Henry</i>	<i>agosto setembro 1899: processo de Rennes</i>	<i>Data eventual conversão ao dreyfusismo</i>
<i>Le Petit Journal</i>	A2	A	A	
<i>Le Petit Parisien</i>	A3	R	I	
<i>Le Journal</i>	A3	R	A	
<i>Le Matin</i>	A3	R	I	
<i>Le Gaulois</i>	A3	A	A	
<i>Le Soleil</i>	A1	R	D	Junho 1898
<i>L'Autorité</i>	A1	A	A	
<i>La Libre Parole</i>	A1	A	A	
<i>L'Intransigeant</i>	A1	A	A	
<i>La Patrie</i>	A1	A	A	
<i>L'Éclair</i>	A1	A	A	
<i>L'Écho de Paris</i>	A2	A	A	
<i>La Presse</i>	A1	A	A	
<i>La Croix</i>	A1	A	A	
<i>La Liberté</i>	A3	R	I	
<i>Le Temps</i>	A3	R	D	Junho 1899
<i>Le Figaro</i>	A3	R	D	Junho 1898
<i>Le Journal des Débats</i>	A3	R	I	
<i>Le Siècle</i>	D	D	D	Janeiro 1898
<i>L'Aurore</i>	D	D	D	Outubro 1897
<i>Les Droits de l'Homme</i>	D	D	D	Janeiro 1898
<i>Le Radical</i>	R	D	D	Setembro 1898
<i>Le Rappel</i>	R	D	D	Agosto 1898
<i>La Petite République</i>	A4	D	D	Junho 1898
<i>La Lanterne</i>	A4	D	D	Mai 1899
<i>La Fronde</i>	D	D	D	Dezembro 1897

A1: Raivoso e antissemita; **A2:** Raivoso sem ser antissemita; **A3:** Não violento; **A4:** Socialista;
R: Revisionista; **D:** Dreyfusard; **I:** Imparcial.

A tendência da imprensa política burguesa e dos grandes jornais informativos de silenciar justificava-se pelas importantes manifestações de rua e pelas prisões realizadas nos primeiros quinze dias após o artigo de Zola – *J'accuse!*. Esse contexto conduzia ao temor de que as agitações resultassem na revisão do processo. Manter a ordem parecia ser uma exigência, assim se firmou, entre os veículos de maior circulação, o pacto de impor silêncio sobre o assunto.

A derrota da França, em 1871, acarretou a perda de parte de seu território – a região da Alsácia-Lorena – o que gerou um sentimento nacionalista e a conseqüente valorização das forças armadas. A confiança na justiça militar foi reforçada, tendo esta desempenhado papel relevante ao longo processo. Contudo, um fato não fora previsto: Émile Zola atreveu-se a atacar, a repreender o irrepreensível.

O desejo de se manifestar minimamente, a veneração à pátria, a disposição à manutenção da ordem, a valorização da coisa julgada e a estima pelo exército constituem elementos essenciais que permitem julgar o comportamento da mídia antidreyfusista, referenciada, na tabela de Janine Ponty⁴⁷⁶, como: A1; A2; A3; A4. Na capital, os órgãos de imprensa, tanto republicanos de centro como os três grandes jornais de notícia, compartilharam a necessidade de se calarem diante do episódio Dreyfus.

A posição dos moderados (jornais não violentos), segundo Janine Ponty, destaca-se pela abertura à direita, impulsionada por *Le Gaulois* de Arthur Meyer. Em Paris, a imprensa monárquica permanecia relativamente nuançada, uma posição que, conforme Ponty, é difícil de classificar. *Le Soleil* de Edouard Hervé, jornal realista, passou de não violento a fantoche antissemita, aproximando-se à classificação A1 de Ponty.⁴⁷⁷ Paul de Cassagnac do *L'Autorité*, com um posicionamento paradoxal, por diversas vezes se contradisse deixando seus leitores confusos. Esse jornal possuía uma posição acima de tudo antirrepublicana. Mais do que um acusador, denunciava a proteção que o governo oferecia a Dreyfus. Para *L'Autorité*, o caso Dreyfus era somente um pretexto para julgar negativamente o exército, o único a sentar no banco dos réus. A república vinha a ser a negação das forças armadas.

⁴⁷⁶ (La presse quotidienne et l'affaire Dreyfus en 1898-1899. Essai de Typologie, 1974)

⁴⁷⁷ (La presse quotidienne et l'affaire Dreyfus en 1898-1899. Essai de Typologie, 1974)

Le Petit Journal e *L'Écho de Paris* figuravam entre os jornais de tendência nacionalista, possuíam como inspiração a exaltação do exército o que trazia à luz um grande ódio dirigido a quem chamavam de prussiano Dreyfus, deixando claro sua hostilidade ao judeus. *La libre Parole* de Drumont, *L'Intransigeant* de Rochefort e *La Croix* fizeram do episódio Dreyfus exclusivamente uma questão judaica ainda que a luta antissemita ultrapassasse tal caso.

Os socialistas eram patriotas, um patriotismo que evocava a Grande Revolução. Dreyfus era um oficial superior, um burguês e da categoria dos Rothschilds, exploradores dos pobres, portanto capaz de vender, sim, segredos de Estado, por esta razão os socialista não poderiam se comprometer com sua defesa. O sentimento nacional, a luta de classes e o antissemitismo combinaram-se para explicar, no primeiro momento, o posicionamento dos socialistas.

No início de 1898, a politização do episódio Dreyfus estava em pleno andamento. Com o passar do tempo *Le Figaro* e *L'Autorité* mostravam sinais de recuo em sua posição antidreyfusard, admitindo a revisão do processo, alinhando-se a *Le Siècle*, desde a primeira hora, um periódico revisionista, logo dreyfusista. Esclarece Ponty que os jornais revisionistas e dreyfusards eram de esquerda; já os de esquerda radical não estavam convictos dos argumentos de Picquart e de Zola.⁴⁷⁸ Na província, as personalidades progressistas; socialistas e radicais desconfiavam da campanha pela revisão do processo Dreyfus, porque a associavam ao caso do Panamá.

Verdadeiramente, quase a totalidade dos jornais antidreyfusards não violentos (A3) tinham por característica a defesa da ordem e o respeito à legalidade, à exceção do *Le Gaulois*. Esses jornais legalistas principiaram um movimento de mudança de posição, erguendo a bandeira da necessidade de revisão do processo. lam se opondo, mês a mês, aos antissemitas e aos nacionalistas, sendo comum encontrar, em suas análises, pontos que julgavam coincidentes com o movimento boulangista. Os jornais não violentos na reversão de suas opiniões jogavam força em um debate puramente formal, ou melhor, jurídico, fugindo das discussões religiosas com o objetivo de não fragilizar a república.

⁴⁷⁸ (*La presse quotidienne et l'affaire Dreyfus en 1898-1899. Essai de Typologie, 1974*)

Jules Cornély, em *Le Figaro*, em 2 de setembro de 1898, descreveu o coronel Henry como um infeliz diabo, mais vítima do que o herói cantado por Drumont, Rochefort e Judet e muito menos criminoso insensível a serviço do estado-maior.⁴⁷⁹

Muito combativa, a imprensa a favor de Dreyfus não conseguiu o sucesso esperado. Em Paris, com apenas oito jornais em um universo de 55 e, na província, com um único, alcançava apenas 8% dos leitores. *Le siècle*; *L'Aurore*; *Les Droits de l'homme*; *Le Radical*; *Le Rappel*; *La Lanterne*; *Le Petite République*; *La Fronde*; *Le Réveil du Nord* eram quotidianos célebres, entretanto frágeis em sua tiragem.

Somente *La Petite République* alcançava a tiragem de 100.000 exemplares. Convertido à causa de Dreyfus por Jean Jaurès, o periódico passou, nos meses de maio e junho de 1898, do antidreyfusismo ao dreyfusismo. O jornal socialista ganhou centralidade no cenário da imprensa parisiense ao fazer o debate sobre o antissemitismo e ao sacudir a classe operária diante do martírio do burguês Dreyfus. No mês de agosto, Jaurès publicou um conjunto de artigos os quais, conforme Ponty, compuseram uma bela façanha jornalística.⁴⁸⁰

Esses textos abordaram as principais questões relacionadas ao processo de Alfred Dreyfus: no dia 10: As provas; no dia 12: As supostas confissões de Dreyfus; no dia 13: A inocência de Dreyfus; no dia 14: Dreyfus e Bertillon; no dia 18: O Verdadeiro traidor; no dia 19: O borderô é de Esterhazy; no dia 20: Esterhazy e os especialistas; no dia 25: Os documentos secretos; no dia 28: O documento falso.

Não houve outro mês mais fértil para reviravoltas que setembro de 1898. No ano seguinte, após uma longa investigação do Tribunal de Cassação, alguns jornais evoluíram lentamente em direção ao dreyfusismo. Tal alinhamento justificava-se pelo reconhecimento de fatos irrefutáveis. Neste momento as paixões atingiram seu auge, segundo Ponty.⁴⁸¹ O silêncio foi rompido, o episódio Dreyfus ocupou, na imprensa, um espaço como nunca se havia visto; sucessivos depoimentos foram explorados.

Todos os dias os jornais atualizavam suas publicações com os relatórios do processo de Rennes. Alguns jornais matutinos chegaram a lançar uma edição de final da tarde com objetivo de manter seus leitores atualizados. O campo antidreyfusard, contudo, estava longe de ser dizimado, ele se mantinha fortalecido.

⁴⁷⁹ (*L'Affaire Henry, 1898*)

⁴⁸⁰ (*La presse quotidienne et l'affaire Dreyfus en 1898-1899. Essai de Typologie, 1974*)

⁴⁸¹ (*La presse quotidienne et l'affaire Dreyfus en 1898-1899. Essai de Typologie, 1974*)

Le Petit Journal, na manhã seguinte ao veredito de Rennes, lançou seus primeiros ataques antisemitas. No final da luta, *Le Petit Journal* passou de raivoso sem ser antisemita (A2) para raivoso e antisemita (A1), conforme classificação de Ponty.⁴⁸²

O julgamento de Rennes não inocentou Dreyfus. Para *L'Intransigeant*⁴⁸³, a França estava salva. *Le Petit Journal*⁴⁸⁴ afirmou que as forças armadas haviam protegido a pátria. *La Libre Parole*⁴⁸⁵ comemorou a manutenção da condenação de Dreyfus e exaltou a bravura dos oficiais franceses, no cumprimento de seus deveres, concluindo que, diante de uma culpabilidade tão evidente como a luz do dia, não havia do que Reinach e seus cúmplices ousarem duvidar. Os dreyfusards de longa data como *Le Siècle*; *L'Aurore*; *Les Droits de L'Homme*; *Le Radical*; *Le Rappel*; *La Petite République*; *La Lanterne*; *Le Réveil du Nord* e mesmo *Le Petit Provençal* acreditavam na necessidade de uma postura mais ofensiva. Era preciso elevar o tom. O campo *dreyfusard* considerou o resultado do julgamento de Rennes abjeto. Restando somente a interrogação: será que o Tribunal de Cassação é controlado pelo Conselho de Guerra? Para eles não haveria uma consciência livre que pudesse se curvar a tal veredito. O chamamento era para a luta: "Em pé! Que todos os homens que desejam permanecer livres e confiantes se unam! A batalha continua."⁴⁸⁶

De maneira geral, os antidreyfusards (A1 e A2) não evoluíram, permanecendo constantes em sua posição. Os antidreyfusards (A3) classificados como moderados tornaram-se revisionistas. Os socialistas (A4) colocaram-se ao lado da tendência radical do dreyfusismo de combate. No final de 1899, a divisão política entre os defensores de Dreyfus estava bem mais acentuada do que dois anos antes: de um lado, a esquerda; de outro, a centro-esquerda. Houve um momento que, em uma estratégia econômica, os jornais *Le Figaro* e *Le Soleil*, receosos de perder seus leitores, distanciaram-se dos defensores do Capitão. Especialmente *Le Soleil* de Hervé de Kérohant que viu um terço de sua clientela monarquista migrar para *Le*

⁴⁸² (La presse quotidienne et l'affaire Dreyfus en 1898-1899. Essai de Typologie, 1974)

⁴⁸³ 11 de setembro de 1899, artigo de Rochefort.

⁴⁸⁴ 11 de setembro de 1899, artigo de Ernest Judet.

⁴⁸⁵ 10 de setembro de 1899, artigo: *Le traître condamné. À bas les Juifs. Vive l'Armée de Édouard Drumont.*

⁴⁸⁶ *Debout ! que tous les hommes qui veulent rester libres et fiers s'unissent ! la bataille continue..* (SIAUVE-EVAUSY apud PONTY, 1974) (*LE RÉVEIL DU NORD*, 1899)

Gaulois, reconhecidamente antidreyfusista, esclarece Ponty.⁴⁸⁷ *L'Écho de Paris*, contrário a Dreyfus, mas não antisemita (A2), também se beneficiou dessas transferências.

Nem *Le Figaro* nem *Le Soleil* simpatizavam com a esquerda, eram respeitadores das leis e das instituições. Sem esquecer que *Le Figaro* havia cumprido um papel de protagonismo junto a Zola na afirmação da inocência de Dreyfus. No entanto, ambos, por valorizarem a legalidade, desejavam que Alfred Dreyfus aceitasse sua condenação. *Le Petit Parisien*, *Le Journal des Débats*, *La Liberté* e *Le Matin* tomaram a decisão de se manterem imparciais ou apenas informativos.

A análise de Ponty não somente revela movimentos e nuances da imprensa à época do episódio Dreyfus, mas também e sobretudo evidencia a dinâmica da opinião pública. Permite a reflexão sobre como ela simultaneamente intervém em processos e deles resulta. Grande parte da imprensa francesa esteve exposta a esta força que influencia e é influenciada.

- A iconografia como discurso

Conforme Cooley, se não se conhece a maneira como a revolução na comunicação criou para nós um novo mundo, nada conseguiremos entender da Era Moderna.⁴⁸⁸ Há necessidade de compreender a comunicação em sentido amplo, em um espectro que abrange, além da imprensa e de tudo aquilo que a tornou possível (estradas de ferro, telégrafo, telefone etc.), também a expressão do rosto, a atitude, os gestos, a tonalidade de voz, as palavras ditas ou escritas. No horizonte desta perspectiva, situa-se a caricatura.

O século XIX mudou as condições em que se exercia o jornalismo. As tiragens dos jornais multiplicaram-se significativamente. Em paralelo aos grandes diários populares franceses, vendidos a um centavo, explodia uma imprensa satírica. As caricaturas estavam presentes nos jornais e em mais três canais: o cartaz, o cartão-postal, o álbum. Estes suportes normalmente reproduziam ilustrações que haviam sido editadas anteriormente em jornais. A publicação de um desenho na primeira página de um periódico, visível em um muro ou nos braços de um vendedor

⁴⁸⁷ (*La presse quotidienne et l'affaire Dreyfus en 1898-1899. Essai de Typologie*, 1974)

⁴⁸⁸ (*Social Organization*, 1901, p. 65)

de jornal, oferecia a muitos uma rápida e simplificada absorção de conteúdos complexos presentes na ordem do dia.

O jornalismo satírico, símbolo de liberdade de expressão, foi fonte de informação para milhares de franceses durante o episódio Dreyfus. Ao longo do processo político que envolveu a França e parte de sua intelectualidade, assuntos relevantes foram tratados com ironia. Imagens dessacralizavam, desconstruíam e expunham reputações. A forte conotação política que o humor traz consigo mostrava-se eficiente. Uma arma que operava pelo ridículo e pelo grotesco. Um discurso que, muitas vezes, ultrapassava a fronteira da crítica a hábitos sociais e chegava a ser uma punição de figuras públicas. A energia satírica com que Dreyfus e Zola foram representados contribuiu para a construção do estereótipo do traidor da pátria.

- A caricatura: uma das faces do discurso antissemita

A estratégia de Édouard Drumont foi precisa. O jornalista anunciou, no *La Libre Parole Illustré*, que a imagem deveria complementar a obra escrita, porque se endereçava aos que a escrita ainda não alcançara. A caricatura não somente ilustrou a propaganda escrita antissemita como também serviu para legitimar práticas de discriminação e perseguição. A imprensa ilustrada tinha tirado proveito do Escândalo do Panamá. As caricaturas haviam mobilizado a opinião pública com representações raivosas de Cornélius Herz, de Lévy-Crèmeux e do barão Reinach, judeus, atores no projeto de construção do canal. O antissemitismo ganhava contornos de doutrina política, a ideia do país sujeito à força do dinheiro contribuía para a cristalização de um pensamento pseudocientífico, racista e antirrepublicano (Figura 16).

As principais publicações ilustradas do campo anti-Dreyfus eram *Le Pilon*, *La Silhouette*, *Les Quat'z'arts*, *Le Grand Guignol*, *Psst...!*, *L'Étrille*, o suplemento ilustrado de *La Patrie* e do *La Libre Parole*. Em sua maioria com periodicidade semanal, elas foram suporte para a mais obstinada luta pela manutenção da condenação de Dreyfus e também por duros ataques a Émile Zola. John Grand-Carteret escreve que as imagens, ao longo do processo de Dreyfus, acusavam mais facilmente do que defendiam, constatação decorrente da observação de que a maioria dos jornais, particularmente os da imprensa ilustrada, vinculados ao campo antidreyfusard eram incriminadores. Grand-Carteret explica que uma das

singularidades do funcionamento da caricatura é a interpretação visual de uma fisionomia impossível de ser esquecida, porque a vítima portará um aspecto diabólico e maléfico (Figura 17).

O desenho jornalístico e a literatura de calçada antidreyfusista (panfletos, músicas e cartazes) traduzia de forma simplista uma ideologia heterógena. Conjunto de ideias que refutava a cobiça, a covardia, a traição e o apreço pela dominação ao mesmo tempo em que reforçava sentimentos racistas, contrários à república e à laicidade. Um discurso que se mostrava nefasto ao país, mas que ganhava força. A imagem cumpria um papel sintetizador, projetava contradições, familiarizava o leitor com os mitos ambivalentes do judeu-bolchevique ou do judeu-maçônico.⁴⁸⁹ Representações como a de um judeu que, ao passar pela fronteira em direção à Alemanha, carregava um saco de ouro eram comuns. O tema do judeu corrompido e vendido para a Alemanha ganhou força na imprensa satírica ilustrada e manteve vivo o sentimento de revanche à Prússia.

Jean-Louis Forain (1852-1931), sob o título “Alegoria”, representa a silhueta de um prussiano escondido atrás de um judeu cujo rosto estava coberto por uma máscara de Émile Zola. Uma caricatura emblemática do discurso *antifreyfusard*. O ilustre escritor Zola, o ousado defensor de Dreyfus, é a máscara necessária à ‘raça traidora’. A narrativa visual investe no discurso de que os defensores de Dreyfus eram os que capitularam aos interesses da Prússia (Figura 18).

Museu dos Horrores foi uma série de cinquenta e um desenhos da coleção, publicada no período de 1899 a 1900, que tinha como objetivo comprovar a imoralidade do movimento dreyfusista. O projeto procurou apresentar o campo dreyfusards como um panteão dos horrores. As duas ilustrações analisadas na sequência não deixam dúvidas em relação à sua mensagem: traidores como Dreyfus e Zola enfraquecem a França territorial e intelectualmente.

Zola, na quarta caricatura, é retratado por Victor Lenepveu como “Rei dos Porcos”; Dreyfus, no sexto desenho, como “Traidor”. A ilustração “Rei dos Porcos” foge um pouco dos padrões da caricatura da época, pois o rosto de escritor não está distorcido; evidencia-se até certa precisão para que o leitor não tenha dúvida e o identifique à primeira vista. Entretanto, a fidelidade da face retratada está acompanhada da monstruosidade de seu corpo. Zola não escreve, pinta o mapa da

⁴⁸⁹ (MATARD-BONUCCI, 2001)

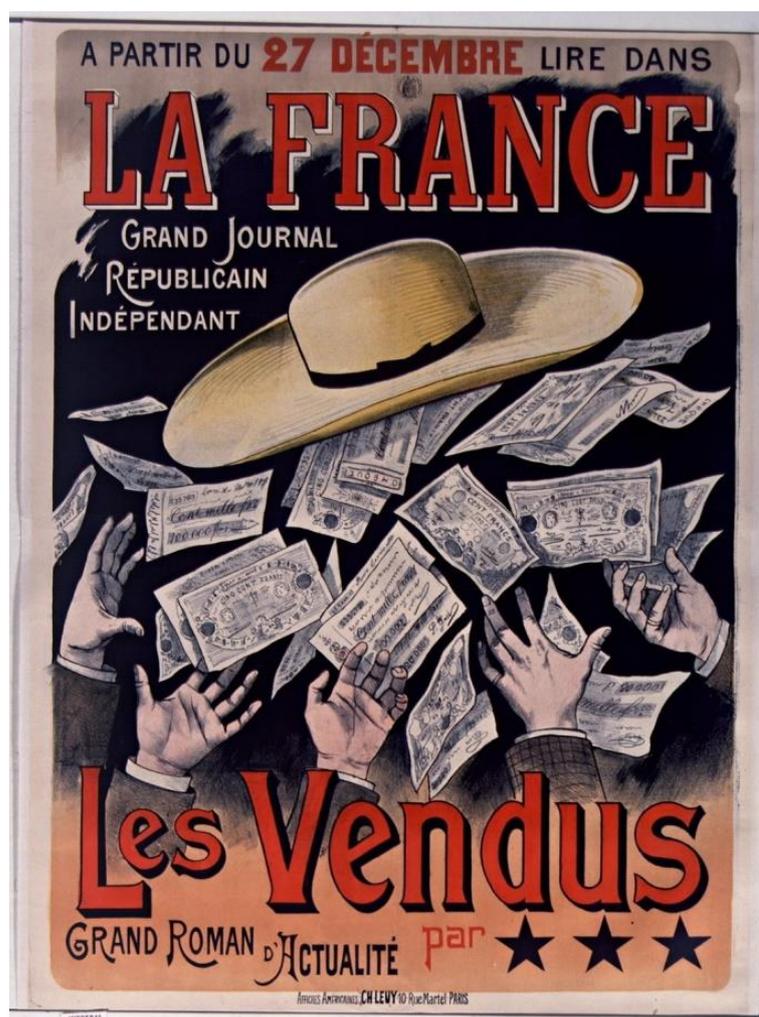
França com excrementos. O traço de Lenepveu enfatiza, através do escatológico, as nocivas influências vindas do exterior. É a Alsácia perdida em 1871 e o desejo revanche. A representação de Zola, sentado sobre alguns de seus romances, induz o leitor à interpretação de que o criador do ciclo Rougon-Macquart produz obras literárias sem valor e que suas narrativas podem possuir outra utilidade que não a da leitura (Figura 20).

Dreyfus, na sexta ilustração, é uma serpente de múltiplas cabeças. A figura que comanda a cena, a cabeça da serpente é Dreyfus. A escolha da serpente, animal emblemático da traição cristã e do pecado, não poderia ser mais simbólica. A serpente é o agente maligno que traduz ao público a culpabilidade de Dreyfus e os perigos a que a nação está exposta. Portanto, combatê-la se faz urgente. É o que sugere a espada presa no corpo do animal teratológico. Pode-se ainda relacionar a espada com o caráter cavalheiresco e até mesmo medieval da luta antissemita e também fazer referência às figuras mitológicas de Hércules e Hidra de Lerna. A última, uma espécie de dragão em forma de réptil, encimado por nove cabeças, habitante do pântano, cujo sopro era devastador; a primeira, uma das figuras mais ricas da mitologia clássica. Hércules venceu a Hidra apesar de sua enorme capacidade de regeneração, a cada cabeça cortada renasciam duas. Alfred Dreyfus, no centro, representa o sólido bloco de inimigos da nação, reforçando a teoria da conspiração que os antidreyfusistas acreditavam existir (Figura 21).

Os ataques a Zola foram proporcionais a seu papel no combate pela revisão do processo de Dreyfus. Foco de artigos e desenhos, o escritor foi retratado pelos *antidreyfusards* como um personagem que se deleitava com cloacas e mictórios. O escatológico inspirou cartunistas e desenhistas. Uma produção iconográfica que parecia fazer recair sobre Zola grande parte da culpa pela crise instaurada: *La Circoncision de Zola le conspué; Conspuiez Zola! Conspuiez!; von Zola; Ch'accuse...!*. A presença dos títulos das obras de Zola em desenhos não eram escolhas ingênuas. A direita nacionalista e antissemita rejeitava a narrativa naturalista, especialmente por ela atestar as difíceis condições de vida da classe trabalhadora na sociedade francesa.

O ódio destilado pelos antidreyfusards reforçava o engajamento da defesa de Dreyfus que também se apoiou na produção visual. Contudo, a imagem dreyfusista procurava valorizar uma representação abstrata composta pelos ideais de justiça e

verdade. Mesmo quando sua opção era pela sátira política, o fazia de forma sóbria, não implicando diretamente o campo do antissemitismo. O antissemitismo era percebido como um avatar do clericalismo e do delírio de seus opositores antirrepublicanos. A centralidade da ilustração dreyfusista estava, acima de tudo, na defesa da verdade e de valores associados à república (Figura 19).



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Figura 16: Capa do jornal do La France, jornal republicano independente.⁴⁹⁰

⁴⁹⁰ Fonte: BNF:gallica.bnf.fr.



Figura 17: Panamá militar (Paris) – Cartão. Um grupo de oficiais, entre eles uma dama velada, observa Dreyfus que, carregando uma cruz, dirige-se ao topo de um monte como se se dirigisse a seu calvário.⁴⁹¹

⁴⁹¹ Disponível em <https://bibliotheques-specialisees.paris.fr/ark:/73873/pf0001482614/v0001>:

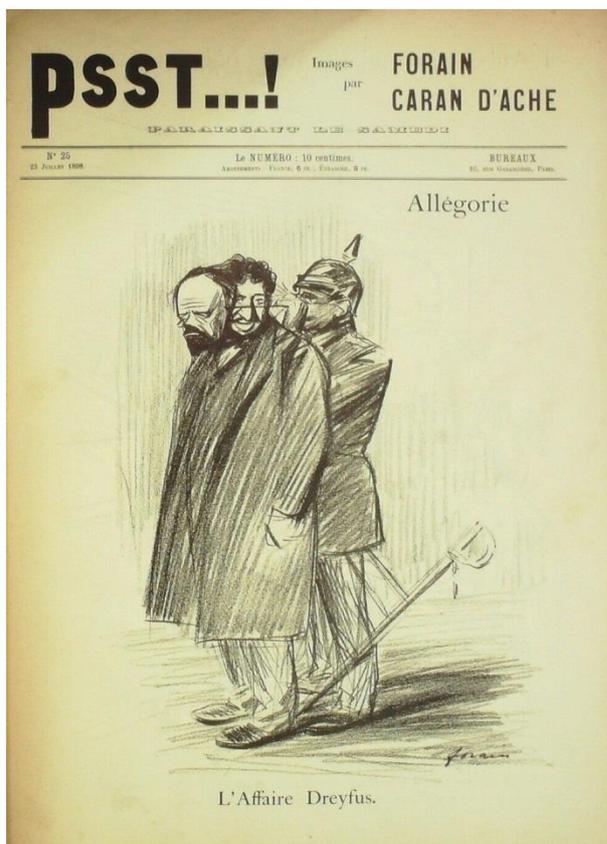


Figura 18: Émile Zola: a máscara do judeu traidor



Figura 19: A verdade e a justiça alçada pelo jornalismo dreyfusard.⁴⁹²

⁴⁹² Fonte de ilustrações: BNF:gallica.bnf.fr.

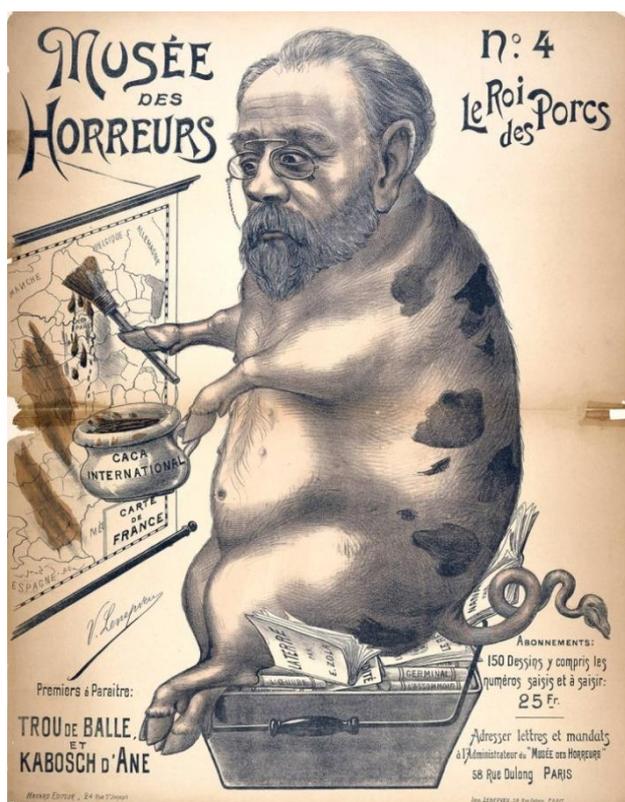


Figura 20: Museu dos Horrores: cartão 4 – Zola, o Rei dos porcos.

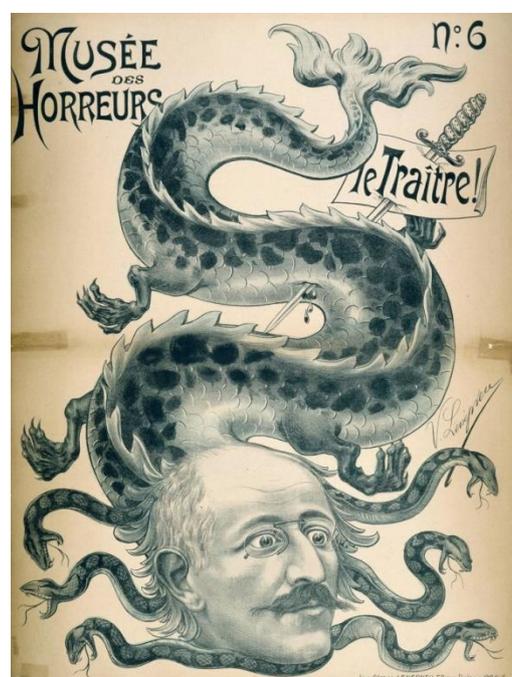


Figura 21: Museu dos Horrores: cartão 6 – Dreyfus, a Hidra de Lerna.⁴⁹³

⁴⁹³ Fonte de ilustrações: [BNF:gallica.bnf.fr](http://BNF.gallica.bnf.fr).

TERCEIRA PARTE: ÉMILE ZOLA E *L'AFFAIRE DREYFUS*:
ENGAJAMENTOS E TRANSPOSIÇÕES LITERÁRIAS

ENGAJAMENTOS A SERVIÇO DA LITERATURA

L'affaire Dreyfus: personagens dreyfusistas

O discurso dreyfusista foi ganhando estabilidade à medida que a luta pela revisão do processo de Dreyfus evoluía, construindo-se pouco a pouco, enriquecendo-se de novas descobertas e de diversas análises sobre o episódio. *L'affaire Dreyfus* mobilizou políticos, jornalistas, escritores, intelectuais que se filiavam a diversas correntes de pensamento, uma campanha que teve como seguidores anarquistas, republicanos de diversos tons e socialistas: uma obra coletiva que executou a edificação de um monumento, no qual a verdade mostrava-se como uma chave mestra.

Tecer considerações sobre o contexto literário do final do século XIX sem mencionar Marcel Proust (1871-1922) parece injustificável, pois sua obra *La recherche du temps perdu* mostra-se como simulacro de uma sociedade em mutação. Há, nela, diversas passagens, momentos espontâneos que denunciam o acontecimento: “os termos dreyfusista e antidreyfusista já careciam de sentido [...]”⁴⁹⁴ – dentro de alguns séculos, ou talvez menos – explica o narrador proustiano – serão, como as palavras *boche*, *sans-culotte*, *chouan* ou *bleu*, sem significação.

O texto de Proust não toma partido, pelo menos diretamente não se alinha a nenhum dos campos, dreyfusard ou antidreyfusard, chega mesmo a confundir muitos de seus leitores por apresentar evidente ambivalência. A representação dos atores sociais do caso, no momento, é desprovida de quaisquer traços de heroísmo. O que predomina é um desempenho cômico, cruel e obscuro, como se o escritor desejasse o prazer de frustrar a espera do leitor, de forma consistente, para que o gesto não passasse despercebido, explica Elisheva Rosen⁴⁹⁵.

A posição inicial de É. Zola, A. France, Flaubert e Maupassant era a de manterem-se distantes da política, por julgarem haver nela qualquer coisa impura. O desejo de Zola de permanecer em uma posição de não intervenção pessoal na história de seu tempo expressa-se como uma espécie de contradição ou mesmo como um paradoxo, porque, com inteligência admirável, a obra zoliana operou

⁴⁹⁴ (PROUST, 1995, p. 40)

⁴⁹⁵ (*Littérature, autofiction, histoire : l’Affaire Dreyfus dans La recherche du temps perdu*, 1995)

severas críticas à política do Segundo Império, escreve André Daspre⁴⁹⁶. Uma avaliação que Émile Zola e Anatole France reexaminarão.

A esfera política se mimetizará com os campos dreyfusista. A presença de ideias socialistas evidenciava-se fortemente pelo protagonismo de Jean Jaurès (1859-1914). Essas ideias construíram discursos literários como o de Romain Rolland. Apesar de o discurso anarquista, a citar Octave Mirbeau, ser fonte de mobilização da juventude intelectual, foi a retórica socialista que, ao somar-se com o movimento Dreyfus, encontrou acolhimento. Uma receptividade que se estendeu para além do episódio e do século XIX. O jovem Romain Rolland, arrebatado pelo pensamento socialista, definiu a doutrina como um apelo irresistível e uma revolução interna:

[...] as ideias socialistas infiltram-se em mim, apesar de mim, apesar de meus interesses, apesar de minhas repugnâncias, apesar do meu egoísmo. Sem que eu queira pensar sobre isso, a cada dia elas penetram em meu coração [...]⁴⁹⁷

Para Rolland, assim como para Zola, o impulso socialista foi um movimento mais moral e filosófico do que político – um compromisso de ideias, não um compromisso de ação. O socialismo, para Zola, era tanto o horizonte da juventude como um elemento essencial de sua relação com a literatura, por acreditar que a juventude literária seria inevitavelmente impulsionada ao socialismo.

O que há nelas (jovens gerações literárias) de ardor, de força, de entusiasmo, de generosidade dirige-se naturalmente ao socialismo [...]. O socialismo está ao fundo de tudo: não é necessário grande esforço para descobri-lo. Pessoalmente, eu o encontro em todos os lugares; minhas pesquisas, aonde quer que eu as conduzisse, sempre me fizeram tocar no problema social.⁴⁹⁸

Ao acreditar que a política era uma coisa vã e que as questões sociais deveriam, ao contrário, estar na cabeça de todo homem que pensa e reflete, Zola reverencia o livro e conseqüentemente a leitura: “[...]Tenho a missão de ler, antes de

⁴⁹⁶ ("Vers les temps meilleurs "d'après Émile Zola, Anatole France et Jean Jaurès, 2007)

⁴⁹⁷ [...] les idées socialistes s'infiltrèrent en moi, malgré moi, malgré mes intérêts, malgré mes répugnances, malgré mon égoïsme. Sans que je veuille y penser, chaque jour elles pénètrent dans mon cœur [...]. (ROLLAND, 1956, p. 244)

⁴⁹⁸ Ce qu'il y a en elles (les jeunes générations littéraires) d'ardeur, de force, d'enthousiasme, de générosité, se porte naturellement vers le socialisme [...]. Le socialisme est au fond de tout : il ne leur a pas fallu grand effort pour le découvrir. Pour ma part, je le trouve partout ; mes recherches, où que je les dirigeai, m'ont toujours fait toucher du doigt le problème social. (HURET, 1982, p. 41) (ZOLA apud HURET, 1982, p. 41)

todos os outros, as cem mil páginas que se imprimem todos os meses em Paris [...]”.⁴⁹⁹ O escritor declarou, em uma entrevista ao *L’Aurore*, que a política o deixava completamente indiferente e que o livro representava uma força enorme, por comover, seduzir e instruir. As ideias contidas no livro penetram lentamente nas massas.⁵⁰⁰ Zola conferiu uma dimensão benfeitora a uma literatura politicamente orientada à ação social, voltada para a defesa do povo e dos desafortunados.

Durante o episódio Dreyfus, essa postura comprometida fez com que Zola espontaneamente tomasse partido por um inocente injustamente condenado, em vez de apoiar os militares. Entre a pátria e a república, Zola não hesitou, ficou ao lado da república, com tudo o que ela tinha de mais significativo, ficou ao lado de grandes questões que se apresentavam: a luta pela justiça, a perseguição contínua pela verdade, a separação entre Igreja e Estado. Essas questões ganharam dimensão não só de denúncia, mas, sobretudo, de defesa da humanidade.

Sem dúvida alguma, pode-se afirmar que os homens de letras saíram de sua zona de conforto para se colocarem em combate, cada um com características e engajamentos próprios. Entre eles destacam-se Anatole France, Charles Péguy, Octave Mirbeau e Émile Zola com narrativas que dialogam diretamente com o episódio da condenação injusta do capitão Alfred Dreyfus, respectivamente *L’affaire Crainquebille* (1901); *Notre Jeunesse* (1910); *Chez l’illustre écrivain* (1910); *Vérité* (1902). Ao se porem em luta, estes escritores, por meio de seus testemunhos e de suas interpretações, atribuíram a *L’affaire Dreyfus* uma posteridade literária.

Anatole France: solidário a Émile Zola

Anatole France, que durante longo tempo tinha visto com certa distância o séculos XIX e suas crises, alinhou-se ao campo dreyfusista como puro intelectual, não como político. Sem hesitação, France declarou-se solidário a Zola quando este publicou sua famosa carta ao presidente Felix Faure. Anteriormente, Anatole criticara claramente o realismo zoliano.

⁴⁹⁹ *J’ai mission de lire, avant tout le monde, les quelque cent mille pages qui s’impriment par mois à Paris* (ZOLA, 2011, p. 96).

⁵⁰⁰ (PH. DUBOIS, 1897)

Anatole France foi o único membro da *Académie Française* a comprometer-se com o campo *dreyfusard*. Empenhado por Dreyfus e solidário a Émile Zola⁵⁰¹, o escritor devolveu a *Légion d'honneur* sua condecoração, após a condenação do criador do ciclo Rougon-Macquart. Autor de peças de teatro, poeta parnasiano e crítico literário, ele colaborou, de 1885 a 1893, com o cotidiano *Le Temps*. Em 1896, ocupou a cadeira de Ferdinand de Lesseps no *Institut de France*.

Jacques Anatole François Thibault (1844-1924) era seu nome de registro civil. Anatole France, como era chamado desde a tenra infância, não era pseudônimo, mas a associação de seu segundo nome com a forma diminutiva de François. Sob esse aspecto, o escritor era formal: “Saiba então que eu não escolhi um pseudônimo. Eu não tenho propriamente um pseudônimo. O nome France é diminutivo mais antigo que eu [...]”.⁵⁰²

M. France, além de ser um relevante homem de letras, para além do século XIX, foi um grande pacifista. Era filho de livreiro, tendo sido distinguido, em 1921, com o prêmio Nobel de Literatura. Morreu em Saint-Cyr-sur-Loire, aos 80 anos.

O campo dreyfusista aglutinava-se em torno da recusa pela injustiça flagrante e inaceitável cometida contra o capitão Dreyfus. Entretanto, não se tratava somente de fazer respeitar as regras elementares do direito, mas também de colocar em questão os princípios organizadores do estado republicano.

Anatole acreditava que a conquista das liberdades políticas se fizera, no século XVIII, pelo pensamento e pela razão e que a emancipação dos trabalhadores se faria, no século XX, pela ciência e pelo pensamento. No entanto, o escritor filiou-se ao determinismo histórico. Não julgava que o futuro fosse imprevisível, defendia que, se o futuro seguisse a lógica própria da evolução da sociedade no passado, seria acessível ao conhecimento, não sendo inteiramente desconhecido.⁵⁰³ Conforme France, a humanidade será e é aquilo que foi. Uma visão cética: “Em resumo, a humanidade muda pouco. O que será é o que foi”⁵⁰⁴ (Anatole France *apud* DASPRES, 2007).

⁵⁰¹ <http://www.dreyfus.culture.fr/fr/bio/bio-html-anatole-france.htm>

⁵⁰² *Sachez donc que je n'ai pas choisi un pseudonyme. Je n'ai pas proprement de pseudonyme. Le nom de France est un sobriquet plus ancien que moi [...].* (GIRARD, 1925, p. 34).

⁵⁰³ (DASPRES, 2007)

⁵⁰⁴ “En somme, l'humanité change peu. Ce qui sera, c'est ce qui fut”, (Anatole France *apud* DASPRES, 2007).

Os dreyfusistas colocavam, acima de seus interesses de classe ou de casta, os valores republicanos, os quais eram de ordem intelectual e moral. Pensavam ser particularmente capazes de descobrir e reestabelecer a verdade por intermédio de um método. Aos céticos em relação a esse conceito, France respondia que não havia objeto que a inteligência não pudesse olhar face a face (FRANCE apud DASPRE, 2007).

Em *L'affaire Crainquebille* (1901), France transpôs o *Affaire Dreyfus* para a literatura ficcional. A representação traz a imagem de uma justiça inumana, com seus prepostos e processos.

- Crainquebille: justiça no banco dos réus

Pode-se pensar a obra *Crainquebille* de Anatole France como uma espécie de fábula crítica ao sistema judiciário francês, na qual o autor o representa como uma instituição pusilânime e o coloca em xeque por sua predisposição à injustiça, especialmente em relação a pessoas humildes. O exílio social, a solidão, a degradação e a miséria acabam por ser o destino de Crainquebille, uma punição verdadeira e definitiva.

No alto da primeira página do *Le Figaro* de 21 de novembro de 1900, sob a rubrica *Histoire Contemporaine*, Anatole France publicou a primeira de três crônicas semanais que compõem *L’Affaire Crainquebille*.⁵⁰⁵ Essas crônicas evidenciam clara relação com o episódio Dreyfus. Um diálogo que se apresenta pela temática da injustiça e também pela dura crítica de Anatole France ao aparelho judiciário e, por extensão, à sociedade francesa da época. Para Marie-Claire Bancquart⁵⁰⁶, *L’Affaire Crainquebille*, apesar de seu aparente realismo, mostra-se como uma alegoria, especialmente por ser uma transposição do *Affaire Dreyfus* para a literatura, sobretudo em relação à problemática da justiça que estrutura a ficção.

Na primeira parte, Anatole trata justamente das leis e da justiça. O narrador afirma que a majestade da justiça reside em cada sentença promulgada pelo juiz em nome do povo soberano. O vendedor ambulante Crainquebille encarna a representação desse povo soberano, que se sente oprimido pela magnitude do ambiente dos tribunais.

⁵⁰⁵ Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2853311?rk=42918;4>.

⁵⁰⁶ (Anatole France, *polémiste*, 1962)

Na sequência, o narrador faz uma retrospectiva e relata a história que levou Crainquebille ao banco dos réus. Pesava sobre ele a acusação de ter desobedecido e insultado um agente de polícia, chamado de 64. O fato é que a personagem cometera um ato de desobediência, quando se recusou a circular com sua mercadoria, argumentando que aguardava o pagamento da mulher do sapateiro, Mme. Bayard, a qual precisara se ausentar para atender sua loja, levando algumas mercadorias sem pagá-las. Insistindo na permanência, Crainquebille viu-se em uma situação especial, dividido entre um dever e um direito.

Depois de ser reprimido por três vezes, o ambulante, não compreendendo que o gozo de um direito individual não o eximia do cumprimento de um dever social, permaneceu onde estava. Ao ser ameaçado pelo agente de ser multado, Crainquebille ergueu o olhar para o céu:

Ó Deus do céu! Serei então um contempitor das leis? Rir-me-ei por acaso dos decretos e regulamentos que regem o meu estado ambulatório? Às cinco da manhã, já eu estava no mercado. Desde as sete horas que eu queimo as mãos nestes varaes, a gritar: Olha couve, nabos, cenouras! Tenho sessenta anos feitos. Estou cansado. [...] Tu escarneces de mim e esse teu escarneio [sic] é sobremodo cruel!⁵⁰⁷

Em um impulso de desespero, irritou-se “– Mas já não lhe disse que estou à espera do meu dinheiro! Raios me partam! Vida apertada! P... que me p...!”⁵⁰⁸ O 64 deu-se por ofendido e como, para ele, todo o insulto resumia-se à “forma tradicional, regular, consagrada, ritual e, por assim dizer, litúrgica de ‘*mort aux vaches!*’”, veio-lhe a certeza de Crainquebille havia dito as palavras que tanto lhe provocavam vexação.

Tal sentença possui duas origens. A primeira, remonta ao período Henry IV (1553-1610). Henri IV, também conhecido como Rei de Navarra, nasceu na cidade de Pau, região de Béarn, situada na encosta dos Pirineus. Desde o século IX, esta região tem a vaca como um elemento sagrado, sua insígnia estampa, sobre um fundo amarelo, duas vacas vermelhas com um cincerro azul no pescoço. Quando Henri IV sitiou a Paris, em 1594, sua tropa ostentava estandartes amarelos com a imagem de duas vacas. Os parisienses reagiam com o insulto: “*Mort aux*

⁵⁰⁷ (FRANCE, 1901, p. 121)

⁵⁰⁸ (FRANCE, 1901, p. 123)

Vaches!".⁵⁰⁹ A segunda origem, está associada à guerra franco-alemã, em 1870, quando, nos postos alemães, estava inscrito *Wache*, que, em alemão, significa sentinela. Os franceses frequentemente exclamavam: *Mort aux Waches!*. Por deformação ortográfica, a expressão transformou-se em *Mort aux vaches!* Uma injúria antimilitarista dirigida à polícia ou a qualquer pessoa representante da ordem.⁵¹⁰

Jerôme Crainquebille revelou-se um homem vencido e esmagado não só pela sociedade, mas, sobretudo, pela justiça. Crainquebille foi condenado por uma frase, um insulto que nunca proferira. Isto conduz a pensar no protagonismo das palavras cujo papel mostra-se essencial.

As palavras escritas estão na centralidade do episódio Dreyfus. Em Crainquebille, o foco repousa nas palavras ditas. “– Ah! Você disse: ‘*Mort aux vaches!*’! Pois está preso.” “– Eu disse: ‘*Mort aux Vaches!*’? Eu? ... Oh!”⁵¹¹

A construção ficcional de Anatole France evidencia o contraste entre os aparelhos do judiciário e da polícia com a fragilidade do indivíduo; opõe um único homem às estruturas sociais; antagoniza o conceito de interesse público e privado. Todo esse jogo de representação encontra sua forma na dicotomia: palavras e números. A personagem que encarna o policial é denominada agente 64, interpretação impessoal e matemática da autoridade pública. Crainquebille é ser, é nome, é palavra; o estado é número.

Os números não são relativos, vinculam-se quantitativamente, não qualitativamente. Alimentam, no imaginário coletivo, a ideia de precisão, de exatidão, o que confere a eles a soberba do absoluto. A. France ilumina essa arrogância, através de sua personagem, para quem só pensar ter escutado já era o suficiente.

A detenção de Crainquebille, informa o narrador, satisfaz a pequena multidão que aguardava o desfecho do impasse, prisão que foi acolhida com gargalhadas por garotos e empregados do comércio. Assim como o Capitão Dreyfus, Crainquebille

⁵⁰⁹ <https://www.linternaute.fr/expression/langue-francaise/13905/mort-aux-vaches/>

⁵¹⁰ Foram consultadas mais de uma referência para explicar a expressão: *Mort aux vaches*, são elas: a) <http://www.linternaute.fr/expression/langue-francaise/13905/mort-aux-vaches/> (INTERN@UTE, 2018); b) <http://www.leparisien.fr/archives/mort-aux-vaches-02-02-2014-3551101.php>; *Mort aux vaches*, sobre « vache » = agent de police, policier, gendarme : c) dictionnaire Petit Robert : 1844, p. 181; d) TLFi : C.2.b. pop., argot, vache = agent de la sûreté; e) C) TLFi : Étymol. et Hist., B. 3. 1844. <http://stella.atilf.fr/Dendien/scripts/tlfiv5/visusel.exe?13;s=1754779185;r=1;nat=;sol=2>. Considerando o ano de publicação da obra de Anatole France, *L’Affaire Crainquebille* (1901), acreditamos que faz mais sentido a expressão ter origem na Guerra Franco-prussiana e adquiriu popularidade na Primeira Guerra Mundial como esclarece o jornal *Le parisien*, acima referido, item: b. ⁵¹¹ (FRANCE, 1901, p. 124)

teve seu defensor:

[...] abrindo passagem através do círculo de populares um velho melancólico, vestido de preto e de cartola, aproximou-se do agente e disse-lhe com brandura, mas firme e em voz alta:
 – O senhor está enganado. Este homem não o insultou.
 Meta-se lá com sua vida! – replicou o 64 [...]⁵¹²

O narrador relata que o agente pediu que o velho tomasse distância do assunto, sem ofendê-lo, pois, por sua fala e por suas vestes, ficava evidente que se tratava de um cidadão. Por não atender a solicitação do oficial, o velho foi conduzido ao comissário para que lhe explicasse a situação. Ao chegar, o cidadão declarou que:

[...] interrompido em seu caminho por um atravanco de carruagens, fora testemunha da cena com o agente, e afirmara que este, que não havia sido insultado, se enganara redondamente prendendo Crainquebille.⁵¹³

O velho chamava-se David Matthieu, sendo médico-chefe do hospital *Ambrosio-Paré* e oficial da Legião de Honra. Para o narrador, em outros tempos, seu testemunho seria o bastante para esclarecer o mal-entendido: “[...] agora, em França, os sábios eram suspeitos”.⁵¹⁴

O autor apresenta sua sentença ao poder judiciário, sua escrita revela-se como uma condenação. Condenação a uma justiça que não se propõe a julgar fatos, permanecendo inacessível, mostrando-se demasiadamente abstrata, trazendo em si a ideia de infalibilidade natural, características que lhe conferem estabilidade no corpo social.

Os que desejam que as sentenças dos tribunais sejam baseadas na pesquisa metódica dos fatos são perigosos sofistas e pérfidos inimigos da justiça civil e da justiça militar.⁵¹⁵

Anatole France coloca Jérôme Crainquebille, um comerciante ambulante de legumes, diante da justiça. Uma justiça que está sob a proteção de duas autoridades tutelares: “Dominava o pretório um busto da República e um Cristo crucificado, de modo que, sobre a cabeça de Crainquebille estavam suspensas

⁵¹² (FRANCE, 1901, p. 124-125)

⁵¹³ (FRANCE, 1901, p. 126)

⁵¹⁴ (FRANCE, 1901, p. 126)

⁵¹⁵ (FRANCE, 1901, p. 141)

todas as leis divinas e humanas.”⁵¹⁶

Nada parecia fazer muito sentido na cabeça do infeliz interdito, as palavras, os códigos, o contexto de sua prisão tudo lhe parecia incompreensível. Evidenciou-se um homem inquieto e abatido diante de olhares de curiosidade e condescendência.

Mas Crainquebille [...]. Continuava assombrado. O aparato que o cercava fazia-lhe conceber uma elevada ideia de justiça. Penetrado de respeito, tolhido de pavor, estava prompto a louvar-se nas pessoas dos seus juízes [...]. Em sua consciência, ele não se julgava culpado; sentiu, porém, a fragilidade da consciência de um quitandeiro ante os símbolos da lei [...].⁵¹⁷

Crainquebille estava totalmente paralisado, ele nada compreendia. O inocente tornou-se culpado, por sua ignorância. A France instala a justiça no banco dos réus, confere a ela uma culpabilidade justificada por falsas certezas. O quitandeiro era um único homem contra todos os juízes e contra todos os poderes. Seus recursos internos praticamente inexistiam. Devido à sua condição social, a luta por sua inocência mostrou-se inviável, até mesmo para quem estava encarregado de defendê-lo: “Seu próprio advogado já o havia quase persuadido de que não era de todo inocente”⁵¹⁸.

O advogado, nada convicto da inocência do quitandeiro, levantou a ambiguidade da frase, ao esclarecer o que diz o dicionário sobre a gíria em questão: “*Vachard*, preguiçoso, vadio; que se deita preguiçosamente com as vacas, em vez de trabalhar. – *Vache*, que se vende à polícia; espião.”⁵¹⁹ O argumento da defesa sustentou-se no direito à dúvida: qual dessas definições estaria mais próxima de Crainquebille pela lógica de sua existência? O julgamento, entretanto, estava tomado por certezas, não por dúvidas.

A conclusão de Crainquebille revelava-se sábia: “– Esses senhores falam muito depressa. Falam bem, mas muito depressa. A gente não se pode explicar com eles...”⁵²⁰ Condenado a duas semanas de reclusão, ao ser posto em liberdade, não conseguiu mais vender seus produtos e a miséria tornou-se seu destino. A opinião

⁵¹⁶ (FRANCE, 1901, p. 112)

⁵¹⁷ (FRANCE, 1901, p. 114-115)

⁵¹⁸ (FRANCE, 1901, p. 115)

⁵¹⁹ (FRANCE, 1901, p. 134)

⁵²⁰ (FRANCE, 1901, p. 136)

pública, conclui o narrador, lhe deu as costas, referendada pela justiça: “Toda a rua *Montmartre* sabia que o tio Crainquebille acabava de sair da prisão e, por isso, [...] já o não conhecia.”⁵²¹

Tal narrativa, delicadamente irônica, poderia ser inofensiva, se não tivesse sido publicada em 1903, período ainda influenciado pela luta dreyfusista. *L'affaire Crainquebille* é uma construção simbólica do episódio Dreyfus, por conseguinte a fatalidade imposta a Crainquebille ganhou outra envergadura. Anatole France foi emissor de um discurso que sentenciava quem deveria promover a justiça e iluminar a verdade: o Estado, instrumentalizado, jamais deveria estar predisposto a erros e a prejulgamentos.

Após sua libertação, Crainquebille, sentindo-se profundamente triste, afundou-se na bebida. Sem clientela, passando frio e fome, o quitandeiro ambulante sentiu saudades do período em que estivera preso, quando o Estado lhe dava pão e cobertas. Então lhe surgiu uma ideia: se conhecia a tramoia, por que não tirar proveito dela? Saiu às ruas de Paris à procura de um agente de polícia e, quando o encontrou, aproximou-se e pronunciou, com voz hesitante: “– *Mort aux vaches!*”

Porém, suas expectativas foram frustradas, o soldado permaneceu imóvel. Repetiu novamente a sentença e ouviu apenas uma represália: “– Não diga mais isso.” Indignado perguntou: “– Por que não me prende?” O agente respondeu que se prendesse todos os bêbados que dizem o que não se deve dizer, não faria outra coisa e ordenou-lhe: “– Continue lá seu caminho.”⁵²² Pobre, Jérôme terminou bêbado sobre as calçadas, rejeitado e excluído por todos: “[...] de cabeça baixa, bamboleando os braços, desapareceu nas sombras, fustigado pela chuva...”⁵²³

Octave Mirbeau: a supremacia do indivíduo

Entre os escritores anarquistas que estiveram à frente do movimento de defesa de Dreyfus, encontrava-se Octave Mirbeau (1848-1917). Ele percebia o anarquismo como a liberdade de desenvolvimento do indivíduo, em um sentido normal e harmônico, como o emprego espontâneo de todas as energias humanas que o Estado criminalmente desperdiçava.⁵²⁴

⁵²¹ (FRANCE, 1901, p. 157)

⁵²² (FRANCE, 1901, p. 169)

⁵²³ (FRANCE, 1901, p. 169)

⁵²⁴ Publicado originalmente em MIRBEAU, O. *Ravachol. L'En Dehors*, [Paris], 1er mai 1892.

Além disso, a sociedade estaria errada em se lamentar. Ela sozinha gerou Ravachol.⁵²⁵ Semeou a miséria: colhe a revolta. É justo.

E então, será necessário contar...

Quem então, durante esta lenta e eterna marcha ao suplício que foi a história da humanidade, quem derramou o sangue, sempre o mesmo, sem descanso, sem uma pausa na piedade? Os governos, as religiões, as indústrias, esses campos de trabalho forçado, estão completamente vermelho. O assassinato escorre de suas leis, de suas orações, de seu progresso.⁵²⁶

Apesar da proximidade de Mirbeau com os anarquistas, o escritor cansou-se de seus atos violentos e decidiu não mais ser solidário com o que chamou de uma anarquia histórica, que desacreditava todos os seus seguidores. Esse posicionamento foi externado através da imprensa, mesmo espaço no qual, com habilidade, ele já havia compartilhado uma inabalável simpatia pelo movimento que julgava estar sabiamente preocupado com os problemas sociais e verdadeiramente comprometido com os direitos humanos⁵²⁷: “Eu tenho horror de sangue derramado, de ruínas e de morte. Amo a vida e toda a vida me é sagrada.”⁵²⁸

Mirbeau esteve entre as interessantes e originais figuras da literatura da *Belle Époque*. Foi jornalista, panfletário, crítico de arte, romancista e dramaturgo. Nascido na região conhecida por Perche⁵²⁹, filho de um oficial de saúde, Octave Mirbeau fez seus estudos no colégio jesuíta de Vannes. Depois ingressou no curso de direito, mas, em 1872, o abandonou para dedicar-se à carreira jornalística no quotidiano bonapartista *L'Ordre de Paris*, dirigido pelo ex-deputado Henri Dugué.

Depois de ingressar no jornalismo, Mirbeau colaborou com outros jornais, especialmente com *Le Gaulois*, cotidiano realista de Arthur Meyer. Paralelamente ao

⁵²⁵ Militante do Movimento Anarquista condenado à guilhotina, em 11 de julho de 1892, aos 32 anos de idade.

⁵²⁶ *D'ailleurs, la société aurait tort de se plaindre. Elle seule a engendré Ravachol. Elle a semé la misère : elle récolte la révolte. Ce juste.*

Et puis, il faudrait compter...

Qui donc, durant cette lente, éternelle marche au supplice qu'a été l'histoire de l'humanité, qui donc versa le sang, toujours le même, sans relâche, sans une halte dans la pitié ? Les gouvernements, les religions, les industries, ces bagnes du travail, en sont tout rouge. Le meurtre dégotte de leurs lois, de leurs prières, de leurs progrès. (MIRBEAU, 1892)

⁵²⁷ (THIÉBLEMONT, 1996)

⁵²⁸ *J'ai horreur du sang versé, des ruines, de la mort. J'aime la vie, et toute vie m'est sacrée.*

(MIRBEAU, 1892)

⁵²⁹ Região da França, dividida entre os departamentos de Orne, Sarthe e Eure-et-Loir. Zona de florestas, culturas e pastagens, especializou-se, no século XIX na criação de cavalos (pecherons). (Grande enciclopédia Larousse Cultural, 1995, p. 4539)

jornalismo, Mirbeau trabalhou como *nègre littéraire*⁵³⁰ e publicou diversas obras utilizando-se de pseudônimos. Em 1883, ocupou o cargo de redator-chefe do hebdomadário, antioportunista e antissemita, *Les Grimaces*, que se inspirava claramente em *La Lanterne*.

Publicou cerca de 1300 artigos e, como muitos escritores contemporâneos, foi redator de jornal por necessidade. Sua obra jornalística é completa e complexa, tanto na forma (crônicas, entrevistas, microficção) como em suas flutuações políticas. O engajamento do escritor teve uma evolução interessante: foi do bonapartismo ao dreyfusismo, mas não sem antes passar pelo antissemitismo e tocar profundamente a causa anarquista.⁵³¹

O movimento anarquista foi um ponto de convergência de diversos discursos de vários escritores, tanto no momento do episódio Dreyfus como nos acontecimentos políticos que o antecederam, conforme Kettani. Assim, o suporte do mundo literário à causa anarquista contribuiu para estabelecer a continuidade entre as reivindicações anarquistas e o dreyfusismo futuro.

Em uma entrevista a *Le Gaulois*, o escritor revelou ao redator Andre Piccard seu entusiasmo com o movimento intelectual, associando o intelectual à realização plena do indivíduo e, conseqüentemente, aos ideais anarquistas: “O que me seduz no anarquismo é, antes de tudo, o lado intelectual, a supremacia do indivíduo.”⁵³²

A ação política dos anarquistas se impôs muitas vezes de forma violenta, mas isso não impediu que o movimento conquistasse ou seduzisse muitos corações e mentes. Mesmo Zola, que refutava o uso da força física, não ficou indiferente a esse movimento:

[...] os anarquistas, eu falo bem entendido dos anarquistas sinceros, não existe uma só palavra para qualificá-los: são poetas. É a eterna poesia *noire*, velha como a humanidade, como o mal, como a dor. São seres de coração, cabeças visionárias, impacientes sonhadores [...] não creio que o sonho anarquista desapareça jamais. Este sonho *noir* de demolidores subsistirá sempre ao lado do sonho azul de idealistas. Todos os dois provenientes da mesma necessidade. E isso durará tanto quanto o

⁵³⁰ Expressão que designa a função de um escritor de substituição. Disponível em: <https://www.20minutes.fr/societe/2170711-20171116-expression-negre-litteraire-officiellement-replacee-prete-plume>. Acesso: 10/11/2019, às 10h58

⁵³¹ (KALIFA, RÉGNIER, et al., 2011)

⁵³² *Ce qui m'a séduit dans l'anarchisme, c'est avant tout le côté intellectuel, le règne de l'individualisme.* <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k528659p/f2.item.r=Mirbeau.zoom>

mal, tanto quanto a dor, isto é, tanto quanto a humanidade.⁵³³

Octave Mirbeau, segundo Pierre Michel, em seu texto *L'engagement éthique de l'intellectuel: les cas Octave Mirbeau*⁵³⁴, mostrou-se uma pessoa dotada de reconhecimento e também de grande senso de responsabilidade. Seu talento, sua notoriedade, sua delicadeza e seu conhecimento midiático foram colocados à disposição de valores superiores. Individualista feroz e irrecuperável, alérgico a todo discurso estereotipado, a formas partidárias e a camarilhas, Mirbeau preservou sua liberdade de palavra, era politicamente incorreto e sua lucidez implacável o transformou em um excluído. Inspirou pouca confiança a seus companheiros anarquistas, socialistas, revolucionários ou radiciais, em razão de ser refratário à disciplina, escreve Michel.⁵³⁵

Em todos os grandes combates estéticos, políticos e sociais de seu tempo, Mirbeau engajou-se apaixonadamente, não se permitindo a neutralidade, mesmo que para isso tivesse que relativizar sua independência de julgamento, com o objetivo de reduzir o Estado ao mínimo de maleficência.⁵³⁶

Esse é M. Félix Faure que, em sua vaidade imbecil, cercado de arrivistas, não quer compreender que será ele a primeira vítima da revolução militarista, e que o cassarão, brutalmente, a golpe de espada, deste Élysée, onde acredita se sustentar pela força da mentira e iniquidade?⁵³⁷

A maneira como Mirbeau lançou-se no *L'affaire Dreyfus*, dispendo de toda a sua genialidade de panfletário, assim como de toda a sua sutileza de homem de letras em prol da verdade e da justiça, permite compreender a forma como concebia, em sentido amplo, a responsabilidade do intelectual e, em particular, a do escritor.

⁵³³ *Les anarchistes [...], je parle bien entendu des anarchistes sincères, il n'est qu'un mot pour les qualifier : ce sont des poètes. C'est l'éternelle poésie noire, vieille comme l'humanité, comme le mal, comme la douleur. Ce sont des êtres de cœur, au cerveau de voyants, impatients du rêve. [...] ne croyez pas que le rêve anarchiste disparaisse jamais. Ce rêve noir des démolisseurs subsistera toujours à côté du rêve bleu des idéalistes. Tous deux proviennent d'un même besoin. Et cela durera autant que le mal, autant que la douleur, c'est-à-dire autant que l'humanité ! (Entretiens sur l'anarchie: Chez M. Émile Zola, 1892, p. 2)*

⁵³⁴ *O engajamento ético do intelectual: o caso de Octave Mirbeau*

⁵³⁵ *(L'engagement éthique de l'intellectuel: les cas Octave Mirbeau, S/D)*

⁵³⁶ *(Notre enquête : Les littérateurs et l'anarchie, 1894)*

⁵³⁷ *Est-ce M. Félix Faure qui, dans sa vanité imbécile de cercleux parvenu, ne veut pas comprendre qu'il sera la première victime de la révolution militariste, et qu'on le chassera, brutalement, à coups de sabre, de cet Élysée où il croit se maintenir par la force du mensonge et de l'iniquité? (Trop tard !, 1998). (Tradução da autora) (OCTAVE MIRBEAU, 1898)*

Essa participação ativa, entretanto, não seria para o escritor um caminho natural. Dreyfus reunia características que, para um escritor, defensor dos excluídos e dos sem voz, não possuíam apelo: era burguês, era um homem privilegiado, além disso, era judeu. Os judeus a esta época eram frequentemente identificados pela esquerda e pelos radicais com a oligarquia. O antissemitismo representava uma oposição ao capitalismo e ao reino do dinheiro.

O engajamento de Mirbeau a favor do capitão impunha ao autor o esforço de passar por cima de elementos como os de casta, classe e raça. Exigia ver no capitão somente o homem, vítima de um grave erro, de uma aguda injustiça, e tomar como imperativo as questões éticas fundamentais, vale dizer, a defesa da verdade contra as inverdades da propaganda governamental, da imprensa, da igreja católica e das forças armadas.

O desejo veemente por justiça, o combate a todos os crimes e a todas as opressões, para além de Dreyfus, empurrou, em agosto de 1898, Mirbeau, um ateu e materialista radical, às colunas do jornal de Clemenceau – *L'Aurore*:

Não há mais dúvida. A luz que, cada dia, cintila pelas fendas da caixa secreta os aterroriza. E ei-los encurralados entre a confissão e a violência. É necessário que eles escolham. Não há outra alternativa, confessar seu crime ou bater forte. A confissão pública de um crime requer nobreza, heroísmo, grandeza de alma. Portanto, eles atacam. É mais fácil e melhor convém a seu estilo moral.⁵³⁸

- Chez l'illustre écrivain: o jovem poeta e o célebre escritor

Sem dúvida Octave Mirbeau, em *Chez l'illustre écrivain*, apostou, com muita força, na ironia para ridicularizar seus adversários. Essa narrativa curta foi publicada em 28 de novembro de 1897. Nela, o autor mistura ficção e polêmica, colocando em cena a sociedade literária para melhor repreendê-la. Esse título marcou a entrada de Mirbeau na arena *dreyfusard*.

As figuras de Mirbeau que são alimentadas quotidianamente pelas páginas dos jornais, em uma espécie de entrevista imaginária, erguem-se com toda sua estupidez e ignorância.

⁵³⁸ Il n'y a plus de doute. La lumière qui, chaque jour, jaillit par les fentes du boisseau les affole. Et les voici acculés à l'aveu ou à la violence. Il faut qu'ils choisissent. Pas d'autre alternative, on confesser leur crime ou bien frapper. La confession publique d'un crime suppose de la noblesse, de l'héroïsme, de la grandeur d'âme. Ils frapperont donc. C'est plus facile et cela convient mieux à leur genre de beauté morale. (OCTAVE MIRBEAU, 1898)

Pois, ontem, na casa do Ilustre Escritor, a conversação rapidamente disseminada entre todos os convivas, que apressadamente ostentavam sua estupidez irreduzível e vomitavam sobre a mesa tudo o que haviam ingerido, pela manhã, nos jornais, fixou-se rapidamente em um diálogo entre nosso anfitrião e um jovem poeta, o qual não havia ainda dito uma única palavra e parecia olhar todas as pessoas em torno dele com o espanto lamentável de alguém que tem, diante de si, uma assembleia de loucos.⁵³⁹

A denúncia do antissemitismo de Mirbeau passa por uma ironia mordaz, seu humor está voltado à desmistificação do homem socialmente reconhecido pelo apreço à cultura, às artes e à literatura. O autor demonstra, com sua escrita, um evidente desejo de despertar em seu leitor a tomada de consciência, um discernimento que tem de ir além das aparências.

Ontem, alguns de nós, estivemos reunidos, na casa do Ilustre Escritor, para jantar, o tema da conversação você pode imaginar. Falava-se apenas do *L'affaire Dreyfus*, como se poderia falar de outra coisa nesse momento? Que drama supera isso, em angústia e terror? ... Lá estavam somente pessoas mais ou menos célebres e que fazem do pensar sua profissão: intelectuais, como se diz. Todas as besteiras, todas as monstruosas besteiras que foram pronunciadas, eu me recuso a reproduzi-las. Em alguns minutos de exaltação patriótica, elas atingiram rapidamente a perfeita, a indescritível beleza com que as vemos, todos os dias, destacarem-se na imprensa.⁵⁴⁰

O engajamento de Mirbeau ocorreu em um momento em que o caso deixou de ser uma matéria trivial de espionagem ou mesmo uma conspiração dentro das Forças Armadas para ser um conflito da sociedade. Ao afirmar que tudo era consequência da ordem social estabelecida, o autor colocou o debate em outro nível. Apelou para a necessidade de refutar toda e qualquer ordem absurda e contrária ao justo.

⁵³⁹ Or, hier, chez l'illustre Écrivain, la conversation, d'abord éparpillée parmi tous les convives, qui avaient hâte d'étaler leur bêtise irréductible et de vomir sur la table ce qu'ils avaient mangé le matin, dans les journaux, se fixa bientôt dans un dialogue entre notre hôte et un jeune poète, qui n'avait pas encore dit un seul mot et qui semblait regarder tous ces gens, autour de lui, avec l'étonnement pitoyable que l'on a devant une assemblée de fous. (MIRBEAU, 1919)

⁵⁴⁰ Hier, nous étions quelques-uns, réunis à dîner chez l'illustre Écrivain, Le sujet de la conversation, vous l'imaginez. On ne parla que de l'affaire Dreyfus, car comment parler d'autre chose en ce moment? Et quel drame dépasse celui-là, en angoisse et en terreur?... Il n'y avait là que des gens plus ou moins célèbres, et qui font profession de penser : des intellectuels, comme on dit. Aussi, toutes les sottises, toutes les monstrueuses sottises qui furent récitées, je renonce à les raconter. En quelques minutes d'exaltation patriotique, elles eurent vite atteint à la parfaite, à l'inexprimable beauté où, chaque jour, nous les voyons s'élever dans la presse. (MIRBEAU, 1919)

Por intermédio do confronto entre um jovem poeta idealista, ingênuo e aberto ao pensamento e um ilustre escritor, pragmático, esperto e intolerante, Octave Mirbeau opõe duas concepções de sociedade: uma respeitadora de um estado de direito e, acima de tudo, preocupada com a justiça e os direitos humanos; outra exclusivamente apreensiva em preservar, a qualquer custo, a ordem em vigor, mesmo que para isso seja necessário ser injusto.

– Vamos, fale! Estamos escutando você!

– Como você desejar. Disse o poeta com mais calor em sua voz do que um homem como M. Scheurer-Kestner, um homem de seu grau de pureza de vida, de seu valor moral, de sua situação social, um homem de sua inteligência, de seu heroísmo sensato estaria dedicado a tal causa, se ele não tivesse não só a certeza, mas também as provas – as provas, você entende – da inocência de um e da infâmia de outro?

O que todos os julgamentos e todas as sentenças de um Conselho de Guerra podem fazer contra essa impressão misteriosa e reveladora, a qual me faz gritar:

"Ele é inocente! Ele é inocente!", e contra a absoluta, a impecável segurança que suscita algo sagrado: "a consciência de um homem honesto!".

Desta vez, não foram mais os risos que abafaram as palavras, mas vaias e berros. O Ilustre Escritor estava espumando. Ele impôs o silêncio:

– E ainda que Dreyfus fosse inocente? Vociferou ele... Seria necessário que ele fosse culpado mesmo assim... Seria necessário que ele expiasse sempre... mesmo o crime de um outro... É uma questão de vida ou morte para a sociedade e para as admiráveis instituições que nos governam! A sociedade não pode se enganar... os conselheiros de guerra não podem se enganar... A inocência de Dreyfus seria o fim de tudo!

Então, o poeta levantou-se e disse:

– Eu lhes falo de justiça! E vocês me respondem com política! Vocês são pobres, pequenos e imbecis!

E se foi...⁵⁴¹

⁵⁴¹ – *Allons, parlez ! Nous vous écoutons !*

– *Comment voulez-vous ? dit le poète avec plus de chaleur dans la voix, qu'un homme comme M. Scheurer-Kestner, un homme de sa grade pureté de vie, de sa valeur morale, de sa situation sociale, un homme de son intelligence, de son héroïsme réfléchi, se soit dévoué à une telle cause, s'il n'avait pas, non seulement la certitude, mais encore les preuves – les preuves, vous entendez – de l'innocence de l'un et de l'infamie de l'autre ? Que peuvent tous les jugements et toutes les sentences d'un conseil de guerre contre cette impression mystérieuse et révélatrice qui me pousse à crier : « Il est innocent ! Il est innocent ! », et contre l'absolue, l'impeccable sécurité que me donne cette chose sacrée : « La conscience d'un honnête homme ! » Cette fois, ce ne furent plus des rires qui couvrirent ces paroles, mais des huées et des hurlements. L'illustre Écrivain écumait. Il imposa le silence :*

– *Et quand même Dreyfus serait innocent ? vociféra-t-il... il faudrait qu'il fût coupable quand même... il faudrait qu'il expiât toujours... même le crime d'un autre... C'est une question de vie ou de mort pour la société et pour les admirables institutions qui nous régissent ! La société ne peut pas se tromper... les conseils de guerre ne peuvent pas se tromper... L'innocence de Dreyfus serait la fin de tout ! Alors le poète se leva, et il dit :*

A narrativa de Mirbeau revela o clima parisiense no momento de *L'affaire Dreyfus*, uma atmosfera em que era inadmissível não possuir nenhuma opinião, quer emanasse de um sentimento quer de uma convicção. A crônica de Mirbeau apresenta dois pontos de vista em relação à condenação do capitão Dreyfus. De um lado, o discurso do ilustre escritor sustenta a necessidade de haver certeza sobre a condenação do capitão, porque esta condição era fulcral para a manutenção das instituições. De outro, o jovem poeta problematiza a função dos juizes e seu poder que jamais deveria estar acima da justiça, ou seja, da aplicação das leis.

Para o ilustre escritor, eram necessárias certezas, mas não qualquer certeza, sim a certeza absoluta, aquela que retira do indivíduo a capacidade de pensar criticamente, racionalmente ou mesmo de sentir. O jogo posto através das duas personagens de Mirbeau coloca em evidência a percepção de cada um sobre o significado das palavras certeza e convicção. Para o poeta, essas expressões não possuíam um caráter embrutecedor como possuíam para o escritor. O jovem permitia-se a dúvida, sua interpretação ultrapassava as palavras, chegava à linguagem não verbal:

O que ele relatava eram, antes de tudo, resumindo, banalidades... coisas ditas, mil vezes reditas... Mas como lhes descrever isso? Na expressão de seu rosto, de sua boca, de seus olhos, no som de suas palavras, que soavam falsas...⁵⁴²

Outro sentimento começava a se desenhar para o jovem poeta, uma impressão que se transformava em uma certeza humana, repleta de mistério, o qual dialogava com seu interior, com sua alma – “[...] outra convicção, absoluta, a da inocência de Dreyfus, sucedia aquela que, dez minutos antes, eu tinha de sua culpabilidade...”⁵⁴³ Mirbeau coloca em destaque o homem que reflete e, a partir desse ato, tem a coragem de construir novas crenças.

Sem deixar de tocar em uma temática a qual, para qualquer pessoa que se relacione com o mundo da arte, é fundamental, Mirbeau aborda a questão da liberdade de expressão: “– É antinacional, o que você diz aqui!... É monstruoso!...

– *Je vous parle justice !... Et vous me répondez politique !... Vous êtes de pauvres petits imbéciles!... Et il s'en alla...* (MIRBEAU, 1919)

⁵⁴² *Ce qu'il racontait, c'étaient plutôt, à tout prendre, des banalités... des choses dites, mille fois redites... Mais comment vous décrire cela ?... À l'expression de son visage, de sa bouche, de ses yeux, au son de ses paroles, qui tintaient faux...* (MIRBEAU, 1919)

⁵⁴³ *[...] autre conviction, absolue, de l'innocence de Dreyfus, succédait à celle que, dix minutes auparavant, j'avais de sa culpabilité...* (MIRBEAU, 1919)

Mesmo neste lugar você não tem o direito de expressar essa opinião!... [...] – Por que não teria o direito de exprimir o que está em minha mente e em meu coração?”⁵⁴⁴

O poeta Mirbeau possui a faculdade de refletir, sendo, por isso, capaz de pensar diferente e de aceitar a diversidade, na qual não se permite ser coagido por opiniões majoritárias ou de consenso. Diferencia, como Oscar Wilde⁵⁴⁵, o egoísmo do individualismo, definindo o individualismo como uma condição para o ser humano vivenciar naturalmente o altruísmo e a solidariedade e o egoísmo como uma consequência da tirania da autoridade.

Charles Péguy: a vida na mística; a morte na política.

Os *Cahiers de la Quinzaine* de Charles Péguy foram um espaço de mobilização. A livraria de Georges Bellais, que os editava, ofereceu a Péguy e à juventude socialista e dreyfusista um centro de organização, uma verdadeira base de ação. A vontade de Péguy de se exprimir com mais independência sucedeu a ruptura do escritor com a maioria socialista e resultou na criação dos *Cahiers de la Quinzaine*. Estes se revelaram não somente como espaço literário, mas também como um local de militância.⁵⁴⁶

Todo o pensamento de Charles Péguy (1873-1914) e suas bandeiras, na análise de Claire Daudin⁵⁴⁷, repousam sobre a recusa da exclusão, não admitindo que qualquer criatura, humana ou animal, resida à margem, seja estrangeira. Ao mesmo tempo, Charles era hostil a toda forma de submissão do singular ao coletivo. Longe de oprimir o indivíduo, a comunidade deve permitir-lhe existir nas melhores condições de suas possibilidades. A sociedade socialista de Péguy não procura, de maneira alguma, transformar os homens, formatando-os a princípios ou ideologias. Ao contrário, por sua organização econômica, deve lhes dar a possibilidade de existir tal como são em sua diversidade: não há revolução social legítima sem respeito à pessoa e à sua singularidade. O socialismo deve libertar os indivíduos do jugo econômico que os impede de serem eles mesmos, não podendo jamais os alienar a um sistema de pensamento, a uma ideologia. Nessa concepção política, a

⁵⁴⁴ – *C'est antinational, ce que vous dites là !... C'est monstrueux !... [...] - Pourquoi n'aurais-je pas le droit d'exprimer ce qui est dans mon esprit et dans mon cœur ? (MIRBEAU, 1919)*

⁵⁴⁵ (*A alma do homem sob o socialismo, 1983*)

⁵⁴⁶ (*KETTANI, 2010*)

⁵⁴⁷ (*Charles Péguy, 2018*)

harmonia sobrepõe-se à unidade e as coexistências na diversidade têm importância capital.

Charles Péguy foi o único filho de uma família de modestos artesãos de Orléans. Seu pai, um marceneiro que teve sua saúde fragilizada pela participação nas barricadas de 1870, morreu quando ele tinha apenas dois meses. Assim, Charles cresceu no seio de uma família pouco tradicional, composta somente por mulheres. Sua mãe e sua avó materna trabalhavam, da manhã à noite, fazendo assentos de palhas para cadeiras, a fim de ganhar o dinheiro necessário para o sustento do lar. Ocupando-se de algumas tarefas domésticas para ajudar, a vida de Péguy estava longe de ser algo difícil de suportar, de lhe ser opressiva. O jovem percebia sua existência associada ao trabalho com alegria e satisfação pelo que conseguia realizar.⁵⁴⁸

Ainda estudante, Charles Péguy militou em *Mie de Pain*⁵⁴⁹, um organismo de caridade que distribuía alimentos aos indigentes de Paris. Pensava ele que suprimir a miséria era um dever primordial, porque a miséria privava o homem de sua humanidade. Fazia distinção entre miséria e pobreza, fazendo desta última um ideal de vida. Acreditava que a pobreza era capaz de engendrar a solidariedade e, por esta razão, a transformou em uma bandeira. Opôs o conceito de pobreza ao de miséria porque conferia à miséria o sinônimo de exclusão.⁵⁵⁰ O miserável, em sua reflexão, era banido da sociedade, lançado para fora da humanidade por não ter meios de pensar em outra coisa senão em sua sobrevivência.

Segundo Kettani⁵⁵¹, *L’Affaire Dreyfus* tornou-se para Charles Péguy uma ocasião singular para colocar seus princípios morais em prática. Esse acontecimento inscrevia-se em uma espécie de prolongamento de suas concepções anteriores: tratava-se de se lutar por um ideal de justiça absoluto. O fervor de Péguy pela causa de Dreyfus é proporcional à amplitude de sua decepção diante da utilização abusiva, para fins políticos, da batalha pela inocência. Péguy teoriza, em *Notre Jeunesse*, sobre o declínio da mística do *Affaire Dreyfus*: “Ele foi, como todo episódio que se preze, um episódio essencialmente místico. Ele vivia de sua mística. Ele morreu de

⁵⁴⁸ (DAUDIN, 2018)

⁵⁴⁹ É uma associação de utilidade pública cujo slogan “Da urgência à integração” resume o objetivo: prestar assistência emergencial às pessoas em dificuldade e apoiar sua reintegração social e profissional. Fundada em 1887, visa sensibilizar os cidadãos para as dificuldades advindas da precariedade e da exclusão. (HIGAKY, 2005)

⁵⁵⁰ (DAUDIN, 2018)

⁵⁵¹ (De l’histoire à la fiction: les écrivains français et l’affaire Dreyfus, 2010)

sua política. É a lei, é a regra. [...]. Todo partido vive de sua mística e morre de sua política.”⁵⁵² Para o autor, esse episódio escolhido por setores conservadores colocava em jogo a felicidade eterna da França.

Émile Zola: um homem corajoso em sua vida e em sua obra

Émile Zola nasceu em Paris, em 12 de abril de 1840, filho de François Zola, um engenheiro italiano, naturalizado francês. Em uma de suas estadas em Paris, na busca de apoio a um de seus projetos, François Zola conheceu Émilie-Aurélie Aubert, uma jovem francesa de 19 anos, com quem casou e teve, aos 42 anos, seu único filho, Émile.⁵⁵³ Três anos mais tarde, a família mudou-se para Aix-en-Provence, onde o pai de Émile Zola fora contratado para a construção de um aqueduto para a cidade. Posteriormente, essa construção homenageou o pai do escritor, François Zola, morto em 1847.

Depois da morte do pai, a família Zola passou por dificuldades financeiras, foi neste período que o menino Émile, aos sete anos de idade, entrou, como interno, no pensionato *Notre-Dame*, em Aix-en-Provence.⁵⁵⁴ Zola passou quase toda a sua infância e adolescência no sul do país – em uma terra de oliveiras, palmeiras e azinheiros, com céu azul vivo, escreve Josephson.⁵⁵⁵ Quando o adolescente Zola obteve uma bolsa de estudo para o *Collège Bourbon*, em 1852, também em Aix-en-Provence, conheceu Paul Cézanne. Uma sincera amizade os uniu: Cézanne, com a idade de 13 anos, frequentava o estabelecimento na condição de interno; Zola, com 12, na qualidade de semi-interno.

Cézanne, grande, forte e rico, era filho de banqueiro, diferentemente de Zola, que, aos sete anos, ficara órfão e, desde então, conhecera com sua família enormes dificuldades financeiras. Cézanne colocou Zola sob sua proteção e, carinhosamente, o chamava de ‘*parisien*’ ou ‘*franciot*’. Os ‘*inséparables*’ era assim denominado na escola o trio: Cézanne, Zola e Baptistin Baille, futuro engenheiro. Nos arredores de Aix, os três amigos partilhavam longos passeios, banhavam-se e pescavam no rio, liam os versos de Homero e Virgílio.⁵⁵⁶

⁵⁵² (PÉGUY, 1910, p. 64)

⁵⁵³ (BERNARD, 1952)

⁵⁵⁴ (CANÉDO, 2007)

⁵⁵⁵ (Zola e seu tempo, 1947)

⁵⁵⁶ (REWALD, 1939)

Chegado o tempo de retornar a Paris, em companhia de sua mãe, Zola aos dezoito anos, ingressou no liceu *Saint-Louise*. Com dificuldades para adaptar-se à capital, abandonou os estudos. Escreveu suas primeiras peças de teatro: uma comédia, um drama em versos e o plano de uma tragédia em três atos. Redigiu também poesias, algumas dedicadas a seus amigos de Aix-en-Provence.

As adversidades financeiras da família agudizaram-se. Em dez anos, os Zola foram obrigados a mudar três vezes de apartamento. Por insistência de sua mãe, Émile se propôs a carreira de advogado, contudo não passou no exame de admissão. Continuou a escrever e teve alguns de seus contos publicados no jornal *La Provence*. Decidiu, em 1860, abandonar os estudos. A fim de não ser mais um peso para a mãe, foi morar sozinho. Procurou um emprego que lhe permitisse viver como escritor, mas se deparou com dificuldades e passou por uma terrível crise moral.⁵⁵⁷

Finalmente, aproximou-se do mundo literário ao começar a trabalhar, em 1862, na editora Hachette, pela qual publicou suas primeiras crônicas literárias. Troyat (1992, p. 41) relata que, muitas vezes, ao acordar, Zola verificava se o conteúdo de sua carteira dava para comprar um minúsculo pedaço de queijo italiano, pão e maçã. Não raras vezes, para variar suas refeições, o escritor naturalista resignava-se em agarrar pardais na beirada de sua janela, torcer-lhes o pescoço e assá-los.

O sucesso de *L'Assommoir*, em 1878, permitiu que Zola comprasse uma modesta residência às margens do Sena. Em apenas três anos, o autor transformou essa área em um local ideal para uma vida rural e encontros literários, as conhecidas *soirées de Médan*. A vida em Médan era saudável, rústica, confortável, alegre. Entre os que compartilharam desses prazeres com Zola encontravam-se Cézanne, Manet, Pissaro, Goncourt, Daudet, Huysmans e outros nomes vinculados ao naturalismo. Zola começava a ser o grande escritor Émile Zola.

Em 1880, uma grave crise moral e física abateu-se sobre ele devido ao excesso de trabalho e a várias perdas, dentre as quais as mortes de sua mãe e de Flaubert. Passou a escrever mais seriamente sobre política, atacando violentamente os políticos republicanos. Nesse período, lançou o romance *Nana*, *Les soirées de*

⁵⁵⁷ (CANÊDO, 2007)

*Médan*⁵⁵⁸ e uma antologia de artigos que se tornou sua mais importante obra teórica sobre o naturalismo: *Le Roman expérimental*⁵⁵⁹.

Em 1888, o escritor recebeu a *Légion d'Honneur*, importante condecoração francesa. A distinção veio acompanhada de críticas. Edmond Goncourt (1822-1896) escreveu, em seu jornal, que Zola não percebera que ao tornar-se cavalheiro, ao submeter-se a ser comendador da *Légion d'Honneur*; ele, que fora revolucionário, se diminuía. Zola acabou sendo secretário vitalício da Academia (GONCOURT apud TROYAT, 1992). Octave Mirbeau igualmente registrou seu descontentamento, no *Figaro*, através de um artigo intitulado: *La fin d'un homme*.

É de Émile Zola que se trata.

M. Émile Zola foi poderoso pelo talento e pela força moral. Ele nos deu o exemplo – hoje traído – de um homem corajoso em sua vida, indomável em sua fé, conquistando completamente só, apesar dos gritos, dos insultos e dos ódios, um grande lugar ao sol da glória e da fortuna. [...] M. Zola renegou tudo: lutas, amizades antigas, independência, obras. Pronto à mais deplorável humilhação [...]⁵⁶⁰

Aos quarenta e oitos anos, o autor conheceu uma jovem que viera colaborar com sua esposa, Alexandrin-Gabrielle Meley Zola, nos afazeres domésticos. A moça chamava-se Jeanne Roserot, era operária em Paris, e ficou felicíssima com a possibilidade de trabalhar em uma decente residência burguesa. A intimidade de Zola com a jovem mulher tornou-se tão estreita que ela, alegando motivos pessoais, deixou de trabalhar para a família. Zola mostrava-se orgulhoso de sua conquista amorosa. Sua felicidade tornou-se completa quando, aos quarenta e nove anos, recebeu de Jeanne, agora sua amante, a notícia de que seria pai.

No ano em que publicou o décimo sétimo título de sua série de romances *Rougon Macquart*, *La Bête humaine* (1889), ele se candidatou, pela primeira vez, à Academia Francesa de Letras e continuou a se candidatar por oitos anos. Todas as suas tentativas resultaram na frustração da recusa. Em 1893, o autor comemorou o fim da série *Rougon Macquart* com o romance: *Le Docteur Pascal*.

⁵⁵⁸ *Noites em Médan*

⁵⁵⁹ *O Romance Experimental*, (CANÊDO, 2007)

⁵⁶⁰ *C'est de M. Émile Zola qu'il s'agit. M. Émile Zola fut puissant par le talent et par la force morale. Il nous donna l'exemple - aujourd'hui trahi d'un homme courageux dans sa vie, indompté dans sa foi, conquérant tout seul, malgré les cris, les insultes et les haines, une large place au soleil de la gloire et de la fortune. [...] M. Zola renie tout : luttas, amitiés anciennes, indépendance, œuvres. Prêt aux plus fâcheuses humiliations [...]* (MIRBEAU, 1888)

Nos anos seguintes, o escritor dedicou-se à série de romances *Les trois villes*, na sequência, começou seu envolvimento com *L'affaire Dreyfus*. O ano de 1898 foi o ano em que Zola concluiu o último volume desta trilogia – *Paris*. Neste mesmo período, o autor publicou todos os textos importantes sobre Dreyfus, inclusive o *J'Accuse...!*, o qual resultou no processo por difamação aberto pelo ministro da Guerra. Tendo sido condenado, perdeu sua condecoração da *Légion d'Honneur*. Como se isto não fosse o suficiente, Zola deixou a França, exilando-se na Inglaterra. Em 1899, publicou o primeiro volume da série *Quatre Évangiles: Fécondité*. No ano seguinte, editou o segundo título: *Travail e La Vérité en marche*, uma antologia de artigos sobre *L'affaire Dreyfus*. O século XIX chegara ao fim, longe de encerrar disputas e unificar o país.

Em 29 de setembro de 1902, Émile Zola morreu por asfixia. As circunstâncias que levaram o autor e sua esposa a serem intoxicados por monóxido de carbono, enquanto dormiam, jamais foram esclarecidas. A morte do autor transformou-se em tema para os jornais que a noticiaram, em primeira página, com letras garrafais. A notícia repercutiu no mundo todo. O jornal *La Libre Parole* anunciou: “o anjo da morte estrangula Zola durante o sono” (ZOLA *apud* JOSEPHSON, 1947). As multidões ‘devoravam’ as páginas dos jornais.

A cerimônia fúnebre do autor de *Rougon-Macquart* foi uma espécie de consagração de um herói nacional. O pronunciamento de Anatole France ressaltou o quanto o líder do naturalismo era um homem bom, um sincero realista e um ardente idealista e concluiu que Zola representara um momento de consciência da humanidade. Uma longa ovação seguiu-se ao elogio fúnebre de Anatole. Atirando flores, grupos e delegações, ao longo do *Boulevard de Clichy*, gritavam: – Germinal!... Germinal...!. Porém ficou reservada, para o fim do ato, uma cena de repressão: dentre o mar de pessoas, um grupo de operários insistia em cantar a Internacional e foi fortemente ameaçado por um oficial da cavalaria, o que originou uma luta corpo a corpo, a qual resultou em feridos e levou a multidão a se dispersar em várias direções.⁵⁶¹

Sobre a escrivaninha de Zola repousavam algumas páginas do último romance, *Justice*, que ficara inacabado. A casa parecia mais ampla, fria e silenciosa. Era preciso que Mme Zola aprendesse a conviver com a solidão. Não era mais para

⁵⁶¹ (JOSEPHSON, 1947)

ir à casa de Jeanne que seu marido a deixava, ele agora a deixara para não mais voltar, escreveu Troyat.⁵⁶²

No dia 02 de outubro de 1902, o jornal *L'Aurore*, por intermédio de Paul Brulat, reivindicou o *Panthéon* para Émile Zola.⁵⁶³ Mme Zola sobreviveu não somente para fortalecer os laços preexistentes com os filhos do escritor, Denise e Jacques, e com Jeanne Rozerot, mas também para constituir uma terceira família: a esposa, a amante e os filhos.⁵⁶⁴ Logo, a viúva de Zola solicitou que, por meio de um decreto, fosse autorizado a Denise e Jacques o direito de acrescentar a seus nomes o sobrenome de seu pai: Zola.

Essa nova família assistiu às homenagens da França ao criador da saga dos *Rougon-Macquarts*. Após a reabilitação de Dreyfus, a imagem de Zola foi exaltada e seus restos mortais foram trasladados, em 05 de junho de 1908, para o *Pantheon*, repouso dos grandes homens a quem a pátria francesa deve reconhecimento. Ao fim da cerimônia:

Ao sair ao ar livre, ela (Mme. Zola) esta deslumbrada com o sol que humilha Paris. Ao lado dela, Jeanne, Denise, Jacques: sua nova família.⁵⁶⁵ Voltada em direção à massa compacta e sombria do *Panthéon*, lamenta, cada vez mais, que Zola, homem de multidão, de luz e de movimento [...] esteja trancado nesse edifício glacial, reservados aos melhores filhos da França [...]. [...] presente que os admiradores do escritor não irão procurá-lo no templo da imortalidade [...], mas em seus livros, onde ele está, para sempre vivo.⁵⁶⁶

- Émile Zola jornalista

A energia das palavras já havia seduzido Émile Zola, quando, aos 58 anos, o romancista pôs sua reputação de grande escritor a serviço 'da verdade e da justiça', com a publicação do artigo *J'accuse!*. Tal decisão resultou não somente em um processo como também em sua condenação a um ano de prisão, obrigando-o a se refugiar na Inglaterra.

⁵⁶² (Zola, 1992)

⁵⁶³ Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k728506x/f3.item.r=Paul%20Brulat.zoom>. Acesso : 24/07/2019.

⁵⁶⁴ (BLOCH-DANO, 1997)

⁵⁶⁵ Denise casou-se, em 1908, com um jovem amigo de Zola, o escritor Maurice Le Blond, e dedicou um livro a seu pai. Jacques tornou-se médico. Jeanne Rozerot morreu com a idade de quarenta e sete anos, em 1914, em consequência de uma cirurgia.; Alexandrine Zola morreu em 1925, aos oitenta e seis anos. (TROYAT, 1992, p. 307).

⁵⁶⁶ (TROYAT, 1992, p. 297)

Como jornalista, Zola abasteceu numerosos organismos de imprensa com contribuições diversas. Sua produção jornalística compõe um conjunto de aproximadamente quatro volumes dos quinze tomos de suas obras completas, o que parece dar sustentação ao título “Zola jornalista”.⁵⁶⁷ Conforme Henri Mitterand (1970 apud KALIFA et al., 2011), o percurso de Zola, no jornalismo, esteve vinculado à crítica literária, artística, dramática e à crônica política. O autor empenhou-se, de corpo e alma, em duas das grandes batalhas de seu tempo: uma, pela nova pintura que surgia àquela época, com imensas dificuldades de ser assimilada pelo público e pelas instituições oficiais: o movimento impressionista⁵⁶⁸; outra, contra a injustiça: o episódio Dreyfus.

Troyat⁵⁶⁹ escreve: “desde o início de sua colaboração, nas diferentes gazetas, Zola enxerga longe. Não pode contentar-se com páginas secundárias, para deixar sua assinatura. Por ter jurado conquistar a França, o que precisa é de um jornal de grandes tiragens”. Para isso não mediu esforços. Sonhava em estar na equipe de Hippolyte de Villemessant, que, depois de ter fundado *Le Figaro*, preparava-se para criar *L'Évenement*. Entrou em contato, em 11 de abril de 1865, com Alphonse Duchesne, colaborador e secretário de Villemessant:

Senhor, desejo fazer sucesso o mais cedo possível. Na minha pressa, pensei no seu jornal como um veículo que pode proporcionar a publicidade mais rápida. Logo, dirijo-me ao senhor, sem hesitação. Envio-lhe algumas páginas de prosa e pergunto-lhe com toda a sinceridade: isto lhe interessa? Se meu humilde jeito de ser lhe desagrade, não se fala mais nisso; se é apenas o artigo anexo que não lhe agrada, posso escrever outros. Sou jovem e, confesso ao senhor, acredito em mim. Sei que o senhor gosta de tentar as pessoas, de inventar novos redatores. Experimente-me, descubra-me. O senhor sempre terá o que há de melhor.⁵⁷⁰

A resposta recebida foi o silêncio, entretanto Zola não desistiu. No ano seguinte, fez contato com o genro de Villemessant, responsável pela crítica literária em *L'Évenement*. Desta vez Zola conseguiu chegar até Villemessant e, em 31 de janeiro de 1866, viu seu nome estampado na primeira página do jornal. O próprio proprietário do jornal apresentava Émile Zola como novo crítico de literatura: “nomear o senhor Émile Zola não é revelar um desconhecido... [mas] um jovem

⁵⁶⁷ DUBOIS, Jacques apud KALIFA et al, 2011, p. 1231.

⁵⁶⁸ (ZOLA, 1989)

⁵⁶⁹ (Zola, 1992, p. 53)

⁵⁷⁰ (ZOLA apud TROYAT, 1992, p. 53-54)

escritor, muito instruído sobre os detalhes relativos à livraria..., um homem de caráter e de imaginação” (Villemessant apud TROYAT, 1992, p. 54). Zola escreveu, em sua coluna *Livres d’aujourd’hui et de demain*⁵⁷¹, em 1º de fevereiro de 1866, “eu tenho a missão de ler, antes de todos, cerca de cem mil páginas que se imprimem por mês em Paris.”⁵⁷² (ZOLA, 2011, p. 99)

A escritura jornalística e militante zoliana pode ser explicada pela admiração de Zola a Jules Michelet (1798-1874).⁵⁷³ Uma admiração não muito explorada, mas que ilumina o paradigma de um texto estusiasmado e engajado. Declarou Zola: “Michelet é uma das grandes figuras do século, deve ser colocado ao lado de nossos primeiros escritores, por seu talento livre e vivo.”⁵⁷⁴

É um dever de todo o combatente, enfatizou Michelet⁵⁷⁵, inscrever-se neste movimento eufórico e progressista, de ser o principal agente de renovação social, concluindo que se veria rapidamente o jovem aderir ao glorioso sacerdócio de um mundo novo, lançando à juventude uma lição de como ela deveria ser, Ele reafirmou o papel do jornalismo:

Quero dizer ativo, vivo, concreto, o oposto do abstrato, quero dizer caloroso e sanguíneo, ainda inteiro, espontâneo por natureza; [...] A imprensa persegue uma missão extremamente útil, extremamente séria e fatigante, a de uma censura contínua sobre os atos de poder e uma discussão instrutiva sobre as teorias.⁵⁷⁶

A comunicação do pensamento e o jornalismo eram para Michelet⁵⁷⁷ uma forma de ser, uma espécie de guardião moral, não se podendo, por esta razão, condená-los: “A imprensa quotidiana cumpre uma missão sagrada [...]”⁵⁷⁸

Mes Haines é o título de Zola que reúne um conjunto de crônicas da primeira campanha do autor em prol da modernidade estética. Descobre-se aí um jovem prodígio, cheio de vida, pronto para a luta e para a efervescência, como protagonizou

⁵⁷¹ *Livros de hoje e amanhã.*

⁵⁷² *J’ai mission de lire, avant tout le monde, les quelque cent mille pages que s’impriment par mois à Paris.* (ZOLA, 2011, p. 99)

⁵⁷³ (MOURAD, 2012)

⁵⁷⁴ *Michelet est une des grandes figures du siècle ; il doit être mis à côté de nos premiers écrivains, pour son génie libre et vivant.* (Zola apud *Le Sémaphore de Marseille*, 1874)

⁵⁷⁵ *(Cours professé au collège de France -1847-1848, 1848)*

⁵⁷⁶ *Cela veut dire actif, vivant, concret, le contraire de l’abstrait ; cela veut dire chaleureux e sanguin, encore entier, spontané de nature ; [...]. La presse poursuit une mission extrêmement utile, extrêmement grave e pénible, celle d’une censure continue sur les actes du pouvoir, et d’une discussion instructive sur les théories.* (MICHELET, 1848, p. 41)

⁵⁷⁷ *(Cours professé au collège de France -1847-1848, 1848)*

⁵⁷⁸ *[...] La presse quotidienne remplit une mission sacrée [...].* (MICHELET, 1848, p. 21)

Michelet.⁵⁷⁹ A obra *Mes haines* assume grande importância para que se compreenda o papel de Zola no *L'affaire Dreyfus (La Vérité en marche)*, existindo unidade entre esses dois conjuntos de materiais jornalísticos. O que os une de forma determinante é a solidariedade e o engajamento do romancista e intelectual.

Pode-se pensar também a relação entre a produção jornalística de Balzac e Zola. Momentos diferentes para o mundo editorial e jornalístico: o primeiro teve uma experiência, nos anos de 1830, o segundo, nos de 1860. O autor de *La Comédie Humaine* acumulou derrotas e frustrações. Apesar de sua produção numerosa, Balzac não guardou do jornalismo uma visão positiva. Foi neste ambiente que ele perdeu suas ilusões. Diferentemente, o criador da saga familiar *Rougon-Macquart* conheceu, neste setor de economia cultural, um sucesso único e explosivo. Zola foi mais profícuo em sua relação com o universo dos jornais, retirando do jogo posto pela imprensa uma vantagem estratégica: a de pautar o debate público. E não foram poucos os momentos em que Zola reafirmou a importância da atividade jornalística para a construção de suas narrativas:

E sim, deve ser bem dito, [...] nós nos servimos, em nossas criações artísticas, em nosso imaginário, de investigações que o jornalismo atual divulga sobre os fatos reais e sobre os atores vivos do drama quotidiano.⁵⁸⁰

Zola ofereceu aos principiantes nas letras um conselho: “A todo o jovem escritor que me consultar, eu direi: joga-te na imprensa de corpo inteiro, como se você se jogasse na água para aprender a nadar.”⁵⁸¹ Anatole France declarou ao diretor do jornal *Le Temps*, Adrien Hébrad: “Você fez de mim um escritor periódico e regular”⁵⁸², reconhecendo igualmente o jornalismo como escola literária.

O criador de *Germinal* fez da imprensa um privilegiado lugar de expressão, assim como muitas figuras relacionadas ao mundo das letras – algumas ilustres outras nem tanto – do final século XIX. Entretanto, pode-se dizer que raros o fizeram de maneira tão marcante e regular como Zola. Um verdadeiro escritor-

⁵⁷⁹ (*Cours professé au collège de France -1847-1848, 1848*)

⁵⁸⁰ *Eh oui, il faut bien le dire, [...] Nous nous servons, dans nos créations d'artiste, dans l'imaginaire, de l'investigation que le journalisme actuel porte sur les faits réels et sur les acteurs vivants du drame quotidien. (Le reporter, 1889)*

⁵⁸¹ *À tout jeune écrivain qui me consultera, je dirai : « Jetez-vous dans la presse à corps perdu, comme on se jette à l'eau pour apprendre à nager. »* Disponível em:

<https://gallica.bnf.fr/blog/26022018/zola-et-la-presse>. Acesso: 25/07/2019.

⁵⁸² « Vous avez fait de moi un écrivain périodique e régulier » (A. France apud THÉRENTY, 2007, p. 54)

jornalista que esteve à frente de duas atividades por vinte anos. Inicialmente, como todo o jovem que almejava reconhecimento no universo literário, por necessidade econômica; depois, por convicção do relevante papel dos jornais no desenvolvimento cultural, social, político e econômico do país.

- A entrada na literatura: as primeiras obras

Em novembro de 1864, o romancista publicou uma coleção de novelas: *Les Contes à Ninon*. Em 1865, publicou seu primeiro romance, de inspiração autobiográfica, *La Confession de Claude*; em 1867, sua segunda obra: *Thérèse Raquin*.⁵⁸³ O romance *La Fortune des Rougon* (1871) foi o primeiro da série que Zola redigiu no período de 1871 a 1893. *Le Docteur Pascal* encerrou o ciclo *Rougon-Macquart*. Neste projeto romanesco, o escritor apresentou a saga da família Rougon-Macquart e da sociedade do Segundo Império. Diferentemente de Balzac, Zola se propôs a representar as fatalidades da vida, dos temperamentos e do contexto em que viviam, desejando pintar não a sociedade contemporânea, mas uma única família, demonstrando o jogo posto entre a raça modificada pelo meio e suas relações sociais.⁵⁸⁴

O desejo de Zola de escrever mantinha-se constante. Após ter, como tantos outros, tangenciado a poesia, ele escreveu *Les contes à Ninon*, publicado em 1864, e depois *La confession de Claude*, em 1865. O acolhimento foi, contudo, pouco encorajador, tanto por parte da crítica como do público. Ele tomou a decisão de deixar a Editora Hachette, mantendo-se como colaborador de diversos jornais.⁵⁸⁵

A influência dos jornais na literatura dava sinais de agigantar-se, havia, porém, quem percebesse limites.

Os folhetins, romances em série, têm tido uma influência real, boa ou má, eu não o examinarei aqui. Havia uma classe muito numerosa de pessoas que não liam, as mulheres, e que passaram a ler. Notem, no entanto, senhores, o número de assinaturas aumenta muito? Eis uma barreira muito forte que se acredita invencível. Qual! a imprensa, o poder que, mais do que qualquer outro, criou entre nós relações, laços de espírito e, portanto, de tal maneira, limites, que, descendo a certa profundidade no oceano do povo, ela não tem mais ação!⁵⁸⁶

⁵⁸³ (TROYAT, 1992)

⁵⁸⁴ (AMBRIÈRE, 1990)

⁵⁸⁵ (LABESSE, 1999)

⁵⁸⁶ *Les feuilletons, les romans en feuilleton sont eu une influence réelle, bonne ou mauvaise, je ne l'examiné pas ici. Il y avait une classe très-nombreuse de personnes qui ne lisaient point, les femmes,*

Para Labesse⁵⁸⁷, a primeira obra digna do nome de Zola é *Thérèse Raquin* (1867), um grande estudo psicológico e fisiológico, segundo as palavras do crítico. O primeiro objetivo do escritor era se fazer conhecer, mesmo que para isso tivesse que ser atacado. A obra, por seu caráter de escândalo, alcançou certo impacto junto à crítica e à opinião. O público em geral reservou-lhe, entretanto, uma recepção muito favorável.

Segundo Otto Maria Carpeaux⁵⁸⁸:

Thérèse Raquin e *Madeleine Férat* são romances flaubertianos, substituindo-se os imbecis por neuróticos. A catástrofe de 1870, porém, abriu ao romancista os olhos com respeito à extensão da doença – verdadeira decadência psicofísica da nação. Abandonou todo radicalismo: o radicalismo romântico de Hugo e o radicalismo artístico Flaubert.⁵⁸⁹

Os romances da juventude de Zola, conforme Mitterand⁵⁹⁰, não cessam de representar a mesma história, a de um trio trágico: uma mulher entre dois homens. Mitterand⁵⁹¹ ressaltou que isso era velho como *La princesse de Clèves*⁵⁹² (1678), como *Phèdre*⁵⁹³ (1677), ou como todos os melodramas que fizeram chorar Margot.

Madeleine Férat é uma intriga inserida entre o sexo e a morte que, em 1868, Zola publicou. Essa narrativa confirmou o sucesso de *Thérèse Raquin* sem, todavia, ampliá-lo. Para Mitterand⁵⁹⁴, há uma diferença importante entre *Madeleine Férat* e os romances anteriores de Zola, por ser a única obra que possui uma pré-história, pois ela foi concebida como um drama curto, em três atos, para o teatro. Diante do fracasso da peça teatral, Zola a transformou em romance. Relendo as obras *L'Amour* (1860) e *La Femme* (1859) de Michelet, Zola encontrou a ideia de impregnação para sua escrita. A tese de impregnação indelével e hereditária da mulher – a mulher pertence, por sua vida toda, ao homem que a possui pela primeira vez. Essa teoria é a forma moderna de fatalidades antigas, um jogo cruel

et qui ont lu. Regardez, cependant, Messieurs, le chiffre des abonnements-t-il beaucoup augmenté ? Voilà une barrière bien forte qu'on croirait invincible Quoi ! la Presse, la puissance qui, plus qu'aucune autre, crée entre nous des rapports, des liens d'esprit, a donc de telles limites, qu'en descendant à une certaine profondeur dans l'océan du peuple, elle n'ait plus d'action ! (MICHELET, 1848, p. 22)

⁵⁸⁷ (Étude sur Émile Zola: *La Bête humaine*, 1999)

⁵⁸⁸ (*História da Literatura ocidental*, 2010)

⁵⁸⁹ (CARPEAUX, 2010, p. 1931)

⁵⁹⁰ (Préface, 1999)

⁵⁹¹ (Préface, 1999)

⁵⁹² *De Marie-Madeleine de la Fayette*, publicado de início anonimamente.

⁵⁹³ *De Jean Racine*

⁵⁹⁴ (Préface, 1999)

dos deuses com a criatura, a mitologia que convém a uma época em que os sonhos científicos haviam substituído crenças arcaicas, concluiu Henri Mitterand.⁵⁹⁵ A religião, a moral dizem ao homem: ‘tu viverás com uma única mulher’; vem a ciência e lhe diz, em sua evolução: ‘tua primeira esposa será tua esposa eterna’.⁵⁹⁶ Justificava-se o escritor, dizendo que simplesmente colocara em sua obra essa teoria científica.

- Les soirées de Médan

Em 1884, às quintas-feiras, conta P. Aléxis, ocorriam, na *rue Saint-Georges*, *Les Soirées de Médan* de Zola, as quais haviam começado, no apartamento do escritor, na *rue Feuillantes*, há aproximadamente 15 anos. Foi, porém, na Saint-Georges que se encontrou, pela primeira vez, um grupo de jovens homens que os jornais designavam espirituosamente como *La queue* de Zola.⁵⁹⁷ P. Aléxis havia conhecido Zola em 1869. Sete anos mais tarde, Henry Céard juntou-se aos dois e trouxe consigo um amigo, Huysmans, ambos tinham descoberto o criador dos *Rougon-Macquart*, lendo *La ventre de Paris*. Em uma conferência sobre *L’Assommoir*, P. Aléxis conheceu Léon Hennique e o convidou a se somar ao grupo. Por fim, os três amigos de P. Aléxis foram apresentados a Guy Maupassant. O pequeno grupo assim alcançou sua constituição. Os cinco passaram a se reunir todas as quintas-feiras, a cada quinta um reencontro.⁵⁹⁸

Quando Zola fala de seus jantares, [...] a emoção o domina, e ele repete que essas são as melhores lembranças de sua vida literária [...]. [...] esses diálogos que se prolongavam por toda uma noite [...]. Eram verdadeiramente discussões? ‘Sim e não!’ [...] ‘Batalhas teóricas entre pessoas que, no fundo, se compreendiam’.⁵⁹⁹

Deste modo, constituiu-se o grupo que ficou conhecido como *Groupe de Médan*, devido ao nome de um povoado nos arredores de Paris, onde Zola, em 1877, comprou uma casa, na qual passava a maior parte do ano. Em 1878, Zola

⁵⁹⁵ (Préface - Madelaine Férat, 1999)

⁵⁹⁶ *La religion, la morale disent à l’homme : ‘Tu vivras avec une seule femme’ ; et la Science vient lui dire à son tour : ‘ta première épouse sera ton épouse éternelle’.* J’ai simplement mis en œuvre cette théorie scientifique [...] (ZOLA, 1999)

⁵⁹⁷ A cauda de Zola.

⁵⁹⁸ (ALEXIS, 1882)

⁵⁹⁹ *Quand Zola parle de ces dîners [...] l’émotion le gagne, et il répète que ce sont les meilleurs souvenirs de sa vie littéraire [...]. [...] ces conversations qui se prolongeaient toute une soirée [...]. Étaient-ce vraiment des discussions ? ‘Oui et non !’ [...] ‘Des batailles théorique entre gens qui, au fond, s’entendaient’.* (ALEXIS, 1882, p. 180-181)

tinha trinta e oito anos, Huysmans, trinta; Maupassant, vinte e oito; P. Alexis e Céard, vinte e sete; L. Hennique, vinte e seis. Todos eles faziam literatura, com exceção de Huysmans, porém não haviam ainda publicado suas obras. Os romances de Zola, especialmente *L'Assommoir*, exerceram grande influência sobre o grupo e levaram os participantes a reconhecer em Zola um mestre.⁶⁰⁰

A obra coletiva *Soirées de Médan* surgiu em abril de 1881 e marcou o espírito crítico deste pequeno grupo à “[...] estupidez das ditas concepções ideais, dos paraísos inventados por todas as religiões”. Esclarece Maupassant: “Temos, portanto, um objetivo: o Ser e a Vida, que é preciso saber compreender e interpretar como um artista. Se a isso não damos a expressão exata e artisticamente superior, é por que não temos talento suficiente.”⁶⁰¹

Sob a luz brilhante da lua, Zola contou ao grupo *L'Attaque du moulin*. Um evento ocorrido no início da guerra franco-prussiana, em 1870, em uma pequena vila chamada Rocreuse. Merlier, um moleiro que vive com sua filha Françoise, é proprietário do único moinho da localidade. Uma grande festa anima o local. Todos sabem que, nesta noite, Merlier celebrará o noivado de sua filha com Dominique, um belga que habita uma cidade vizinha. Anunciado o noivado, a data do casamento é marcada para o dia de Saint Louis, 25 de agosto. Todavia as pessoas estão apreensivas com a guerra e com a possibilidade da chegada dos prussianos. Quando Zola termina de contar sua história, cada um exclama; é preciso escrever isso bem rápido. Zola se põe a rir: “*C'est fait*”, relata Maupassant.⁶⁰²

Ciclo Rougon-Macquart

Zola apresentou ao editor Lacroix seu plano de dez romances, número que o escritor estabelecera inicialmente para o ciclo *Rougon-Macquart*. Informou também, em resumo, aquilo que pretendia fazer, insistindo na concepção de que tudo seria coisa ‘vívda’, repleta de grande relevo, de luz e de sombra, e que o aspecto científico seria mais subentendido do que exposto.⁶⁰³

⁶⁰⁰ (MARTINO, 1945)

⁶⁰¹ [...] *c'est la stupidité des conceptions dites idéales, des paradis inventés par toutes les religions. Nous avons donc ce seul objectif : l'Être et la Vie, qu'il faut savoir comprendre et interpréter en artiste. Si on n'en donne pas l'expression à la fois exacte et artistiquement supérieure, c'est qu'on n'a pas assez de talent.* (MAUPASSANT, 1880)

⁶⁰² (MAUPASSANT, 1880)

⁶⁰³ (JOSEPHSON, 1947)

O ciclo de romances transformou-se em vinte volumes que se sucederam, sem interrupção, durante vinte e dois anos, de *La Fortune de Rougon* (1871) a *Docteur Pascal* (1893). Representou o grande projeto de Émile Zola, um ensaio de aplicação da doutrina naturalista a uma enorme soma romanesca que pretendia ser a história natural e social da família Rougon-Macquart. Zola ambicionou demonstrar como se comportava um pequeno grupo de seres ficcionais com ancestralidade em comum:

Planejar cada romance da seguinte maneira: colocar em presença do leitor um caso humano; pôr duas ou três forças em atuação contra esse caso; criar uma luta entre as forças e, em seguida, levar as personagens ao desenlace por efeito da lógica de suas naturezas peculiares, fazendo uma força sobrepujar outras ou todas.⁶⁰⁴

Os caricaturistas desejosos de dar aos olhos uma viva imagem da obra de Zola frequentemente o representavam com uma enorme pilha de volumes, um pesado pacote, que um pequeno homem de ombros largos portava; outros o colocavam sentado sobre sua obra como se a fosse um trono elevado. Imagens divertidas e familiares que, à primeira vista, faziam referência ao volume de sua produção. Em quarenta anos de vida literária, Zola publicou sessenta volumes e a série dos Rougon-Macquart, compreendendo somente ela vinte tomos.⁶⁰⁵

Quer em sua produção literária, quer em suas características pessoais, parece não haver nada de enigmático: pequeno-burguês, tímido, ambicioso, trabalhador assíduo, um escritor profissional com a aspiração explícita de ganhar dinheiro e fazer publicidade. Durante a composição de *Rougon-Macquart*, a vida de Zola e, sobretudo, sua situação literária mudaram profundamente. Seu trabalho impressionou não somente pelo sucesso, pela riqueza, mas também pelas questões polêmicas que levantou. Inicialmente as obras revelam-se profundamente diferentes, mas, quando analisadas, mostram-se intimamente ligadas umas às outras.⁶⁰⁶

O ciclo romanesco dos *Rougon-Macquart* garantiu a Émile Zola um singular lugar na história do romance francês. O escritor, em sua vasta obra, denuncia as precárias condições sociais do Segundo Império. A série *Les Rougon-Macquart* almejou retratar a evolução genealógica de uma família durante cinco gerações. São

⁶⁰⁴ (ZOLA *apud* JOSEPHSON, 1947, p. 134)

⁶⁰⁵ (MARTINO, 1945)

⁶⁰⁶ (LABESSE, 1999)

cerca de mil personagens que estruturam a narrativa. A força criativa de seus seres e de seu contexto ficcional continua a arrebatá-los.⁶⁰⁷

O império desencadeou os apetites e as ambições. [...]. Sede de prazer, o prazer de intensa vida espiritual de um corpo fatigado. A fadiga e o colapso: a família se consumirá como um corpo a alimentar-se de si mesmo, esgotar-se-á no curso de uma geração em virtude de ter vivido mui depressa ... Preciso aplicar a força – hereditariedade – numa direção determinada. [...] a satisfação do seu apetite de fortuna ou glória, ou a do apetite intelectual.⁶⁰⁸

Para Balzac, havia a ideia de que a *Comédie Humaine* era uma comparação entre a humanidade e a animalidade. O autor fazia a seguinte analogia: assim como havia leões, cachorros, lobos, havia artistas, administradores, advogados etc. Sua pretensão era registrar a vida em sociedade em três formas: os homens, as mulheres e as coisas, almejando preencher uma lacuna que julgava deixada pelos historiadores antigos: a história dos costumes. Contudo, para Zola, sua obra seria menos social e mais científica.

Diferentemente de Balzac, a produção zoliana não se pretendia espelho da sociedade contemporânea; seria um quadro mais restrito. Não desejava pintar a sociedade, mas somente uma família, mostrar o jogo da raça modificada pelo meio, o qual, para o escritor, era condição necessária para que seus personagens pudessem agir. O importante para Zola era ser puramente naturalista, puramente fisiologista. Confessava não desejar, como Balzac, retratar os negócios dos homens, do ser político, do filósofo, do moralista, mas ser sábio com a simples exposição dos fatos de uma família, revelando o mecanismo interior que a fazia agir.⁶⁰⁹

Ao fazer um cotejo entre os dois autores, destaca-se que a adoção por Zola da autêntica linguagem do povo, aplicada à sua vida cotidiana, constitui um de seus marcos relevantes em relação a Balzac. O uso desta linguagem chegou a assombrar seus contemporâneos, configurando uma das conquistas importantes de Zola para a literatura. Nisso estava implícita a concepção zoliana de que um romance não é um poema e não suporta, portanto, a elaboração de processos estilísticos do tipo flaubertiano nem dela necessita,.

⁶⁰⁷ (CARPEAUX, 2010)

⁶⁰⁸ (ZOLA *apud* JOSEPHSON, 1947, p. 134)

⁶⁰⁹ (MASSIS, 1906)

Um objetivo quase impossível de alcançar, um objetivo que ninguém havia [...] tentado perseguir ainda: fazer falar o povo tal como fala; contar, em sua língua, suas infelicidades e alegrias; criar, ao mesmo tempo, uma obra de arte, eis o que eu tentei realizar e aquilo que realizou o autor dos Rougon-Marcquart.⁶¹⁰

Na análise de Carpeaux⁶¹¹, o traço psicológico da literatura de Émile Zola e seu pessimismo são resultado da decepção de 1848: a decomposição moral da França, acompanhada pela decomposição política e militar. Zola, de início, era um republicano desiludido, mas, em vez de adotar a atitude de resistência de Hugo, decidiu-se pela atitude de Flaubert: objetivismo realista como instrumento de análise do desastre. O mesmo crítico explica que em contradição com esse naturalismo estilístico está o romantismo secreto de Zola: o gosto por verbalismos descritivos, por símbolos eloquentes. Eis uma combinação que, do ponto de vista estético, o diminui aos olhos das vanguardas literárias.

[...] não poderia haver coisa pior do que um Victor Hugo da prosa e Zola é isso. Mas é um Hugo às avessas. Sua desconfiança contra os excessos da imaginação romântica inspirou-lhe o materialismo, que só se vê na natureza e na vida: fecundidade de criação e abundância de decomposição.⁶¹²

“Eu queria”, diz Zola, “pintar a decadência fatal de uma família da classe operária, em seu meio contaminado de nossos subúrbios. Meu livro é a moralidade em ação simplesmente.”⁶¹³ O método de Zola deixa entrar luz em espaços ocultos. O escritor tem verdadeiramente muito de jornalista, de repórter. Na qualidade de repórter, descobriu o mundo moderno ao qual, até então, a literatura parecia prestar pouca atenção: em *La curée*, as relações entre a política e os altos negócios; em *Son Excellence Eugène Rougon*, a política e a administração do país; em *La Conquête de Plassans*, o clero; em *Nana*, a sociedade dos novos ricos e das prostitutas; em *L’Argent*, a Bolsa; em *Au Bonheur des Dames*, o alto comércio; em *Pot-Bouille*, o reverso sujo da vida burguesa; em *L’œuvre*, a miséria dos artistas e intelectuais; em *La bête humaine*, a corrupção da província; em *Le ventre de Paris* e

⁶¹⁰ *Un but presque impossible à atteindre, un but que personne n’avait [...] tenté de poursuivre encore : faire parler le peuple tel qu’il parle, raconte, dans sa langue, ses malheurs ou ses joies, et créer en même temps une œuvre d’art, voilà ce qu’a tenté de réaliser et ce qu’a réalisé l’auteur des Rougon-Macquart.* (HUYSMANS, 2002, p. 74-75)

⁶¹¹ (2010, p. 1929-1931)

⁶¹² (CARPEAUX, 2010, p. 1931)

⁶¹³ *J’ai voulu, dit-il, peindre la déchéance fatale d’une famille ouvrière, dans le milieu empesté de nos faubourgs. Mon livre est de la morale en action simplement* (HUYSMANS, 2002, p. 72). (apud HUYSMANS, 2002, p. 72)

L'Assommoir, a corrupção do proletariado; em *Germinal*, a exploração dos mineiros; em *La Terre*, a bestificação dos camponeses.

A construção das personagens – Émile Zola, depois de realizar o levantamento dos primeiros dados e efetivar entrevistas sobre o tema de sua obra, traçava as grandes linhas de seu romance, que chamava de esboço. Somente após essas etapas dedicava-se à construção de suas personagens.⁶¹⁴

Meu romance deverá ser simples. Só uma família com poucos membros. Todos os casos atávicos aparecerão nos membros principais dessa ou em personagens secundários.⁶¹⁵

O leitor não tem acesso às notas de Zola, mas o autor atua, por intermédio delas, como um investigador da alma humana, delicado e curioso. Bernard Bouvier⁶¹⁶ observa que, ao se conhecer a doutrina de Zola, percebe-se a ‘psicologia de seu sistema’. Se sua sensibilidade parece muito limitada, se ele não faz uma análise fina dos sentimentos é por que nem a vontade nem a consciência de seus seres ficcionais determinam suas ações. O determinante para o escritor é a ‘saúde psicológica’, ‘o equilíbrio das forças no organismo’.⁶¹⁷ Escreve Zola: a neurose do vício produz vício; a neurose da virtude produz virtude (*apud* MASSIS, 1906). Assim, as personagens zolianas estão prisioneiras e imersas em um quadro de relações eminentemente mentais.

Zola coloca-se fora do mundo de suas personagens, ele as observa de maneira distante: traços salientes, silhuetas, tipos, atitudes, manias. Demarca a linha de existência entre suas criaturas e ele mesmo, revelando a vida pitoresca e exterior à sua vivência, uma visível diferenciação entre criaturas e criador.

Os retratos das personagens zolianas, quando já esboçados não entregam ao leitor uma loucura de detalhes:

Gervaise Macquart, nascida em [18] 28, mãe aos 14 anos; em 50, 22 anos. Loura. Claude Lantier, nascido em 42, 8 anos em 50. Etienne Lantier, 4 anos em 50 Anna Coupeau, nascida em abril de 51. Loura. Lantier (curtidor) pai aos 18 anos, em 50, 26 anos. Coupeau (telhador); em 50, 26 anos, (cadet-cassis).⁶¹⁸

⁶¹⁴ (MARTINO, 1945)

⁶¹⁵ (JOSEPHSON, 1947, p. 134)

⁶¹⁶ (*L'œuvre d'Émile Zola*, 1904)

⁶¹⁷ (MASSIS, 1906)

⁶¹⁸ (MASSIS, 1906, p. 118)

A caracterização que Zola realiza de seus seres ficcionais oferece ao leitor chaves para a compreensão do romance, como se evidencia nos apontamentos do romancista para a construção das personagens de sua obra *L'Assommoir*.

O meio igualmente é importante para o método de trabalho zoliano. O estudo do meio era a primeira e mais importante ocupação de Zola, o autor estimava, assim como H. Taine, que o homem não poderia ser separado do conjunto de elementos materiais e circunstanciais, pela razão de esse conjunto influenciá-lo e também ser um organismo vivo. Gervaise, da janela do *Hôtel Boncoeur, no Boulevard de la Chapelle, via* :

[...] à direita, do lado do *boulevard de Rochechouart*, grupos de açougueiros diante do abatedouro vestidos com seus aventais sanguinolentos; o vento fresco trazia por momentos um fedor, um odor almiscarado de animais massacrados. Ela [Gervaise] olhava à esquerda uma longa avenida que se estendia quase até a sua frente, diante da massa branca do *Hôpital Lariboisière*, então em construção. Lentamente, de uma extremidade a outra do horizonte, ela seguia o muro do porto da receita, atrás do qual, à noite, escutava às vezes o grito de assassinados; e vasculhava as esquinas afastadas, os cantos, sombrios, negros de umidade e de lixo, com medo de ali descobrir o corpo de Lantier, com o ventre aberto a golpes de faca.⁶¹⁹

Homens e mulheres em lugares diferentes tornam-se diferentes. O meio vai deixando suas marcas, na vida exterior, em sua casa, em seus móveis, em seus negócios, em seus gostos, em sua linguagem. Zola afirma não admitir que o homem único exista e que só ele tenha importância. Está persuadido, ao contrário, que o homem é um simples resultado e que, para haver o drama humano real e completo, é necessário questionar a todos sobre aquilo que o determina e o completa: a circunstância do meio.⁶²⁰

⁶¹⁹ [...] à droite, du côté du boulevard de Rochechouart, où des groupes de bouchers, devant les abattoirs, stationnaient en tabliers sanglants; et le vent frais apportait une puanteur par moments, une odeur fauve de bêtes massacrées. Elle [Gervaise] regardait à gauche, enfilant un long ruban d'avenue, s'arrêtant, presque en face d'elle, à la masse blanche de l'hôpital de Lariboisière, alors en construction. Lentement, d'un bout à l'autre de l'horizon, elle suivait le mur de l'octroi, derrière lequel, la nuit, elle entendait parfois des cris d'assassinés; et elle fouillait les angles écartés, les coins sombres, noirs d'humidité et d'ordure, avec la peur d'y découvrir le corps de Lantier, le ventre troué de coups de couteau. (ZOLA, 2013, p. 1790)

⁶²⁰ (MASSIS, 1906)

Les trois villes : Lourdes, Roma, Paris

Les trois villes : Lourdes, Rome e Paris é um ciclo escrito por Zola, entre 1893 e 1898, o qual sucedeu diretamente a série de romances *Rougon-Macquart*. Seu herói, o padre Pierre Froment cumpre, nos três romances, o papel de fio condutor. Nessas obras, o autor questiona-se sobre o lugar ocupado pela religião nas sociedades modernas e também sobre a contradição entre a burguesia esplendorosa em face das condições miseráveis do operariado.

- Lourdes

Lourdes reflete incontestavelmente a inquietude espiritual do momento. Trata-se do testemunho de um veterano jornalista, que era o próprio Zola. O romance propõe-se, em consequência de uma viagem, a estabelecer a verdade sobre o tema dos milagres amplamente divulgados pela Igreja, no fim do século XIX, dominado pela retomada do fervor místico.⁶²¹

Uma viagem aos Pyrénées conduziu Zola a Lourdes, em 1891, onde o romancista se viu diante de um universo de crentes alucinados. As observações zolianas resultaram na primeira narrativa da trilogia. O jornal *Gil Blas*⁶²², em outubro do ano seguinte, anunciou o romance de Zola cujo objeto era a cidade miraculosa.⁶²³ Ao retornar do centro de peregrinação, o escritor decidiu fracionar Lourdes em duas narrativas, nomeando a segunda como Roma.

A intriga expõe cinco jornadas de peregrinação, colocando em cena o padre Froment. O romance representa o sofrimento dos peregrinos, sua fé e a necessidade, apesar das conquistas da ciência, do sobrenatural existente no homem. O autor denuncia também o jogo pouco lícito que se estabelece quando a saúde torna-se um problema para pessoas; as rivalidades entre as diferentes correntes do clero; os padres assimilados como os novos mercadores do templo.

As reações em relação à publicação foram imediatas. A polêmica instaurou-se pela revolta de setores conservadores da igreja católica. Nesse percurso, a narrativa conquistou enorme sucesso, vendendo 120.000 exemplares em três meses, sendo, em 1º de março de 1898, o terceiro romance de Zola mais vendido.

⁶²¹ (GUERMÈS, 2003)

⁶²² Nous sommes heureux d'annoncer à nos lecteurs que Monsieur EMILE Zola nous a fait l'honneur de choisir LE GIL BLAS pour la publication du Roman dont les journaux ont tant parlé depuis quelque temps : LOURDES (*Lourdes par Émile Zola, 1892*).

⁶²³ (*Lourdes par Émile Zola, 1892*)

- Roma

O naturalismo tal qual tinha sido ilustrado no *Rougon-Macquart* mantém-se vivo nessa narrativa. Zola estava ainda distante de querer abandoná-lo, quando sonhou retrair, em Roma, 'a história natural de uma cidade'. Nesse processo está a representação de três Romas: a Roma imperial, a Roma católica; a Roma moderna. Retomando a questão hereditária, é transposta para a ficção uma herança que explica o orgulho e o poderio dos Papas, uma hereditariedade que tem sua origem nos imperadores romanos. Existe, portanto, um tipo impregnação do lugar por seus antecedentes. A decadência do Império Romano e consecutivamente de sua grandeza parece repetir-se ao longo dos séculos: se a Roma católica conserva-se ainda poderosa é por se encontrar prisioneira de múltiplos comprometimentos, todos ligados ao dinheiro. Há especulações ao acaso e aleatórias, doações dos fiéis de *Lourdes* que são zelosamente contabilizadas, guardadas e enviadas ao Vaticano pelos padres da Gruta. Esta é, portanto, a postulação inicial: o solo de Roma é estéril e o catolicismo não tem futuro. De todas as maneiras, Roma, sem dúvida, jamais foi cristã, e seu *status* de Cidade Santa procede de um singular atavismo.⁶²⁴

O padre Pière Froment, no começo da trama, acabara de escrever um ensaio sobre a reforma da igreja católica, no qual defende o retorno a uma espécie de cristianismo primitivo: caridoso e dedicado à população mais humilde e especialmente às crianças. Ao descobrir que sua obra corria o risco de estar no *Index*⁶²⁵, é instigado a viajar a Roma para defendê-la. Ao sustentar suas ideias, a personagem confronta-se com a máquina política do Vaticano, uma estrutura repleta de conspirações, distante de sua concepção pura e ingênua do catolicismo. Pière gradualmente perde suas ilusões em relação à Igreja e se vê preso em uma intriga política.

⁶²⁴ (GUERMÈS, 2003, p. 372)

⁶²⁵ O *Index Librorum Prohibitorum*, em tradução livre: *Índice dos Livros Proibidos*, foi uma lista de publicações proibidas pela Igreja Católica. Obras eram incluídas na lista caso contivessem teorias que a Igreja Católica Apostólica Romana não apoiava. A primeira versão do *Index* foi promulgada pelo Papa Paulo IV, em 1559, e uma versão revista foi autorizada pelo Concílio de Trento. A última edição do índice foi publicada em 1948. O *Index* só foi abolido pela Igreja Católica, em 1966, pelo Papa Paulo VI. Nessa lista, estavam livros que iam contra os dogmas da Igreja e que continham conteúdo tido como impróprio. Disponível em: https://data.bnf.fr/fr/11936902/index_librorum_prohibitorum/ Acesso: 21/08/2019

Nessa narrativa, o jornalista tomou os passos do escritor: Zola pintou quadros sem fazer concessões ao Papa e ao clero e descreve Roma em três dimensões: antiga, religiosa e moderna, esta última em plena construção. Parece ser uma ocasião na qual o escritor fez um balanço do cristianismo e indicou a necessidade de sua renovação, assimilando a modernidade de uma consciência universal em evolução no encontro dos séculos XIX e XX. Como de hábito, o romancista colocou-se de maneira séria a documentar a cidade. Émile Zola ficou seis semanas na Itália, entre Roma e o interior do país. *Roma* foi publicado simultaneamente em Paris e em Roma, na forma de folhetim.

Com a intenção de dar um fecho à sua trilogia, o escritor agregou a ela a narrativa *Paris*. Criou um ponto de sustentação referente ao lugar dos religiosos na sociedade francesa do final do século XIX, uma análise religiosa, filosófica e social do século, animada por um sopro de ideal e esperança.

- Paris

A ideia surgiu em 1892, quando o contexto anarquista dos anos 1892-1894, com seus atentados e o escândalo do Panamá, colocou o mundo político republicano e a esfera financeira em xeque. Isso inspirou Zola. Pièrre Froment continua a ser a personagem principal. Ao perder toda a fé ele decide dedicar-se à caridade, voltando-se aos pobres. Froment opõe-se a seu irmão, químico e anarquista, criador de um novo explosivo superpotente, que poderia, segundo sua crença, mudar o mundo por intermédio de uma tática mais agressiva. O herói zoliano compreende a necessidade da renovação organizacional da sociedade para combater a miséria. O escritor retrata uma Paris impregnada pelo dinheiro, por jogos políticos e pelo prazer em contraposição à extrema pobreza, que é a força motriz do movimento anarquista.

Para Sophie Guermès⁶²⁶, os atentados anarquistas encontram-se no centro desta última narrativa, relacionando-se diretamente com a atualidade da época, ao passo que a problemática religiosa está muito menos presente que nos romances precedentes. Explica Fernand Boulard⁶²⁷ que Paris deixa de ser lugar santo e torna-se, como todas as grandes cidades daquela época, um lugar de descristianização, com uma população composta essencialmente pela alta burguesia, para quem a

⁶²⁶ (La religion de Zola - Naturalisme et déchristianisation, 2003)

⁶²⁷ (La "déchristianisation" de Paris, l'évolution historique du non-conformisme, 1971)

religião era somente um código social; pela pequena burguesia, para quem ela se apresentava como uma reguladora dos modos; pela classe trabalhadora adepta ao ateísmo e, muitas vezes, violentamente anticlerical.

Redigida em janeiro de 1897, a narrativa foi publicada, de início, no formato de folhetim, entre outubro de 1897 e fevereiro de 1898. Essa obra surgiu em pleno *L'affaire Dreyfus*. Como era de esperar, a recepção da imprensa conservadora foi hostil. Nessa narrativa, é possível reconhecer, no decurso dos capítulos, traços muito marcantes de Édouard Drumont. A crítica não poupou a obra nem seu autor, postura midiática que pode ser vista como consequência da atuação de Zola no *L'affaire Dreyfus*. Jaurès declara que a narrativa *Paris* é um protesto ousado contra todos os poderes, a mentira e a servidão. Léon Brum acredita que Zola havia desenvolvido, com lucidez e força, uma visão otimista da humanidade em movimento.

O que impressiona, nas últimas narrativas zolianas – *Les Trois Villes* e *Les Quatres Évangiles* –, é a alternância do imaginário idealizado: os bons sentimentos levados ao extremo, a vontade de promover uma moral edificante e a revolta que persiste em ambiente efervescente. Uma insubordinação que vai ser representada com um vocabulário cristão, como uma escrita bíblica metaforizada.

Les quatre évangiles : Fécondité ; Travail ; Vérité ; Justice

É uma série de quatro narrativas cujas intrigas são estruturadas pelos personagens Jean, Mathieu, Marc, Luc – filhos de Pierre e Marie Froment, estes personagens do ciclo *Les trois villes*. A morte de Émile Zola impediu que ele realizasse sua última narrativa, a qual permaneceu como projeto. Essas obras revelam-se como janelas utópicas, abertas pelo autor em uma espécie de ensaio sobre seu tempo. O escritor tomou emprestado do Novo Testamento os nomes dos quatro evangelistas – Mateus, Marcos, Lucas, João – para a construção de uma obra que seria o seu evangelho. Zola apresenta quatro pilares para estruturar a vida em sociedade e sua forma de governo, pensando que os objetivos do Estado deveriam atender o interesse geral dos cidadãos.

Nesses romances, o escritor expõe utopias e novos modos de socialização. Relativizou seu método literário. O autor que tinha, na observação e no levantamento de dados, o potencial material para a construção de suas narrativas, passou a embalar um sentimento idealizado. O conjunto de suas ideias, de suas

opiniões e de seus objetivos organizava sua escrita e a tornava legível. Zola reabilitava o sonho. Substituía o real pelo ideal, direcionando a cidade como outro espaço de convívio social. Apostava, em um futuro não longínquo, no desenvolvimento das relações humanas, o qual julgava inevitável. Seria a marcha da evolução histórica acompanhada por transformações das leis universais.

Raymond Trousson⁶²⁸ inventariou as características fundamentais do gênero utópico e resumiu suas regras no quadro de uma narrativa que exclui os tratados políticos, descreveu uma comunidade organizada segundo alguns princípios políticos, econômicos e morais. Restitui a complexidade da existência social, em que ela se apresenta com o ideal a se realizar, quer esteja situada em um espaço real ou imaginário, quer seja descrita ao termo de uma viagem imaginária, verossímil ou não. Bronislaw Baczko completa esse ponto de vista:

[...] não há utopia sem uma representação global, uma ideia-imagem de outra sociedade oposta à realidade social existente, às suas instituições, aos seus ritos, símbolos dominantes, sistemas de valores, às suas normas e proibições, às suas hierarquias, relações de domínio e propriedade, ao seu domínio reservado do sagrado etc. Em outras palavras, não há utopia sem uma representação totalizante e disruptiva da alteridade social.⁶²⁹

Em *Fécondité* (1899), Zola expõe suas teses em relação à natalidade. O romance organiza-se sobre uma oposição estrita e rigorosa entre o casal Froment e seus doze filhos, que incarnam a felicidade, e outros personagens que se limitam espontaneamente a uma prole restritiva por vivenciarem a decadência social e as adversidades da vida.

Travail (1901) apresenta-se como um evangelho socialista, uma narrativa construída sobre a vontade ampla de progresso social e sobre as evoluções industriais do fim do século XIX. O herói zoliano é Luc Froment. Enquanto os ideais socialistas apelavam para uma luta de classes sangrenta, Zola ambicionava a ajuda mútua. O romance foi recebido com benevolência pelos setores de esquerda, com críticas entusiastas de Jaurès, e também pelas associações cooperativadas que passaram a ver Zola como um aliado rendendo-lhe homenagens.

⁶²⁸ (Voyages aux pays de nulle part, *histoire littéraire de la pensée utopique*, 1975)

⁶²⁹ [...] pas d'utopie sans représentation globale, idée-image d'une société autre, opposée à la réalité sociale existante, à ses institutions, rites, symboles dominantes, à ses systèmes de valeur, de normes d'interdits, à ses hiérarchies, à ses rapports de domination et de propriété, à son domaine réservé au sacré, etc. Autrement dit, il n'est pas d'utopie sans une représentation totalisante e disruptive de l'altérité sociale (*Lumières de l'utopie*, 1878, p. 30)

Ambos os romances, *Vérité* e *Travail*, culminam em uma espécie de colapso da igreja. Observa-se que Zola, no primeiro momento, faz uma espécie de defesa de certos valores burgueses, mas progressivamente vai se tornando hostil a esses princípios e à forma como a religião estava estabelecida. Nesse percurso de desencantamento, destaca-se o papel que o autor atribuiu à educação. Para ele, o ensino é, acima de tudo, o principal meio de imprimir valores como liberdade, igualdade e fraternidade. A escrita zoliana representa uma estrutura social idealizada, na qual não haveria espaço para o enraizamento dos vícios da vida burguesa.

Vérité: a superioridade de um conflito

Não é necessário vivenciar uma situação para poder refletir sobre ela. Que Zola tenha sofrido com a injustiça, com a ausência da verdade, com a persistência da infelicidade do outro e de si mesmo é inegável, entretanto esse sofrimento não o impediu de acreditar na plena realização da humanidade. Ao contrário, isso o fez resiliente sem abandonar um percurso de luta, colocando em evidência valores unânimes e os compartilhando com seus leitores. *Les evangiles: Vérité* ilustra a paciente construção de uma comunidade de homens esclarecidos e possuidores de luz própria.⁶³⁰

O embate entre ciência e religião esteve presente nos debates não só do episódio Dreyfus como também de outras crises da IIIª República. Através dele, revelou-se uma forte divergência. Os escritores a favor e contra Dreyfus rapidamente se posicionaram em discussões que colocaram o episódio Dreyfus em um terreno ideológico. A verdade científica e a existência de provas irrefutáveis do processo reafirmada por Zola antagonizava com o sentimento patriótico e, sobretudo, o sentimento religioso defendido por Barrès. Tratava-se de dois campos, duas escalas de valores que se chocavam. O primeiro, na esteira do positivismo, o segundo, no espírito conservador e obscuro da religião.

Sua convicção tranquila impunha-se, as noções obscuras esclareciam-se, pareciam fáceis e simples. Dava interesse, alma, vida aos princípios elementares, os mais áridos. Chegava a tornar apaixonado o estudo da gramática e da aritmética, fazendo-os interessantes para seus alunos, interessantes como os contos.⁶³¹

⁶³⁰ (GUERMÈS, 2003)

⁶³¹ (ZOLA, V.I, p. 42)

Nas transposições do episódio Dreyfus, a literatura, a reconstituição e a reescrita do episódio propriamente dito cedem espaço ao debate ideológico. Reencontra-se, assim, no coração das construções ficcionais, a estruturante oposição entre ciência e religião. A escritura do episódio ilustra esse extenso debate do final do século XIX, com raízes no final do século XVIII. Um confronto estrutural que abrange uma escala de valores que se relaciona com as dimensões da justiça, da ciência e da religião. Esses aspectos parecem orientar o projeto da obra de Émile Zola: *Les Quatre Évangiles: Vérité*.

No coração dessa intriga, identificam-se vários índices, os quais dialogam com o caso Dreyfus. Como os rumores e as notícias falsas que alimentavam um clima de animosidade. “E a mentira estava semeada, só havia a esperar a colheita envenenada da ignorância popular.”⁶³² A imprensa se propunha a um arriscado papel, o de formar, conduzir e dominar a opinião pública:

– Fazer alguma coisa, fazer alguma coisa, com toda a certeza!... Mas que se há de fazer contra a opinião, quando já todo o departamento está amotinado?... O senhor não ignora, a situação política do país torna-se cada vez mais difícil. E as eleições gerais que se realizam em maio próximo [...] estamos reduzidos se não quisermos fazer correr à república o risco de um cheque [sic]! [...].
– De modo que, meu amigo como quer que o ajude? Aqui me tem de pernas e braços atados, pois, porque precisamos tomar em atenção a opinião pública [...]⁶³³

O exército: “Sempre o milagre e a força, a mentira religiosa e a violência militar, dadas em exemplo, lançadas como semente nos cérebros das crianças, dos cidadãos de amanhã!”.⁶³⁴

A República: “a Revolução completada, acabada, o povo indo partilhar do poder com a burguesia, a nação inteira, enfim livre”.⁶³⁵ A República mostra-se como uma solução iluminada que tem como perspectiva o sistema republicano pautado pela participação popular:

Os judeus, como na Idade Média, serviam de pretexto para tornar a aquecer as crenças tépidas – monstruosa exploração de um ódio ancestral, semente atroz da guerra civil. [...] o surdo trabalho da Igreja, aproveitando o momento histórico para tratar de ganhar de novo o terreno perdido por ela antigamente, na derrocada da velha sociedade, sob o sopro libertador da Revolução. Era o

⁶³² (ZOLA, V. II, p. 311)

⁶³³ (ZOLA, V.I, p. 105-106)

⁶³⁴ (ZOLA, V.I, p. 185)

⁶³⁵ (ZOLA, V.I, p. 225)

espírito da Revolução que era preciso matar, reconquistando a burguesia levada ao poder.⁶³⁶

A conduta da justiça que requer harmonia, estabilidade e transparência:

Na quarta feira, surgiu a questão da sessão secreta. Tratava-se de ouvir o relatório do perito médico e os depoimentos das crianças. O presidente tinha o direito de declarar a audiência secreta. Sem lhe contestar esse direito, Delbos pediu a palavra, demonstrou todos os perigos do mistério [...].⁶³⁷

A escola e a Igreja: “Marco teve um sorriso de dúvida, como se quisesse dizer que nunca teriam a Igreja do seu lado, nas obras da verdade e da justiça humana”.⁶³⁸ Essas duas últimas, representam, porém, para o autor, uma espécie de grande tese, tanto para gerar o conflito como para solucioná-lo. A antinomia ideológica religião e ciência é assim uma das possíveis chaves de leitura desse romance. Para o herói zoliano, o homem que perde sua fé conquista sua emancipação intelectual, ao encontrar a via da ciência, que se mostra como a única não obscura.

A luta ‘escola laica *versus* escola religiosa’ é verdadeiramente motor e ponto de partida do projeto ficcional de *Vérité*. O que se evidencia é que Zola não desejou reportar os principais acontecimentos do episódio Dreyfus, mas escrever uma obra que abordasse a questão da separação entre Igreja e Estado: “Que se faça a separação das igrejas e do Estado, nada mais justo, é abusivo que o Estado misture-se com religião”.⁶³⁹

Uma temática que figurou no centro dos debates políticos da III República foi a batalha pelo ensino laico: “Sobre a questão religiosa, meu pensamento é bem simples: os padres devem estar restritos a seu campo. Sou anticlerical, assim como sou republicano...”⁶⁴⁰ Ao analisar os esboços de *Vérité*, Alain Pagès concluiu que o autor partiu da sentença de que, quando a grande massa dos homens não possui conhecimento, os progressos humanos se fazem lentos, a exemplo do ocorrido com o processo Dreyfus.

⁶³⁶ (ZOLA, V.I, p. 224)

⁶³⁷ (ZOLA, V.I, p. 131)

⁶³⁸ (ZOLA, V.I, p. 118)

⁶³⁹ *Qu'on fasse la séparation des églises et de l'État, rien de plus juste, il est abusif que L'État se mêle de religion [...].* (RIEFFEL, 1901, p. 3)

⁶⁴⁰ (ZOLA, V.I, p. 67)

O antissemitismo e a batalha pela justiça, eixo dos esforços do capitão Dreyfus e de seus apoiadores para conquistar o direito de revisão do processo, impõem-se para o autor como primeiro plano, quando o romancista, por intermédio do drama do prof. Simon, apresenta o assunto/o argumento de sua obra. A personagem Dreyfus é metamorfoseada na vida ficcional de um professor judeu, Simon, injustamente acusado de um crime crapuloso contra um adolescente, o pequeno Zéphirin. O homem que, ao preço de sua reputação e de sua felicidade familiar, empenha-se para que a verdade surja é Marc Froment, personagem que também é professor.

A lógica zoliana apresenta a necessidade de ocorrer um fato para demonstrar a relevância da verdade – na linguagem literária, a complicação; na jornalística, o *case*. Na situação em foco, trata-se da morte do jovem Zéphirin, um drama humano que oferece a oportunidade de reflexão sobre os temas que sensibilizaram Émile Zola, ao fim do século XIX.

Na ficção *Vérité* (1903), o terceiro romance do ciclo, Marc Froment é quem advoga em prol da escola laica e pela correção de uma injustiça, é a adaptação de *L'affaire Dreyfus* para a esfera da educação. Nessa narrativa, encontra-se o conflito entre a escola pública e o ensino tutelado pela igreja católica. A obra foi concebida no contexto de separação entre Igreja e Estado. Descreve um clericalismo que, a despeito de todos os obstáculos, procurava conservar, a todo custo, seu domínio sobre a sociedade civil. Marc Froment é representado, em termos extravagantemente heroicos, como um líder mágico que devota sua vida para instruir as massas através da educação secular. Essa narrativa revela-se como um ataque feroz tanto para a igreja católica romana como para a religião cristã. O confronto vem acompanhado da defesa do melhoramento da educação primária, que, para o escritor, era o único meio de libertar a França da ignorância e do obscurantismo impostos pela educação católica.

Justice seria a quarta narrativa, mas restou como esboço. Sabe-se que Jean Froment deveria ter sido o herói zoliano, um militar e antimilitarista, seguro da necessidade do desarmamento mundial para garantir a paz e a felicidade aos povos. Sua meta seria a criação de uma república universal como resposta vitoriosa aos nacionalistas e militaristas.

Vérité: resumo da intriga

O romance de Émile Zola representa a luta de Marc Froment, professor da escola laica, na defesa de Simon, judeu e professor do ensino laico em Maillebois. Simon foi acusado pelos padres e irmãos da escola católica de ter violado e assassinado seu próprio sobrinho: o menino Zéphirin.

Marc Froment era professor de instrução primária em Joinville, casado com Geneviève e pai da pequena Louise. Todos os anos ele passava suas férias em Maillebois, na casa da avó e da mãe de sua esposa, respectivamente Mme Duparque e Mme Berthereau, “as senhoras, como eram conhecidas”.⁶⁴¹ Duparque com idade de sessenta e três anos dedicava-se por completo à Igreja e tinha um olhar ríspido, diferente de Berthereau que conservava uma eterna doçura, a qual, segundo o narrador, tinha origem em um harmonioso casamento. A perda repentina de seu marido, vitimado pela falência do banco católico, não a transformou.

Naquele ano, no dia seguinte à chegada da família Froment a Maillebois, ocorreu uma tragédia. Um crime deixou todos em choque. Um garoto fora violado e depois morto. Tratava-se de Zéphirin.

O menino Zéphirin possuía uma fisionomia delicada: “uma cabeça de anjo, loira e anelada, [...] de olhos azuis, nariz delgado, boca pequena e encantadora [...]”.⁶⁴² Zéphirin, sobrinho de Rachel Lehmann, esposa de Simon, professor da escola primária de Maillebois, era filho de um homem judeu e de uma mulher católica. Seu pai, Daniel Lehmann, era maquinista e sua mãe, Maria Prunier, uma órfã que fora educada por irmãs religiosas. Quando Zéphirin nasceu, o casal decidiu não batizá-lo, desejando “não dar um ao outro o desgosto de o ofertarem a seu Deus particular”.⁶⁴³ Contudo, após seis anos, uma desgraça colocou-se diante da família do pequeno Zéphirin: Daniel, seu pai, morreu em um acidente de trabalho, tragado e esmagado por uma engrenagem.

Maria voltou-se para a religião de sua mocidade, acreditando estar sendo castigada por ter amado um judeu. Batizou seu filho e o colocou na ‘escola dos irmãos’. Maria passou a viver angustiada pela escolha que fizera para seu filho e pela incapacidade de apagar de seu coração a memória do marido. A luta íntima e o

⁶⁴¹ (ZOLA, V.I, p. 5)

⁶⁴² (ZOLA, V.I, p. 5)

⁶⁴³ (ZOLA, V.I, p. 13)

trabalho estafante de costureira acabaram por matá-la. Deixando Zéphirin órfão, justo no momento de sua Primeira Comunhão. O professor Simon para não sobrecarregar os pais de sua esposa, avós do menino, decidiu tomar conta dele e mantê-lo na escola dos irmãos.

Adveio então a mais terrível cena. Mignot, jovem professor auxiliar da escola clerical, observou, às sete horas da manhã, que a janela do quarto do menino estava completamente aberta. Quando se aproximou, o horror arrancou-lhe gritos: “– Meu Deus! A pobre criança! Será possível! Que horrível desgraça!”⁶⁴⁴

O pequeno quarto forrado de papel claro conservava sua tranquilidade, seu aspecto de infância feliz. [...] A caminha branca não chegara a ser desmanchada, a criança não se deitara: unicamente uma cadeira estava caída. E diante, sobre o tapete da cama, jazia o infeliz corpinho de Zéphirin, em camisa, estrangulado, com a cara lívida, o pescoço nu, com as marcas dos ascorosos dedos do assassino. A camisa manchada, repuxada, meio rota deixava ver as pernas magras, afastadas com violência, numa posição que não permitia dúvida sobre o imundo atentado; e a espinha torcida aparecia também, a pobre marreca, que o braço esquerdo, posto por cima da cabeça fazia sobressair.⁶⁴⁵

Quando Marc chegou ao local do crime, ficou estupefato ao ver o pequeno corpo, tomado pelo horror e pela cólera, exclamou: “não toquem em nada, não desarrumem coisa alguma [...] é preciso ir já à casa do administrador e à polícia”.⁶⁴⁶ Marc somou-se ao padre Philibin, ao irmão Fulgence e ao professor auxiliar Mignot, todos analisaram uma espécie de rolha de papel encontrada no quarto do menino. Era uma bucha de papel feita do jornal *Petit Beaumontais* de 02 de agosto, que, em seu interior continha um modelo de escrita: “com certeza o assassino a pretendeu meter na boca da criança para abafar-lhe os gritos [...] repare... o modelo sujo de saliva tem sinais dos dentes do pobre pequeno [...]”.⁶⁴⁷ No modelo, havia as iniciais de um nome que não eram legíveis, porque havia um rasgão e a parte faltante não fora encontrada.

Depois de algumas especulações entre os que esperavam a chegada da polícia, irmão Fulgence perguntou a Marc: “– Então o senhor julga que pode ter sido um vadio qualquer [...]?” Marc teve prudência de não se pronunciar. “– Eu não julgo

⁶⁴⁴ (ZOLA, V.I, p. 14)

⁶⁴⁵ (ZOLA, V.I, p. 14-15)

⁶⁴⁶ (ZOLA, V.I, p. 17)

⁶⁴⁷ (ZOLA, V.I, p. 18)

nada, é à justiça que compete investigar e encontrar o culpado[...].⁶⁴⁸ O padre Philibin interrogou se Simon estava em Maillebois e Marc reagiu com surpresa: “Então não o preveniram?”.⁶⁴⁹ O professor assistente, Mignot, ficou encarregado de dar a triste notícia ao professor e tio da vítima, Simon.

Apesar de sua grande independência de espírito, o professor Froment possuía certa resistência em relação aos judeus, entretanto conservava de Simon uma afetuosa recordação de seu convívio na Escola Normal. Achava Simon uma pessoa inteligente, um bom professor e muito comprometido com seus deveres.

Simon, ao receber a terrível notícia, ficou abaladíssimo. Ao ver o corpo de Zéphirin, com as mãos trêmulas, não encontrou palavras para expressar sua dor. Marc o reconfortou: “ [...] colega, é preciso coragem; precisas de toda a tua energia!”⁶⁵⁰

Depois do choque deste terrível acontecimento começou o inquérito. Interrogado, Simon explicou que chegara à cidade, no dia do crime, vinte minutos antes da meia-noite. Confirmou que de fato havia ido a um jantar e perdido o comboio de Beaumont das dez e meia. Por essa razão, havia decidido andar seis quilômetros a pé para não ter esperar o próximo trem, o da meia-noite, pois estava ansioso para ver sua mulher que não estava bem de saúde. O Irmão Fulgence perguntou: “– à meia-noite menos vinte, deve ter sido cometido o crime... O senhor não viu nada, não ouviu nada? [...] [...] o senhor não teve ideia de ir ver se o pobre Zéphirin, efetivamente tinha voltado da capela, se estava a dormir?”⁶⁵¹ Simon respondeu que não, justificando que o menino já era um homenzinho ajuizado e que tudo parecia muito sossegado.

Todos na pequena cidade clerical pareciam concordar que o assassinato fora cometido possivelmente por um vagabundo ou andarilho. Contudo, pouco a pouco, os rumores alimentaram a disputa entre as duas escolas de Maillebois: a religiosa e a laica. Férou, professor em Moreux, a quatro quilômetros de Joinville alertou Marc:

Aí esta um caso que vai permitir que a essa vil padralhada que nos cheguem, a nós, os corruptores, os envenenadores da escola laica!

⁶⁴⁸ (ZOLA, V.I, p. 20-21)

⁶⁴⁹ (ZOLA, V.I, p. 20-21)

⁶⁵⁰ (ZOLA, V.I, p. 23)

⁶⁵¹ (ZOLA, V.I, p. 24)

– Como, chegar-nos? – perguntou-lhe – Não veja o que nós temos com o caso.

– Ah! Não! Você é ingênuo! Não lhe conhece a raça; há de ver todos os sotainas, todos os bons padres e queridos irmãos meter mãos à obra... Diga-me cá: não têm eles já deixado perceber que foi o próprio Simon que violentou e estrangulou o sobrinho?

Marc zangou-se. Realmente Férou ia longe muito longe, no seu ódio à Igreja.

– Estás louco! Ninguém suspeita, ninguém ousará mesmo suspeitar de Simon, por momento sequer. Todos fazem justiça à sua honestidade, à sua bondade [...]

Um rir compulsivo agitou o magro corpanzil de Férou [...] ⁶⁵²

Um ambiente hostil ia se construindo, M. Duparque relembrou:

– Quando eu era nova, lembro muito bem, desapareceu de Beaumont uma criança. Encontraram-na depois no pátio da Igreja de Saint Maxence, com o corpo cortado em quatro, faltando-lhe só o coração... Acusaram os judeus de terem precisado do coração para o pão ázimo da sua Páscoa. ⁶⁵³

Pélagie, empregada na casa das senhoras, ao servir a sobremesa, entrou na conversa: “o bairro está em revolução desde que se soube do crime, e não se imagina as terríveis coisas que por aí dizem, agora mesmo ouvi um operário gritar que era preciso deitar fogo à escola dos irmãos.” ⁶⁵⁴

Perturbado, Marc decidiu conduzir sua própria investigação a fim de elucidar alguns pontos, os quais lhe pareciam obscuros. Enfrentou, porém, a hostilidade dos habitantes, movidos pela ignorância, pelo medo ou pela raiva. E, aquilo que Férou preconizara, aconteceu: Simon foi preso pelo assassinato. Desde logo, Marc engajou-se ao lado de David, o irmão do acusado, em um duro e obstinado combate para que a verdade fosse revelada. Uma batalha repleta de emboscadas foi travada pelos dois homens.

A luta contou com o auxílio do advogado Delbos. Todos eles convictos de que o culpado encontrava-se entre os padres e irmãos. Nunca perderam a esperança de encontrar provas da inocência de Simon. No decorrer do processo, a raiva contra Simon e os judeus foi desencadeada em Maillebois: para a maior parte dos habitantes não havia nenhuma dúvida que o professor judeu era culpado. A opinião dos jurados deslocava-se na mesma direção:

⁶⁵² (ZOLA, V.I, p. 33)

⁶⁵³ (ZOLA, V.I, p. 36)

⁶⁵⁴ (ZOLA, V.I, p. 36)

A resposta do júri era 'sim' a todos os quesitos, mas concedia circunstâncias atenuantes, por uma fórmula ilógica, unicamente para evitar a pena capital. Imediatamente no auditório rebentaram aplausos frenéticos, urros [...] no meio deste tumulto de [...] selvageria ouve-se um grito que dominou os ladridos ferozes, o constante grito de Simon: "Estou inocente! Estou inocente!"⁶⁵⁵

No decorrer do processo, as mentiras acumulavam-se. Os especialistas afirmavam ter encontrado as iniciais de Simon sobre o modelo de escrita, a única peça do processo encontrada na cena do crime. O padre Philibin assegurava ter visto essas iniciais em uma carta de Simon e, para não ter que mentir mais, refugiava-se no segredo da confissão.

O veredito foi dado, tendo sido Simon condenado à prisão perpétua. Marc revoltado pela injustiça cometida contra seu colega retornou a Joinville com sua família. David decidiu continuar a luta. Algum tempo depois, Marc foi convidado a assumir, na escola laica, em Maillebois, o posto de Simon. Marc tinha consciência de que, se aceitasse o cargo, faria sofrer a família de Simon. Por essa razão, pediu um prazo para refletir. Durante esse lapso de tempo, Marc retornou a Maillebois, por ocasião de uma grande cerimônia religiosa: "tratava-se da dádiva à Capela dos Capuchinhos de um soberbo relicário, contendo um fragmento do crânio de Santo Antônio de Pádua, inestimável tesouro ao qual uma subscrição de fiéis pagara por dez mil francos"⁶⁵⁶. Essa espécie de triunfo da Igreja colocou Marc frente a frente com a ignorância a qual as pessoas estavam submetidas, levando-o a aceitar o cargo. Marc devotou-se a seus novos alunos:

Amar, fazer-se amar, fazer amar todos uns aos outros: o papel do professor continha-se por inteiro nestes três termos [...]. Amar: Marc amava seus discípulos de todo o seu coração, entregava-se-lhes sem reserva, sabendo bem que é preciso amar para ensinar [...]⁶⁵⁷

Marc temia que sua vida familiar se deteriorasse rapidamente, pois sabia, pelas próprias palavras de sua esposa, que era considerado um anticristo por M. Duparque. Geneviève permaneceu, enquanto seu marido estava trabalhando, em companhia de sua mãe, na residência de sua avó, que aproveitou a ocasião para despertar na neta a devoção à Igreja, relativizada após o casamento com o Marc Froment.

⁶⁵⁵ (ZOLA, V.I, p. 136)

⁶⁵⁶ (ZOLA, V.I, p. 161)

⁶⁵⁷ (ZOLA, V.I, p. 194)

Pouco a pouco, a jovem mulher afastou-se de seu marido e acabou por abandoná-lo, proibindo-o de ver seu filho caçula, Clément, vindo ao mundo no período da separação. Essa provação foi para Marc a mais difícil de suportar: “julgava compreender. A Igreja não se esforçava somente em matar a amante na sua mulher, quisera também matar a mãe”.⁶⁵⁸

Com o apoio de sua filha Louise, Marc conseguiu retomar sua vida, sempre comprometido com as pesquisas para provar a inocência de Simon, condenado injustamente. Essa batalha, no primeiro momento, pareceu exitosa. Os defensores de Simon obtiveram finalmente a revisão do processo, mas a infelicidade não tardou, o segundo julgamento manteve a sentença do primeiro.

Marc mergulhou em uma tristeza sem fim, pois considerava uma desonra à França o veredito do segundo julgamento. Todavia reencontrou alegria em uma carta de Geneviève que continha apenas duas linhas: “Li todo o processo, segui o processo. Acaba de cometer-se o mais monstruoso dos crimes. Simon está inocente”.⁶⁵⁹ A felicidade de Marc residia na compreensão por parte de sua esposa da causa que o mobilizava e completava-se na real possibilidade de retomar seu casamento: viver junto a quem ele sempre amou.

Os anos passaram e, em virtude da dedicação total de Marc, David e Delbos, a absolvição foi finalmente concedida. O trabalho de Marc em transmitir conhecimento rendeu frutos: os estudantes de Maillebois foram transmissores do saber a seus filhos, transformando, assim, uma população cegada pela Igreja em uma população aberta, que buscava compreender antes de julgar.

Depois de quinze anos de luta, Marc voltou a ocupar seu posto em Joinville, ao lado de esposa. Geneviève passou a ser a responsável pela Escola das Meninas, enquanto Marc ficou à frente da formação dos meninos. Louise, a filha do casal Froment, inscreveu-se na Escola Normal, desejando tornar-se professora. Algum tempo depois, a jovem casou-se com Joseph, filho de Simon e igualmente professor. Simultaneamente aconteceu o casamento de Sara, irmã de Joseph, com Sebastien Milhome, um dos mais estimados alunos de Marc.

Essa mesma população reuniu-se para acolher o homem que ela outrora acusara injustamente, simplesmente por ele ser judeu – estava renovada pelo conhecimento. A verdade enfim explodiu: o antigo Irmão Gorgias, que passara a ter

⁶⁵⁸ (ZOLA, V. II, p. 18)

⁶⁵⁹ (ZOLA, V. II, p. 127)

uma vida errante, confessou a todos ser o autor do terrível crime. O povo em cólera o teria apedrejado, não fosse a intervenção de Marc. Logo o ódio foi banido e a alegria de rever Simon tomou conta das pessoas. O abraço caloroso de Simon e Marc representava mais que uma fiel amizade, mais que um vínculo de irmão, representava uma única família ligada pela crença de que: “não há justiça senão na verdade, não há felicidade senão na justiça, [...]”⁶⁶⁰ Segundo o narrador, a França estava reconstituída, desde o dia em que acreditou que, pela instrução integral de todos os cidadãos, ela se tornaria capaz de alcançar a verdade e a justiça.

Vérité: o espaço ficcional

Vérité narra a luta conduzida por Marc Froment contra as maquinações clericais: “Marc teve um sorriso de dúvida, como se quisesse dizer que nunca teriam a Igreja de seu lado, nas obras da verdade e da justiça humana”.⁶⁶¹

Ao se analisar o espaço na representação de Zola, distingue-se a importância da rua como espaço revelador da relação de forças de dois campos: os partidários de Simon e os partidários do clero. O ambiente da rua possui uma relevância essencial para marcar a evolução da intriga. Para Evelyne Cosset⁶⁶², a atitude constrangida ou ostensiva corresponde à inferioridade ou à preponderância momentânea de um dos campos no espaço público. As atitudes ou manifestações expressam-se especialmente na via pública que sinaliza a evolução ficcional. A cada reviravolta, há uma mudança de comportamento que se indicia nesse espaço público. Ora para quem esteja em um momento de triunfo – “Tornou-se a ver, pelas ruas, pelas praças, o irmão Fulgence passar como um furacão, ar azafamado, cara triunfante, como se arrastasse atrás de si o carro da Igreja, numa apoteose”⁶⁶³ –, ora para quem, como “Marc, apressara o passo para não ser reconhecido e não ter de declarar em voz alta seu desgosto”.⁶⁶⁴

⁶⁶⁰ (ZOLA, V. II, p. 327)

⁶⁶¹ (ZOLA, V.I, p. 118)

⁶⁶² (COSSET, 1990)

⁶⁶³ (ZOLA, V. II, p. 25)

⁶⁶⁴ (ZOLA, V.I, p. 207)

- A rua dá o ritmo

Na rua, o grupo clerical exibe sua força, uma energia institucional que está referendada pela comunidade e construída através da atuação da Igreja e de seus atores:

O irmão Fulgence, triunfante, tinha novamente com ele os irmãos Gorgias e Isidoro, que voltavam [...] para mostrar que a comunidade se considerava dali em diante acima de suspeitas. [...] Gozavam de toda a consideração, não se via outra coisa senão sotainas⁶⁶⁵ nas ruas de Maillebois.⁶⁶⁶

A via pública passa a colocar em evidência a alternância de sucessivas peripécias do percurso ficcional, é um espaço que abriga desigualdade, que proporciona mobilização, onde a multidão pode se consolidar pela ocupação e constranger figuras públicas:

E, último sintoma excelente, o antigo presidente já não era cumprimentado na Avenida dos Jaffres, esgueirava-se com ar inquieto, cabeça baixa, emagrecido e amarelecido, com olhares oblíquos, como se receasse receber algum escarro ao passar.⁶⁶⁷

A rua amedronta tanto por sua capacidade de aglomeração e exaltação como por seus sussurros: “Inclinou-se para Marc, para lhe dizer ao ouvido, [...] – Sabe, meu caro Froment, eu nunca duvidei da inocência de Simon. [...] Nós somos obrigados a tanta prudência, nós outros os homens públicos!”⁶⁶⁸

A rua dá o ritmo de idas e vindas da multidão: é o caminho imposto naturalmente que conduz os tipos zolianos da casa à escola, da casa à igreja, da casa ao tribunal, os retirando do espaço privado. É via de acesso à esfera pública. Alterna o estado de ânimo da multidão, as correntes de opinião. Mostra o sinal dos tempos como vitrine ao fugidio: “Por isso viram-se novamente saias pretas deslizarem pelas ruas, velhas senhoras propagar contos extraordinários.”⁶⁶⁹ Zola permite ao leitor apreender a atmosfera da rua:

Delbos encarou-o e depois pôs-se a rir fleumaticamente. – Meu pobre amigo: nós vamos para a rua, e os doze primeiros cidadãos que encontrarmos escarrar-lhe-ão na cara e tratá-la-ão por imundo judeu. Bem se vê! O senhor não lê o *Petit-Beaumontois* e ignora

⁶⁶⁵ Maneira pejorativa para se referir a padre católico.

⁶⁶⁶ (ZOLA, V.I, p. 182)

⁶⁶⁷ (ZOLA, V. II, p. 211)

⁶⁶⁸ (ZOLA, V. II, p. 75)

⁶⁶⁹ (ZOLA, V. II, p. 311)

as belas almas dos nossos contemporâneos.⁶⁷⁰

Aquele espaço público tem a função de evidenciar os sintomas da situação mórbida que atinge o meio social: “Donde vinha, para onde iam, por essas ruas da vila, febris, cheias de rumores e de intrigas, distribuindo cumprimentos e sorrisos? [...] o padre Crabot, ao continuar seu caminho [...]”.⁶⁷¹ A via pública cumpre frequentemente o papel de libertar as más paixões muitas vezes freadas. Zola insiste na exteriorização das histerias coletivas: “– Estou inocente! Estou inocente! Estou inocente! A multidão correu por toda a *rue Droit*, atrás da carruagem, soltando grandes gritos.”⁶⁷² A rua constitui um espaço que testemunha a tensão social, sendo também uma extensão de libertação ou ainda um campo para descartar os farrapos humanos, os refugos da sociedade.

Delbos [...] – Como, o nosso Gorgias?– Exato! O irmão Gorgias, não já de sotaina de ignorantinho, mas de sobrecasaca velha e ensebada, cosido às paredes, com o andar oblíquo de lobo envelhecido e descarnado [...].⁶⁷³

A rua mostra-se como um lugar de perdição, confirmando os insucessos das instituições sociais. As vias públicas dão sinais de uma sociedade em crise, até mesmo em decomposição. Inóspitas aos vulneráveis, transparecem o esfacelamento do tecido social que, mesmo quando embrionário, revela-se fatais por trazer à tona as perversões da sociedade.

- As residências e as desigualdades

As ruas e também as habitações indiciam as diferenças econômicas entre ricos e pobres: os Lehmann eram pobres alfaiates judeus, que habitavam uma escura casa rua do Buraco, a mais miserável de Mallebois, a qual desembocava na *rue Plaisir*.

Era uma das casas mais imundas do bairro dos pobres; e a casa, de um só andar, compunha-se apenas, no rés-do-chão, de loja escura e de um partimento ainda mais escuro, e, em cima, de três quartos, para onde se subia por uma negra escada, isto não contando com umas amplas trepadeiras, único sítio da casa, às vezes, descia um raio de sol.⁶⁷⁴

⁶⁷⁰ (ZOLA, V.I, p. 110)

⁶⁷¹ (ZOLA, V.I, p. 53)

⁶⁷² (ZOLA, V.I, p. 81)

⁶⁷³ (ZOLA, V. II, p. 206)

⁶⁷⁴ (ZOLA, V.I, p. 85,)

O contraste é inevitável, quando o narrador descreve a residência do banqueiro Nathan: um judeu que se tornara um dos príncipes do capital e que, depois de casar-se com a filha de um conde de velha estirpe, tornou-se um antisemita feroz:

Era uma habitação magnificente, clareiras cobertas de verdura, ao fundo das quais, de toda a parte, se via o castelo, um suntuoso castelo renascença semelhante a um rendilhado de pedra rósea, no azul do céu. E perante este paraíso de milhões judaicos, perante o brilho desta fortuna que o judeu Nathan, o grande banqueiro, ganhara com seu comércio, uma recordação invencível surgiu no espírito de Marc: a pequena loja [...] onde o judeu Lehmann puxava pela agulha havia trinta anos, ganhando à justa para o pão.⁶⁷⁵

Zola demonstra que aos pobres há falta de espaço vital, enquanto aos ricos sobra exuberância espacial, constituindo uma desigualdade. A palavra vasta qualifica o local onde mora a personagem Lemarrois: “Logo que viu entrar Marcos em seu gabinete, um vasto aposento de luxo pesado”.⁶⁷⁶ Lemarrois, administrador e deputado, habitava um luxuoso palácio em uma avenida de um bairro aristocrático. Contava-se que, quando jovem, aproximara-se de Gambetta, sendo, por essa razão, tido como o pilar da república burguesa.

A correlação entre o espaço exíguo e o amplo tem consequências na qualidade de vida das pessoas: a insuficiência de espaço habitacional impede a plena convivência familiar. Uma desigualdade sócia e econômica indesejável. A penúria de dinheiro iguala-se à falta de espaço; a abundância de dinheiro equivale a excesso de espaço. O advogado Delbos, residente na *rue Fontanier*: “[...] no bairro comercial e popular, filho de um lavrador dos arredores fizera o curso de Direito em Paris, onde frequentara, por algum tempo, a mocidade socialista [...]”⁶⁷⁷, dispõe apenas de um acanhado escritório repleto de livros e a família do professor Ferou vive em dois pequenos quartos sórdidos.

As desigualdades evidentes ganham contorno de desproporção entre habitantes pobres e ricos. Zola acumula índices para que o leitor faça esse reconhecimento e conclua serem essas diferenças excessivamente injustas, tornando-se necessário almejar outra sociedade, mais igualitária, na qual cada um disponha do essencial e um menor número de pessoa exhiba bens supérfluos.

675 (ZOLA, V.I, p. 92)

676 (ZOLA, V.I, p. 105)

677 (ZOLA, V.I, p. 109-110)

- Espaços clericais: espaços condenados

Todas as características espaciais que Zola aponta estabelecem uma relação de aproximação sociológica e ideológica. O espaço e seus constituintes inscrevem-se em uma perspectiva de conjunto de valores. Alguns espaços representam o mal e outros, os princípios com os quais o autor identifica-se. Zola deprecia tudo aquilo que implica ambiente não iluminado, com densidade excessiva, segregação espacial, clausura e coerção religiosa, acreditando que isso limita a felicidade do homem e o gozo de sua liberdade.⁶⁷⁸

Uma democracia consciente, libertada enfim dos erros e das mentiras escolares, ia brotar do solo da França. Ao cabo de dez anos, de vinte anos, as gerações saídas das escolas nutridas com a verdade fugiriam, cada vez mais, dos antigos cárceres, formariam um povo cada vez mais livre, de posse da razão e da lógica, capaz de certeza e de justiça.⁶⁷⁹

“A Igreja, apesar do triunfo da República, continuava a caminhar nas sombras.”⁶⁸⁰ A Praça dos *Capucins* é sombria pela alta fachada de um antigo convento que sombreia o espaço público. A residência de Mme. Duparque submete-se aos inconvenientes de uma zona sombria e úmida, de uma frieza sepulcral. A casa dessa senhora é representada como um simples anexo do espaço clerical, um espaço que serve à mentalidade do catolicismo e do obscurantismo, que está a serviço de um universo que contamina e asfixia os indivíduos.

Em *Vérité*, o escritor retrata a aliança da burguesia com clericalismo e as Forças Armadas: “[...] a Igreja, boa hospitaleira, toda desejosa de concluir um novo pacto com a burguesia, a quem apavoravam os progressos do socialismo. Depois de ter aceitado a igualdade econômica, porquanto pretendia conservar o poder usurpado [...]”⁶⁸¹

Assim, o narrador zoliano afirma que o país de Voltaire tornava-se místico, retoma o pensamento de haver na religião coisas boas, sendo ela um elemento político indispensável, uma barreira necessária com potencial de fazer cessar os crescentes desejos do povo. A França, na interpretação ficcional zoliana, saturava-

⁶⁷⁸ (COSSET, 1990)

⁶⁷⁹ (ZOLA, V.I, p. 160,)

⁶⁸⁰ (ZOLA, V.I, p. 161)

⁶⁸¹ (ZOLA, V.I, p. 224)

se lentamente do militarismo, do nacionalismo, do antissemitismo e de todas as formas hipócritas sob as quais caminhava o clericalismo invasor. A igreja era o dano abstrato no campo das ideais; exército, o mal concreto, a afirmação da brutalidade.

- Escola Laica: a utopia de um espaço de luzes e homogêneo

“A condenação de Simon dava um golpe terrível na escola laica.”⁶⁸² A escola laica, em *Vérité*, é uma extensão ideal, um espaço antítese dos espaços relacionados ao clero. Ela viabiliza a construção dos indivíduos que comporão o amanhã, é o lugar que nega o obscurantismo, um local que cumpre uma tarefa primordial: a formação de gerações futuras. Zola não cessa de afirmar sua confiança no tempo que virá e na regeneração da humanidade pela propagação da verdade e também pela dissociação da Igreja em relação à educação.

Essa ideia representada em *Vérité* não é nova para o autor, ele já havia tocado essa questão em *La Ventre de Paris* (1873), através de sua personagem Florent, um antigo professor que guardava uma grande paixão pelo ato de instruir: “[...] os homens seriam melhores se todos soubessem ler”.⁶⁸³

A escola, em *Vérité*, revela-se como um espaço místico, do qual, crê o romancista, nascerão gerações de homens e mulheres tolerantes, dotados de espírito – virtude natural. Zola assim como Rousseau julga que essa virtude precede o uso da reflexão: “É a razão que engendra o amor próprio, e é a reflexão que o fortalece [...]”⁶⁸⁴ A luta entre o catolicismo e a laicidade no ensino parece ser a grande questão sobre a qual se lança Zola. Há também a urgência da educação ser pública e gratuita.

A nação compreendera a necessidade da gratuidade da instrução integral, em todos os graus, qualquer que fosse a enormidade da despesa, porquanto não eram de forma alguma milhares de francos atirados estupidamente à mentira e ao assassinio, eram milhares que ajudavam a brotar do solo os bons artífices da prosperidade e da paz.⁶⁸⁵

Os partidários dos dois campos sabem perfeitamente que a perenidade de seus mundos respectivos será assegurada pelo recrutamento de gerações futuras. Aí reside a disputa pela juventude, por formar os jovens espíritos. A escola dos

⁶⁸² (ZOLA, V.I, p. 149)

⁶⁸³ (ZOLA, 1968, p. 660)

⁶⁸⁴ (ROUSSEAU, 1992, p. 214)

⁶⁸⁵ (ZOLA, V. II, p. 297)

Irmãos é voraz para guardar o maior número de alunos possível, enquanto a ambição de Salvan e Marc é iluminar a infância e a mocidade ocupando-se da elucidação das lendas, da origem da violência, do medo de Deus e também do diabo.

Pensa-se, assim, na polissemia do título *Vérité*: trata-se de inocentar Simon e de colocar a educação como pré-requisito à verdade. A tarefa de provar a injustiça cometida contra o professor judeu somente se torna viável pelo restabelecimento dos fatos em sua exatidão. Para a comunidade escolar, o professor Marc e os alunos de Malleibois são essenciais. A prova da inocência de Simon coincide com a tomada de consciência de um dos alunos de Marc:

[...] lembra-se do modelo de escrita, de que tanto se tem procurado outro exemplar? No dia seguinte ao crime, Sebastian tinha visto um nas mãos do primo Vitor, que o acabava de trazer da escola dos Irmãos [...] ⁶⁸⁶

O restabelecimento da verdade, qualquer que ela seja, implica, na ficção zoliana, o processo de ensino, de tal forma que a oposição entre o ensino religioso e o laico poderia ser descrito, alegoricamente, como o combate do conhecimento ativo contra a ignorância passiva; do passado contra o futuro.

O desafio da escola laica e o de Marc é a disputa pela verdade e pela justiça, assim como foi para Zola em *L'affaire Dreyfus*. O pensamento evidenciado é a ideia de que uma sociedade indefesa e injusta é uma sociedade em que a escola está sob a influência ou o jugo das congregações religiosas. O escritor sonha também com uma escola unificada, com a supressão do muro que separa a escola dos meninos e a das meninas.

Ah! ele bem as queria ver, com os rapazes, essas raparigas que se educavam, que se instruíam, a arte ocultando-lhe tudo, aquecendo-as com todas as chamas místicas: elas não saltariam então os muros, para vir ao que se lhe dizia ser o pecado, o fruto proibido do inferno e das delícias! Só havia de são e de sólido a escola mista, para a livre, para a feliz nação de amanhã. ⁶⁸⁷

Marc Froment sonha com a escola mista, um sonho que se revela um elogio à unidade. Para a personagem, dois mundos diferentes são incompatíveis com a homogeneidade utópica.

⁶⁸⁶ (ZOLA, V.I, p. 290)

⁶⁸⁷ (ZOLA, V.I, p. 231)

Vérité: o tempo ficcional

- O futuro é esplendoroso.

A idealização exaltada do amanhã evidencia-se na fala de Marc Froment, quando evoca a colaboração de Geneviève: “servindo-o, em vez de hostilizá-lo, na sua marcha para o futuro.”⁶⁸⁸ Marc sabe que a vitória do obscurantismo é passageira: “A marcha da humanidade [...] ia ser novamente entravada, até o momento em que o livre pensamento, invencível, caminhando apesar de tudo, libertasse o povo pela ciência, que só ela o pode tornar finalmente capaz de verdade e de justiça”.⁶⁸⁹

Roger Mucchielli⁶⁹⁰ assinala a complexidade do tempo em *Les Quatre Évangiles* quando explica que o leitor será confrontado com narrativas atemporais. Como em todos os romances zolianos, em *Vérité* o tempo não é imóvel. Contudo ele não obedece a uma evolução cronológica simples, o autor faz do tempo uma engrenagem, uma problemática de sua narrativa. Esse não é uma linha de partida e chegada, ele se inscreve em uma axiologia, em um conjunto de valores, não possuindo fluidez contínua. Cosset⁶⁹¹ esclarece que o tempo possui a característica da fragmentação de períodos que se opõem: antes/ontem – passado; agora/hoje – presente; após/amanhã – futuro.

O tempo que se segue ao presente constitui-se como um horizonte que mobiliza todas as energias; as asperezas do hoje são superadas na perspectiva do amanhã promissor, essa é uma dinâmica constante em *Vérité*. A certeza de tempos melhores é uma consequência da História cujo deslocamento somente tem sentido se for em direção à evolução da humanidade e concluir-se no campo do ideal.

O futuro polariza o romance. Todas as iniciativas têm objetivos radiantes que estão associados à evocação de transformações benéficas para a vida em sociedade. O espaço do porvir é fraterno, é solidário, é pacífico: um lugar onde a verdade, a justiça e a felicidade estão assentadas. A nação do amanhã será livre e seus cidadãos serão libertos, justos e realizados. O tempo em *Vérité* é um tempo utópico.

⁶⁸⁸ (ZOLA, V. II, p. 173)

⁶⁸⁹ (ZOLA, V. II, p. 126)

⁶⁹⁰ **Fonte bibliográfica inválida especificada.**

⁶⁹¹ (1990)

Vérité: figuras actantes

Religiosos inquietantes

A escrita zoliana contrapõe-se ao cristianismo. Esta é uma das problemáticas que se evidencia no romance *Vérité*. A fé de Zola é a fé da razão, da lógica que ilumina o homem, retirando-o da escuridão. Nessa narrativa, as personagens religiosas mostram-se como figuras inquietantes e perturbadoras: abades, padres, irmãos cuja única verdade que professam é a verdade da instituição Igreja. Instituição que se mostra maléfica, repleta de indivíduos maus, mas não sem nuances: desde membros ambiciosos até assassinos.

O maior vilão, ou seja, o autor de dois crimes é o irmão Gorgias. Ele não é descrito em seus traços físicos, a representação de Zola o resume a um conjunto de adjetivos. Diferente das outras personagens religiosas, o escritor não explicita seus traços físicos: “a sua figura, a sua pessoa [...] brutal, cínico, com uma devoção exagerada, uma cruel religião intransigente e exterminadora.”⁶⁹² Gorgias não possuía face humana e sim a face da iniquidade e da perversão.

O padre Théodose⁶⁹³, um homem soberbo, com rosto bonito, admirável barba castanha, olhos grandes e ardentes, tinha características que lhe davam um estatuto majestoso. Era um famoso confessor, um orador místico cuja voz calorosa agradava muitos devotos, ele mantinha uma surda guerra com o pároco de Saint-Martin, abade Quandieu⁶⁹⁴, um homem de quarenta e três anos, alto e robusto, mas de rosto doce e agradável, olhos de um azul muito claro, bochechas redondas e queixo delicado. O abade Cognasse⁶⁹⁵, pároco de Joinville, atendia a pequena comuna *Le Moreux*. Cognasse era um homem terrível, alto, esbelto, angular, com queixo avantajado e nariz aquilino, sobre sua pequena testa caía uma cabeleira grossa e marrom. Seus olhos ardiam com uma chama agressiva, suas mãos nodosas, pouco lavadas, pareciam prontas para torcer o pescoço das pessoas que ousavam resistir a seu pensamento. O padre Crabot⁶⁹⁶, reitor da escola dos irmãos, era um jesuíta ilustre. Valorizava o mundo material e colocava toda a sua onipotência nos eventos

⁶⁹² (ZOLA, V.I, p. 117-118)

⁶⁹³ (*Les Quatre Évangiles : Vérité*, p. 59)

⁶⁹⁴ (*Les Quatre Évangiles : Vérité*, p. 58)

⁶⁹⁵ (*Les Quatre Évangiles : Vérité*, p. 60)

⁶⁹⁶ (*Les Quatre Évangiles : Vérité*, p. 68-69)

contemporâneos, fazendo questão que a comunidade religiosa e o público em geral testemunhassem seu prestígio. Consideravam-no como o todo-poderoso padre Crabot, reitor do famoso colégio de Valmarie. O padre Philibin⁶⁹⁷ de origem camponesa tinha ombros largos, face densa, redonda e avermelhada, mandíbulas fortes, olhos e boca grande. Com quarenta anos, já era diretor de estudos no colégio de Valmarie. Da mesma idade, com estatura pequena, pele negra, o irmão Fulgence era o superior de outros três irmãos – Isidore, Lazarus e Gorgias – que trabalhavam na escola cristã. Filho de um médico especialista em doenças mentais, morto em uma casa de loucos, e de uma empregada, Fulgence⁶⁹⁸ falava alto e gesticulava bastante, sendo retratado como um homem nervoso, irritado, orgulhoso e hipócrita. O abade Coquard um padre rígido, de fé sombria, adorava proferir ameaças em relação ao inferno repleto de chamas, de terríveis garfos vermelhos e de óleo fervente.⁶⁹⁹

Coquard, Théodose e Crabot⁷⁰⁰ mantinham uma relação amigável com a personagem feminina mais devotada, Mme Duparque, explica o narrador, esclarecendo os possíveis motivos: o primeiro, uma pequena fortuna de dois ou três mil francos que ela planejava deixar para o colégio de *Valmarie* e para a capela dos *Capucins*; o segundo, a inquietude de a julgarem capaz de alguma loucura mística, pois possuía uma natureza despótica, que dobrava diante dela as personagens mais poderosas.

O padre Théodose especulava a credulidade humana, enquanto o abade Coquard, sucessor do abade Quandieu, espalhava rumores e ameaçava seus penitentes. No entanto, há, em *Vérité*, religiosos ainda mais inquietantes: o padre Crabot que conquistara grande prestígio não se sabe de onde, pois sua inteligência era medíocre; o padre Philibin que se envolvera com o acobertamento da morte do menino Gaston, neto da Condessa de Valmarie⁷⁰¹ de quem se tonara herdeiro, e, mais tarde, com a proteção de Gorgias, responsável pela morte de Zephirin e também de Gaston. Os crimes de Gorgias foram ocultados por seus superiores, percebe-se, porém, no desenrolar da narrativa, a existência de um fio condutor entre um assassinato e outro.

⁶⁹⁷ (*Les Quatre Évangiles : Vérité*, p. 13)

⁶⁹⁸ (*Les Quatre Évangiles : Vérité*, p. 13)

⁶⁹⁹ (ZOLA, V.I)

⁷⁰⁰ (*Les Quatre Évangiles : Vérité*, p. 1042)

⁷⁰¹ (*Les Quatre Évangiles : Vérité*, p. 230,)

A primeira morte, a do menino Gaston, foi apresentada sob o disfarce de um acidente. Entretanto, quando foram explicitadas as razões e o contexto da morte da criança, os religiosos viram-se diante de um dilema: mais do que proteger o Irmão Gorgias era preciso proteger a Igreja, as instituições e suas hierarquias. Gorgias representa o avatar, a silhueta da violência tendo a capacidade de cometer atos ignóbeis, aos quais somente os indivíduos mergulhados no obscurantismo estão aptos.

Guermes⁷⁰², em *La religion de Zola - Naturalisme et déchristianisation*, destaca que a ciência torna-se para Zola o exercício do espírito crítico, em oposição à ignorância dos espíritos mal civilizados, incapazes de refletir, não almejando acumular esforços para se tornarem lúcidos. Não é surpreendente que o romance *Vérité* tenha por personagem principal um professor: é Zola, ele mesmo, que se impõe o objetivo de educar os leitores, os retirando do obscurantismo.⁷⁰³

Em *Vérité*, a exasperação do antissemitismo ilustra o horror que se desloca contrariamente às esperanças de É. Zola em uma sociedade harmoniosa. *Les Évangiles* zolianos são um ato de fé sem fé, propõem o modelo de uma sociedade reestruturada, na qual os homens encontram a felicidade de viver a vida no júbilo da própria alegria desta mesma vida. Representam uma conquista pela tomada de consciência de si mesmo, colocando o arcaico ideal divino na esfera da vida terrestre, através da valorização da razão, da verdade e da justiça.

Professores: heróis zolianos

- Marc Froment: a representação de Émile Zola

Marc Froment, segundo as palavras de Mme Duparque, tem prazer em fazer as senhoras faltarem à missa.⁷⁰⁴ Froment é um espírito de luz, não no sentido religioso, mas no da razão. Um ser ficcional que se torna atormentado pelo misterioso crime que se manifesta como um enigma a ser decifrado cuja tarefa chama para si. É verdadeiramente um personagem utópico, completo de qualidades: inteligência, razão, energia, audácia, persistência, esperança e fé. Virtudes que o colocam muito além de seu tempo.

⁷⁰² (2003, p. 325)

⁷⁰³ (2003, p. 325)

⁷⁰⁴ (ZOLA, V.I, p. 6)

“Não era um grande sábio, mas quanto sabia, sabia bem, a ponto de não duvidar de estar de posse da verdade, de uma verdade experimental adquirida para sempre.”⁷⁰⁵ Sua agonia terminava somente quando a dúvida deixava de existir: “voltava, então, a ser muito alegre, revivia”.⁷⁰⁶ A paixão de Marc pela verdade, por poder demonstrá-la aos outros, por fazê-la surgir em cabeças e corações só pode ser comparada à paixão pelo ensino.

Marc Froment⁷⁰⁷ era mais alto do que seus três irmãos, Mathieu, Luc e Jean, com rosto muito comprido e magro. Sua alta fronte em forma de torre o destacava dos demais membros da família. Esta descrição parece evidenciar a intenção do autor de valorizar o aspecto racional de Froment. O bigode e a fina barba deixavam-lhe a boca um pouco grossa, firme e bondosa; os olhos eram muito característicos: claros e meigos; a voz possuía um tom cativante. Tais qualidades permitiam-lhe penetrar no fundo da alma humana e apoderar-se de corações e inteligências.⁷⁰⁸

Como todos os filhos de Pierre e de Marie Froment, Marc aprendeu um ofício manual, o de litógrafo. Depois de concluir o curso de instrução secundária, aos dezessete anos, foi para Beaumont completar o aprendizado na residência dos *Papon-Laroche*, importantes fornecedores de mapas geográficos e quadros escolares, para todas as escolas francesas. Neste espaço de convivência, revelou-se sua paixão pelo ensino, a ponto de ele prestar exame para ingressar na escola normal de Beaumont, da qual saiu, aos vinte anos, como professor ajudante com curso superior. Na sequência, aos vinte e sete anos, conquistou o diploma em pedagogia.

A existência desse ser ficcional transcorre linearmente. Com formação em pedagogia, Marc foi nomeado e efetivado professor em Joinville. Casou-se com Geneviève, com o apoio do grande amigo Salvan, também professor, antigo professor primário em Beaumont e depois diretor da escola normal.

O romance de Zola apresenta, por intermédio de Marc, a figura de um professor dedicado, que transforma o processo de aprendizagem, o ato de ensinar, em um ato místico:

⁷⁰⁵ (ZOLA, V.I, p. 41)

⁷⁰⁶ (ZOLA, V.I, p. 42)

⁷⁰⁷ (*Les Quatre Évangiles : Vérité*, p. 14-15)

⁷⁰⁸ (ZOLA, V.I, p. 9)

[...] patenteavam-se todas as suas maravilhosas faculdades, usando do método que simplifica, classifica, inunda tudo de luz. A sua firme convicção impunha-se, as noções vagas esclareciam-se, apareciam-se fáceis e simples. Dava interesse, alma, vida aos princípios elementares, os mais áridos. Chegava a tornar apaixonado o estudo da gramática e da aritmética, fazendo-as interessantes para seus discípulos, como se fossem histórias. Tinha, na realidade, nascido professor.⁷⁰⁹

Muito jovem, ele mesmo descobriu esta aptidão. O amor pelo despertar das inteligências decidiu sua existência e, ao mesmo tempo, o despertou para a imperiosa necessidade da busca pela verdade.⁷¹⁰

Defensor do ensino laico, Marc, esse ser de papel, refletia antes de julgar e se pronunciar. O fato de não possuir empatia pelos judeus jamais lhe permitia fazer julgamentos. Sua razão e seu sentido de clareza o conduziam à observação dos fatos e à compreensão de seu percurso lógico. Deste processo nasciam suas convicções, contudo nunca sem se perguntar e sem se questionar. Esse avatar, como o escritor Zola, assumiu um método que acreditava ser a mística de sua existência, o método experimental, do qual a verdade, ou melhor, as verdades surgem em um caminho legítimo e natural.

- Férou: sua lucidez e sua revolta

Férou, dotado de uma inteligência límpida, valorosa, era instrutor primário em Moreux, um homem a quem a miséria enlouquecia, afirma o narrador zoliano. Levava, nessa aldeia, uma vida terrivelmente miserável, com sua mulher e suas três filhas. Das personagens femininas de *Vérité*, a senhora Férou destaca-se por sua consciência: “ – Ora! Deus tem muito que fazer com os ricos, não se ocupa dos pobres [...]”.⁷¹¹ Com uma aparência peculiar, esse homem de trinta anos, mostrava-se desajeitado, seus cabelos castanhos eram espigas eriçadas em uma cabeça comprida e ossuda, tinha nariz achatado, boca larga, queixo saliente. Não sabia onde colocar os enormes pés nem as mãos.

Marc o considerava um rapaz muito inteligente, um leitor voraz, mas revoltado pelas privações a que era submetido. Trazia consigo uma amargura atroz, que o conduzia a ideias extremas de reivindicações e de vingança. O bom Marc impressionava-se com a rudeza de Férou, o primeiro a suspeitar das armações

⁷⁰⁹ (ZOLA, V.I, p. 42)

⁷¹⁰ (ZOLA, V.I)

⁷¹¹ (ZOLA, V.I, p. 277)

clericais contra o professor judeu. A lucidez de Férou contrasta com a ingênua percepção de Marc.

Está louco! Ninguém suspeita, ninguém ousara mesmo suspeitar de Simon, por um momento sequer. Todos fazem justiça à sua honestidade, à sua bondade. O abade Quandieu acaba de dizer-me que tem prova do procedimento verdadeiramente paternal que ele tinha para com a pequena vítima.⁷¹²

A resposta de Férou à ingenuidade de Marc foi um riso descontrolado, que chegou a agitar seu magro corpo e arrepiar seu cabelo em sua comprida cabeça cavalariça:

Pois sim! Têm muita graça! Então julga que alguém se vai incomodar por um vil judeu? Porventura um vil judeu merece que se diga a verdade; se tanto for necessário, que o vil judeu é o culpado e que nós todos, os sem Deus, os sem pátria, os que corrompemos a mocidade francesa somos seus cúmplices! .⁷¹³

Em Moreux, Férou passava fome, era desprezado. A narrativa apresenta não somente a miserável vida da personagem e de sua família, mas também o sofrimento de quem se dedicava à instrução primária.

[...] mais rebaixado do que o miserável cantoneiro que parte as pedras nas estradas [...] Um professor! ... É a besta de carga, o criado de toda a gente, sem cotação, pelintra, de quem os camponeses desconfiam e que os religiosos queimariam para estabelecer, em todo o país, o reinado do catecismo.⁷¹⁴

Férou jamais teve seus méritos reconhecidos, apesar de ter tido ótimos resultados na escola da aldeia e, na escola normal, ter sido muito recomendado. A trajetória ficcional desse professor é marcada pela falta absoluta de dinheiro, mas não pela falta de perspicácia, consciência e razão.

Férou profetizou:

Quando eu lhe dizia, antigamente, que toda essa nojenta cambada dos padres, dos bons irmãos, das boas irmãs nos engoliriam de um trago e reinariam aqui, o senhor não me quis acreditar, acusava-me de ter o cérebro doente.⁷¹⁵

O destino do indignado Férou mostra-se trágico: perdeu seu cargo de instrutor primário; foi penalizado com três anos de serviço militar; desertou para a Bélgica;

⁷¹² (ZOLA, V.I, p. 34)

⁷¹³ (ZOLA, V.I, p. 34)

⁷¹⁴ (ZOLA, V.I, p. 34)

⁷¹⁵ (ZOLA, V.I, p. 275)

retornou à França onde cumpriu dois anos de prisão; foi enviado para a Argélia e lá foi morto com um tiro de revólver por um sargento contra o qual se revoltara⁷¹⁶.

- Simon: uma necessidade de assimilação

Em *L'affaire Dreyfus* metamorfoseado, o professor Simon era filho de um modesto relojoeiro judeu de Beaumont, possuía um irmão, David, três anos mais velho que ele. Quando perdeu seu pai, tinha completado quinze anos e seu irmão, dezoito. Pouco tempo depois de sua entrada na escola normal, então com dezoito anos, a vida surpreendeu-o com outro grande padecimento: a morte da mãe. Seu irmão David optou pela carreira militar, assim como o capitão Dreyfus.

Ao sair da escola normal muito bem classificado, desempenhou a função de professor ajudante por dez anos, em *Derbecourt*. Aos vinte e seis anos, casou-se com Raquel Lehmann, a filha de um modesto alfaiate da rua do Buraco, que tinha, em Maillebois, uma excelente clientela. Esse casamento, salienta o narrador, ocorreu por amor. Raquel, dotada de grande beleza, morena, com magníficos cabelos, olhos rasgados, repletos de meiguice, era muito amada por seu marido: “que a rodeava de um culto apaixonado”⁷¹⁷. O casal teve dois filhos: Joseph e Sarah.

Simon era baixo, magro e nervoso. Tinha cabelos ruivos, cortados rentes e barba rala. Os olhos azuis de aspecto meigo, a boca fina, o nariz grande e delgado não ocultavam suas origens ou, como afirma Zola, sua raça. “O conjunto era bastante ingrato”, pela descrição ficcional: “vago, desarmônico e doentio.”⁷¹⁸

Após ter conquistado o diploma de aptidão pedagógica, aos trinta e dois anos, a personagem indiciou grande orgulho com a conquista do cargo de professor efetivo, pois, como afirma o narrador, “caso raro de rápida promoção entre os professores da terra”.⁷¹⁹

Apesar do herói zoliano, Professor Marc, não ter muita simpatia pelos judeus, conservava, em relação a Simon, uma calorosa e afetuosa recordação do mútuo convívio na escola normal e uma lembrança muito familiar de seu último encontro. Admirava sua inteligência e reconhecia o quanto era dedicado e comprometido com a missão de ensinar. Todavia, julgava-o muito meticuloso, ficando restrito às

⁷¹⁶ (ZOLA, V.I, p. 273-375)

⁷¹⁷ (ZOLA, V.I, p. 22)

⁷¹⁸ (ZOLA, V.I, p. 23)

⁷¹⁹ (ZOLA, V.I, p. 22)

interpretações rigorosas, submetendo-se pacificamente ao regulamento, preso a uma disciplina severa. Sempre receoso de ser mal visto, de não satisfazer seus superiores, possuía uma vontade de assimilação que implicava o aniquilamento da própria identidade. O medo e até o terror de não ser aceito podem, de certa maneira, representar uma subserviência associada à sua origem: o que os judeus acreditavam ser uma perseguição de tantos séculos o impedia de distanciar-se de um sentimento de “angústia do ultraje e da iniquidade”.⁷²⁰

Esse pobre Simon era um homem honrado, sem dúvida, mas que, por medo de que o apodassem de vil judeu, tratava bem toda a gente, deixava que o sobrinho fosse à escola dos queridos irmãos e cumprimentava, muito humildemente, a ‘clericagem’ de que a terra estava empestada.

-Um vil judeu! – concluiu Férou com violência – Ele não é, não será nunca mais do que um vil judeu! Professor e judeu é um cúmulo!... verá, verá!⁷²¹

Nas palavras do narrador, havia razões para Simon ser prudente, visto que sua nomeação para Maillebois, essa pequena cidade clerical, onde existia uma escola de irmãos e uma poderosa comunidade de *Capucins*, tinha sido quase um escândalo. Somente à base de uma severa correção e, especialmente, da defesa do patriotismo ardente, que exaltava em sua classe – uma França armada, gloriosa, senhora do mundo – “é que conseguia que lhe perdoassem ser judeu”.⁷²²

- Salvan : uma inteligência entregue à certeza experimental

Velho amigo de M. Berthereau, esposo de Mme. Duparque e antigo professor de *Beaumont*, Salvan foi instrutor primário e depois diretor da escola normal. Fora ele quem incentivara o casamento de Marc Froment com Geneviève, a qual, após a morte do pai, tornara-se sua protegida. M. Berthereau, sogro de Froment, era um espírito aberto e não possuía preconceitos religiosos, por isso consentia que sua mulher fosse assídua nas atividades da Igreja e, com uma amável transigência, por vezes, chagava a acompanhá-la à missa.

Salvan era dotado de uma inteligência libertária, entregue unicamente à certeza experimental. Ele proferia a sentença: “[...] tal é o professor primário, tal será o ensino, a mentalidade dos humildes, da imensa maioria da nação; e, no

⁷²⁰ (ZOLA, V.I, p. 22)

⁷²¹ (ZOLA, V.I, p. 35)

⁷²² (ZOLA, V.I, p. 23)

fundo, estava a França futura, o que viria a ser o país [...]”⁷²³ Para esse homem, o ensino era uma questão de vida ou morte. A missão, à qual se entregava completamente, consistia em preparar os professores para a tarefa de libertação.

A tarefa a que Salvan aplicava-se correspondia ao preparo de professores para a salvação de seus alunos, fazendo deles uma espécie de apóstolos necessários. Ele os conduzia a valorizar apenas o método experimental, rejeitando os dogmas revelados, as lendas mentirosas, toda a enorme teia de erros, que, há séculos, matavam os pequenos na miséria e na servidão.⁷²⁴

- Mignot: as circunstâncias que o determinam

De improviso, Simon, esse professor judeu, foi levado a *Maillebois* por Mignot. O determinismo zoliano, a influência do meio e das circunstâncias sobre seus seres de papel estão muito presentes na construção desta personagem, Mignot. Filho de um lavrador, ele poderia ter ingressado tanto na escola normal de Beaumont como no seminário, para evadir-se do árduo trabalho do campo. Era loiro, com cabelos cortados rente, tinha o rosto cheio e bexigoso, o que lhe dava um aspecto desagradável. Todavia, essa má aparência em nada associava-se a seu caráter; pelo contrário, era um homem bom, desejoso apenas de obter sucesso em sua carreira.

Mignot era um homem tranquilo. Apaixonado pela pesca, aproveitava seus dias de férias, para, com chapéu de palha, roupa de cotim e caniço ao ombro, pescar no Verpille, um estreito rio que atravessava o bairro industrial de *Maillebois*. Com vinte e cinco anos, na expectativa de sua existência, como em outras coisas, não possuía pressa, nem mesmo para se casar, estava: “resolvido a ser o que as circunstâncias quisessem que ele fosse”.⁷²⁵

⁷²³ (ZOLA, V.I, p. 154)

⁷²⁴ (ZOLA, V.I, p. 155)

⁷²⁵ (ZOLA, V.I, p. 14)

A problemática judaica na obra de Émile Zola

No ciclo Rougon-Macquart, os judeus não ocupam muito espaço, concentram-se em certo número de estereótipos e associações como já encontrado na obra de H. Balzac. Em *Petites misères de la vie conjugale* (1855), o narrador relaciona o jesuitismo das mulheres à vitalidade comerciante dos judeus: [...] um desejo, uma palavra, elas [as mulheres] fazem disso uma arma, afiam-na, e empregam-na contra você centenas de vezes [...]. Tornam-se então mais comerciantes do que os judeus [...]”⁷²⁶ Arendt explica que o judeu da corte, em um estado absolutista, não podia ser roubado nem expulso, seu dinheiro era sua garantia, sua proteção, assim a questão judaica tornava-se uma questão de Estado, porque o judeu garantia as finanças e as obrigações deste mesmo Estado.

- O judeu na obra de Émile Zola

A personagem zoliana M. Kahn, deputado, representado no primeiro capítulo de *La Fortune des Rougons*, é uma figura de traços fortes, cujo grande e bem desenhado nariz traía sua origem judaica.⁷²⁷ A escolha do autor pelo verbo ‘trair’ sinaliza uma ponta de antissemitismo, todavia a descrição dos traços suaviza a sentença adjetivada de forma elogiosa.

O antissemitismo, esse conjunto de juízos presente na sociedade francesa, era tratado como uma verdade óbvia ou uma evidência natural que não se revelava apenas em seu caráter religioso, mas também em seu aspecto material, ou seja, a relação dos judeus com o dinheiro. M. Steiner, um dos amantes do romance *Nana* (1880), outra personagem judia, é uma figura de “grandes lábios, [...] com o sangue no rosto, tinha pequenos movimentos convulsivos do queixo, como se sentisse um constrangimento na garganta”⁷²⁸; O escritor, de outra forma, explora, em *Au Bonheur des Dames* (1883), através da personagem Octave Moruet, a ideia do falso judeu, Moruet de confissão católica declara-se, ao superlativo, ser: “mais judeu do que todos os judeus do mundo[...]”⁷²⁹ Em *L’argent* (1891), por conseguinte, nada surpreende o narrador, ao representar o agiota Busch e o banqueiro Gundermann:

⁷²⁶ (BALZAC, 1959, p. 547)

⁷²⁷ [...] sa figure aux traits forte, dont le grand nez bien fait trahissait une origine juive [...]. (ZOLA, 1968, p. 1466).

⁷²⁸ Le banquier, le sangle au visage, avait de petits mouvements convulsifs du menton, comme s’il eût éprouvé un embarras dans la gorge [...]. (ZOLA, 1968, p. 2477)

⁷²⁹ [...] plus juif que tous les juifs du monde [...]. (ZOLA, 1968, p. 3193)

Havia ali, em tumultuoso grupo, uma 'judiazada' suja, com gordurosos rostos brilhantes, com perfis ressecados de pássaros vorazes, uma extraordinária reunião de narizes típicos, próximos uns dos outros, como se estivessem sobre uma presa, em meio a gritos guturais e prontos para devorar um ao outro [...].⁷³⁰

As escolhas lexicais de É. Zola causam ao leitor moderno estranhamento, quando evoca esse grupo de personagens ávidos nos arredores da Bolsa de Valores, relacionando-os a preceitos nada nobres, esclarece Guermès.⁷³¹ Na representação, identifica-se uma espécie de consenso que reunia traços de um grupo social bem preciso, os mais capturados e reconhecidos pelos leitores contemporâneos do século XIX. Isso leva a pensar que não se trata de uma caricatura, mas de uma visão naturalista, coerente com a proposta literária zoliana. Elucida, talvez, por que, quando do engajamento do autor de *Rougon-Macquart*, em *l’Affaire Dreyfus*, nenhum de seus adversários, mesmo os cronistas mais virulentos, evocou tais passagens literárias, trechos que demonstram, na escrita zoliana, índices de antissemitismo.

Para Arendt, a população de judeus possui, desde o início, uma clara concepção da história e de seu lugar no plano histórico, como grupo escolhido por Deus, fato que os colocou em uma zona de conforto e que lhes impediu qualquer atuação política por dois mil anos. Para a autora, a realidade experimentada pelos judeus após a diáspora – um povo sem território – é posta em causa, em parte, para elucidar sua indiferença em relação à política. A crença de ser o povo escolhido por Deus espelha a exclusão de outros povos, fato que acarreta discursos de ódio e raiva: “os sem Deus e os sem pátria... Morte aos vendidos e aos traidores! morte aos judeus!”⁷³² Arendt assinala que a inaptidão para a análise política deriva da própria natureza da história judaica, história de um povo sem governo, sem país e sem idioma.⁷³³

Há igualmente, na literatura zoliana, elementos que têm suas origens em tempos remotos, permanecendo, para muitos, latentes, à espera de um gatilho em direção ao antissemitismo. A exploração crítica e recorrente do homem de negócios

⁷³⁰ *Il y avait là, en groupe tumultueux, toute une juiverie malpropre, de grasses faces luisantes, des profils desséchés d'oiseaux voraces, une extraordinaire réunion de nez typique, rapprochés les uns des autres, ainsi que sur une proie [...] (ZOLA, 1968, p. 5579)*

⁷³¹ *(La religion de Zola - Naturalisme et déchristianisation, 2003)*

⁷³² *[...] les sans-Dieu et les sans-patrie... Mort aux vendus et aux traîtres ! mort aux juifs ! (Les Quatre Évangiles : Vérité, p. 160). (ZOLA, S/D, p. 160)*

⁷³³ (2016)

permite a Zola fazer, em sua ficção, a síntese de rancores latentes por várias gerações, acumulados pela maioria de seus contemporâneos. Censuram os judeus por serem sem pátria, por verem o mundo como um enorme campo de negócios e investimentos, por explorarem os outros, trabalhando, eles mesmos, o menos possível. Sua eficiência financeira acaba por incitar o ódio.

– Olhe, meu senhor, quando se trata de um judeu, há tudo a esperar. O leiteiro dizia-me há pouco: essa gente, esses não têm nem família, nem pátria, esses só mantêm comércio com o demônio, pilham por um nada, matam pelo prazer de fazer mal [...]⁷³⁴

- Vérité: L’Affaire Dreyfus e a ficção

Como compreender o contexto de *L’Affaire Dreyfus* e a ficção *Vérité* em relação à responsabilidade dos judeus? A compreensão arendtiana, tanto da trajetória do capitão Dreyfus como da personagem Simon, além do momento jornalístico que envolveu os acontecimentos verídicos do período da IIIª República Francesa e também a intriga de Émile Zola, passa por não negar a responsabilidade das figuras históricas associadas a esse grupo. À luz do pensamento de Arendt, a história do antissemitismo contém, em parte, a responsabilidade dos judeus no que se refere à sua omissão histórica. Esse grupo, ao se negar a assumir uma posição política ativa, ao escolher se retrair nos guetos⁷³⁵ – embalado pelo desejo de assimilação, pelo temor da ideia de uma perseguição eterna ou tomado por um sentimento de imunidade ofertado pelo poder do dinheiro – torna-se vítima de suas próprias escolhas.

O zelo extremo da personagem Simon, ao se submeter às pressões clericais, dialoga com a ideia arendtiana: o professor judeu acredita que, ao evitar toda e qualquer ação que possa comprometê-lo, que possa gerar julgamentos, o deixaria protegido. Esse distanciamento implica a falta de ação, de engajamento prático na defesa da escola laica e a complacência em relação à escola clerical.

A apatia política não exime os judeus de sua responsabilidade política pelos acontecimentos que os atingem. Por não resistirem a seus opressores, tornaram-se, paradoxalmente, vítimas e responsáveis pelo próprio sofrimento. Arendt, que segue Lazare nesse ponto, não responsabiliza os membros de seu povo

⁷³⁴ (ZOLA, V.I, p. 50)

⁷³⁵ (ARENDR, 1978)

pelo que eles fizeram, mas pelo que não fizeram, isto é, a crítica é direcionada à falta de iniciativa de agir. Lazare escreve:

[...] o lado social predomina progressivamente sobre o lado religioso, embora este permaneça sempre. Começa-se a perguntar não se os judeus estão errados ao serem usurários, comerciantes ou resolutos, mas [...] se os judeus devem ser tolerados pelo Estado ou não⁷³⁶. É esse ponto de vista social que, desde então, vai se desenvolver no antijudaísmo literário; uma parte do antissemitismo moderno vai repousar sobre a teoria do Estado cristão e em sua integridade, e é assim que ele [o Estado cristão] se relacionará com o antigo antijudaísmo.⁷³⁷

A resposta assimilacionista é rejeitada na resolução da questão judaica. Arendt expõe o inegável fato de que a diferença histórica, religiosa e cultural dos judeus não faz deles diferentes em relação ao direito de habitar o mundo, de serem iguais aos cidadãos de outras nações, de serem um povo livre. Para a existência livre de seu povo, Arendt defende o direito de o judeu ser igual e ser diferente. A emancipação política judaica significa, portanto: “uma admissão dos judeus como judeus nas fileiras da humanidade”.⁷³⁸

A casa votiva, essa casa clara que se erguia no mesmo lugar do antigo pardieiro angustiado da rua do Buraco, ria alegremente ao sol [...]. E, bruscamente, o pano que ainda ocultava a inscrição, por cima da porta, foi tirado e a placa de mármore patenteou-se com as flamantes palavras, em letras de ouro [sic]: ‘A cidade *Maillebois*, ao professor Simon pela verdade e pela justiça, em reparação de suas tortura’ e a última aclamação elevou-se.⁷³⁹

A crítica de Arendt sobre a ausência de ação dos judeus é um chamamento à participação política, um apelo para agir no mundo. Arendt formulou a noção de pária consciente para apresentar um tipo de rebelde que luta contra a opressão sofrida, referenciada no direito de reação dos povos. “É direito de todo ser humano resistir à opressão”. Se o judeu não se esforça para opor-se à opressão pela qual é subjugado, então passa a ser responsável por aquela opressão que o acomete.

O engajamento da personagem Marc Froment, em *Vérité*, reflete o combate de Émile Zola em *L'affaire Dreyfus*. Um episódio que gerou enormes tensões, as

⁷³⁶ *Le cote religieux, bien que celui-ci subsiste toujours. On commence à se demander, non pas si les juifs ont tort d'être usuriers, ou commerçantes, ou décides, mas si, [...] : les juifs doivent être tolérés dans l'État ou non; si, comme le demande [...].* (LAZARE, MCMXXXIV, p. 291)

⁷³⁷ *C'est ce point de vue social que l'on va désormais développer dans l'antijudaïsme littéraire ; une partie de l'antisémitisme moderne va reposer sur la théorie de l'État Chrétien et de son intégrité, et c'est ainsi qu'il se rattachera à l'ancien antijudaïsme.* (LAZARE, MCMXXXIV, p. 292)

⁷³⁸ (ARENDR, 2016, p. 275)

⁷³⁹ (ZOLA, V. II, p. 244)

quais se estenderam até a primeira metade do século XX, resultando em uma verdadeira atmosfera de horror. O embate de Zola pela revisão do processo Dreyfus levou o caso para fora do campo religioso, um posicionamento que o escritor transpõe para sua ficção, através da postura de Marc para provar a inocência do professor Simon: uma luta pela verdade e pela justiça.

Em *Vérité*, Simon, como patriota escrupuloso, conseguiu ser aceito pela comunidade de *Maillebois*, contudo, nesse processo de assimilação, a personagem não esqueceu suas origens e colocou-se limites: casou-se com uma mulher judia. A narrativa zoliana acusa uma correção da ideia, que outrora o autor partilhava, de que todo o judeu leva uma existência fácil, é ávido e somente pensa em seu enriquecimento. Zola representa, por intermédio do alfaiate Lehmann, uma figura que garante seu sustento à custa de seu trabalho, o qual se apoia em uma clientela lentamente conquistada. Ao apresentar o judeu que sobrevive de seu labor, a sentença ‘o ouro da França saciava os judeus’, como afirmavam os antissemitas, deixou de ser para o autor uma verdade absoluta. No entanto, Zola não se exime de retratar o judeu banqueiro: a personagem Nathan ilustra o sucesso financeiro desse povo e também sua assimilação. Nathan, um “príncipe do capital”⁷⁴⁰, que chega ao ponto de oferecer sua filha em casamento a um nobre pobre de espírito, tornando-se ele mesmo realista é um judeu com aversão aos semitas, até tomando partido contra Simon e seus defensores. Essa atitude extremista da personagem está longe do pensamento de Zola, que sonhava com a harmonia. Um espaço de convívio onde houvesse lugar para o pensamento crítico e a reflexão: “– Estou de acordo, não são grande coisa os judeus, mas, em todo o caso, os padres não valem nada[...].” (ZOLA, V.I, p. 51)

O meio militar é representado pelo criador dos Rougon Macquart através da figura do irmão de Simon, David. Essa presença vincula-se à realidade do Capitão Dreyfus, o qual, assim como muitos outros judeus, integrava as forças armadas francesas. David era um militar correto tal qual Alfred Dreyfus. Esta transposição evidencia-se nos cadernos de notas de Zola e, segundo Guermès (2003), tem origem no artigo publicado pelo jornal *Le Siècle*, em primeiro de fevereiro de 1901: *Les Jésuites et le dictature militaire* de A.Rieffel, no qual o jornalista estabelece uma analogia entre o seminário e a caserna.

⁷⁴⁰ (ZOLA, V.I, p. 93)

Eles assim inculcam na criança o espírito militar, acostumados a desprezar tudo: o raciocínio, a piedade, a liberdade individual e a glorificar a violência e a autoridade. Além disso, os jesuítas mostram a mais larga tolerância aos pecados, admitem as alegrias deste mundo (é por isso que são tão bem-sucedidos como confessores); eles apenas demandam uma coisa, mas essa eles exigem: o culto ao autoritarismo.⁷⁴¹

L’Affaire Dreyfus precipitou, de certa forma, a escolha de Zola e de outros escritores pelo anticlericalismo, reafirmando a luta pelo secularismo e transformando suas escritas em uma arte social comprometida. Nesse espaço, a ética de sua sociedade ideal e de suas projeções utópicas está presente, com o objetivo de combater a glorificação do obscurantismo e de afirmar a ciência e a luta não somente contra o antijudaísmo como também contra toda e qualquer iniquidade.

⁷⁴¹ *Ils inculquent donc à l’enfant l’esprit militaire, ils habituent à mépriser tout ce qu’est raisonnement, pitié, liberté individuelle et à glorifier la violence et l’autorité. Au reste le jésuites montrent la plus large tolérance relativement aux péchés, ils admettent le joies de ce monde (et c’est pourquoi ils ont tant succès comme confesseurs) ; ils ne demandent qu’une chose, mais celle-là, ils l’exigent : le culte de autoritarisme. (RIEFFEL, 1901, p. 3)*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o leitor contemporâneo ou as gerações posteriores se depararem com o texto zoliano, *J'Accuse...!* se revelará um hiato, pois o autor não pode mais subordinar a recepção a seu propósito no calor da hora da produção de sua obra. A obra assim realizada desdobra-se em interpretações sucessivas, uma multiplicidade de significados que, de longe, ultrapassam o horizonte de sua origem.⁷⁴²

Ouso afirmar que *J'Accuse...!* é a manchete mais famosa dos tempos modernos do jornalismo. O texto de Émile Zola, que, no jornal *L'Aurore*, ocupa toda a primeira página, distribuído em seis colunas, continua sendo até os dias de hoje um ícone de ousadia, coragem, enfrentamento à ordem estabelecida. *J'Accuse...!*, 121 anos após sua publicação, permanece como um grito contra a soberba e o despotismo.

Com a intenção de descobrir o que estava por traz dessa imagem tão amplamente difundida entre jornalistas, intelectuais e estudantes de comunicação, dei início a um projeto de pesquisa que se transformou em tese, a qual agora concluo. Minha aproximação com o artigo de Zola ocorreu de forma nada fácil. Para a compreensão de sua leitura foi necessário agir como se estivesse a puxar o fio de um grande novelo histórico. Um percurso nada simples devido à complexidade histórica instalada desde a Revolução Francesa, no final do século XVIII, até a chegada da estabilidade política da III^a República Francesa.

A leitura do artigo de Zola encontra sentido, para o leitor contemporâneo, somente quando iluminada pelos fatos históricos e pelas discussões presentes na imprensa francesa da segunda metade do século XIX. Os debates colocaram na ordem do dia: a liberdade de expressão; o respeito à democracia ou o desprezo pelo autoritarismo; o papel de independência do Estado em relação à Igreja e também ao sistema financeiro; o sistema judiciário; as forças armadas da França.

⁷⁴² (JAUSS, 2001)

Assim, nas vidas de Alfred Dreyfus e Émile Zola, manifesta-se uma espécie de deslocamento da esfera privada para a pública, contradição típica dos estágios iniciais da Era Moderna. Um fenômeno passageiro que chega à extinção quando os dramas pessoais de Zola e Dreyfus transbordam dessas duas esferas e repercutem na esfera social.

A intimidade que muitas vezes surge como uma fuga do mundo exterior, carregando toda a subjetividade do indivíduo, compreendida entre seu nascimento e sua morte, pode vir a ser narrada como: “uma história com princípio e fim, ela é a condição pré-política e pré-histórica da História, a grande história sem começo nem fim”.⁷⁴³ Assim a história dos indivíduos constrói a História da humanidade.

A evolução do relacionamento de *L'affaire Dreyfus* com o universo das letras assevera a história de uma mobilização coletiva que mostrou ser uma experiência política, humana e literária. O engajamento de escritores e intelectuais franceses é facilmente identificado em seus processos de criação literária, textos que nascem tanto de uma conjuntura e de um discurso para o qual convergem o político, o social, o filosófico como de uma evolução editorial e literária. Narrativas que trazem em si a consciência da força coletiva necessária para esboçar a reação a um cenário ideológico conservador.

Durante a batalha pela inocência de Alfred Dreyfus, o compromisso dos escritores foi animado por uma ‘febre’ que acometeu uma sociedade literária que dava sinais de indiferença ao episódio, entusiasmando-a, impulsionando-a pela dinâmica coletiva do movimento dreyfusista já estabelecido. A discussão ideológica despertou a necessidade de lutar e superar a zona de conforto dos escritores, conduzindo-os à ruptura, à solidariedade ou ao sacrifício – especialmente o criador da saga dos Rougon-Macquart.

A fronteira entre História e ficção responde à ação militante do homem de letras. Os escritores oferecem a leitura literária do evento histórico e usam o material novelístico ou teatral para fins ideológicos. O caso Dreyfus explode em obras de ficção, nas mais diversas formas de representação.

A transposição de *L'affaire Dreyfus* para a ficção tornou-se centro de temas controversos. Em Mirbeau, ela faz parte de uma crítica ao papel da opinião pública,

⁷⁴³ (ARENDR, 2009, p. 197)

ao antissemitismo ou ao discurso nacionalista. Em Anatole, encontra-se a censura à justiça. Em Zola, evidencia-se um projeto utópico que toma como base a luta pela verdade, pela justiça e pelo ensino laico.

Em *Vérité*, Zola sacrifica o escritor criativo, preocupado com uma obra individual e original. As palavras escolhidas pelo autor têm por objetivo suscitar a ação. A literatura como arte é relativizada, ele abandona sua característica estética, a fim de abrir espaço para o ato de convencer. O escritor apresenta a seu leitor um romance-tese. Uma tese em que deposita todas as suas utopias no futuro: um tempo de verdade, de justiça, de homens e mulheres justos. Uma tese pela qual ele se propõe a fundar outra religião: a religião da humanidade.

BIBLIOGRAFIA

- AGENCE HAVAS. *A travers Paris*. **Le Figaro**, Paris, 07 jan. 1895.
<https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>.
 Acesso: 20/08/2018
- AGULHON, M. *Débats actuels sur la Révolution en France*. **www.persee.fre**, Paris, p. 1-13, 1990. ISSN doi : <https://doi.org/10.3406/ahrf.1990.1290>.
 Disponível: <https://www.persee.fr/doc/ahrf_0003-4436_1990_num_279_1_1290>.
 Acesso: 18 jan. 2019.
- ALEXIS, P. **Émile Zola: notes d'un ami**. Paris: Charpentier, 1882.
- AMBRIÈRE, M. **Précis de littérature française du XIX siècle**. Paris: PUF, 1990.
- ANDRADE, C. T. D. S. Mito e realidade da opinião pública. **Revista de Administração de Empresa**, São Paulo, Abril 1964. 107-122.
- ANDRIEUX, M. *Le comité de saletés publiques*. **Le Grelot**, Paris, 1^o jan. 1893. 1^a.
- ANGENOT, M. *La propagande boulangiste*. **Médias 19**, 2013.
 Disponível: <<http://www.medias19.org/index.php?id=12316>. >. Acesso: 05 out. 2017.
- APPEL à l'union. **Le Temps**, Paris, 24 jan. 1899. 1^a.
- ARENDT, H. **The Jew as Pariah: Jewish Identity and Politics in the Modern Age**. Nova York: Grove Press, 1978.
- ARENDT, H. **A condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2009.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. 4^a. ed. São Paulo: Schwarcz S.A., 2016.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. 2^a. ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.
- AVANT le procès - Historique de la société du Panama. **Le Matin**, Paris, 07 jan. 1893. 01.
- BACHOLLET, R. *Caricature & Caricature: Le monument Henry (Affaire Dreyfus)*. **Caricature & Caricature**, 2007.
 Disponível: <<http://www.caricaturesetcaricature.com/article-12808293.html>>. Acesso: 29 ago. 2018.
- BACZKO, B. **Lumières de l'utopie**. Paris: Payot, 1878.

BALZAC, H. D. **Comédia Humana: Pequenas misérias da vida conjugal**. Tradução de Henrique Chaves lopes. 2ª. ed. Porto Alegre: Globo, v. XVII, 1959.

BALZAC, H. D. **os jornalistas**. Tradução de João Domenech. Rio de Janeiro: Ediouro, 1991.

BANCQUART, M.-C. **Anatole France, polémiste**. Paris: Nizet, 1962.

BARRÈS, M. **L'appel au soldat**. Paris: FÉLIX JUVEN, 1900.

BARRÉS, M. **Leurs figures**. Paris. S/D.

BAUDELAIRE, C. **Poesia e prosa**. Tradução de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

BENJAMIN, G. **Édouard Drumont, aux racines de l'antisémitisme français**. [S.l.]: [s.n.], 2011. Disponível: <<https://www.contrepoints.org/2011/03/17/17322-edouard-drumont-racines-de-lantisemitisme-francais>>. Acesso: 01 Janeiro 2018.

BERNARD, M. **Zola**. Paris: Seuil, 1952.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. Bnf: Gallica: Presse et Revue. **Gallica**. Disponível: <<https://gallica.bnf.fr/html/und/presse-et-revues/presse-et-revues?mode=desktop>>. Acesso: 23 ago. 2017.

BISPO, A. A. "Escândalo do Panamá". Crise financeira e reorientação geo-político-cultural nas Américas. **Revista Brasil Europa : Correspondência Euro-Brasileira**, n. 118, 2009. Disponível em: <<http://www.revista.brasil-europa.eu/118/Panama-Culebra.html>>. Acesso: 25 ago. 2017.

BLIC, D. D. *Moraliser l'argent. Ce que Panama a change dans la société française (1889-1897)*. **Politix**, v. 71, p. 61-82, mar. 2005. Disponível: <<https://www.cairn.info/revue-politix-2005-3-page-61.htm>>. Acesso: 20 out. 2017.

BLOCH-DANO, É. **Madame Zola**. Paris: Grasset & Fasquelle, 1997.

BLUM, F. *Séverine, ou la recherche d'une justice perdue*. **Mil neuf cent: Comment sont-ils devenus dreyfusards ou anti-dreyfusards?**, v. 11, p. 94-100, 1993. Disponível: https://www.persee.fr/doc/mcm_1146-1225_1993_num_11_1_1088. Acesso: 17 set. 2019.

BOQUILLON, L. L. D. *Bulletin Financier*. **LA LANTERNE DE BOQUILLON**, 09 Septembre 1888. Disponível: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6144135b/f16.image>>. Acesso: 15/04/2019.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BOULANGER, G. *Programme du Général Boulanger*. **Gallica**, 1888. Disponível em: <<http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb34036564m>>.

BOURDIEU, P. *L'opinion publique n'existe pas*. In: BOURDIEU, P. **Questions de sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984. p. 222-235.

BOURLAND, F. *La "déchristianisation" de Paris, l'évolution historique du non-conformisme*. **Archives de sociologie des religions**, v. 31, p. 69-98, 1971.

BOUVIER, B. **L'œuvre d'Émile Zola**. Genève: Eggiman, 1904.

BOUVIER, J. **Les deux scandales de Panama, Paris**. Paris. 1964.

BREDIN, J.-D. **O caso Dreyfus**. Tradução de Maria A. A. Sampaio Dória e Renata M. P. Cordeiro. São Paulo: Página Aberta, 1995.

BRODZIAK, S. CLEMENCEAU. Paris: Presses universitaires de Vincennes, 2015. p. 109-130.

BRUNEAU, A. **À l'ombre d'un grand cœur**. Paris: Charpentier-Dasquelle, 1932.

BULLETIN du jour. **Le Temps**., Paris, 14 dez. 1892. 1º. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k2335417/f1>. Acesso: 25 ago. 2018.

BULLETIN du jour. **Journal des Debats**, Paris, 21 dez. 1982. 1º. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k466022b/f1>. Acesso: 28 ago. 2018.

BURNS, E. M. **História da civilização ocidental**. Tradução de Lourival Gomes Machado e Lourdes Santos Machado. 3ª. ed. Porto Alegre: Globo, v. 2º, 1956.

CALMETTE, G. M. Cornélius Herz. **Le Figaro**, Paris, 12 décembre 1892. 1º. Disponível: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k282379m/f1.item.zoom.textImage>>. Acesso: 21/04/2017.

CALMETTE, G. *Le nouveau président de la République*. **Le Figaro**, Paris, 18 jan. 1895. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 15/05/2018

Canal de Panama. **Paris-capital**, Paris, 24 Janvier 1900. Disponível: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5856197t/f1.i>> Acesso: 25 ago. 2017.

CANDAR, G. JeanJaurès (1859-1914). In: _____ **La civilisation du Journal: Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX Siècle**. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2011. p. 1297-1300.

CANÊDO, J. *Vida e Obra de Zola*. In: ZOLA, É. **O paraíso das damas**. Tradução de Joana Canêdo. São Paulo: Estação da Liberdade, 2007. p. 493-497.

CARASSO, O. **Arthur Meyer - Directeur du Gaulois: Un Patron de presse juif, royaliste et antidreyfusard**. Paris: Imago, 2002.

CARPEAUX, O. M. **História da Literatura ocidental**. 3ª. ed. Brasília: Senado Federal, v. III, 2010.

CHARLE, C. *Les étudiants et l'affaire Dreyfus*. **Cahiers Georges Sorel**, Paris, v. 4, p. 61-78, 1996.

CHATIMENT. **Le Matin**, Paris, 23 dez. 1894.

Disponível: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k556099c/f1>. Acesso: 22 Nov. 2018.

CHINCHOLLE, C. Entrevue Photographique. **Le Figaro - Supplément Littéraire**, Paris, 23 nov. 1889. 1-4. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 04/05/2017

CHUTE du Ministère. **Le Gaulois**, Paris, 31 mar. 1885. 1. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 17/05/2017

CLEMENCEAU, G. **Georges Clemenceau Correspondance (1858-1929)**. Paris: Robert Laffon, 2008. Sylvie Brodziak; Jean-Noël Jeanneney.

CLISSON, E. Le récit d'une témoin. **Le Figaro**, Paris, 01 jun. 1895. 2. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 17/03/2017

CONSEIL CONSTITUTIONNEL. Constitution de 1875, IIIe République. **Conseil Constitutionnel**, S/D. Disponível: <<https://www.conseil-constitutionnel.fr/les-constitutions-dans-l-histoire/constitution-de-1875-iii-e-republique>>. Acesso: 12 nov. 2019.

COOLEY, C. H. **Social Organization**. New York: Charles Scribners's Sons, 1901.

COSSET, E. **Les quatre évangiles d'Émile Zola**. Genève: Droz, 1990.

DANSETTE, A. **Le Boulangisme**. Paris: Librairie Artheme Fayard, 1946.

DASPRE, A. "Vers les temps meilleurs "d'après Émile Zola, Anatole France et Jean Jaurès. **Cahiers Jaurès**, Paris, v. 185, n.

Disponível: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-jaures-2007-3-page-91.htm>, p. 91-105, março 2007. Acesso: 11 out. 2018.

DAUDET, L. **La vie orageuse de Clemenceau**. Paris: Albin Michel, 1938.

DAUDIN, C. Charles Péguy. **Charles Péguy**, 21 mar. 2018. Disponível em: <<http://charlespeguy.fr/La-cite-harmonieuse>>. Acesso: 21 Março 2018.

DEGOS, J.; HAURET, C. P. L'échec du canal de Panama. **Revue française de gestion**, p. 307-324, 2008. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-francaise-de-gestion-2008-8-p-307.htm>>. Acesso: 14 Setembro 2017.

Démission de M. Casimir-Perier. **Le Figaro**, Paris, 16/01/1895. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 15/05/2018

DENIS, M.; LANGRÉE, M. L.; VEILLARD, J.-Y. (.). **L'affaire Dreyfus et l'opinion publique en France et à l'étranger**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1995.

DICTIONNAIRE Octave Mirbeau. **Dictionnaire Octave Mirbeau**, 2016. Disponível em: <[Dictionnaire Octave Mirbeau](#)>. Acesso: 22 out. 2018.

DIGITHÈQUE MJP. **Digithèque de matériaux juridiques et politiques**, 1984. Disponível em: <<https://mjp.univ-perp.fr/france/co1871r.htm>>. Acesso: 12 nov. 2019.

DREYFUS. **Le Matin**, Paris, 25 décembre 1894.
Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 11/05/2018

DREYFUS, A. **Cinq Années de Ma Vie**. Paris: Eugène Fasquelle, 1901.

DREYFUS, A. **Diários Completos do capitão Dreyfus**. Tradução de Bernardo Ajzenberg. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

DREYFUS, M. **L'affaire telle que je l'ai vécu**. Paris: Grasset et Fasquelle, 1978.

DRUMONT, É. **De l'or, de la boue, du sang. De Panama à l'anarchie**. Paris: Flammarion, S/D. Disponível:
<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5778562x.texteImage>. Acesso: 15/10/2017

Disponível: DRUMONT, E. **La presse juive et nos officiers. Almanach de La libre Parole**, p. 13-13. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32687206n/date>. Acesso: 10/10/2017.

DUCLERT, V. **L'affaire Dreyfus**. Paris: La Découverte, 2006.

ET les autres? **L'intransigeant**, Paris, 14 jan. 1893. 1º.
Disponível: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k779280z>>. Acesso: 12/10/2017

FEBBRO, E. Jean Jaurés: um século de pensamento socialista. **Carta Maior**, 02 ago. 2014. Disponível: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Jean-Jaures-um-seculo-de-pensamento-socialista/6/31511>>. Acesso: 09 jan. 2019.

FÉNÉON, F. **Notícias em três linhas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

FERENCZI, T. **L'invention du journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du dix-neuvième siècle**. Paris: Payot, 1996.

FOULON, C.-L. **Pour ou contre Dreyfus: Journalistes et intellectuels. Dreyfus réhabilité**, S/D. Disponível em: <<http://www.dreyfus.culture.fr/fr/>>. Acesso: 17 jan. 2019.

FRANCE, A. **L'Affaire Crainquebille**. Paris: Édouard Pelletan, 1901.

FRANCE: **Instruction obligatoire. L'Univers**, Paris, 25 maio 1880. 1. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 04/05/2017

FULIGNI, B. *Le scandale de Panamá signé l'arrête de mort du président Carnot. Historia*, Paris, 822, juin 2015.

Disponível: <https://www.historia.fr/le-scandale-de-panam%C3%A1-signé-larr%C3%AAt-de-mort-du-pr%C3%A9sident-carnot>. Acesso: 25 ago. 2017.

FURET, F.; OZUF, M. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FURET, F.; OZUF, M. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

G. CLEMENCEAU. *Le Syndicat grandir.. L'Aurore*, Paris, 18 jan. 1898. PARIS, 17 Février. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 04/10/2018

Le Constitutionnel, Paris, 18 fev. 1871. 1ª.

Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 13/03/2017

GAUCHET, M. *Direitos do Homem*. In: FURET, F.; OZOUF, M. **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 679-689.

GENGEMBRE, G. In: DAUDET, A. **Lettres de mon moulin**. Paris: [s.n.], 1998.

GERVAIS, T. *L'illustration photographique*, Paris, 2007.

GERVILLE-RÉACHE. *Les députés sortis*. **La Justice**, Paris, 01 ago. 1881. 1-2.

GIRARD, G. **La Jeunesse d'Anatole France**. Paris: Gallimard, 1925.

GRAND-CARTERET, J. **L'affaire Dreyfus et l'image: 266 caricatures françaises et**. Paris: Flammarion, 1898.

GRANDE enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, v. 14, 1995.

GRANDLIEU, P. D. *Boulangier, C'est la Guerre*. **Le Figaro**, Paris, 25 jul. 1886. 1ª. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 17/03/2017

GRIMM, T. *L'expiation*. **Le Petit Journal**, Paris, 06 jan. 1895. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 14/05/2018

GUERMÈS, S. **La religion de Zola - Naturalisme et déchristianisation**. Paris: Honoré Champion, 2003.

GUIBERT, J. A. H. D. **De la force publique, considérée dans tous ses rapports**. Paris: L'Imprimerie de Didot, M.DCC.XC.

HENRI Rochefort a Sainte-Pélagie - *La Manifestation*. **La Presse**, Paris, 21 fev. 1898. 1.

HIGAKY, J. **Péguy et Pascal - Les trois ordres et l'ordre du coeur**. Clermont-Ferrand: Presse Universitaires Blaise Pascal, 2005.

HUGO, V. **Obras Completas: Atos e palavras**. Tradução de Hilário Correia. São Paulo: Editora das Américas, v. XXX, 1959.

HURET, J. **Interviews de littérature et d'art**. Paris: Charpentier, 1891.

HURET, J. **Enquête sur l'évolution littéraire**. Vanves: Thot, 1982. Disponível em: <ftp://ftp.bnf.fr/004/N0049807_PDF_1_-1.pdf>. Acesso: 2015.

HUYSMANS, J. K. **Zola**. Paris: Bartillat, 2002.

INTERN@UTE. <http://www.linternaute.fr/expression/langue-francaise/13905/mort-aux-vaches/>. **Intern@ute**, 1019 2018. Acesso: 8/12/2019

JARNIER, J.-L. Jean Casimir-Perier, de la fortune financière à l'infortune Caricaturale. **Sociétés & Représentations**, Paris, v. 2, p. 51 à 63, 2013.

JAURÈS, J. **História Socialista 1789-1900**. Tradução de Elisa de Menezes. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, v. I, 1901.

JAUSS, H. R. O Prazer estético e as experiências fundamentais da Poiesis, Aisthesis e Katharsis. In: JAUSS, H. R., et al. **A literatura e o leitor**. Tradução de Luiz Costa Lima. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 43-62.

JOLY, B. L'Ecole des chartes et l'Affaire Dreyfus. **Bibliothèque de l'école des chartes**. Disponível: https://www.persee.fr/doc/AsPDF/bec_0373-6237_1989_num_147_1_450550.pdf, p. 611-671, 1898. Acesso: 07/06/2019

JOSEPHSON, M. **Zola e seu tempo**. Tradução de Godofredo Rangel. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.

JULES CORNÉLY. L'Affaire Henry. **Le Figaro**, Paris, 02 set. 1898. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 10/08/2018

KALIFA, D. et al. **La civilisation du journal - Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXe siècle**. Paris: Nouveau Monde éditions, 2011.

KAUFFMANN, G. **Edouard Drumont**. Paris: Perrin, 2008.

KETTANI, A. **De l'histoire à la fiction: les écrivains français et l'affaire Dreyfus**. Paris: Université de la Sorbonne nouvelle, Paris III, 2010.

KRULIC, B. Le peuple français chez Maurice Barrès : une entité insaisissable entre unité et diversité. **Sens Public - revue Web**, Paris, 2007. <http://www.sens-public.org/article384.html?lang=fr>. Acesso: 07/4/2019

La preuve. **Le Matin**, Paris, 10 nov. 1896. Disponible:

<https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>.
Acesso: 20/08/2018

La propagande Boulangiste - photographies a profusion. **Le XIX Siècle**, Paris, 25 jul. 1889. 1^a. Disponible: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 02/05/2017

LABESSE, J. **Étude sur Émile Zola: La Bête humaine**. Paris: Ellipses Éditions, 1999.

L'AFFAIRE Dreyfus - L'autre version. **Le Figaro**, Paris, 11 dez. 1894.

Disponible: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k283118t/f1>. Acesso: 05/4/2018

L'affaire Dreyfus - L'enquête de M. Scheurer-Kestner. **Le Temps**, Paris, 15 nov. 1897. Disponible: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 30/8/2018

L'AFFAIRE Dreyfus. **Le Petit Journal**, Paris, 17 nov. 1897. Disponible:

<https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>.
Acesso: 13/08/2018

L'AFFAIRE Dreyfus: La journée d'hier. **Le Figaro**, Paris, 17 nov. 1897. 1^a. Disponible:

<https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>.
Acesso: 14/05/2018

L'AFFAIRE Dreyfus: La question du huis clos. **Le Temps**, Paris, 06 jan. 1898.

Disponible: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 20/08/2018

LAGANA, M. Un peuple révolutionnaire : la Commune de Paris 1871. **Cahiers Bruxellois – Brusselse**, Bruxelles, p. 175-198, jan. 2018.

LAROUSSE. **Grande Encyclopédia Larousse Cultural**. São Paulo: Nova Cultural, v. 8, 1995.

LAUBOT, M. **Nos grands républicains du XIX siècle**. Chaintreaux: France-Empire Monde, 2012.

LAZARE, B. **L'Antisémitisme - son histoire et ses causes**. Paris: Jean Crès, MCMXXXIV.

LE dossier de M. Scheurer-Kestner. **Le Figaro**, Paris, 14 nov. 14. Disponible:

<https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>.
Acesso: 26/06/20119

LE message d'hier à la Chambre. **Le Figaro**, Paris, 17 jan. 1895. Disponible:

<https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>.
Acesso: 15/05/2018

LE Nouveau Ministère. **Le Figaro**, Paris, 8 jan. 1886. 1^a. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 15/05/2018

LE PROCÈS BOULANGER. **Le Procès Boulanger**. Paris. 1889. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5803896h.textelimage>. Acesso: 05/05/2017

LE procès du Panama - Un peu de lumière. **Le Petit Journal**, Paris, 14 dez. 1892. Disponível: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k611441q/f1>. Acesso: 10/08/2018

LE procès du Panama. **Le Petit Journal**, Paris, 21 dez. 1893. 1^o. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k611448c/f1.item.r=liste+des+parlementaires+ach+et%C3%A9>. Acesso: 15/08/2018

LE procès Émile Zola. **Le Temps**, Paris, 08 fev. 1898. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k235514w/f1.item.r=Zola.zoom>. Acesso: 22 ago. 2016

Le Programme Gambettiste. **Le Petit Parisien**, Paris, 13 ago. 1881. 1^a. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 15/05/2018

Le reporter. **Le Figaro**, Paris, 09 mar. 1889. 1. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 14/05/2018

LE RÉVEIL DU NORD. La descente de croix. **Le Réveil du Nord**, Lille, 22 set. 1899. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 23/03/2018

LE suicide du Général Boulanger. **Le Figaro**, Paris, 01 out. 1891. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 17/03/2017

LEMIEUX. **Mauvaise Presse - Une sociologie compréhensive du travail journalistique et de ses critiques**. Paris: Métailié, 2000.

LETTRE de Mathieu Dreyfus. **Le Temps**, Paris, 17 nov. 1897. 2. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k235424x/f2.item.r=Esterhazy.zoom>. Acesso: 22 ago. 2016.

LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LOURDES par Émile Zola. **Gil Blas**, Paris, 12 out. 1892. 1^a. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 16/03/2017

M.H. M. Felix Faure intime. **Le Gaulois**, Paris, 18 jan. 1895.

MAISON DE BALZAC. **Balzac & Philipon Associés: Grands fabricants de caricatures en tous genres**. Paris: Maison de Balzac, 2001.

- MALET, A. **L'époque Contemporaine**. Paris: Hachette, 1922.
- MARTINO, P. **Le naturalisme français**. Paris: Armand Colin, 1945.
- MARX, K. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Rio de Janeiro: Vitória, 1956.
- MASSIS, H. **Comment Émile Zola composait ses romans**. Paris: Charpentier, 1906.
- MATARD-BONUCCI, M.-A. *L'image, figure majeure du discours antisémite ?* **Vingtième Siècle. Revue d'histoire**, v. 72, p. 27-39, abr. 2001.
- MATHIEZ, A. **La Révolution française**. Paris: Payot, v. III, 1927.
- MATTELART, A. **Comunicação mundo - História das ideias e das estratégias**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MAUPASSANT, G. D. *Les Soirées de Médan*. **Le Gaulois**, Paris, 17 abr. 1880. 1-2.
- MEURICE, P. *La Guerre des rues*. **Le Rappel**, Paris, 23 maio 1871. 1ª.
- MICHALET, C. A. **Les Placements des épargnants français de 1815 à nos jours**. Paris: PUF, 1968.
- MICHEL, P. **L'engagement éthique de l'intellectuel: les cas Octave Mirbeau. De l'absolut littéraire à la relégation: le poète hors les murs**. [S.l.]: Gabula/Colloques. S/D. Disponível: <http://www.fabula.org/colloques/document2453.php>. Acesso: 25 ago. 2017.
- MICHELET, J. **Cours professé au collège de France -1847-1848**. Paris: Chamerot, 1848.
- MILLAUD, A. *La chute do ministère Ferry*. **Le Figaro**, Paris, 31 mar. 1885. 1. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 23/03/2017
- MIRBEAU, O. *Le Figaro: La fin d'un homme*. **Le Figaro**, Paris, 9 ago. 1888. 1. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 26/6/2019
- MIRBEAU, O. *Ravachol! L'En Dehors*, Paris, 01 maio 1892. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 22/03/2018
- MIRBEAU, O. *Chez l'illustre écrivain*. In: MIRBEAU, O. **Chez l'illustre écrivain**. Paris: Flammarion, 1919. p. 45-51. Disponível: https://fr.wikisource.org/wiki/Chez_l'E2%80%99Illustre_%C3%A9crivain/VII. Acesso: 28/11/2018.

MIRBEAU., O. Notre enquête : Les littérateurs et l'anarchie. **Le Gaulois**, Paris, 25 fev. 1894. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 23/03/2018

MITTERAND, H. Préface. In: ZOLA, É. **Madelaine Férat**. [S.l.]: Le Grand Livre du Mois, 1999.

Disponível: https://www.ecriture-communication.com/archipoche/wp-content/uploads/sites/4/internet_zola-madeleine-ferat.indd_.pdf.

Acesso: 28/11/2018

MITTERAND, H. Préface - Madelaine Férat. In: ZOLA, É. **Madelaine Férat**. [S.l.]: Le Grand Livre du Mois, 1999.

Disponível: https://www.ecriture-communication.com/archipoche/wp-content/uploads/sites/4/internet_zola-madeleine-ferat.indd_.pdf. Acesso: 30 ago. 2017.

MOLLIER, J.-Y. **Le scandale de Panama**. Paris. 1991.

MOLLIER, J.-Y. **O Camelô - Figura emblemática da Comunicação**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: USP, 2009.

MONTRETOUT. L'escroquerie colossale. **Le Grelot**, Paris, 1^o jan. 1893. 2^a.

MORT de M. de Reinach: bruits de suicide. **Le XIX Siècle**, Paris, 22 novembre 1892.

Disponível: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k75606092/f1.i>.

Acesso: 29 set. 2017.

MOURAD, F.-M. Présentation. In: ZOLA, É. **Mes Haines**. Paris: Flammarion, 2012. p. 7-37.

MUHLMANN, G. **Du journalisme en démocratie de**. Paris: Payot, 2004.

MUSÉE CLEMENCEAU. Musée Clemenceau, S/D. Disponível em: <https://musee-clemenceau.fr/clemenceau/biographie/#block14>>. Acesso: 19 maio 2018.

NELSON, B. **Zola and the Bourgeoisie - A study of themes and techniques in les Rougons-Macquart**. London: The macmillan Press ltd, 1983.

NÉRÉ, J. **Le boulangisme et la presse**. Paris: Armand Colin, 1964.

NOELLE-NEUMANN, E. **A Espiral do Silêncio**. São Paulo: Estudos Nacionais, 2017.

OCTAVE MIRBEAU. Trop tard ! **L'Aurore**, Paris, 02 ago. 1898. Disponível:

<https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>.

Acesso: 02/10/2018

ORY, P.; SIRINELLI, J.-F. **Les intellectuels en France - De l'affaire Dreyfus à nos jours**. Paris: Armand Colin, 2002.

OZOUF, M. Descristianização. In: FURET, F.; OZOUF, M. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 26-38.

OZOUF, M. *Espírito Público*. In: FURET, F.; OZOUF, M. **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 690-699.

P., A. Une question. **La libre Parole**, Paris, 29 out. 1894. 1º.

PAGÈS, A. **Émile Zola: De J'accuse au Panthéon**. Saint-Paul: Editions Lucien Souny, 2008.

PALÉOLOGUE, M. **Journal de l'affaire Dreyfus: 1894 - 1899**. Paris: Plon, 1950.

PARIS, 17 Février. **Le Constitutionnel**, Paris, 18 fev. 1871. 1ª. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 13/03/2017

PARIS, 18 Mars. **Le Constitutionnel**, Paris, 19 fev. 1871. PARIS, 17 Février. **Le Constitutionnel**, Paris, 18 fev. 1871. 1ª. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 13/03/2017

PARIS, 29 Mars. **Le Constitutionnel**, Paris, 30 mar. 1871. 1. PARIS, 17 Février. **Le Constitutionnel**, Paris, 18 fev. 1871. 1ª. Disponível: <https://gallica.bnf.fr/html/presse-et-revues/les-principaux-quotidiens?mode=desktop>. Acesso: 13/03/2017

PASSARD, C. **L'âge d'or du pamphlet**. Paris: CNRS Editions, 2015.

PÉGUY, C. **Notre jeunesse**. Paris: Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/16:43>, 1910.

PÉGUY, C. L'argent suite. **Cahier de la quinzaine**, Paris, 1913. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9734424c/f1.image>. Acesso: 01 ago. 2017.

PÉGUY, C. **Notre jeunesse**. Paris: Gallimard, 1957.

PELLETAN, C. La Justice: L'enquête sur le Panama. **La Justice**, Paris, novembre 22 1892. 1ª. Disponível: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k773941g/f1>. Acesso: 25/03/2017.

PERELMAN, C. **Retóricas**. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERL, P.-O. **Caricature et opinion: une influence réciproque. L'affaire Dreyfus et l'opinion publique en France et à l'étranger**. Rennes: [s.n.]. 1994. p. 40-56.

PH. DUBOIS. Zola ne sera pas Député. **L'Aurore**, Paris, 4 nov. 1897. 1-2.

PONTY, J. La presse quotidienne et l'affaire Dreyfus en 1898-1899. Essai de Typologie. **Revue d'histoire moderne et Contemporaine**, Paris, v. 2, p. 193-220, Avril-juin 1974.

POPKIN, J. **Enlightened Reaction: The French Right wing press under the First Republic 1789 to 1800**. Califórnia: University Berkeley, 1978.

PROUST, M. **O Tempo recuperado**. Tradução de Fernando Py. São Paulo: Ediouro, 1995.

QU'EST CE QUE LA DOCTRINE MONROE ? **Les yeux du Monde.fr**, S/D.
Disponível: <<https://les-yeux-du-monde.fr/ressources/15691-quest-ce-la-doctrine-monroe>>. Acesso: 12 nov. 2019.

RAMBAUD, A. **Jules Ferry**. Paris: Plon, 1903.

RAYNAUD, P. Democracia. In: FURET, F.; OZAUF, M. **Dicionário Crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 668-677.

REINACH, J. **Histoire de l'affaire Dreyfus**. Paris: Fasquelle, v. 3, 1901.

REINACH, J. **Histoire de l'affaire Dreyfus - Le procès de 1894**. Paris: Éditions de la Revue Blanche, v. 1, 1901.

REINACH, J. **Histoire de L'affaire Dreyfus: La Crise**. Paris: Charpentier et Fasquelle, v. III, 1903.

REINACH, J. **Histoire de l'affaire Dreyfus: La crise**. Paris: Charpentier et Fasquelle, v. 3, 1903.

REINACH, J. **L'affaire Dreyfus: Esterhazy**. Paris: Charpentier et Fasquelle, v. II, 1903.

REINACH, J. **Histoire de l'affaire Dreyfus**. Paris: Charpentier et Fasquelle, v. 7, 1911.

REWALD, J. **Cézanne sa vie - son oeuvre son amitié pour Zola**. Paris: Albin Michel, 1939.

RICOEUR, P. **A Metáfora Viva**. Porto: Rés Formalpress, 1983.

RIEFFEL, A. Le Siècle: Les Jésuites et la dictature militaire. **Le Siècle**, Paris, 01 fev. 1901. 3.

RISSEOAN, J.-P. Les médias et l'opinion publique : la crise boulangiste (1886-1889). Disponível em:
<<http://www.jprissoan-histoirepolitique.com/le-coin-du-bachotage//au-xix-siecle-aspects-politiques/lesmediasetl%E2%80%99opinionpubliquelacriseboulangiste1886-1889>>. Acesso: 8 out. 2017.

ROCHEFORT, H. A l'assassin! **L'Intransigeant**, Paris, 31 mar. 1885. 1.

ROCHEFORT, H. Curieuse histoire d'une demi-million. **L'Intransigeant**, Paris, 21 dez. 1892. 1-2.

ROCHEFORT, H. Le triomphe de la corruption. **L'Intransigeant**, Paris, 25 décembre 25/12/1892. Disponível: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k7792608/f1>>. Acesso: 08/3/2018

ROLLAND, R. **Mémoires et fragments de journal, Paris, Albin**. Paris: Albin, 1956.

ROSEN, E. Littérature, autofiction, histoire : l'Affaire Dreyfus dans La recherche du temps perdu. **Littérature**, Jérusalem, 1995. 64-80.

ROUANET, G. **Rapport fait au nom de la commission d'enquête sur les dossiers du Panama**. Paris. 1898.

ROUSSEAU. **Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes**. Paris: Garnie - Flammarion, 1992.

ROUSSEAU, J.-J. **Do contrato Social**. Tradução de Rolando Roque da Silva. [S.l.]: Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores (www.jahr.org), 2002. file:///C:/site/livros_gratis/contrato_social.htm (49 of 72) [4/1/2002 14:09:39]. Acesso: 05/02/2018

RUELLAN, D. **Les pro du journalisme - De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel**. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 1997.

SAINT-GENEST. La condamnation du Capitaine Dreyfus. **Le Figaro**, Paris, 23 dez. 1894.

SCHEURER-KESTNER. Une lettre de M. SCHEURER-KESTNER. **Le Temps**, Paris, 06 jan. 1898.
Disponível: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k235480g/f4>. Acesso:02/6/2019.

SCHEURER-KESTNER, A. **Mémoires d'un sénateur dreyfusard**. Strasbourg: Bueb & Reumaux, , 1988.

SELSER, G. **Diplomacia, garrote y dólares en América latina**. Buenos Aires: Editorial Palestra, 1962.

SÉNAT - UN SITE DES CITOYENS. Sénat. **Sénat - Un site des citoyens**. Disponível: <https://www.senat.fr/evenement/archives/D42/gratuit3.html>>. Acesso: 25 ago. 2017.

SÉVERINE. **L'affaire Dreyfus: Vers la lumière. Impressions vécues**. Paris: Stock Éditeur, 1900.

SONTAG, S. **Ensaio sobre a fotografia**. Tradução de Joaquim Paiva. Rio de Janeiro: Editora Arbor Ltda, 1981.

STERNHELL, Z. **Maurice Barrès et le nationalisme français**. Paris: Editions complexe, 1972.

SUAREZ, G. **La vie orgueilleuse de Clemenceau, Paris**. Paris: Gallimard, 1930.

TALESE, G. **O reino e o poder - História do New York Times**. São Paulo: Schwarcz Ltda., 2000.

THÉRENTY, M.-È. **La littérature au quotidien**. Paris: Seuil, 2007.

THIÉBLEMONT, S. Un journaliste faiseur d'opinion : Octave Mirbeau. **Communication & Langages**, S/R, 1996. 18-31.

THOMAS, M. **L'Affaire sans Dreyfus**. Paris: Fayard, 1961.

TILLER, B. *L'affaire Boulanger et la personnalisation du pouvoir*. In: TILLER, B. **La République: la caricature politique en France, 1870-1914**. Paris: CNRS Éditions, 1997. p. 46-51.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, v. II, 2013.

TRISTAN. *Corruption, perversité, trahison*. **Le Petit Journal**, Paris, 26 dez. 1892. 1^o.
file:///C:/Users/Ilzaglei/Downloads/Le_Petit_journal_Parti_social_bpt6k611453t.pdf.

TRISTAN. *Un capitaine devant le Conseil de Guerre*. **Le Petit Journal**, Paris, 18 dez. 1894. 1^o. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6133744/f1.item.r=Dreyfus.textelImage>.

TROUSSON, R. **Voyages aux pays de nulle part, histoire littéraire de la pensée utopique**. Bruxelles: Université de Bruxelles, 1975.

TROYAT, H. **Zola**. Paris: Flammarion, 1992.

UNE nouvelle phase *L'affaire Dreyfus: le commandant Esterhazy*. **Le Gaulois**, Paris, 17 nov. 1897. 1^a.

VALLÉ, M. **Enquête de Panama - Rapport Général**. Paris. 1893.

VALLÉS, J. **L'argent**. Paris: Ledoyen Éditeur, 1857. Disponível em:
<<https://books.google.fr/books?id=YgcOAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=l%27argent+vall%C3%A8s&hl=pt-BR#v=onepage&q=l'argent%20vall%C3%A8s&f=false>>.
Acesso: 19 out. 2017.

VALLÉS, J. *Le Cri du Peuple: Au Peuple de Paris*. **Le Cri du Peuple**, Paris, 21 Mars 1871. 1^a.

VERDES, J. *La presse devant le krach d'une banque catholique : L'Union Générale (1882)*. **Persée**, Paris.

Disponível: http://www.persee.fr/docAsPDF/assr_0003-9659_1965_num_19_1_2576.pdf, p. 125-156, 1965. ISSN 19. Acesso: 20/11/2018

WEBER, E. **França fin-de-siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WEIL, B. **L'affaire Dreyfus**. Paris: Gallimard, 1930.

WILDE, O. **A alma do homem sob o socialismo**. Tradução de Heitor Ferreira da Costa. Porto Alegre: L&PM, 1983.

ZÉVAÈS, A. **Le scandale de Panama**. Paris: La Nouvelle Revue, 1931.

ZOLA, É. *Le Sémaphore de Marseille*. **Le Sémaphore de Marseille**, 12 fev. 1874.

ZOLA, É. *Entretiens sur l'anarchie: Chez M. Émile Zola*. **Le Figaro**, Paris, 25 abr. 1892.

Disponível: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k282146t/f2.item.r=-%20Les%20anarchistes%20me%20dit-il.textelImage>. Acesso: 22/11/2018

ZOLA, É. **Œuvres complètes**. Paris,: Cercle du Livre Précieux, v. 15, t. VIII, 1968.

ZOLA, É. **A batalha do Impressionismo**. Tradução de Martha Gambini. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1989.

ZOLA, É. **Do romance**. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Edusp, 1995.

ZOLA, É. Avertissement de l'auteur. In: ZOLA, É. **Madelaine Férat**. [S.l.]: Le Grand Livre du Mois, 1999.

Disponível: https://www.ecriture-communication.com/archipoche/wp-content/uploads/sites/4/internet_zola-madeleine-ferat.indd_.pd. Acesso: 28/11/2018

ZOLA, É. **J'ACCUSE! LA VERITE EN MARCHE**. Paris: Complexe, 1999.

ZOLA, É. **Le Roman expérimental**. Paris: Flammarion, 2006. François_Marie Mourad (présentation, Notes, Dossier).

ZOLA, É. **Zola journaliste**. Paris: Flammarion, 2011.

ZOLA, É. **Mes haines**. Paris: Flammarion, 2012.

ZOLA, É. **Les oeuvres complètes d'Émile Zola**. [S.l.]: @e-artnow, 2013.

ZOLA, É. **Les Quatre Évangiles: Vérité**. [S.l.]: La Bibliothèque électronique du Québec, v. Collection À tous les vents - Volume 111, S/D.

ZOLA, É. **Verdade**. Lisboa: Guimarães & Cia, v. II, V. II.

ZOLA, É. **Verdade**. Tradução de Adolfo Lima. Lisboa: Guimarães & Cia, v. I, V.I.